



NILCE MARIA DA SILVA

**INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS DE LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS: CONSTITUIÇÃO E FORMULAÇÃO**

**CAMPINAS
2012**



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

NILCE MARIA DA SILVA

**INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS DE LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS: CONSTITUIÇÃO E FORMULAÇÃO**

Orientadora: Profª Drª Carolina María Rodríguez Zuccolillo

***LINGUISTIC INSTRUMENTS OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE:
CONSTITUTION AND FORMULATION***

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Doctorate thesis presented to the Language Studies Institute of the University of Campinas to obtain a Ph.D. in Linguistics.

**CAMPINAS
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR TERESINHA DE JESUS JACINTHO –
CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Si38i

Silva, Nilce Maria, 1967-
Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de
Sinais: constituição e formulação / Nilce Maria da Silva. --
Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Carolina María Rodríguez Zuccolillo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Linguagem por sinais - Dicionários. 2. Ideias
lingüísticas - História. 3. Língua Brasileira de Sinais. 4.
Análise do discurso. I. Rodríguez Zuccolillo, Carolina María,
1964-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Linguistic instruments of Brazilian Sign Language: constitution and formulation.

Palavras-chave em inglês:

Sign language Dictionaries

Linguistic Ideas History

Brazilian sign language

Discourse analysis

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Carolina María Rodríguez Zuccolillo [Orientador]

José Horta Nunes

Marianne Rossi Stumpf

Vera Regina Martins e Silva

Wilma Favorito

Data da defesa: 29-08-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

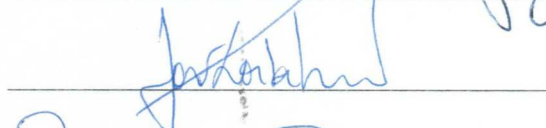
FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

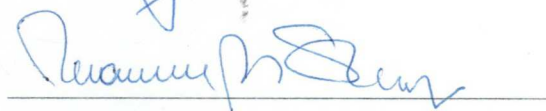
Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo



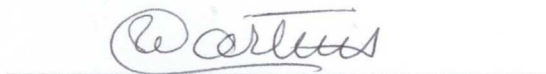
Jose Horta Nunes



Marianne Rossi Stumpf



Vera Regina Martins e Silva



Wilma Favorito



Ana Maria Di Renzo



Gladis Teresinha Taschetto Perlin



Marcos Aurélio Barbai



IEL/UNICAMP
2012

AOS meus meninos: **Paulo Henrique** e **Lucas Narita**.

Minhas estrelas de maior brilho!! Cada abraço, cada beijo, cada demonstração de carinho são gestos que me tornam uma pessoa super, mega, hiper de bem com a vida.

Ao **Benício Bruno**, meu irmão/filho adotivo. Por ele, trilhei o caminho da pesquisa e do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais para tentar compreender melhor o sujeito surdo.

A toda a minha família, em nome e em homenagem à nossa mãe, **Geralda**/Didi (*in memoriam*), e ao nosso pai, **Bené**.

A AGRADECIMENTOS

Ao terminar esta tese, valiosa para mim, e que tive o maior prazer em escrevê-la, preciso agradecer:

A Deus, a Jesus Cristo, aos meus santos protetores, ao meu anjo da guarda. Pela proteção, pela luz!

Aos meus amores: Lucas, Paulo e Benício. Vocês são a minha força! Vocês são a luz que ilumina minha vida! Vocês significam alegria, amor gratuito, profundo, sincero! Como é bom ter vocês sempre pertinho de mim! Amo vocês!!!! Agradeço imensamente pela presença e pela compreensão durante a minha ausência.

A minha família, pelas orações; por todos os dizeres, mesmo e, quase sempre, em silêncio: ao meu pai, Bené, que tudo fez para me dar uma herança que nada tem a ver com dinheiro: o estudo; aos meus irmãos: Bill (José), Jânio, Depo (Adelmo), Elso, Osman, Solene, Durce, Nelci, Vide (Benevid), pelo carinho, pela torcida; ao grupo que completa o time da família: Nenzinha, Onézio, Karol, Júlia, Lourdes, Natália, Cecília, Hilda, Alline, Sebastião, Maria Luiza, Maria Clara, Lara, Cleuza, Monique, Vinícius, Denis, Yure, Yasmin, Vitória, Raminho, Tarso, Vanessa, Myrella, Mariane, Murilo, pela demonstração de carinho.

A todos que, direta e indiretamente, estão presentes, ou se fizeram presentes, mesmo na ausência, em minha vida. Agradeço, principalmente, ao Fanaia pela torcida e pela disponibilidade em manter o funcionamento da casa e de cuidar da minha família, especialmente do Lucas, durante meu estágio em Campinas.

Aos surdos da cidade de Cáceres que convivem comigo dia a dia. São eles que me colocam em contato com um outro modo de estar no mundo, em outra língua, a língua viso-espacial: Mariane, Luciano, Thaynnara, Valéria, Daryne, Lindório, Gislaine, Ataíde, Antônio, Manoel, Weldison, Francieney, Márcia, Carlos, Walasson, Adriana e Adriana Marangoni.

A professora Carolina Rodríguez, pela orientação, pelo apoio, pela atenção, pela alegria: o meu agradecimento, o meu carinho, a minha maior admiração e reconhecimento!

Aos professores Ana Di Renzo, Ana Luiza Artiaga, Carolina Paula, Cláudia Pfeiffer, Cláudia Xatara, Edna André (*in memoriam*), Eduardo Guimarães, Fabíola Sartin, Gladis Perlin, Jean-Marie Fournier, José Horta, Marcos Barbai, Mariane Stumpf, Mônica Zoppi-Fontana, Neuza Zattar, Sheila Elias, Suzy Lagazzi, Vera Regina, Wilma Favorito, pela acolhida, pelas sugestões de leitura, pela escuta. O meu muito obrigada!!

As colegas de doutorado, Gleide e Sandra Raquel; Maria José e Maristela. Nossa vida compartilhada e os momentos de riso, de alegria, de preocupação e de oração nos fortaleceram na caminhada, no período de convivência em Campinas.

A nossa turma do Dinter: Águeda, Elizete, Isaías, Jocineide, Joelma, Lucimar, Marcelo, Maria José, Marilda, Maristela, Mirami, Mônica, Paulo, Rosimar, Sandra Straub, Sílvia, Taisir. Nossos encontros em Cáceres e em Campinas possibilitaram risos, estudos e amizade compartilhada.

A todos os meus amigos, de A a Z. Amigos que conquistei e que me conquistaram ao longo da minha caminhada, desde minha juventude, em Minas, até o momento atual e a todos os meus amigos da UNEMAT, o meu carinho, o meu agradecimento pela torcida.

Ao Vinicius e Neiva, intérpretes de Libras, pela disponibilidade, presteza e competência.

A Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – pelo apoio e incentivo no processo de qualificação.

A UNICAMP, representada pelo professor Dr. Eduardo Guimarães, pela história de compromisso e de desenvolvimento de uma relação institucional marcada pela qualidade intelectual, meu respeito e admiração.

Ao Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, representado pela professora Solange Rocha, que tão bem me recebeu. Eu me encantei com os documentos do Instituto.

Ao Museu Imperial de Petrópolis/RJ e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela disponibilização de material para pesquisa.

À *Fapemat* e à *Capes*, pelas bolsas concedidas.

Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões.

Paul Henry (1997, p. 36)

Não há ritual sem falhas, segundo Pêcheux (1997, p. 301), por isso é possível a ruptura. O que caracteriza como fundador – é que ele (o enunciado) cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado. O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra tradição de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória”.

Eni Orlandi (2003, p. 13)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender a história da produção de conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na relação com os sujeitos e com o Estado. Busca, principalmente, compreender o modo de funcionamento do dicionário, enquanto instrumento linguístico, sua constituição e formulação, a partir do olhar da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso. Distinguimos três períodos principais na produção desses instrumentos. O primeiro diz respeito à publicação da *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de Flausino José da Gama, em 1875, obra fundadora do saber lexicográfico sobre a língua de sinais do Brasil, conforme lemos nas análises e nos discursos sobre ela. A produção de instrumentos lexicográficos foi, entretanto, interrompida por quase um século, até sua retomada na década de 1960, devido a fatores relacionados à proibição da língua de sinais instituída a partir do Congresso de Milão, em 1880. O segundo período que identificamos, portanto, está constituído por um conjunto de obras publicadas desde os anos 1960 até a década de 1990: *Linguagem das Mãos* (1969), do Pe. Eugênio Oates; *Linguagem de Sinais do Brasil* (1983), de Harry Hoemann, Eugênio Oates & Shirley Hoemann; *Comunicando com as Mãos* (1987), de Judy Ensminger, e *Linguagem de Sinais* (1992), editados pela Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Esse conjunto de dicionários, produzidos e publicados por instituições religiosas, alia uma ampliação do léxico da língua de sinais à uma discursividade religiosa. Tais dicionários apresentam uma série de características que serão aqui analisadas: os sinais/verbetes são distribuídos por temas, seguem a alfabetação das palavras da língua portuguesa e seu modo de realização é ilustrado com foto ou desenho; o enunciado lexicográfico é observado a partir da descrição do modo como o sinal é realizado. O terceiro período na história da produção de obras dicionarísticas da língua de sinais começa com a oficialização da LIBRAS como língua da comunidade surda do Brasil, em 2002. São três os dicionários estudados: o *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira* (2001), de Fernando César Capovilla e Walkíria Duarte Raphael; o *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais* (2006), de Tanya Amara Felipe de Souza e Guilherme de Azambuja Lira e o *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira* (2009), de Fernando César Capovilla, Walkíria Duarte Raphael e Aline Cristina L. Maurício. Essas obras se caracterizam, de modo geral, pela apresentação que os autores propõem dos sinais a partir de elementos oriundos da lexicologia e da lexicografia da língua oral, aliado ao conhecimento da língua de sinais referente à descrição da forma dos sinais; notamos nessas obras uma tentativa caracterizada pela ilusão de oferecer maior “transparência” e “completude” à língua e ao dicionário. Os estudos desenvolvidos permitem concluir que há um percurso de produção científica sobre a LIBRAS, que possibilita, aos autores, elaborar dicionários e gramáticas que sustentam a

gramatização da LIBRAS. Ao mesmo tempo em que se legitima a LIBRAS, por meio dos estudos científicos sobre a língua, institucionalizam-se os saberes produzidos, por meio de instrumentos linguísticos como os dicionários e gramáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Dicionários de LIBRAS; História das Ideias Linguísticas; Língua Brasileira de Sinais; análise do discurso; constituição e formulação.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the history of the production of knowledge about the Brazilian Sign Language - LIBRAS in relation to the subjects and the state. It searches principally to understand the mode of operation of these instruments, their formation and formulation, from the look of the History of linguistics Ideas in conjunction with the Discourse Analysis. We distinguish three main periods in the production of these instruments. The first concerns the publication of the *Iconography of signs of Deaf-Mutes*, by Flausino José da Gama in 1875, the founding work of lexicographical knowledge about sign language of Brazil as we read in the analysis and in the discourses about it. The production of lexicographical tools was, however, halted for almost a century until its revival in the 1960s, due to factors related to the prohibition imposed from the Congress of Milan in 1880. Therefore, the second period we identified is constituted by a set of published works since the 1960s until the 1990s: *Language of Hands* (1969), the Rev. Eugene Oates; *Sign Language of Brazil* (1983), Harry Hoemann, Eugene Oates & Shirley Hoemann; *Communicating with the Hands* (1987), Judy Ensminger, and *Sign Language* (1992) published by the Watch Tower Bible and Tract Society. This set of dictionaries produced and published by religious institution, combines an extension of the lexicon of sign language to a religious discourse. Such dictionaries have a number of features that will be discussed: the signs/entries are divided by subject, following the alphabetical words of portuguese language and its mode of realization is illustrated by photo or drawing, the lexicographical utterance is observed from the description the way the signal is performed. The third period in the history of the production of dictionaristics books of sign language begins with the official of Libras as the language of the deaf community in Brazil in 2002. There are three dictionaries studied: *Brazilian Sign Language Trilingual Illustrated Encyclopedic Dictionary* (2001) Fernando César Duarte Walkíria Capovilla and Raphael; *Brazilian Sign Language Dictionary* (2006), Tanya Amara Felipe and Guilherme de Souza de Azambuja Lira and New deit-Libras: *Trilingual Illustrated Encyclopedic Dictionary of Brazilian Sign Language* (2009), Fernando César Capovilla, Walkíria Raphael Duarte and Aline Cristina L. Mauricio. These works are characterized, in general, by the presentation that authors propose of the signals from elements derived from lexicology and lexicography of oral language, coupled with the knowledge of sign language on the description of the form of the signals, we note, in these works, a characterized attempt by the illusion to offer greater "transparency" and "completeness" to the language and the dictionary. The studies carried out indicate that there is a path of scientific literature on Libras which enables the authors to elaborate dictionaries and grammars that support grammatisation the Brazilian Sign Language. While that legitimizes Libras, through scientific studies on the language, there become

institutionalized knowledge produced through linguistic tools such as dictionaries and grammars.

KEYWORDS: Libras Dictionaries; History of Linguistics Ideas; Brazilian sign language; discourse analysis; constitution and formulation.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour objet de comprendre l'histoire de la production de la connaissance sur la Langue Brésilienne de Signes – LIBRAS, dans sa relation avec les individus et l'État. Nous cherchons notamment à comprendre le fonctionnement de ces outils, leur constitution et formulation, sous la perspective de l'Histoire des Idées Linguistiques en articulation avec l'Analyse du Discours. Nous faisons la distinction de trois périodes dans la production de ces instruments. La première concerne la publication de *l'Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de Flausino José da Gama, en 1875, ouvrage fondateur du savoir lexicographique sur la langue de signes du Brésil, d'après les analyses et les discours lus sur elle. La production d'outils lexicographiques a toutefois été interrompue pendant presque un siècle, jusqu'à sa reprise dans les années 60, dû à des facteurs relationnés à la prohibition de la langue de signes instituée à partir du Congrès de Milan, en 1880. La deuxième période que nous identifions, partant, est constituée par un ensemble d'ouvrages publiés depuis les années 60 jusqu'aux années 90: *Linguagem das Mãos* (1969), du prêtre Eugênio Oates; *Linguagem de Sinais do Brasil* (1983), de Harry Hoemann, Eugênio Oates & Shirley Hoemann; *Comunicando com as Mãos* (1987), de Judy Ensminger, et *Linguagem de Sinais* (1992), édités par la Société "Torre de Vigia de Bíblias e Tratados". Cet ensemble de dictionnaires, produits et publiés par des institutions religieuses, associe l'élargissement du lexique de la langue de signes à une discursivité religieuse. Tels dictionnaires présentent une série de caractéristiques qui seront analysées: les signes/articles sont distribués par thèmes, suivent l'ordre alphabétique des mots de la langue portugaise et leur structure compte sur des illustrations en photo ou en dessin; l'énoncé lexicographique est observé à partir de la description de la manière dont le signe est réalisé. La troisième période dans l'histoire de la production d'ouvrages dictionnaires de la langue de signes commence avec l'officialisation de la Libras comme langue de la communauté sourde du Brésil, en 2002. Nous étudions trois dictionnaires: le *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira* (2001), de Fernando César Capovilla et Walkíria Duarte Raphael; le *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais* (2006), de Tanya Amara Felipe de Souza et Guilherme de Azambuja Lira et le *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira* (2009), de Fernando César Capovilla, Walkíria Duarte Raphael et Aline Cristina L. Mauricio. Ces ouvrages se caractérisent, d'une façon générale, par la présentation que les auteurs proposent des signes à partir d'éléments issus de la lexicologie et de la lexicographie de la langue orale, associée à la connaissance de la langue de signes par rapport à la description de la forme des signes; nous remarquons dans ces ouvrages une tentative caractérisée par l'illusion d'offrir une plus grande "transparence" et "complétude" à la langue et au dictionnaire. Les études développées permettent de conclure qu'il y a un parcours de production

scientifique sur la Libras, ce qui permet aux auteurs d'élaborer des dictionnaires et des grammaires qui soutiennent la grammaticalisation de la Libras. En même temps que la Libras se légitime, à travers les études scientifiques sur la langue, les savoirs produits s'institutionnalisent, à travers les outils linguistiques comme les dictionnaires et les grammaires.

MOTS-CLÉS: Dictionnaires de LIBRAS; Histoire des Idées Linguistiques; Langue Brésilienne de Signes; analyse du discours; constitution et formulation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 A HISTORICIDADE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: EMERGÊNCIA E DESLOCAMENTO	27
1.1 Gesto fundador: De Paris (Institution Nationale des Sourds-Muets) ao Rio de Janeiro (Instituto Nacional de Educação de Surdos)	27
1.2 Criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos	41
1.3 Língua Brasileira de Sinais - Libras	48
1.4 Periodização e constituição do <i>corpus</i> discursivo: O encontro com a materialidade das obras de Libras	53
2 SINALIZANDO O PERCURSO TEÓRICO ANALÍTICO	71
2.1 Gramatização das línguas	71
2.2 Dicionário como Discurso	78
2.3 Construção do dispositivo teórico analítico	85
2.3.1 Metodologia de Análise	103
3 ICONOGRAPHIA DOS SIGNAES DOS SURDOS-MUDOS: INÍCIO DA CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	107
3.1 Tipologia e domínio fundador	107
3.2 Uma leitura do prefácio: <i>Este livro</i>	113
3.3 <i>Dactylogia dos Surdos-Mudos</i>	119
3.4 Sinais: Modo de organização	134
3.5 Sinais: Modo de definição – a discursividade escolar no dicionário	144
4 DICIONÁRIOS DE LÍNGUA(GEM) DE SINAIS (DAS MÃOS): A DISCURSIVIDADE RELIGIOSA NO “RÉVEIL DES SOURDS” DO BRASIL	151
4.1 O despertar dos surdos	151
4.2 Lendo os prefácios	155
4.3 Alfabeto datilológico	167
4.4 Sinais: Modo de organização	183
4.5 Sinais: Modo de definição - a discursividade religiosa nos dicionários	197
5 DICIONÁRIOS E FORMULAÇÃO: O FUNCIONAMENTO DA COMPOSIÇÃO MATERIAL	213
5.1 Sinais: Modo de organização e de definição	213
6 PARA CONCLUIR	255
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	263
ANEXOS	273

INTRODUÇÃO

Ano de 1990. Meu irmão surdo completava 6 anos e chegava o momento de iniciar o processo de escolarização. Na época, nada ou pouco sabíamos sobre surdez, escolarização de aluno surdo, língua de sinais. Meu pai morava no interior de Mato Grosso, na zona rural. Como eu morava na cidade de Cáceres/MT, levei meu irmão para estudar na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), porque era a escola que atendia aos alunos com deficiência.

Foi nessa escola que, pela primeira vez, entramos em contato com a língua de sinais. Nela, meu irmão recebeu o nome de batismo para a comunidade surda e começou a conviver com outros colegas surdos. E eu comecei a aprender sinais e a língua de sinais para estudar com meu irmão.

Dessa relação, surge o meu envolvimento com as pessoas surdas da cidade. Em 1996, com o intuito de compreender os processos cognitivos envolvidos no ato de ler e escrever, mais especificamente, compreender a escrita e o modo como o aluno surdo escreve, ingressei no curso de mestrado em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos/SP.

Desse mestrado resultou, no retorno à Cáceres, em 1999, um envolvimento e um trabalho mais sistemático com os sujeitos surdos. Meu primeiro objetivo foi organizar, em conjunto com alguns surdos da cidade, a Associação de Surdos, para que se ela constituísse em um lugar onde os surdos pudessem se encontrar, sinalizar/conversar, discutir questões de identidade, representando um espaço político onde a língua de sinais pudesse ser aprendida e ensinada. Ou seja, um lugar para dar(-se) a conhecer, onde o sujeito surdo pudesse conhecer-se e conhecer o outro, pela convivência, pela troca de experiências e, a partir daí, construir uma unidade para que pudessem sinalizar/“falar”, serem vistos/“ouvidos”

Durante esses anos de convivência com a comunidade surda, toda a relação esteve direcionada a dois objetivos: desenvolver, trabalhar e construir com

os surdos as habilidades de leitura e de escrita, e ensinar a língua de sinais aos ouvintes, tanto famílias como professores.

Ao ingressar no doutorado, inicialmente, eram ainda as questões sobre leitura e escrita que me interessavam. Mas ao cursar a disciplina História das Ideias Linguísticas, o trabalho direcionou-se para a história da constituição dos instrumentos linguísticos de português, dentre os quais os dicionários, e interessei-me assim por estudar a historicização dos dicionários de Língua Brasileira de Sinais (Libras¹). E esse interesse inicial foi aos poucos se transformando em uma possibilidade real de estudo, em objeto desta pesquisa.

Como as línguas podem ser observadas sob diversos pontos de vista, nossa pesquisa não tem como objetivo estudar a definição de Libras como língua, nem tomamos como objeto de estudo sua estrutura, mas visamos compreender a história de sua constituição e do conhecimento produzido sobre ela, a partir do estudo dos instrumentos linguísticos, especificamente os dicionários. Quando se produz um dicionário ou uma gramática, pensa-se também na presença desses objetos no espaço escolar, no ensino da língua, da leitura e da escrita, ou seja, na função desses instrumentos na escola, no processo de formação dos alunos. Em nosso estudo, não vamos tratar da função do dicionário de Libras na escola, mas do funcionamento desse instrumento, ou seja, da constituição e da formulação do saber sobre a Libras.

Durante a fase de definição do *corpus* da pesquisa, procuramos fazer um levantamento de obras *de* e *sobre* a língua de sinais produzidas no Brasil desde o ano de 1857, data de criação do Instituto de Surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (doravante, INES), até o ano de 2010, com o objetivo de, em um segundo momento, propor uma periodização inicial e selecionar as obras que seriam analisadas.

No século XIX, época da criação do Instituto de Surdos-mudos, encontramos somente uma obra sobre a língua de sinais, datada de 1875,

¹ Neste estudo, utilizo Língua Brasileira de Sinais – Libras, por ser esta a denominação aprovada pela Lei 10.436/2002. Em várias passagens, substituo a denominação Língua Brasileira de Sinais por Libras.

denominada *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de Flausino José da Gama. No entanto, há outras obras cuja temática trata *de e sobre* educação de surdos nesse final de século XIX. Essa produção refere-se a manuais de ensino, livros, cartilhas que contêm orientação didática para o ensino de disciplinas escolares.

As obras produzidas especificamente na primeira metade do século XX destinavam-se aos pais e professores, tanto do Instituto como àqueles que trabalhavam com alunos surdos em diversos estados do país, e tinham como finalidade subsidiar o desenvolvimento da fala, apresentando os seguintes temas: leitura labial ou oro-facial, percepção auditiva, produção articulatória, atividades para o aluno surdo aprender e desenvolver a fala e descrição dos métodos.

Notamos, então, que, excetuando a obra de Flausino José da Gama, todas as outras publicações, tanto as do final do século XIX como as publicadas até metade do século XX, tratam de temas relacionados à educação do surdo, mas não à língua de sinais do Brasil, aos aspectos linguísticos ou à produção de conhecimento sobre essa língua.

As pesquisas propriamente linguísticas sobre a língua de sinais do Brasil começaram somente na década de 1980. Grande parte delas trata especificamente de sua estrutura linguística, dos aspectos fonético-fonológico, morfológico, sintático; de sua aquisição; da escrita nessa língua, de questões relativas à tradução e interpretação; à chamada “cultura surda”; à educação bilíngue etc. Acrescentamos ainda as obras do tipo dicionarístico. Dessa época até a década de 2010 a produção sobre a língua de sinais cresceu consideravelmente, em função da oficialização da Libras como língua da comunidade surda do Brasil e, em decorrência deste fato, algumas políticas em relação a essa língua estão sendo implementadas, tais como a introdução da Libras enquanto disciplina curricular em cursos de graduação, a criação de curso superior de Libras (Letras/Libras) e a legalização da profissão de intérprete de Libras.

Atualmente, há uma produção consubstanciada sobre a constituição do

léxico, sobre a estrutura linguística da Libras, sobre a estrutura dos sinais, sobre a história da educação de surdos no Brasil. No entanto, não encontramos estudos que busquem compreender a constituição dos instrumentos linguísticos da Libras, estudos que tratem sobre a produção de conhecimento sobre essa língua, sobre o seu processo de gramatização. Provavelmente, pela história recente da oficialização e institucionalização da Libras, não dispomos de estudos sobre a *constituição, formulação e circulação*² dos instrumentos linguísticos dessa língua.

Como é um estudo pioneiro nessa área, vamos nos fundamentar nos estudos desenvolvidos na História das ideias sobre as línguas que chamaremos aqui de “faladas” ou “orais”, no sentido específico em que se opõem à Libras, enquanto língua de pessoas que *signalizam* ou pessoas que *oralizam*. A partir da relação com a produção de gramáticas e dicionários enquanto instrumentos tecnológicos, buscaremos portanto mobilizar algumas noções da área para compreender o funcionamento do dicionário de Libras, levando em conta as questões muito particulares que a especificidade de uma língua como essa coloca em relação às línguas orais, para assim tentar compreender, em última instância, o que o funcionamento do dicionário de Libras pode nos dizer sobre o estatuto e o funcionamento da própria língua.

Nesse sentido, interessa-nos explicitar e compreender o funcionamento dos dicionários de Libras, sua historicidade, suas condições de produção, ou seja, refletir sobre a história dos dicionários de Libras. Assim, algumas questões norteiam nosso estudo:

- *Quais são as condições de aparecimento dos dicionários de Libras?*
- *Como se dão a construção e o funcionamento das definições no dicionário de Libras?*
- *Qual é a posição do sujeito lexicográfico ao produzir um dicionário de Libras em uma determinada conjuntura sócio-histórica?*
- *Como o sujeito lexicográfico imagina seu público leitor, que imagens do dicionário de Libras e da língua de sinais do Brasil são construídas?*

² Esses conceitos são vistos a partir de Orlandi, 2002.

Para compreender essas questões, apresentaremos, nesta tese, cinco capítulos que objetivam atender ao escopo desse estudo.

No capítulo 1, tomando como base para nossas reflexões as pesquisas da área História das Ideias Linguísticas, discorreremos, de forma sucinta, sobre a história da educação do surdo e da língua de sinais, dos instrumentos linguísticos, dos autores e das instituições referentes aos surdos e à sua língua. Em seguida, tratamos da história da criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (doravante INES), no Rio de Janeiro e da Língua Brasileira de Sinais. Veremos que é no contexto de uma história mais geral da educação de surdos, na Espanha e França, especialmente, e da emergência da língua de sinais francesa, a partir da criação da? *Institution Nationale des Sourds-Muets* de Paris, que a história brasileira da língua de sinais e da educação do surdo brasileiro se constitui. Apresentamos também, nesse capítulo, uma periodização da produção dicionarística de Libras e o percurso de constituição do *corpus* discursivo.

No capítulo 2, em uma articulação da História das Ideias Linguísticas com a Análise de Discurso, abordamos o quadro teórico-metodológico que dará a sustentação necessária para o desenvolvimento da pesquisa em questão, tratando sobre os conceitos a serem mobilizados no decorrer das análises.

Os capítulos 3, 4 e 5 tratam das análises dos dicionários de Libras. A partir das condições sócio-históricas em que foram produzidos, eles estão distribuídos em três séries e cada série faz parte de um capítulo. Assim, no capítulo 3 tratamos sobre a *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*. O capítulo 4 aborda os dicionários de língua de sinais produzidos entre as décadas de 1960 a 1990 e o capítulo 5 explora os dicionários da década de 2000, quando a língua de sinais foi oficializada.

Os estudos sobre a historicização da Libras, da produção científica sobre ela, da sua filiação à língua de sinais francesa, nos primeiros anos de funcionamento do INES e depois, sua filiação à língua de sinais americana, após a década de 1960, permitem concluir que há um percurso de publicações de obras consistente sobre a Libras no Brasil, que possibilita, aos autores, elaborar

dicionários e gramáticas que sustentam a gramatização da Língua Brasileira de Sinais. E essa gramatização, conseqüentemente, está diretamente relacionada com o processo de legitimação e institucionalização da Libras.

Nesta pesquisa, não incorporamos todas as obras de cunho dicionarístico como *corpus* para nossa análise. Esperamos, contudo, ter levantado alguns aspectos interessantes para a reflexão sobre o processo de constituição dos instrumentos tecno-linguísticos dessa língua.

1 A HISTORICIDADE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: EMERGÊNCIA E DESLOCAMENTO

1.1 Gesto fundador: De Paris (Institution Nationale des Sourds-Muets) ao Rio de Janeiro (Instituto Nacional de Educação de Surdos)

A história das línguas de sinais tem sido alvo de debates polêmicos e acalorados de tempos em tempos. Antes, porém, queremos deixar explícito que não temos o propósito de, neste trabalho, fazer um relato minucioso da história da educação ou da língua dos surdos, nem desenvolver uma análise dos documentos que tratam da história, nem da concepção de língua e de sujeito surdo, de aspectos que permearam sua condição e nem sobre o estatuto de língua de sinais. Nosso propósito é apresentar uma visão geral desta trajetória histórica e tentar entendê-la em seus aspectos mais relevantes para esta pesquisa, que é a produção de instrumentos linguísticos da língua de sinais dos surdos do Brasil.

Um dos pontos comuns que permeia a discussão é o fato de os surdos usarem os sinais para interagirem entre eles. Esse fato suscita pelo menos dois diferentes posicionamentos sobre o surdo. Por sinalizar e não falar uma língua de modalidade oral-auditiva, o surdo é considerado como desprovido de uma língua e, portanto, de um instrumento para aprender e para expor seu pensamento. De uma postura contrária, considera-se que a língua de sinais é um sistema organizado linguisticamente e gramaticalmente, considerado, portanto, como uma língua e através da qual os surdos expressam suas ideias, seus pensamentos, interagem uns com os outros, identificam-se.

Historicamente, a primeira referência ao sujeito surdo pode ser encontrada na Antiguidade, no Diálogo de *Crátilo*, de Platão. Na discussão sobre a questão dos nomes, Sócrates dirige-se a Hermógenes e pergunta:

Sócrates: Se não tivéssemos voz nem língua, mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns para os outros não deveríamos, como as peessoas que são mudas, nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?
Hermógenes: Como, Sócrates, haveria de ser de outra maneira? (cf. SOUZA, 2010, p. 125. Grifos nossos.)

Nessa obra não se discute diretamente a questão da língua de sinais, nem a condição da surdez, mas só o fato de já fazer referência à possibilidade de as “pessoas que são mudas” precisarem dar nomes às coisas substituindo a voz por gestos realizados no corpo, apresenta-se como um importante documento no qual já se coloca a questão da língua de sinais.

No início da era cristã, encontra-se novamente referência aos surdos numa passagem bíblica, no Evangelho de São Marcos.

Levaram então a Jesus um homem surdo e que falava com dificuldade, e pediram que Jesus pusesse a mão sobre ele. Jesus se afastou com o homem para longe da multidão; em seguida, pôs os dedos nos ouvidos do homem, cuspiu e com a sua saliva tocou a língua dele. Depois olhou para o céu, suspirou e disse: “Efatá”, que quer dizer: “Abra-se!”. Imediatamente os ouvidos se abriram, sua língua se soltou e ele começou a falar sem dificuldade (Bíblia Sagrada, 2010, p. 1232).

Contrariamente à passagem bíblica que dá visibilidade a uma posição de um sujeito surdo que volta a falar e a ouvir, ou seja, a uma posição que séculos depois vai se fundamentar na prática da oralização dos surdos, no século V, São Jerônimo reconhece que os sinais permitem aos surdos compreender o evangelho; nessa mesma direção, alguns séculos mais tarde, no século XIII, São Tomás de Aquino convida os surdos para confessar-se por meio dos sinais. É uma outra posição que se desenha, a de que não é preciso ouvir e falar para ter acesso à salvação e, mesmo que seja por motivos religiosos, já se evidencia uma posição de que o surdo usa um certo modo para interagir com o outro (cf. DELAPORTE, 2005).

Mas é somente no século XVI que se encontram os primeiros registros

que apontam a possibilidade de educação de surdos. Gerolamo Cardano (1501-1576), médico italiano, foi o primeiro estudioso a afirmar que a mudez não constituía um impedimento para o aluno surdo adquirir conhecimento, pois ele poderia aprender a escrita para, por meio desta, representar os sons da fala e as ideias do pensamento. O autor afirma que

é possível dar a um surdo-mudo condições de ouvir pela leitura e de falar pela escrita [...] pois assim como diferentes sons são usados convencionalmente para significar coisas diferentes, também podem ter essa função as diversas figuras de objetos e palavras. [...] caracteres escritos e ideias podem ser conectados sem a intervenção de sons verdadeiros (Cardano apud SACKS 2010, p. 25).

Essa posição marcou, então, uma nova maneira de tratar as pessoas surdas, ou seja, elas passaram a ser consideradas aptas para o ensino. Iniciam-se, assim, as primeiras experiências de ensino de leitura e de escrita aos surdos, realizadas por preceptores de crianças ou jovens surdos e, comumente, oferecidas em suas casas.

É preciso considerar aqui que nos séculos XVI e XVII as práticas da leitura e da escrita eram exercidas sob um estrito controle, restringindo-se ao clero e à nobreza. Em muitos lugares, como na Inglaterra, por exemplo, os clérigos e os grandes comerciantes sabiam assinar somente o nome, pois o acesso à instrução não era difundido. Essas restrições aplicavam-se também em relação às crianças surdas, e os filhos surdos da nobreza começaram a ter preceptores para serem instruídos (SOARES, 2005).

O trabalho mais documentado dos preceptores refere-se à educação dos filhos surdos da família Velasco, do Condado de Castela, na Espanha. Os Velasco seguiam a tradição de transmitir de geração em geração o título do Condado. Como essa família teve sete filhos dentre os quais somente um era ouvinte, os pais buscaram educar os filhos surdos para que, em caso de transmissão de título, eles pudessem recebê-lo, já que a condição para tal seria o fato de ler e escrever, condição imprescindível para assinar documentos. Dentre

os preceptores dessa família, destacam-se Pedro Ponce de Leon (1520-1584) e Juan Pablo Bonet (1579-1633)³.

Alguns preceptores tornaram-se conhecidos, embora pouco se saiba a respeito da metodologia desenvolvida no processo de instrução, do ensino de conteúdos escolares aos surdos. Dentre eles, podemos citar: Johann Conrad Amann (1669-1724), na Holanda; John Wallis (1616-1703), na Inglaterra; Wilhelm Kerger (1704), na Alemanha; Pedro Ponce de Leon (1508-1584), Juan Pablo Bonet (1579-1633) e Manuel Ramirez de Carrion (1579-?), na Espanha.

A obra *Reduction de las letras y Arte de enseñar a ablar los mudos* (cf. *infra* imagem da capa), de Juan Pablo Bonet, publicada em 1620, é reconhecida como o primeiro tratado sobre a pedagogia de surdos. O autor aponta no prólogo da obra (fl. XI) que a sua função não é só ensinar a falar, mas ensinar o surdo a “leer, escribir, y contar, y todas las demas cosas que pueden saber los que no nacieron con este defecto”.

³ Tanto Ponce de Leon como Pablo Bonet eram ouvintes. Não se tem conhecimento de que os dois tenham aprendido os sinais de uma língua de sinais. Bonet desenvolveu o alfabeto manual, e não se encontra na obra referência ao aprendizado e ao uso de sinais.



Figura 1.1: Capa da obra de Juan Pablo Bonet
 Fonte: <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/signos>

A obra de Bonet (1620) tornou-se muito conhecida tanto na Espanha como na França, difundindo-se principalmente no século XVIII, momento em que preceptores buscavam modelos para ensinar o surdo a falar, a ler e a escrever. No século XVIII, o livro de Bonet foi traduzido, segundo Oviedo (2006, p. 3), para outras línguas europeias, “lo que aumentó su fama continental. A partir de esa fuente común fue entonces adoptado en muchos lugares, con pequeñas variaciones”.

A obra de Bonet (1620) é a primeira que publica o alfabeto manual, o que a torna importante para a história da educação de surdos e para a constituição do alfabeto datilológico de várias línguas de sinais, inclusive da Língua Brasileira de Sinais. Vejamos o alfabeto da obra de Bonet (1620):



Figura 1.2: Abecedário Demonstrativo de Juan Pablo Bonet.
Fonte: Bernard, 2008.

Reduction de las letras y Arte de enseñar a ablar los mudos caracteriza-se por desenvolver uma metodologia de ensino a partir do alfabeto, das letras e dos sons. Em Bonet, busca-se fazer uma correspondência do alfabeto escrito com o alfabeto manual com a finalidade de ensinar o surdo a ler, escrever e contar. A obra configura-se, assim, como um efeito de gestualidade alfabética.

É no século XVIII, na França, especificamente em 1760, que se inicia a educação de surdos em instituições. É o período que pode ser denominado como

“período institucional”, caracterizado pela aplicação de uma pedagogia coletiva e não mais individual. No entanto, o período de preceptores não termina abruptamente com o aparecimento do período institucional, pois os preceptores continuaram seus ensinamentos fora das instituições e das escolas especiais.

Quando em 1760 o abade Charles-Michel de L'Épée (1712-1789) fundou a primeira escola para surdos na França, ele adotou o alfabeto uni-manual de Bonet. Ainda hoje, segundo Bernard (2008, p. 27),

O alfabeto manual é utilizado hoje, na França e nos Estados Unidos com algumas variações, especialmente em relação à permutação das letras A e S. Na França, principalmente, ele é usado para traduzir nomes próprios ou na inicialização de sinais específicos em Língua de Sinais Francesa, LSF. Na língua de sinais americana o uso do alfabeto manual é mais amplo no que se refere aos empréstimos, para distinguir algumas nuances: os sinais "s'efforcer" e "tenter" é feita de acordo com mesmo movimento, mas sua configuração manual é a mesma que inicia as palavras, "S" para "strive" e "A" "Attempt" (tradução nossa)⁴.

A escola de Charles-Michel de L'Épée, fundada em Paris em 1760, transforma-se em 1791 na *Institution Nationale des Sourds-Muets*. A iniciativa de L'Épée inaugura uma nova era na história dos surdos e de sua língua, quando o abade reúne os surdos e, pela primeira vez na história da humanidade, a língua de sinais é praticada e permanece em uma coletividade de locutores surdos; até então, a prática dessa língua ficava circunscrita aos encontros pontuais entre alguns surdos das cidades (cf. DELAPORTE, 2005).

L'Épée ganhou notoriedade porque ensinava a um grupo de surdos, não mais um ou dois surdos somente, como os preceptores, e seu método foi tão bem sucedido que, pela primeira vez, permitiu que alunos surdos lessem e

⁴ No original: Cet alphabet manuel est utilisé de nos jours en France et aux Etats-Unis avec quelques variantes, la permutation des lettres A et S, notamment. Mais surtout, en France, il reste destiné à l'épellation, ou à l'initialisation de signes spécifiques dans la Langue des Signes Française, L.S.F., comme ceux des jours, par exemple, tandis que la Langue des Signes Américaine fait un usage plus expansif de tels emprunts, pour différencier certaines nuances: les signes "s'efforcer" et "tenter" s'effectuent selon le même geste, mais leur configuration manuelle est celle de l'initiale des mots, "S" pour "strive" et "A" pour "attempt".

escrevessem em francês e, por conseguinte, adquirissem educação.

Sacks (2010, p. 27) destaca que L'Épée, que foi provavelmente o primeiro ouvinte a aprender os sinais, desenvolveu o método para ensinar os surdos a ler associando os sinais a figuras e palavras escritas. Como consequência dessa prática, “deu-lhes o acesso aos conhecimentos e à cultura do mundo”.

Não se credita ao abade L'Épée, portanto, a invenção da língua de sinais, mas seu mérito foi o de ter compreendido que os sinais permitem ensinar a ler e a escrever, começando pelo francês escrito, sem ter necessidade de passar, primeiramente, pelo aprendizado da língua falada. “A esses sinais naturais, ele associou um sistema complexo de sinais gramaticais para ajustar a língua dos surdos às categorias do francês”, ou seja, ele fez uma combinação da língua de sinais com a gramática francesa traduzida em sinais. A esse sistema, “ele denominou 'sinais metódicos', e fez todo mundo acreditar que ele colocou ordem em uma gestualidade incoerente (DELAPORTE, 2005, p. 118, tradução nossa)⁵.

O abade L'Épée publica, em 1776, sua primeira obra intitulada *Institution des sourds et muets par la voie des signes méthodiques, ouvrage qui contient le projet d'une langue universelle par l'entremise des signes naturels assujettis à une méthode* (cf. *infra* a imagem da capa). Essa obra tem um papel fundador em relação à educação de surdos, pois é o primeiro exemplar que caracteriza um modo de educar crianças surdas, a partir de sinais e não, unicamente, a partir do alfabeto, como a obra de Bonet.

⁵ No original: À ces signes naturels, il adjoignit un système complexe de signes grammaticaux pour ajuster la langue des sourds aux catégories du français [...]. il les appela signes méthodiques, ce qui fit croire à tout le monde qu'il mettait de l'ordre dans une gestualité incohérente.

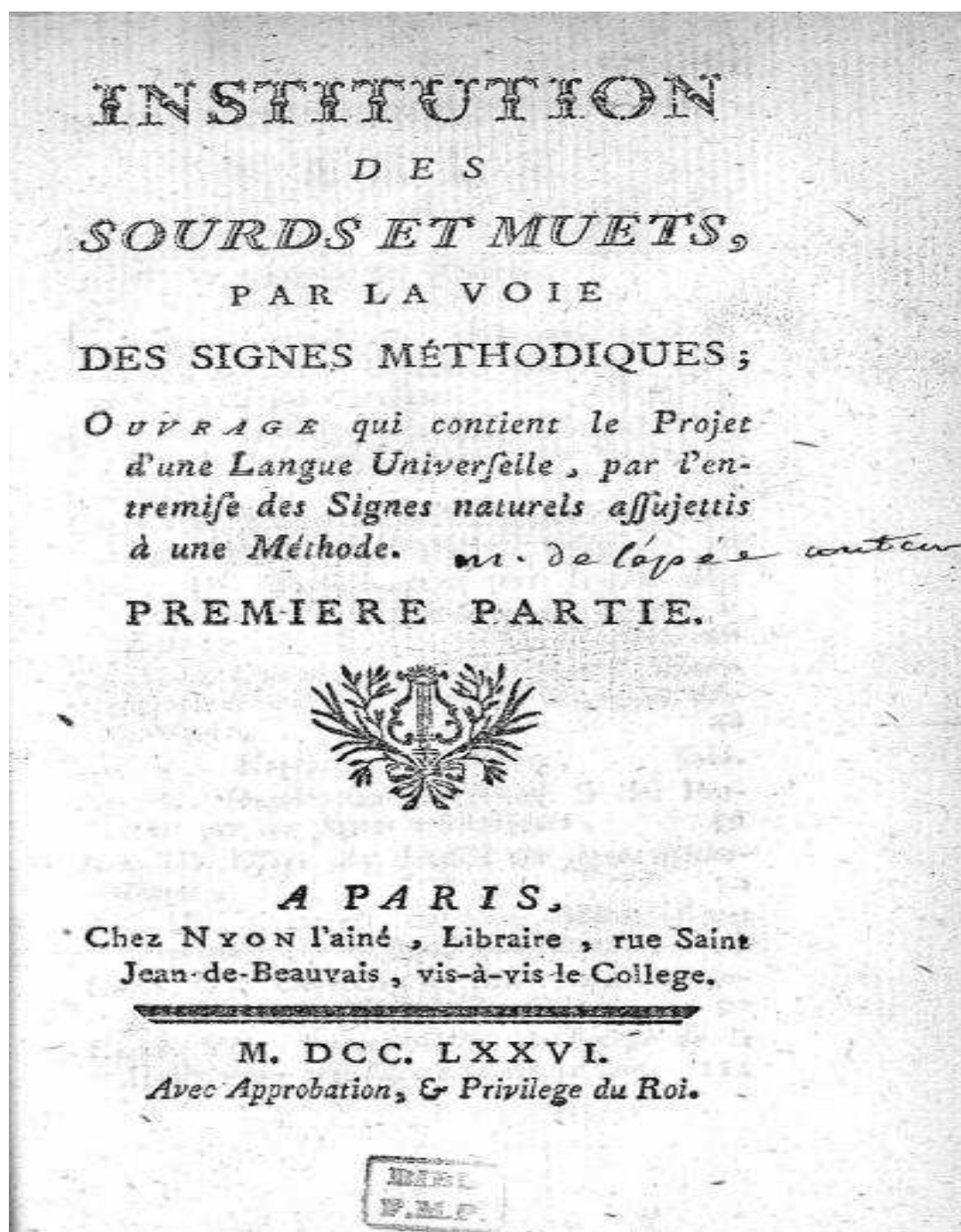


Figura 1.3: Capa da obra do abade Charles Michel de L'Épée
Fonte: Bibliothèque interuniversitaire de médecine (Paris)

Essa obra descreve uma metodologia para ensinar o surdo a ler e escrever a língua francesa; não se encontra, nesta obra, uma relação de sinais, seja em forma de desenho, de fotografia, como podemos observar em várias obras que foram publicadas na França, em período posterior. Mesmo tendo como objetivo apresentar seu sistema de sinais metódicos, tomando o sinal como pretexto para colocá-lo na estrutura gramatical da língua francesa, L'Épée apresenta a descrição de alguns sinais no decurso da obra. Vejamos como o sinal AIMER é descrito: “Eu darei, por exemplo, o verbo amar, na forma ativa ou passiva, *amizade, amor, amigo, amigável, cordial, amável*; todas essas palavras têm o mesmo sinal/radical e se executa colocando fortemente a mão direita sobre a boca, enquanto a mão esquerda fica sobre o coração, e levando em seguida a mão direita com uma nova força sobre o coração juntamente com a mão esquerda” (L'Épée 1776, p. 73).

radical qui y corresponde. Je donnerai pour exemple le verbe *aimer* dans toutes les parties, soit actives, soit passives, *l'amitié, l'amour, aimable, ami, amie, amiablement, amical, amicalement*: tous ces mots ont le même signe radical, qui s'exécute en mettant fortement la main droite sur la bouche, pendant que la gauche est sur le cœur, & rapportant ensuite la main droite avec une nouvelle force sur le cœur conjointement avec la main gauche.

Figura 1.4: Descrição do sinal AIMER⁶

Em 1786, L'Épée publica *La véritable manière d'instruire les sourds et muets, confirmée par une longue expérience*. No mesmo ano, ele escreve *Collection ancienne et moderne d'otologie* do Dr J. A Rattel, volume X, dictionnaire des sourds-muets que só seria publicada em 1896. Essa obra dicionarística, segundo Bonnal-Vergès (2006, p. 161), está organizada a partir das palavras em francês e em ordem alfabética.

Destaca-se também, no fim do século XVIII, o primeiro surdo a publicar uma obra, Pierre Desloges, intitulada *Observations d'un sourd et muet, sur un cours élémentaire d'éducation des sourds et muets*. Nessa obra, Desloges argumenta a favor da língua de sinais e assinala que

A língua (de sinais) que usamos entre nós, sendo uma imagem fiel do objeto expresso, é singularmente apropriada para tornar nossas ideias precisas e para ampliar nossa compreensão, obrigando-nos a adquirir o hábito da observação e da análise constantes. Essa língua é viva: retrata sentimentos e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra língua é mais adequada para transmitir emoções fortes e intensas (DESLOGES, 1779, p. 17, tradução nossa)⁷.

Na esteira dessas produções, toda a França viu efervescer várias publicações abordando temáticas relativas à língua de sinais, à educação de surdos e dicionários dessa língua. Apresentamos, a seguir, uma relação da produção de algumas obras do tipo dicionarístico referentes a língua de sinais, na França, concernentes ao final do século XVIII e meados do século XIX.

⁶ No original: Je donnerai pour exemple le verbe aimer dans toutes ses parties, soit actives, soit passives, l'amitié, l'amour, aimable, ami, amiablement, amical, amicalement: tous ces mots ont le meme signe radical, qui s'exécute em mettant fortement sa main droite sur sa bouche, pendant que la gauche est sur le Coeur, e rapportant ensuite la main droite avec une nouvelle force sur le Coeur conjointement avec la main gauche.

⁷ No original: Le language dont nous nous servons entre nous, n'étant autre chose qu'une image fidèle des objets que nous voulons exprimer, est singulièrement propre à nous doner de la justesse dans les idées, à étendre notre entendement par l'habitude où il nous mèt d'observer & d'analyser sans cèsse. Ces langage est vif: le sentiment s'y peint; l'imagination s'y développe. Nul autre n'est plus propre à porter dans l'ame de grandes & de fortes émotions.

Ano	Autor	Obra
1780	Abade Ferrand	<i>Dictionnaire des sourds-muets</i>
1786	Abade l'Épée	<i>Collection ancienne et moderne d'otologie du Dr J. A. Rattel, volume X, dictionnaire des sourds-muets</i>
1808	Abade Sicard	<i>Théorie des Signes ou Introduction à l'étude des langues où le sens des mots au lieu d'être défini est mis en action</i>
1817-1825	Roch-Ambroise A Bébien	<i>Mimographie ou Essai d'écriture mimique propre à régulariser le langage des sourds-muets</i>
1822-1860	Abade Jamet	<i>Dictionnaire</i>
1827	Degérando J M	<i>De l'éducation des sourds-muets de naissance</i>
1850	Alexandre Blanchet	<i>La surdi-mutité. Traité philosophique et médical suivi d'un petit dictionnaire usuel de mimique et de dactylogie à usage des médecins et des gens du monde</i>
1853-1854	Frères de Saint-Gabriel	<i>Iconographie des signes</i>
1855	Joséphine Brouland	<i>Spécimen d'un dictionnaire des signes</i>
1856	Pierre Pélissier	<i>Iconographie des signes faisant partie de l'enseignement des sourds-muets</i>
1859-1865	Abade Lambert	<i>Le langage de la physionomie et du geste mis à la portée de tous</i>
1868	Abade Laveau	<i>Catéchisme des sourds-muets illettrés que l'on ne peut pas instruire au moyen de l'écriture</i>
1875	Clamaron	<i>Alphabet dactylogique</i>

Tabela 1: Relação de obras de cunho dicionarístico da LSF
Fonte: Bonnal-Vergès, 2006.

Segundo Bonnal-Vergès (2006, p. 162), a maioria dos dicionários sobre a língua de sinais francesa adotou uma classificação unicamente alfabética como, os do abade L'Épée (de 1786 e publicado em 1896); do abade Ferrand (de 1780 e publicado em 1897); do abade Jamet (entre 1822 e 1860); o do Docteur Blanchet (1850); o dos Frères de Saint-Gabriel (cerca de 1853-1854); do abade Laveau (1868) e de Clamaron (1875). Três importantes autores, no entanto, adotaram, parcial ou totalmente, uma classificação temática: o abade Sicard (1808); Pélissier (1856), o único surdo desta relação, e o abade Lambert (1865). Destaca-se também que, dentre os autores, uns preocuparam-se em elaborar sua obra descrevendo os sinais (Degérando, 1827; Blanchet, 1850), outros desenhando (Brouland, 1855; Pélissier, 1856; Lambert, 1865).

Segundo Delaporte (2005), grande parte, senão a totalidade dos sinais praticados no Instituto foi registrada por esses autores, principalmente, porque

muitos deles faziam parte do Conselho de Administração do *Institution Nationale des Sourds-Muets*, de Paris.

Acompanhando essa produção, o Instituto de Paris foi o centro de formação de professores surdos. Estes, ao terminarem os estudos, saíam para construir escolas para surdos. Assim, na primeira metade do século XIX, várias instituições de educação de surdos disseminaram-se por todo o território francês e outros países da Europa e da América, a partir do modelo da instituição parisiense. Na França, conforme Delaporte (2005), as seguintes escolas surgiram sob o modelo do Instituto de Paris: Nogent-le-Rotrou (1808); Auray (1812); Rodez (1814); Saint-Étienne (1815); Arras e Caen (1817); Puy (1818); Marseille (1819); Besançon e Lyon (1824); Nancy (1828); Nantes (1842) Poitiers, Saint-Brieuc e Vizille Montpellier (1850).

É nessa primeira metade do século XIX que o Instituto de Paris, escola situada na rua Saint-Jacques, vive sua fase áurea em relação à educação de pessoas surdas. O Instituto torna-se referência para a formação de professores de língua de sinais e pela produção de obras sobre a língua. Saint-Jacques era, segundo Delaporte (2005, p. 119, tradução nossa)⁸, “a capital de um 'país de surdos' [...] Toda pessoa que gostaria de trabalhar com a educação de surdos-mudos, para ser professor ou fundar um novo estabelecimento, em alguma província ou no estrangeiro, deveria passar obrigatoriamente em Saint-Jacques”.

Vários são os surdos educados no Instituto de Paris que saíram para fundar uma escola de educação de surdos, tanto nas províncias da França como em outros países, como no caso do Brasil e dos Estados Unidos da América. Emergem desse contexto a relação de vários países com a França, inclusive o Brasil, com a criação de escolas para surdos e a relação histórica com a língua de sinais francesa:

Pour les institutions d'autres pays européens, ceux de Joseph

⁸ No original: la capitale d'un 'pays des sourds' [...] Toute personne qui souhaite se consacrer à l'éducation des sourds-muets, pour devenir enseignant ou fonder un nouvel établissement, en province ou à l'étranger, y fait un passage obligé.

Henrion (1793-1868) à Liège, Isaac Chomel (1796-1871) à Genève, Antonio Rouyer à Madrid. Et, pour l'Amérique, ceux de Laurent Clerc (1796-1869) à Hartford, Jacques Lejeune (1820-1897) à Montreal, François Delfariel (1845-?) à Santiago, **Edouard Huet à Bourges, Rio-de-Janeiro** puis Mexico (DELAPORTE, 2005, p. 119. Grifos nossos).

Configura-se, assim, uma relação histórica da Língua Brasileira de Sinais com a língua de sinais francesa e a filiação a um saber sobre a língua de sinais produzida por autores franceses.

1.2 Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

Em 1855, o professor surdo francês Edouard Huet chega ao Brasil, ao Rio de Janeiro, e encaminha uma carta a D. Pedro apresentando-se e propondo a criação de uma escola para educação de pessoas surdas:

Tenho a honra de submeter a apreciação de Vossa Majestade meus pensamentos e meus planos de ação em relação a criação de um estabelecimento para os surdos-mudos. É evidente que minhas intenções estão sempre em conformidade com as de Vossa Majestade e de seu governo e que receberei com reconhecimento as opiniões e as correções que julgar convenientes fazer.

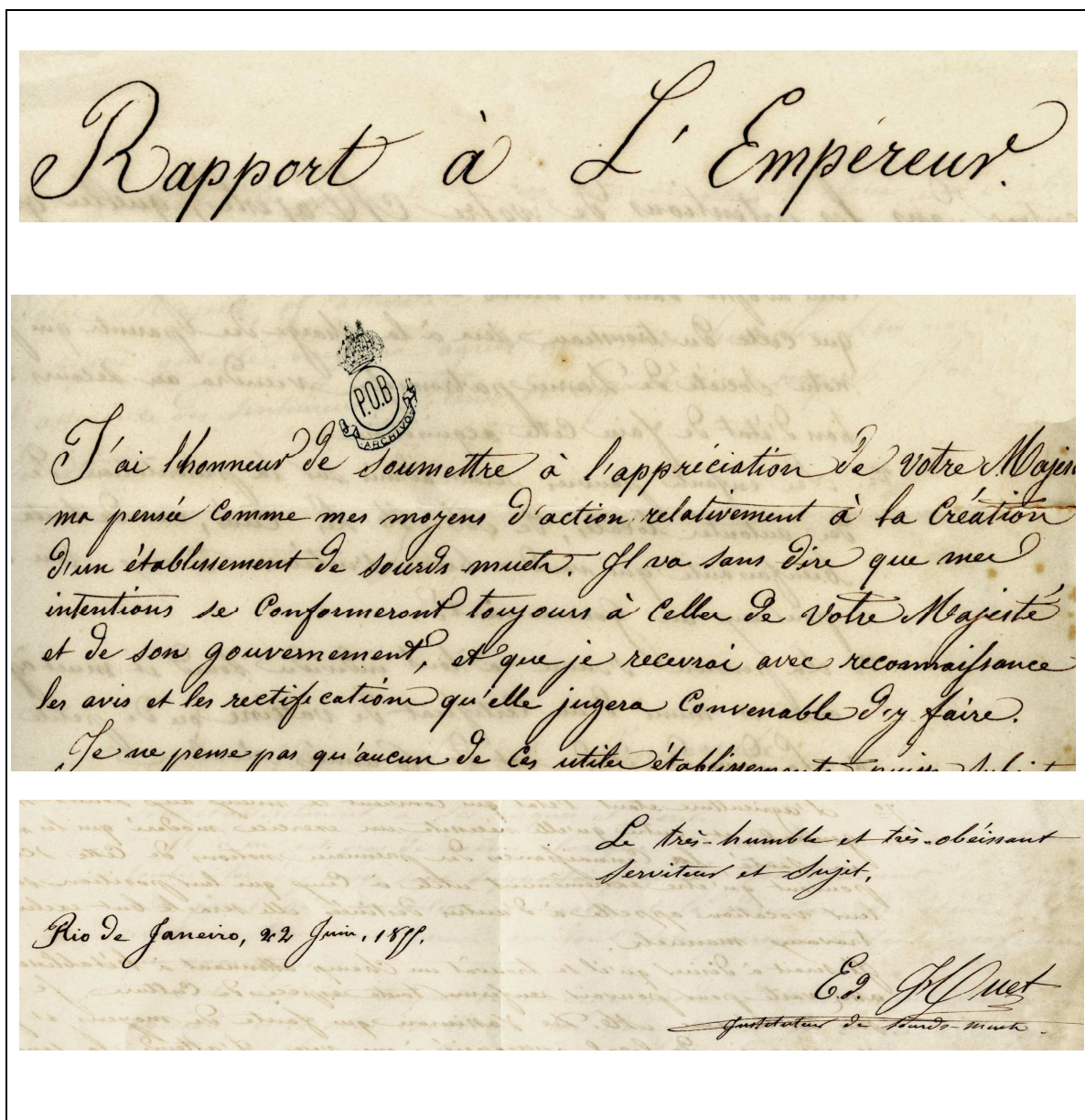


Figura 1.5: Parte da carta de Huet a D. Pedro II.
Fonte: Disponível no Museu Imperial – Arquivo Histórico / Rio de Janeiro.

Interessado na possibilidade da criação da escola, D. Pedro II designou o professor e Reitor do Imperial Colégio Pedro II, Dr. Manoel Pacheco da Silva, para colaborar com Huet na organização e criação da referida escola. O Imperador, antes de oficializar a criação da escola, designou o Marquês de Abrantes para acompanhar o trabalho do professor Huet, formando uma comissão

especial para avaliar o trabalho desenvolvido por este e para promover a fundação da escola para a educação de pessoas surdas.

Rocha (1997, p. 6) nos aponta que a comissão designada pelo Marquês de Abrantes, seguindo as recomendações de D. Pedro II, em reunião no dia 03 de junho de 1856, decidiu:

“1º – promover a definitiva instalação do Instituto dos Surdos-Mudos;

2º – procurar um prédio para a sede do estabelecimento”.

Cria-se, assim, o *Instituto dos Surdos-Mudos*. Considerou-se, até 1908, que a data de criação do Instituto foi o dia 1º de janeiro de 1857, mas tal data foi modificada pelo decreto nº 6892, de 19 de março de 1908, para o dia 26 de setembro de 1857, data em que o Império brasileiro estabeleceu a primeira dotação orçamentária para o Instituto e este passou a denominar-se *Imperial Instituto de Surdos Mudos*.

Em 1889, com a implantação de uma nova forma de governo no Brasil, a República, o Instituto passou a chamar-se *Instituto Nacional de Surdos-Mudos*. Essa denominação permaneceu até o ano de 1957, quando a diretora do Instituto, Ana Rímoli, propôs uma nova nomeação para o Instituto, que passou a chamar-se *Instituto Nacional de Educação de Surdos*, mudança que expressa o caráter educativo que o Instituto vai adquirir, especialmente quanto ao processo de oralização do surdo. O aluno surdo não será considerado mudo, pois passa a ser oralizado, a falar a língua portuguesa do Brasil.

Da data de sua criação aos dias atuais, o Instituto Nacional de Educação de Surdos continua representando o espaço de referência para a educação de surdos, no Brasil. Como produção do INES, uma das obras mais importantes, quando se leva em consideração uma produção sobre o sinalário⁹ de língua de sinais do Brasil e que inaugura a constituição do léxico dessa língua, é a obra *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (imagem da capa), de Flausino José da Gama, de 1875.

⁹ Conjunto de sinais que compõem o léxico da Língua Brasileira de Sinais”, ou seja, seu **sinalário** (STUMPF, 2005, p. 36) (grifo nosso).

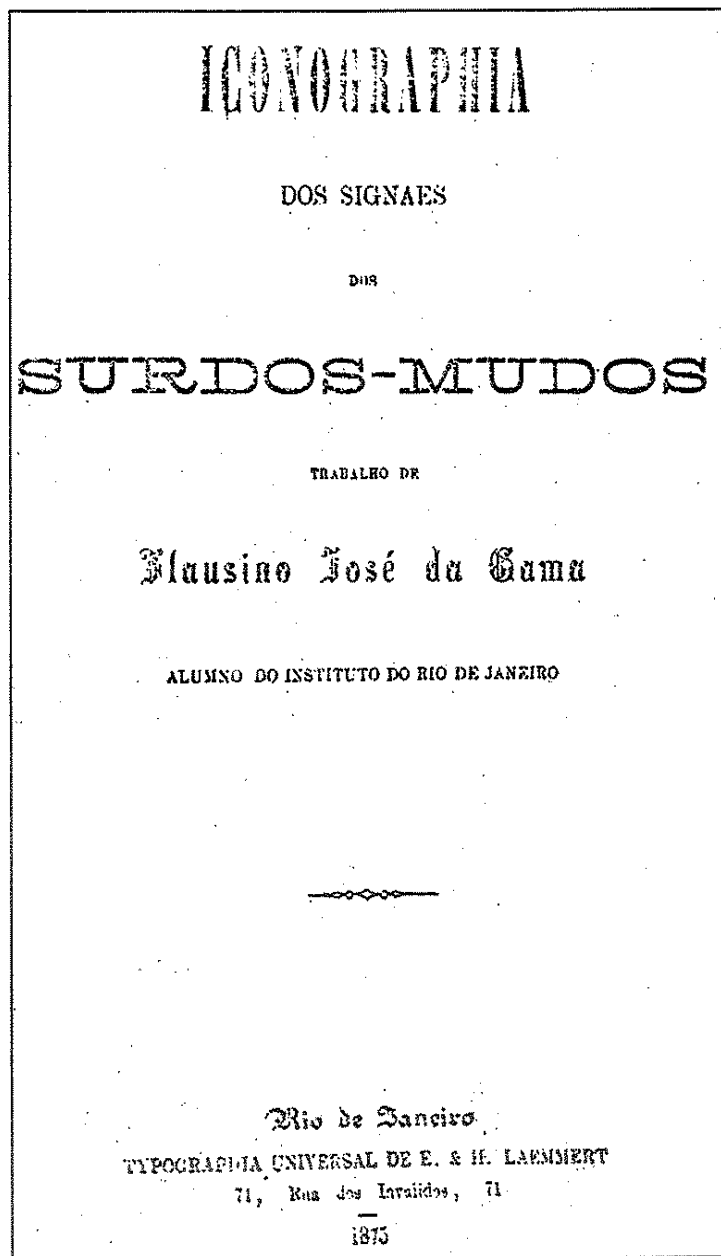


Figura 1.6: Capa do dicionário de Flausino da Gama (1875)

Do ponto de vista discursivo, a criação do Instituto produz um acontecimento, pois é através da institucionalização desse espaço e de suas

políticas que se vai produzindo um modo de compreender o sujeito surdo e do saber que aí se vai constituindo. Esse acontecimento, a criação do INES, significou a materialização desse espaço na educação de/para os surdos no Brasil na produção de saber sobre a língua de sinais.

Di Renzo (2005, p. 55), na sua tese de doutoramento, intitulada *A constituição do Estado Brasileiro e a imposição do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*, investigou a criação do Lyceu Cuyabano, no período em que no Brasil foram implantados os grandes colégios. Segundo a autora, esses colégios se configuram como o espaço autorizado para ensinar a língua nacional, ou seja, é na escola que todo conhecimento sobre a língua é absorvido, por ser este o lugar de legitimação da língua nacional.

A criação dos grandes colégios do Brasil, como é o caso do Colégio Pedro II (1837), no Rio de Janeiro, Caraça (1821), em Minas Gerais, Culto à Ciência (1873) em Campinas/SP e o Lyceu Cuyabano (1879), em Cuiabá, conforme análise dos pesquisadores do projeto História das Ideias Linguísticas, foi fundamental na produção do conhecimento sobre a língua que precisava sustentar a formação de uma cidadania nacional.

Para Di Renzo (ibidem, p. 61), fundar uma “escola significa intervir no espaço público uma vez que compete à Instituição Escolar a formação do sujeito cidadão. É por esta razão que falar em política linguística implica observar as razões do Estado e das instituições que vão tomar a constituição da língua nacional como valor, como princípio”. Os grandes colégios do Brasil foram criados como os lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística (nacional) e da constituição do sujeito nacional.

De modo semelhante ao que ocorria nesses colégios, o INES também funcionava com os regulamentos, os programas, a relação dos conteúdos que deveriam ser ensinados aos alunos surdos. Se nos colégios esses programas constituíam (um certo tipo de) políticas públicas que formavam o cidadão nacional, também no INES, os programas evidenciavam uma certa formação para o cidadão surdo.

É interessante observar que Tobias Leite, diretor do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, em 1877, apontava que

o conteúdo do ensino do Instituto era uma adaptação dos programas de outros institutos europeus para os surdos-mudos brasileiros [...], especialmente da França, com as modificações que a localidade, a ocasião, a inteligência, o temperamento, a índole, a idade e os hábitos do aluno exigem (Apud SOARES, 2005, p. 55).

Menezes Vieira, médico e professor do Instituto, ao participar do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, em 1884, escreve seu parecer referente ao congresso (26ª Questão da Actas e Pareceres) e argumenta a favor da adoção do método oral, possibilitando interpretações quanto ao percurso da escolarização do surdo no Rio de Janeiro.

O instituto do Rio de Janeiro baseando a educação no plano que regia em 1868 o Instituto de Pariz, possui vícios desse plano.

Adaptando para instrumento geral de comunicação a linguagem escripta e reservando para certos casos especiaes a articulação ou palavra articulada, obedeceu à influencia imitativa, tomou pelo atalho e abandonou a estrada real. Collocou em segundo lugar, reservou para casos particulares os grandes instrumentos de uma educação completa.

Desse alvitre resultou, não ha como negar, a diminuta frequencia de alumnos e as difficuldades que hoje se entolham para uma organização racional.

Restituir a uma sociedade de analphabetos alguns surdos-mudos sabendo lêr e escrever de que vale e para que serve?

Unicamente produzir nos pais o desgosto por verem perdido precioso capital de tempo e ao educando dar uma linguagem que poucos comprehendem. Dos alumnos educados no instituto do Rio de Janeiro quantos ainda conservam a linguagem escripta?

Tres ou quatro.

Porque os outros abandonaram-na?

Porque, na sociedade em que vivem, raros sabem lêr e escrever.

Claro está, portanto, que o único meio de restituir o surdo-mudo á sociedade é dar-lhe uma linguagem que todos comprehendam, dar-lhe a linguagem articulada, suprema aspiração do venerando L'Épée (VIEIRA, 1884. p. 4).

Adotar o método oral para a educação de alunos surdos produz gestos

diferentes de interpretação, aqui no Brasil. Para Menezes Vieira, “o único meio de restituir o surdo-mudo á sociedade é dar-lhe uma linguagem que todos compreendam, dar-lhe a linguagem articulada, suprema aspiração do venerando L'Epée”, ou seja, a língua falada. Para Tobias Leite, no entanto, “convém notar que o ensino da linguagem escripta é obrigatório para todos, e que o da linguagem falada só é dado aos surdos-mudos accidentais”. O diretor do Instituto argumenta que

o fim ultimo dos Institutos dos surdos-Mudos não é formar homens de letras, [...]; o fim último destes estabelecimentos é arrancar do isolamento, que embrutece, os infelizes privados do instrumento essencial para a manutenção e desenvolvimento das relações sociais; é enfim, converter em cidadãos úteis á sociedade (LEITE, 1869, p. 5).

Mais importante mesmo no Instituto era preparar o surdo para o trabalho, torná-lo capaz de exercer alguma atividade. A justificativa para não ensinar o surdo a ler e a escrever se sustentava no fato de que havia muitas outras pessoas, não surdas, que também não sabiam ler e escrever; portanto, seria um prejuízo alfabetizar surdos num país de analfabetos.

No século XIX, a Constituição Republicana de 1891, no título que trata “Dos Cidadãos Brasileiros”, no Art. 70, já considerava a alfabetização como um pré-requisito para ter acesso à plenitude dos direitos do cidadão, como o direito a votar:

São eleitores os cidadãos maiores de 21anos, que se alistarem, na forma da lei
§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para os Estados:
1º Os mendigos;
2º Os analphabetos;
[...]

Se no início da República a condição de ser cidadão já passava pela escrita, ao longo do século XX e no atual esta é uma “forma de dominação

potente, homogeneizante e duradoura” (Orlandi, 2002b, p. 232). Mas pensar a escrita em sociedades diferentes da nossa, como as indígenas, aponta a autora, cuja história de relação com a escrita é muito diferente da nossa, pode nos fazer refletir de maneira muito produtiva sobre esta tecnologia. E pode, ainda, se tornar mais produtivo ao pensarmos na comunidade surda e às temáticas relacionadas aos surdos, à escrita e aos instrumentos linguísticos da língua de sinais.

No quadro do Programa História das Ideias Linguísticas muito já se produziu em relação à história da constituição da língua nacional e do conhecimento linguístico, bem como das políticas de língua adotadas sobre a língua portuguesa do Brasil. Neste trabalho, como mencionado, proponho direcionar o olhar para a Língua Brasileira de Sinais, por constituir um estudo relevante para a compreensão do saber produzido sobre esta língua no Brasil.

1.3 Língua Brasileira de Sinais – Libras

Esta pesquisa, como já salientamos, não discute aspectos da estrutura e do funcionamento linguístico da língua de sinais, pois nosso propósito é compreender o funcionamento dos dicionários a partir de uma dimensão discursiva. Mas neste momento, faremos uma breve incursão sobre os estudos linguísticos sobre a língua de sinais, com a finalidade de situar os estudos existentes sobre a língua de sinais do Brasil. Isso pode ser relevante tendo em vista que a produção de um saber científico sobre a língua dos surdos contribui para sua legitimação. Além disso, caberia analisar em que medida e por que caminhos esse saber está apoiado na produção anterior de dicionários e outros instrumentos tecnolinguísticos, como ocorre nos processos de gramatização das línguas, conforme propõe Auroux (1992), algo que não será aqui feito, mas que fica como uma proposta futura.

Em 1960, Willian Stokoe desenvolveu uma pesquisa pioneira que objetivou investigar as unidades mínimas distintivas da língua de sinais americana

(ASL), tendo um impacto sobre o desenvolvimento de estudos linguísticos das línguas de sinais de diversos países. A pesquisa publicada sob o título *Signe Language Structure: an outline of the visual communication systems of the american deaf* mostrou que as unidades mínimas, além de serem constantes e recorrentes, constituíam os sinais e serviam também para distinguir um sinal do outro. Para este autor “os aspectos do sinal, que parecem ter a mesma ordem de prioridade e importância dos fonemas segmentais da fala, são os aspectos da configuração, da posição ou localização, e do movimento” (STOKOE, 1960, p. 40, tradução nossa)¹⁰.

O trabalho de Stokoe teve continuidade e outras pesquisas foram desenvolvidas em relação à ASL, apontando acréscimos e tornando os estudos sobre a língua de sinais mais regulares. Outros pesquisadores iniciaram as pesquisas das línguas de sinais relativas ao seu país e, no caso do Brasil, temos, por exemplo, os trabalhos de Ferreira-Brito (1984, 1995), Felipe (1988), Karnopp (1994) e Quadros e Karnopp (2004). Assim, aqui no Brasil, Ferreira-Brito (1984) introduziu as pesquisas sobre a estrutura linguística da língua de sinais.

A Língua Brasileira de Sinais é uma língua basicamente produzida com as mãos, assim como as demais línguas de sinais. Segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 51), “as mãos, articuladores primários dessa língua, se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse espaço”. O que é reconhecido por palavra ou item lexical nas línguas oral-auditivas denomina-se **sinal** nas línguas espaço-visuais.

Brito (1995) assinala que o sinal é formado por três principais parâmetros: a configuração da(s) mão(s) (doravante CM), o ponto de articulação (de agora em diante PA) e o movimento (doravante M). Vejamos a imagem que ilustra os parâmetros fonológicos da Libras.

¹⁰ No original: the aspects of the sign which appear to have the same order of priority and importance as the segmental phonemes of speech are the aspects of configuration, position or location, and motion.

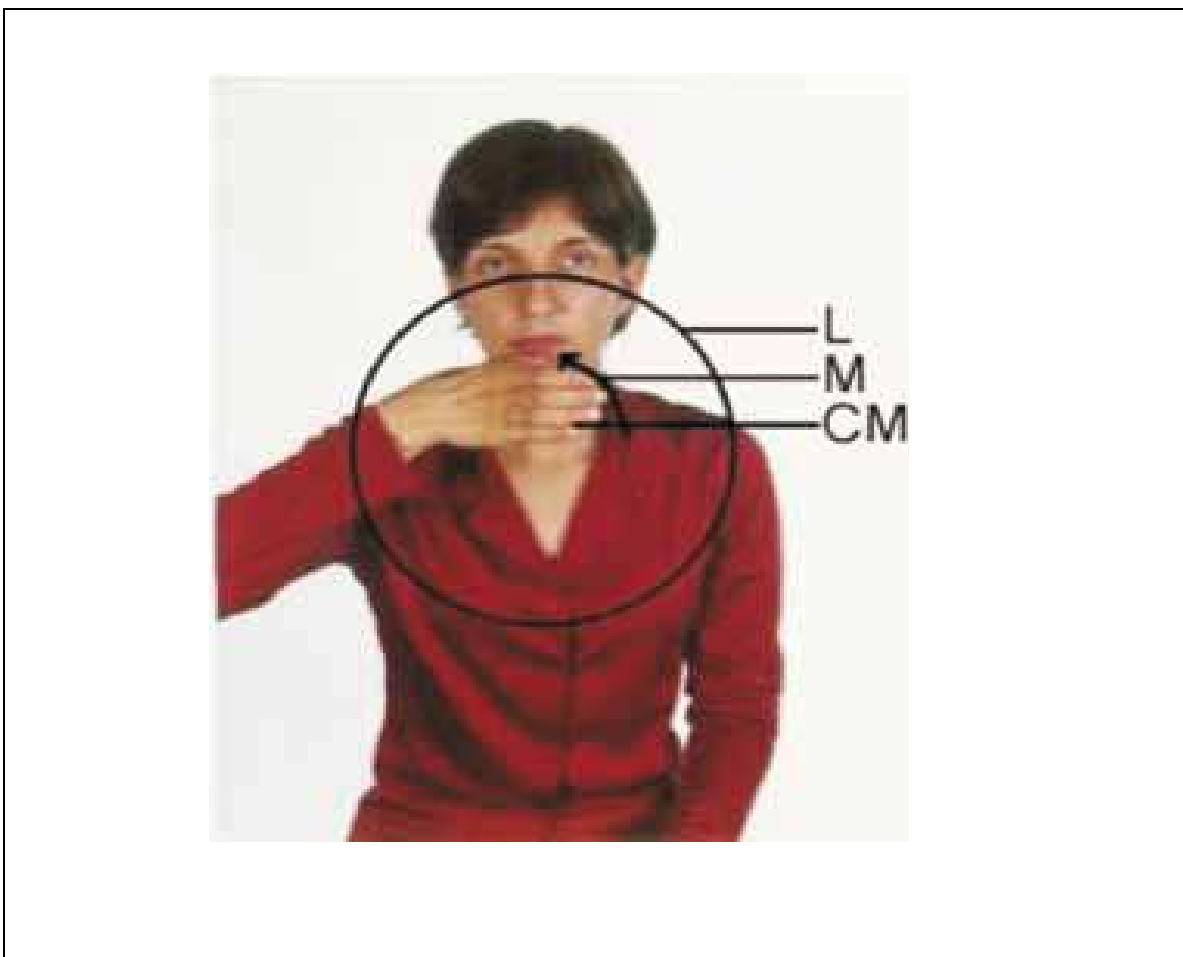


Figura 1.7: Parâmetros do sinal da Libras
Fonte: Quadros e Karnopp, 2004.

Segundo Ferreira-Brito (1995), a “configuração da(s) mão(s) são as diversas formas que a(s) mão(s) tomam na realização do sinal”. A autora apresenta 46 configurações de mão. É a partir dessas configurações que se formulam os sinais da Libras. Acresce a cada configuração, o ponto de articulação, o movimento, a posição da mão e a expressão não-manual. Vejamos as configurações de mão, segundo Ferreira-Brito:

1	2	3	4	5	6	
[B]	[A]	[G]	[C]	[5]	[V]	
[B̃]	[Ā]	[G ₁]	[Ĉ]	[5 ₄]	[Ṽ]	
[B _b]	[A ₆]	[G ₃]		[5̇]		
[B̂]	[A _t]	[G _d]		[5̂]		
7	8	9	10	11	12	
[O]	[F]	[X]	[H]	[3]	[Y]	
[Ô]	[F _f]		[H̃]	[3̃]	[Ỹ]	
[bO]	[F _t]		[Ĥ]	[3̂]	[Ŷ]	
13	14	15	16	17	18	19
[α]	[K]	[I]	[R]	[W]	[L]	[E]
[α ₁]	[K _d]				[L̃]	

Figura 1.8: Quadro com as 46 configurações de mão da Língua Brasileira de Sinais
Fonte: Brito, 1995.

Assim, para sinalizar um determinado sinal, CERTO, por exemplo, a

mão toma uma determinada configuração, uma determina forma. Já o “ponto de articulação é o espaço em frente ao corpo ou uma região do próprio corpo onde os sinais são realizados”. No caso do sinal CERTO, observamos que ele é realizado em frente ao corpo, em um espaço neutro. “O movimento é definido como um parâmetro complexo porque envolve uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, os movimentos direcionais no espaço até conjuntos de movimentos do mesmo sinal”. Ao sinalizar CERTO, este deve ser realizado com a mão de cima para baixo, em uma linha reta (BRITO, 1995, pp. 36-38). Vejamos a ilustração do sinal CERTO.



Figura 1.9: Sinal CERTO
Fonte: Brito, 1995.

Além desses parâmetros principais, outros, como a orientação da mão e as expressões não manuais, são elementos que, considerados como parâmetros, compõem o quadro da fonologia da língua de sinais, porque também eles apresentam mudança de significado para o sinal. Por definição, segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 59-60), “orientação da palma da mão é a direção para a qual

a palma da mão aponta na produção do sinal”. Ao realizar o sinal CERTO, a palma da mão fica para dentro, na direção do sinalizador. As expressões não-manuais, como o movimento da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco, marcam dois funcionamentos na língua de sinais: marcação nas construções sintáticas, por exemplo, na formulação de sentenças interrogativas, negativas; e expressões que constituem componentes lexicais para diferenciar itens lexicais, como bonito, muito bonito.

Em relação ao nível das unidades mínimas significativas, o da morfologia, vamos apresentar somente um aspecto como ilustração. Em Libras, os sinais para substantivos, por exemplo, não apresentam flexão de gênero. A indicação do gênero masculino e feminino é feita pospondo-se o sinal HOMEM ou MULHER, indistintamente, para pessoas e animais. Para exemplificar, tomemos o sinal BOI. Sinaliza-se o sinal BOI (“mão em Y, palma para baixo, ponta do polegar tocando a têmpora. Girar a palma para a frente”. Então, fazer o sinal HOMEM (“mão em C, palma para cima, dedos tocando cada lado do queixo. Mover a mão ligeiramente para baixo, unindo as pontas dos dedos”¹¹).

É a partir de todo um conjunto de pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais e, especialmente do movimento político articulado pela Feneis, denominado Pró-libras, na década de 1990, que promoveu o processo de oficialização da Libras, que se tornou possível sua legitimação no Brasil. A comunidade brasileira de pessoas surdas comemorou no dia 24 de abril de 2002 o reconhecimento oficial da Libras, através da lei nº 10.436/02.

Após esse breve panorama sobre os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais, passemos ao percurso que fizemos para constituir o *corpus* desta pesquisa, e com especial destaque para a periodização da produção dessa língua, a partir de acontecimentos, instituições e autores no/do Brasil.

1.4 Periodização e constituição do *corpus* discursivo: O encontro com a

¹¹ Capovilla et al., 2009, p. 415.

materialidade das obras de Libras

A constituição do *corpus* na AD não se faz *a priori*, como uma etapa independente, separada do conjunto constitutivo do dispositivo de interpretação. Face aos objetivos de análise e a questão a ser analisada, é em consonância com os métodos e os procedimentos de análise que se constitui o *corpus* da pesquisa, com vistas a compreender como o texto produz sentidos, por meio dos mecanismos de funcionamento.

Lembramos que na Análise de discurso não se busca a exaustividade e nem a completude em relação ao objeto empírico no desenvolvimento de análises. Busca-se tratar exaustivamente o material de análise em suas consequências teóricas, considerando-os “fatos de linguagem, com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (ORLANDI, 2005a, p. 63). Considerando as questões formuladas que direcionam nosso estudo, apresentaremos, a seguir, o percurso feito para a constituição do *corpus*.

Primeiramente, iniciamos fazendo um levantamento bibliográfico das obras lexicográficas pela internet, em livros, em artigos científicos, dissertações, teses que tratam sobre a educação de surdos e sobre a língua de sinais do Brasil. Pesquisamos, também, na biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos e no Museu Imperial, ambos na cidade do Rio de Janeiro, pois como são instituições que guardam a documentação do Brasil Imperial, poderia encontrar algum material sobre a língua. No Instituto Nacional de Educação de Surdos, encontramos, entre várias obras do século XIX, uma cópia de *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* e, no Museu Imperial, a carta de Edouard Huet endereçada a D. Pedro II.

Levando-se em consideração fatos de ordem institucional, em correlação com as obras, autores e instituições em que os dicionários de Libras foram produzidos, fizemos o levantamento de obras produzidas no final do século XIX até início do século XXI, não apenas aquelas de cunho dicionarístico. Listamos, a seguir, algumas obras que marcam o percurso de pesquisa e de produção sobre a língua de sinais do Brasil.

No século XIX, as primeiras obras publicadas no Instituto são de Tobias Leite e configuram-se como um trabalho de tradução de obras de língua de sinais de alguns autores franceses, como Valade Gabel. Sua obra *Méthode pour enseigner aux sourds-muets*, por exemplo, foi traduzida por aquele autor. Em 1871, Tobias Leite publica *Lições de Linguagem Escripta*, que tinha como objetivo fundamentar o trabalho pedagógico no Instituto e também auxiliar os professores primários que estivessem trabalhando com surdos em algumas províncias do Brasil, como Minas, São Paulo, Paraná e Goiás. Em 1874, publicou *Guia para professores primários*, consistindo em orientações para o ensino de “arithimética e metrologia”. Em 1877, Tobias Leite publicou *Noticias do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro*, em que destaca que a finalidade do instituto era dar ao surdo-mudo “instrucção litteraria e ensino profissional”. Em 1881, o autor publicou, ainda, o *Compêndio para o Ensino dos Surdos-Mudos*, em uma reunião das duas obras anteriores. Uma parte dessa obra consta de orientações para os professores para o ensino de categorias gramaticais como os verbos, adjetivos, pronomes, advérbios etc. (SOARES, 2005, 51).

Na primeira metade do século XX, outras produções foram publicadas, cujos temas continuam a fazer referência à surdez, à educação dos alunos surdos, centrando a atenção na articulação da fala, ou seja, na oralização do surdo. Em 1926, Arnaldo de Oliveira Bacellar apresenta a tese de doutorado pela Faculdade de Medicina de São Paulo, intitulada *A Surdo-mudez no Brasil*. A tese aborda temas referentes à surdez, como o histórico sobre a questão da surdez e do surdo, a etiologia, a anátomo-patologia, a prevenção, a legislação e os dados sobre as instituições brasileiras que atendiam aos surdos.

Em 1936, publica-se a obra *Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo*, de autoria de Dr. Armando de Lacerda, então diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Nessa obra, o autor destaca que o ensino deve suprir falhas decorrentes da anormalidade e que, no caso do surdo-mudo, isto seria possível por intermédio do ensino de linguagem oral. Portanto, segundo Armando de Lacerda, o objetivo da “linguagem oral é dotar a criança surda de uma linguagem análoga a

fisiológica, proporcionando-lhe um entendimento mais regular com os indivíduos normais e, portanto, mais favorável situação social” (apud SOARES, 2005, p. 57).

Na década de 1950, na gestão da professora Ana Rímoli de Faria no Instituto Nacional de Surdos-Mudos, várias obras são publicadas, ora traduzidas, ora de autoria da professora Faria. As obras traduzidas já evidenciam uma filiação mais explícita aos trabalhos desenvolvidos em escolas para surdos e na Universidade de Gallaudet, nos Estados Unidos da América, e a filiação aos trabalhos do *Instituto de Pariz* começa a se distanciar. Essas produções tinham por objetivo subsidiar os professores e pais de crianças surdas no sentido de proporcionar a elas um melhor desenvolvimento da “linguagem oral”.

A obra *O Treinamento Acústico no Curso Primário* (1952), apresenta uma série de trabalhos visando ao treinamento da audição e em seguida, exercícios para treinamento da fala. O livro *Iniciando a Compreensão da Fala* (1952), dirigido às mães, traz orientações quanto a “melhor maneira de se expressar” com o filho surdo para que ele compreenda a fala, apresentando também exercícios a serem desenvolvidos como complementação do trabalho escolar. Já a obra *A leitura da Fala* (1952) apresenta a importância de se compreender a fala pela leitura labial.

A partir de 1953, a professora Ana Rímoli começa a publicar uma série de obras de sua própria autoria, como *A Educação no Lar, sua Importância para a Criança Surda* (1953); *Compêndio de Educação da Criança Surda* (1958); *Introdução à Didática da Fala: Aspectos da Educação dos Deficientes da Audição e da Fala* (1957); *Ensino oro-áudio-visual para os Deficientes da Audição* (1958); *Manual de Educação da Criança Surda* (1961) e *Como ajudar uma Criança Surda* (1965) (ver ROCHA, 2010, p. 91).

Essa relação de obras indica um percurso sobre a educação de surdos no Brasil. São obras que tratam, especificamente, sobre o processo educacional na perspectiva do aprendizado da fala, da oralização do surdo, de questões referentes a surdez, enquanto estudo da etiologia e da prevenção.

É somente no ano de 1969 que se publicam duas obras sobre a língua

de sinais do Brasil. Uma delas refere-se à língua de sinais usada pelos índios Urubu-Caápor¹², sociedade indígena do Maranhão, e a outra à língua de sinais usada pelos surdos não índios do Brasil, a saber, a *Linguagem das Mãos*, de autoria do Pe. Eugêncio Oates.

É só a partir da década de 1980 que se desenvolvem pesquisas sobre a língua de sinais do Brasil, envolvendo diversos estudos linguísticos de cunho estruturalista, histórico, formação do léxico, aquisição; aparecem, também, instrumentos linguísticos, como gramáticas e dicionários. Para ilustrar a produção desse período, iremos apontar somente algumas, mesmo sabendo que outras tantas abordam temas relacionados e são também importantes. As obras *Por uma gramática de língua de sinais* (1995), de Lucinda Ferreira-Brito, e *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos* (2004), de Ronice Müller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp tratam de aspectos relacionados à fonologia, morfologia e sintaxe da língua de sinais do Brasil. Consideramos essas duas obras de tipo gramatical, como as gramáticas de línguas faladas, pelo modo como são organizados os assuntos, pela presença de exemplos e pela semelhança na distribuição dos capítulos.

As obras *A estruturação temporal na língua de sinais em São Paulo* (1982), de C. Castro; *A ordem sintática e a repetição na língua dos sinais em São Paulo* (1982); de M. Namura; *O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na língua de sinais dos centros urbanos brasileiros (LSCB)* (1998), de Tania Felipe; *Aquisição do parâmetro configuração de mão na Língua Brasileira de Sinais (Libras): estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos* (1994), de Lodenir Karnopp; *Sinais de tempo e aspecto em LIBRAS* (2004), de Rosana Finau; *Descrição fonético-fonológica dos sinais da Língua de Sinais Brasileira* (2006), de André Nogueira Xavier; *Diversidade linguístico-cultural da língua de sinais do Ceará: um estudo lexicológico das variações da Libras na comunidade de surdos do sítio Caiçara* (2008), de Janice Gonçalves Temóteo; *A segmentação*

¹² Jim Kakamusu, um linguista estadunidense, foi o primeiro a escrever sobre a língua de sinais Urubu-Kaapor. No Brasil, essa língua foi estudada pela linguista Lucinda Ferreira-Brito, em 1983. As aldeias dessa nação indígena localizam-se no Maranhão/Brasil.

da língua de sinais brasileira (libras): um estudo lingüístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos (2008), de Tarcísio Arantes Leite; *Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul* (2009), de Shirley Vilhalva; *Os sinalários na língua de sinais: como surgem os sinais?* (2010), de Carolina Comerlato Sperb e Maria Cristina Viana Laguna; *Do desenho à litografia: a origem da língua brasileira de sinais* (2011), de Cássia Geciauskas Sofiato; *A constituição histórica da língua de sinais brasileira: século XVIII ao XXI* (2011) de Ana Regina e Souza Campello, abordam a estrutura linguística da língua de sinais do Brasil, além de sua configuração histórica e dos problemas de variação.

As obras *Problemas linguísticos e cognitivos dos surdos* (1990), de Eulália Fernandes; *Integração social e educação de surdos* (1993), Lucinda Ferreira-Brito; *Educação de surdos: a aquisição da linguagem* (1997), de Ronice Müller de Quadros; *Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez* (1998), de Regina Maria de Souza; *Linguagem, surdez e educação* (1996), de Maria Cecília Raphael de Góes; *A educação do surdo no Brasil* (1999), de Maria Aparecida Leite Soares; *Memória e história: a indagação de Esmeralda* (2010), de Solange Rocha; *Libras?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda* (2009), de Audrei Gesser, abordam os fundamentos históricos, políticos, históricos, pedagógicos e linguísticos sobre a surdez e sobre a educação do aluno surdo.

Um conjunto de obras trata da educação do surdo em uma perspectiva bilíngue, como *Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica* (2004, v. I e II), de Heloisa Maria Moreira Lima Salles, Enilde Faulstich, Orlene Lúcia Carvalho e Ana Adelina Lopo Ramos; *Ideias para ensinar português para alunos surdos* (2006), de Ronice Müller de Quadros e Magali L. P. Schmiedt; *Surdos na Escola: Letramento e Bilingüismo* (2009), de Wilma Favorito e Ivani Silva; *Surdez e bilinguismo* (2005), organizado por Eulália Fernandes; *Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização* (2009), organizado por Ana Cláudia Balieiro Lodi e

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda; *Letramento e minorias* (2002), em uma organização de Ana Cláudia Balieiro Lodi et al. e *Leitura e escrita no contexto da diversidade* (2006), organizado por Ana Cláudia Balieiro Lodi, Kathryn Marie Pacheco Harrison e Sandra Regina Leite de Campos.

As obras *A surdez: um olhar sobre as diferenças* (1998), organizada por Carlos Skliar; *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade* (2003), de Gladis Perlin; *A cultura surda* (2008), de Karin Strobel; *Identidades surdas* (1998), de Gladis Perlin; *Cultura surda: possível sobrevivência no campo da inclusão na escola regular?* (2008) de Mariana de Lima Isaac Leandro Campos, tratam sobre a cultura surda.

As obras *Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador* (2005), *Lições sobre o SignWritin* (tradução), ambas de Marianne Rossi Stumpf; *ELiS – Escrita das Línguas de Sinais: proposta teórica e verificação prática* (2010), de Mariângela Estelita, tratam da escrita da língua de sinais.

Um conjunto de obras que tratam de procedimentos de ensino, de metodologia de ensino de língua de sinais são aquelas destinadas ao ensino/aprendizado da Libras. *Libras em contexto*, curso básico, livro do professor e do estudante (1997), de Tanya A. Felipe; *Curso de Libras* (2006), de Nelson Pimenta e Ronice Müller de Quadros; *Aprenda Libras com eficiência e rapidez* (2009), de Éden Veloso e Valdeci Maia Filho.

Temos outro grupo de obras que tratam especificamente do léxico da Língua Brasileira de Sinais, organizados ora no formato de dicionários, ora no de glossários. Das obras dicionarísticas, elencamos: *Linguagem das Mãos* (1960), do Pe. Eugênio Oates; *Linguagem de Sinais do Brasil* (1983), de Harry W. Hoemann, Eugênio Oates e Shirley Hoemann; *Comunicando com as Mãos* (1987), produzido pela igreja Batista; *Linguagem de Sinais* (1992), da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (doravante STVBT, 1992); *Comunicando com as Mãos* (1998) A. Duarte; *As Mãos Também Falam*, de uma equipe de professores do INES, em 1989; *Dicionário Enciclopédico Ilustrado de Língua de Sinais Brasileira* (2002), de

Fernando Cesar Capovilla e Walkiria Duarte Raphael. Este dicionário foi reeditado em 2005, sendo denominado *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado de Língua de Sinais Brasileira*, por Fernando Cesar Capovilla, Walkiria Duarte Raphael e Aline Cristina L. Maurício; *Dicionário de Língua Brasileira de Sinais* (2002), de Tanya Amara Felipe e Guilherme Azambuja.

Os glossários surgiram em maior escala a partir da década de 2000, organizados para atender a diversas finalidades específicas, como para o uso em disciplinas, em áreas técnicas, em espaços religiosos. A elaboração dos glossários busca suprir a falta de sinais em determinados áreas, principalmente quando os sinais não são encontrados nos dicionários e, também, quando os sinais precisam de uma definição mais precisa em relação á alguma área do conhecimento. Para exemplificar essa produção, destacamos: o glossário de termos da filosofia, produzido por Terezinha Rocha, em 2008, na PUC/MG; o glossário de termos técnicos da fotografia, realizado pela Feneis, com o apoio do Grupo de Educação e Mudança pela Arte (GEMA), em 2008; a produção Terminologia da Geografia Política Brasileira, de José Ednilson Junior, com o apoio da UnB, do CNPq e Fap/DF; o curso Letras/Libras da Universidade Federal de Santa Catarina produziu o Glossário do Curso Letras Libras; o glossário DST/AIDS, produzido pelo Grupo AJA com o apoio do Ministério da Saúde e da Unesco; e em 2008, a Diocese de São José dos Campos/SP com a participação do Pe. Wilson Czaia, único padre surdo profundo do Brasil, organizou o Glossário Libras Cristão.

Nessa busca, encontramos um único texto que versa sobre *A constituição histórica da língua de sinais brasileira: século XVIII ao XXI*, de autoria de Ana Regina e Souza Campello (p.8), cujo objetivo central é desenvolver uma “análise dos sinais registrados e suas mudanças a nível *fonético-fonológico da Língua de Sinais Francesa para a Língua de Sinais Brasileira*”, publicado em 2011.

Ao pensar uma periodização da produção de obras sobre a língua de sinais do Brasil, procuramos produzir um conjunto de fatos possíveis que podem nos auxiliar na compreensão de uma perspectiva histórica dos estudos sobre a

Língua de Sinais Brasileira, especialmente dos dicionários, a partir do final do século XIX.

Os estudos de Guimarães (1996 e 2004) sobre o português do Brasil, especialmente elaborados a partir das reflexões sobre os acontecimentos institucionais decisivos no andamento dos estudos sobre o português e sobre a língua no Brasil, contribuem para o desenvolvimento das nossas reflexões sobre a produção de dicionários de Libras, *instrumentos vivos* (Orlandi, 2001, p. 9), no processo de gramatização da Libras.

Período	Acontecimento	Obra	Autores	Instituições	Ano de publicação
1º 1857 a 1959	Criação do Instituto de Surdos-Mudos				
		<i>Lições de Linguagem Escripta</i>	Tobias Rabello Leite	INSM	1871
		<i>Guia para professores primários</i>	Tobias Rabello Leite	INSM	1874
	Publicação do dicionário	<i>Iconographia dos signaes dos surdos-mudos</i>	Flausino José da Gama	INSM	1875
	Congresso de Milão - Proibição do uso da língua de sinais e orientação pelo ensino da língua oral-auditiva				1880
		<i>Compêndio para o Ensino dos Surdos-Mudos</i>	Tobias Rabello Leite	INSM	1881
		<i>Noticias do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro</i>	Tobias Rabello Leite	INSM	1877
		<i>Surdo-mudez no Brasil</i>	Arnaldo de Oliveira Bacellar	Faculdade de Medicina de São Paulo	1926
		<i>Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo</i>	Armando de Lacerda	INSM	1936
		<i>Introdução à Didática da Fala: Aspectos da Educação dos Deficientes da</i>	Ana Rímoli	INES	1957

		<i>Audição e da Fala</i>			
		<i>Ensino oro-áudio-visual para os Deficientes da Audição</i>	Ana Rímoli	INES	1958
		<i>Como ajudar uma Criança Surda</i>	Ana Rímoli	INES	1965
2º - 1960 a 1999					
1960	Início das pesquisas científicas das línguas de sinais nos Estados Unidos da América. <i>Sign Language structure</i> de Willian Stokoe				1960
		<i>Linguagem das mãos</i>	Eugênio Oates	Editora Santuário – Igreja Católica	1969
1970-1980	Início das pesquisas científicas de línguas de sinais do Brasil nas Universidades brasileiras				
		<i>A estruturação temporal na língua de sinais em São Paulo</i>	C. A. S. Castro	Universidade de Mogi das Cruzes	1982
		<i>Morfo-fonologia e sintaxe da Língua de sinais das cidades brasileiras</i>	Lucinda Ferreira Brito	PUC-RJ	1984
		<i>A Comparative Study of Signs for Time and Space in Sao Paolo and Urubu Kaapor Sign Language</i>	Lucinda Ferreira Brito		1985
		<i>Linguagem de Sinais do Brasil</i>	Harry Hoemann, Eugênio Oates & Shirley Hoemann	Porto Alegre	1983
		<i>O Surdo e seu Desenvolvimento Linguístico</i>	Eulália Fernandes	UERJ	1984
		<i>Comunicando com as mãos</i>	Judy Ensminger	s/e – Igreja Batista	1987
		<i>O signo gestual-</i>	Tania Felipe	UFPE	1988

		<i>visual e sua estrutura frasal na língua de sinais dos centros urbanos brasileiros</i>			
		<i>As mãos também falam</i>	Equipe do INES	INES	1989
		<i>Linguagem de sinais</i>	Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados	Testemunha de Jeová/SP	1992
3º - 2000 a 2011					
	Intensificação das pesquisas científicas das línguas de sinais				
		<i>Por uma gramática de língua de sinais</i>	Lucinda Ferreira-Brito	UFRJ	1995
		<i>Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da Libras: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos</i>	Lodenir Karnopp	UFRGS	1998
		<i>Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez</i>	Regina Maria de Souza	UNICAMP	1998
		<i>Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos</i>	Ronice Müller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp	Editora Artmed	2004
		<i>Libras em contexto, curso básico</i>	Tanya A Felipe	INES e MEC	1997
2002	Lei 10.436 – 24/04/2002 - Oficialização da Libras				
2005	Decreto 5626 – 22/12/2002 Regulamentação da lei				
		<i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira</i>	Fernando Cesar Capovilla & Walquiria Duarte Raphael	USP	2001
		<i>Dicionário de Libras Ilustrado (CD-Rom)</i>	Prefeitura de São Paulo	Prefeitura de São Paulo	2002
		<i>Dicionário da Língua Brasileira de Sinais</i>	Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza	INES	2002

		<i>Glossário DST/AIDS em Libras</i>	Grupo AJA	Ministério da Saúde e Unesco	
		<i>Glossário Libras Cristão</i>	Wilson Czaia	Diocese de São José dos Campos	2008
		<i>Dicionário temático de termos da filosofia</i>	Teresinha Cristina da Costa Rocha	PUC/MG	2008
		<i>Termos técnicos de fotografia</i>	Grupo Fotolibras	Feneis	2008
		<i>Glossário do Curso Letras/Libras</i>		UFSC	
		<i>Glossários de termos técnicos - eletrotécnicos</i>	Telasco Pereira Filho e Ana Ruth Albuquerque	SENAI	2011
		<i>Surdos: vestígios culturais não registrados na história</i>	Karin Lilian Strobel	UFSC	2008
		<i>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira</i>	Fernando Cesar Capovilla, Walquiria Duarte Raphael e Aline Cristina L. Maurício	USP	2009
		<i>Do desenho à litografia: a origem da Língua Brasileira de Sinais</i>	Cássia Geciauskas sofiato	UNICAMP	2011

Tabela 2: Periodização da produção sobre língua de sinais do Brasil

A produção do dicionário de Libras desenvolveu-se em um certo contexto e em um certo espaço-tempo, ligada a instituições, acontecimentos e fatos da nossa história e da constituição da Língua de Sinais no Estado brasileiro.

O primeiro período é marcadamente importante por representar a criação de uma escola destinada especialmente à educação de pessoas surdas, o qual funciona como o lugar que cria as condições de institucionalização de um saber sobre a língua. Neste caso específico, sobre a língua de sinais do Brasil. Nesse primeiro período, incluímos a obra *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de Flausino José da Gama, em 1875. É o único exemplar desse período, porque foi a única obra produzida no Brasil que apresenta relação de sinais.

Outras obras como *Compêndio para o Ensino dos Surdos-Mudos* (1881) e *Notícias do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro* (1877), produzidas por Tobias Leite e publicadas no final do século XIX, não farão parte do *corpus*, uma vez que são obras que contêm orientações para ensinar conteúdos escolares, mas não apresentam relação de sinais.

Observamos que há uma pausa grande de produção de obras referentes à língua de sinais e à educação de surdos no Brasil, entre os anos 1877 a 1926, sendo que a partir desta data as publicações giram em torno da surdez e da prática de oralização do surdo. Não se publicam, no Brasil, descrições da língua de sinais, de seu uso ou ensino.

É a decisão do Congresso de Milão, realizado em 1880, referente à proibição do uso da língua de sinais, de um lado, e da imposição do ensino e do aprendizado da língua falada/oral, de outro, que se estendeu ao Instituto Nacional de Surdos do Rio de Janeiro. Os títulos das obras aqui publicadas dizem sobre a oralização, sobre o desenvolvimento da fala, sobre a condição de surdez. Não descrevem a língua de sinais, nem sob outra denominação como *mímica*, *código de mímica*, *gestos*, *linguagem de gestos*.

O segundo período já está marcado por um novo modo de olhar os surdos e a língua de sinais. As obras do professor e linguista Willian Stokoe (1960) e de Stokoe, Casterline e Cronenberg (1965) sobre a língua de sinais americana conferiram a ela o estatuto de *língua*. Antes disso, cabe observar que a língua de sinais era chamada de “íconografia”, “linguagem”, “mímica”, “pantomina”, que seria uma mistura de mímica e de uma gesticulação concreta, e que, portanto, era um tipo de “linguagem” incapaz de expressar conceitos abstratos e de servir como identificação de uma comunidade.

A partir desse estudo, várias pesquisas foram realizadas em diferentes países, em diferentes línguas de sinais. No Brasil, nosso levantamento mostra que as pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais começaram a se desenvolver na década de 1980, quando essa língua é introduzida como objeto de estudo das universidades, que passaram então a representar o saber legitimado sobre essa

língua.

Nesse período incluímos os dicionários produzidos entre os anos de 1969 até 2000. Outro aspecto dessas obras é que elas apresentam a descrição dos verbetes de um modo semelhante, ou seja, há um modo de descrever a realização do verbete, do sinal. São as seguintes obras: *Linguagem das Mãos*, do Pe. Eugênio Oates, em 1969, publicada pela editora Santuário, em Aparecida do Norte/SP. A primeira edição foi publicada em parceria com o MEC; *Linguagem de Sinais do Brasil*, de Harry Hoemann, Eugênio Oates & Shirley Hoemann, em 1983, foi publicada pela Editora Pallotti, em Porto Alegre/RS; *Comunicando com as Mãos*, ilustrado por Judy Ensminger, em 1987, pela editora Shekinah, Piracicaba/SP; e *Linguagem de Sinais*, publicado pela Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, em 1992. Convém destacar que estas duas últimas obras não têm nome(s) de autor(es).

O terceiro período nos mostra uma intensificação das pesquisas sobre a língua de sinais, a partir de sua oficialização pelo Estado e de sua institucionalização nas universidades. As obras e as pesquisas já mostram uma produção consubstanciada sobre a Libras, relacionadas a estudos de base linguística (estruturalista, variacionista, histórica, formação do léxico, aquisição) relacionadas também à escrita em SignWriting e à educação, incluindo a educação bilíngue.

Nesse terceiro período estão os dicionários publicados na década de 2000, tanto os publicados em versão impressa como eletrônica. Selecionamos um dicionário em versão eletrônica e dois em versão impressa. Um dos aspectos que interessa salientar nesse período é que esses dicionários apresentam o aparecimento de elementos característicos da construção do texto dicionarístico, tais como os exemplos e etimologia. São eles: *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais*, de Tanya Amara Felipe de Souza e Guilherme de Azambuja Lira, em 2002, disponível no site (<http://www.acessobrasil.org.br/Libras>); *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira*, de Fernando Cesar Capovilla e Walkiria Duarte Raphael, em 2001, publicado pela Editora da USP; *Novo Deit*

Libras - Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira, Fernando Cesar Capovilla, Walkiria Duarte Raphael e Aline Cristina L. Maurício, editado em 2009, publicado pela Editora da Universidade de São Paulo: Inep: CNPq: Capes.

Em um primeiro momento, selecionamos todas as obras que incorporavam uma relação de sinais da Libras, mesmo aquelas que se caracterizavam como manuais de ensino da língua e que continham textos de cunho científico. Em um segundo momento, após a leitura de todo o material, orientados pelas questões que formulamos, selecionamos as seguintes obras lexicográficas para a constituição do *corpus* deste estudo:

- Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos (1875)¹³;
- Linguagem das Mãos (1969)¹⁴;
- Linguagem de Sinais do Brasil (1983);
- Comunicando com as Mãos (1987);
- Linguagem de Sinais (1992);
- Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira (2001);
- Dicionário da Língua Brasileira de Sinais – versão eletrônica (2002);
- Novo Deit – Libras - Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira (2009).

A seleção dos dicionários teve como base três critérios:

(i) *Período*: dicionários produzidos em diferentes momentos históricos: o primeiro dicionário publicado no final do século XIX, *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*; o primeiro do século XX, *Linguagem das Mãos* e o primeiro do século XXI,

¹³ No INES, encontra-se uma cópia dessa obra. No entanto, ela está desgastada, com as folhas amareladas, em função do tempo transcorrido. Ao pesquisar sobre a origem da língua de sinais, encontramos a tese de doutorado de Cássia Geciauskas Sofiato, com a cópia da obra em anexo. A pesquisadora, após um trabalho de limpeza e de restauração da obra (das imagens) a disponibilizou para o acesso dos pesquisadores. E é com essa cópia que desenvolvi minha pesquisa.

¹⁴ Esse ano corresponde à primeira publicação da obra. Quando situo historicamente a obra, refiro-me ao ano de 1969. No capítulo concernente à análise da obra, vou considerar a data de 1990, por ser a data da obra à qual tenho acesso.

Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira;

(ii) *circulação*: dicionários de grande circulação nas comunidades surdas do Brasil e em escolas: os dicionários *Linguagem das Mãos* (1969) e *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira* são as obras que, em função do momento histórico de sua publicação, tiveram grande aceitação pela comunidade surda e grande circulação nos espaços escolares;

(iii) *instituições*: dicionários produzidos por diferentes Instituições: os dicionários *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (1875) e *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais* (2002) foram produzidos pelo INES; os dicionários *Linguagem das Mãos* (1969), *Linguagem de Sinais do Brasil* (1983), *Comunicando com as Mãos* (1987) e *Linguagem de Sinais* (1992), foram todos produzidos por uma instituição religiosa. E por fim, o *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira* (2002), e a segunda edição, em 2009, o *Novo Deit: Libras - Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira* foi produzido pela Universidade de São Paulo, no Instituto de Psicologia.

Após o exercício da delimitação do *corpus*, metodologicamente dividimos nossa análise em três partes. A primeira trata da análise dos textos introdutórios, sendo os prefácios e as apresentações, uma vez que estes se configuram como um lugar em que é possível analisar as condições de produção dos dicionários, de seu aparecimento, das imagens do surdo, do ouvinte, do próprio dicionário de Libras e do lexicógrafo. Na segunda parte, a análise incide sobre os verbetes distribuídos a partir de uma determinada organização temática, com o objetivo de conhecer como são constituídas as definições de um certo domínio/tema, em diferentes dicionários, e de observar a relação de uma mesma organização temática, de um certo domínio em dois ou mais dicionários. Na terceira parte, constituímos uma série de verbetes, recortados da letra **P**, para analisar as características estruturais e o discurso definidor, ou seja, analisar alguns elementos que constituem o corpo do dicionário de Libras, como as entradas, as definições, os exemplos, as ilustrações, a etimologia dos sinais.

Estudar a definição, por exemplo, é compreender que “definir um

verbetes de um certo modo é mostrar-se como sujeito do discurso definidor, com tudo o que isso implica: filiação a certas formações discursivas, relação específica com a língua” (NUNES, 2003, p. 20), filiação a uma memória discursiva (interdiscurso).

O analista do discurso lexicográfico, ao escutar os dicionários, leva em conta o efeito de completude da representação da língua, e também sua opacidade, sujeita à falha e ao equívoco, como também a posição sujeito-autor de dicionário, e, a par do dispositivo de interpretação, investe para compreender o objeto discursivo no processo de produção de sentidos em suas condições de produção, vinculado a uma relação com a memória discursiva.

Enfim, explicitamos a história da língua de sinais dos surdos do Brasil e o percurso de constituição do *corpus*, levando em consideração uma produção *de* e *sobre* a língua de sinais do Brasil. No capítulo seguinte, abordaremos os pressupostos teóricos que dão sustentação ao nosso trabalho, notadamente da Análise de Discurso de linha francesa, tal como praticada no Brasil, articulados com alguns conceitos da História das Ideias Linguísticas.

2 SINALIZANDO O PERCURSO TEÓRICO

2.1 Gramatização de línguas

Partindo de estudos desenvolvidos por Auroux (1992), Collinot e Mazière (1997), Guimarães e Orlandi (1996), Nunes (1996, 2006) e Orlandi (2001, 2002), dentre outros, sobre a gramatização das línguas europeias e da língua portuguesa do Brasil, respectivamente, faremos um percurso para tentarmos compreender o processo de gramatização da língua de sinais do Brasil.

Deste modo, interessa-nos particularmente o estudo do dicionário enquanto instrumento linguístico tecnológico da gramatização. Este conceito, proposto por Auroux (1992, p. 65), deve ser entendido como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Segundo o autor, a *gramatização* começa com o aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma língua dada, que pressupõe a escrita, e culmina com a elaboração desses instrumentos. O que significa uma língua gramatizada? Auroux nos responde que “é quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis” (p. 74).

É importante destacar essa visão *tecnológica* de gramática e suas consequências para a definição tanto de *língua* como de *conhecimento linguístico*, como indica Rodríguez-Alcalá (2011). A gramática não é, para Auroux (1992), a descrição de um objeto real que existiria no mundo, de uma capacidade que estaria homogeneamente distribuída em todos os locutores, mas de um corpo de regras e de formas que não aparecem juntas em um mesmo locutor (algo que é ainda mais evidente no caso dos dicionários); a gramática e o dicionário são nesse

sentido *instrumentos* que estendem a capacidade linguística do locutor:

pois do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca do dicionário (AUROUX, 1992, p. 69).

Esse trabalho de instrumentação não deixa intactas as línguas, mas se volta sobre elas, afetando seu funcionamento e sua “evolução”, o que significa reconhecer que existe uma estreita relação entre a *prática da língua* e a *prática científica sobre ela* (cf. Orlandi 2001a, p. 11-12). Essa interferência da prática científica em seu objeto leva a considerar, ao mesmo tempo, que não apenas a gramática ou o dicionário, mas que a própria língua, objeto dos linguistas, concebida como sistema homogêneo, com regras e fronteiras nítidas e independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores, é também um *artefato* que resulta desse mesmo trabalho tecnológico de instrumentação realizado ao longo da história.

Auroux considera que o processo de gramatização massiva das línguas do mundo operado no Renascimento, a partir da Europa, representa um marco histórico, porque ela criou uma rede homogênea de comunicação que transformou profundamente as sociedades e a relação dos sujeitos com suas línguas. Esse trabalho de gramatização não deixou intactas as línguas, pois reduziu as diferenças, transformou as pronúncias, suscitou novas associações semânticas e reinterpretações morfológicas das unidades. Para Auroux,

Em um espaço lingüístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções tecnológicas, a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as descontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja ‘bom uso’ vai reduzir esta variação (AUROUX, 1992, p. 69).

Entretanto, como, apesar de reduzir a variação, as línguas mudam

continuamente, em função dos espaços, das conjunturas históricas e dos locutores, esse processo de gramatização nunca termina. Entendemos, assim como Leite (2011, p. 3213) que para “todas as línguas vivas, esse primeiro registro é apenas o início de um processo contínuo, já que o uso vai alterando formas e sentidos”, vai [(re)gramaticando] “estruturas e funções, e exigindo a reconstrução ininterrupta dos *instrumentos linguísticos*, ou seja, do processo de gramatização”. Portanto, os instrumentos linguísticos, porque são históricos, se renovam, se ampliam, se atualizam.

O que de uma perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas nos interessa destacar é o imaginário sobre a língua que se constrói nesse trabalho de instrumentação, pelo qual se cria a ilusão de que a língua pode ser controlada e dominada. Uma análise discursiva desses instrumentos deve para nós

permitir deslocar-se desse imaginário em seus efeitos, mostrando esses instrumentos como produzidos numa certa história de relação com a língua em suas práticas e com distintos modos de produção de diferentes formas de conhecimentos sobre ela (ORLANDI, 2002a, p.105).

É dessa perspectiva que considera que os aspectos *técnicos* e os efeitos *políticos* da produção de instrumentos linguísticos são indissociáveis que vamos abordar a gramatização das línguas no Brasil, para em seguida, situar nesse contexto, a produção dos instrumentos elaborados da Libras.

O processo de gramatização das línguas no Renascimento europeu ocorreu por meio de uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas. O modelo seguido foi o da gramática latina. De acordo com Auroux (1992, p.74), é preciso levar em consideração o sujeito que efetua a transferência, pois ela pode ocorrer por uma endo-transferência ou exo-transferência, em função de o sujeito ser nativo ou não da língua para a qual ocorre a transferência. No caso das línguas vernaculares europeias tratou-se de uma endo-transferência, pois os sujeitos que efetuaram a transferência de tecnologia da língua latina para a língua

vernacular eram locutores nativos da língua alvo.

A produção gramatical no Brasil teve início com a colonização no século XVI e por todo um primeiro período teve como objeto as línguas indígenas, sendo realizada por missionários jesuítas a serviço da coroa portuguesa. A primeira gramática foi a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* publicada por José de Anchieta, em 1595, e teve como objetivo principal a evangelização, ou seja, a gramática serviu como um instrumento de catequese. Durante o período colonial, somente três línguas indígenas foram gramatizadas: a língua Tupinambá (ou Tupi), falada na costa do Brasil, a língua Kariri e o Manau. Além do trabalho dos missionários, destacamos também nesse período, que vai do século XVI ao XVIII, relatos de viajantes, de cunho enciclopédico, formulados com “comentários sobre as coisas e os habitantes do país” (NUNES, 1996a, p. 20).

Com a proibição das línguas indígenas decretada pelo Marquês de Pombal, em 1757, o foco da reflexão linguística deslocou-se para o português. Inicia-se assim um processo que culminaria com a gramatização brasileira dessa língua, desencadeado entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com a publicação das primeiras gramáticas e dicionários do português falado do Brasil, elaboradas por autores brasileiros. Esse processo esteve vinculado à estruturação da instituição escolar brasileira, especialmente com a criação do Colégio Dom Pedro II, em 1837. A gramatização da língua portuguesa no Brasil, ou seja, a produção dos instrumentos tecno-linguísticos, tem assim estreita relação com as instituições escolares postas em funcionamento, por representar os lugares de constituição e de institucionalização dos saberes, dentre eles, do saber metalinguístico (ORLANDI, 2001a, p. 36).

O que caracterizou esse período é que os estudos da linguagem no Brasil passaram a apresentar-se como uma questão brasileira, ao ser colocada em debate a questão da língua falada no Brasil e suas diferenças com o português de Portugal, em uma conjuntura histórica de construção de uma identidade nacional, portanto, da constituição de uma língua nacional no Brasil (cf. Orlandi e

Guimarães 2001). A produção de dicionários e de gramáticas¹⁵ no século XIX buscou assim atestar as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal. Os gramáticos brasileiros basearam-se para suas descrições, de um lado, na tradição das gramáticas portuguesas e, de outro, nas gramáticas coloniais das línguas indígenas, dado que os contatos com estas línguas, assim como com as línguas africanas, eram considerados os responsáveis pelas especificidades da língua falada no Brasil (ibidem).

O processo de gramatização do português do Brasil tem uma historicidade diferente do português da Europa. Na Europa, esse processo operou-se no Renascimento, no contexto da emergência dos Estados nacionais, enquanto que no Brasil tal processo ocorreu no século XIX, período em que a nação se constituía a partir da independência de Portugal. Teve início então a produção de gramáticas e dicionários feita por brasileiros e para brasileiros, num processo de endogramatização, e tais instrumentos se tornaram “parte de nossa representação como povo, como nação, tendo uma unidade marcada pela unidade da língua que, por sua vez, representa a unidade do Estado” (ORLANDI, 2002b, p. 109).

Situemos agora nesse contexto o processo de gramatização da Língua Brasileira de Sinais, traçando o percurso histórico da produção do saber metalinguístico sobre ela.

A primeira obra que compila sinais dessa língua é a *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de 1875, de autoria de Flausino José da Gama, aluno surdo do Instituto de Surdos-mudos do Rio de Janeiro. É importante destacar que essa obra é contemporânea do aparecimento das primeiras gramáticas e dicionários do português. Após a obra de Flausino, passaria quase um século

¹⁵ Entre os dicionários, destacam-se os de brasileirismos: o *Diccionario Brasileiro para Servir de Complemento aos Diccionarios de Lingua Portuguesa*, de Costa Rubim (1853); o *Diccionario Brasileiro da Lingua Portuguesa*, de Macedo Soares (1888); e o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, de Beaurepaire-Rohan (1889). E Dentre as gramáticas, destacamos: *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro (1881); *Grammatica Analytica*, de Maximino Maciel (1887); *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Pacheco Silva e Lameira de Andrade (1887); *Compendio de Grammatica da lingua nacional*, de Antonio Alvares Pereira Coruja (1835).

antes da publicação, em 1969, do segundo dicionário, a *Linguagem das Mãos*, de autoria de Eugênio Oates, padre missionário redentorista estadunidense. A primeira gramática, *Por uma Gramática de Língua de Sinais*, de Ferreira-Brito, seria publicada em 1995. Esse grande decurso de tempo sem a produção de descrições da língua de sinais, como havíamos dito, tem relação direta com as determinações do Congresso de Milão de 1880, que reuniu educadores de surdos. Nesse evento, instituiu-se uma política orientada à oralização do surdo, o que fez com que praticamente todas as produções durante a primeira metade do século XX estivessem relacionadas a essa orientação. Após a retomada dos trabalhos de descrição no Brasil, em finais dos anos 1960, a produção iria se intensificar somente a partir de 1980, particularmente nas décadas de 1990 a 2000, o que coincide com uma maior produção de estudos científicos sobre essa língua.

As três obras seguintes fazem parte do conjunto que estamos considerando como obras de cunho dicionarístico, publicadas na década de 1980 e 1990. *Linguagem de Sinais do Brasil*, de 1983, de autoria de Harry W. Hoemann, Eugênio Oates e Shirley Hoemann, foi produzida pela Escola Especial Concórdia, uma escola Luterana para surdos em Porto Alegre. O livro *Comunicando com as mãos*, de 1987, exemplifica uma publicação da Igreja batista e *Linguagem de Sinais*, em 1992, uma produção da igreja Testemunhas de Jeová.

Em 1997, a obra *Libras em Contexto*, de Tanya Felipe foi desenvolvida para o ensino de Libras, tendo como componentes os livros do estudante e o do professor, numa produção conjunta da Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos (FENEIS) e do Ministério da Educação e Cultura e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (MEC/FNDE). Esse manual ainda hoje é muito usado em cursos de formação de professores de Libras, de instrutores surdos e de intérpretes.

Um acontecimento fundamental nessa história é a lei de oficialização de Libras, de 2002, e o decreto que a regulamenta, de 2005, que impulsionaram os trabalhos que têm essa língua como objeto de estudo, uma vez que ela passou a ser disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de licenciatura, dando lugar a

trabalhos monográficos, de mestrado e doutorado. Além disso, há uma maior circulação de produção de programas e manuais de ensino, de publicações relativas à língua e à literatura.

Na década de 2000, temos: *Curso de Libras*, de Nelson Pimenta e Ronice Müller de Quadros, em 2006; a coleção de 5 volumes denominada *Libras – Língua Brasileira de Sinais*, de Catarina Kiguti Kogima e Sueli Ramalho Segala, publicada em 2006; o livro *Aprenda Libras com eficiência e rapidez*, de Eden Veloso e Valdeci Maia Filho, data de 2009; com o título *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*, Márcia Honora e Mary Lopes Esteves Frizanco publicam-no em 2009; no ano de 2001, Fernando Capovilla e Wakiria Raphael publicam o *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira*, ligado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, considerado como a obra com maior número de sinais registrados e fundamentada nos conhecimentos da lexicografia e lexicologia das línguas orais, reeditado em 2009. A obra *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*, de autoria de Ronice M. de Quadros e Lodenir B. Karnopp, publicada em 2004, conjuga os estudos linguísticos (científicos) mais recentes sobre a Libras e se mostra como representação da língua já oficializada. Destaca-se, também, uma produção de fascículos e de manuais de ensino, nos últimos anos, destinados ao ensino da disciplina de Libras nas universidades, sendo produzidos pelos professores de universidades brasileiras.

A produção de dicionários e as gramáticas, além das teses, dissertações, manuais de ensino e outras obras sobre a língua de sinais mostram um saber sobre essa língua que participam da própria constituição da Libras tal como hoje ela é praticada na comunidade surda do Brasil, o que indica a relação existente entre a produção de conhecimento sobre a língua e a história da constituição da própria língua, como trabalhado nas pesquisas do programa HIL, conforme mencionamos.

Esta língua então encontra-se representada por gramáticas, dicionários e manuais de ensino, ou seja, pelos instrumentos linguísticos. Observamos que,

na relação das obras, somente *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos* foi produzida por um surdo, representando, nesse caso, a produção de uma tecnologia em processo de endogramatização. Várias outras obras, já em um período com maior produção dos instrumentos linguísticos, como os manuais de ensino, dicionários e gramáticas, como *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira e Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*, são produzidos em um processo em que ouvintes e surdos participam da elaboração desses instrumentos.

Entendendo que os dicionários e as gramáticas são “observatórios da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história”, como afirma Orlandi (2001), e que “as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas” (Auroux, 1992, p. 28), procuramos entender neste estudo, a partir da perspectiva discursiva em que nos situamos, como tem se estabelecido a relação entre surdos e ouvintes na produção dos instrumentos linguísticos de Libras, quem produz os dicionários, como, onde, para quem, em quais circunstâncias.

Vamos, então, no próximo item tratar sobre o dicionário, este instrumento tecno-linguístico, tomando-o como um objeto histórico e simbólico e como discurso.

2.2 O dicionário como discurso

Apresentaremos neste item um rápido percurso histórico da constituição do dicionário e de seu surgimento no Brasil, explorando alguns aspectos técnicos e discursivos desse processo.

Abordar o dicionário como objeto histórico e discursivo significa tratar o dicionário não como um simples manual de consulta, que apresenta sentidos evidentes e que abarca a totalidade da língua, mas como um lugar possível de questionamento dessas evidências dos sentidos e da completude da língua, onde

se inscreve uma determinada relação dos falantes com a língua.

Os dicionários modernos têm origem numa prática milenar entre os povos antigos de listar palavras e essa prática se desenvolveu a partir da invenção da escrita e sempre esteve destinada a atender diversas necessidades: na China, encontram-se registros com listas de sinais ideográficos, classificados semanticamente; na Índia, listas lexicais de cunho religioso; na Suméria, lista de palavras de várias línguas; na Grécia, lista contendo comentários sobre a língua e o conteúdo dos textos; tanto os povos ocidentais como orientais elaboravam listas bilíngues resultantes de transações comerciais (DIAS e BEZERRA, 2006).

A lista de palavras, para Auroux (2007, p. 18), não é um dicionário no sentido moderno, mas um objeto técnico mais elementar a partir da qual ele se desenvolve, no decurso de um longo processo, como explica esse autor:

As nominalias medievais têm provavelmente o mesmo tipo de estatuto que as listas antigas. Naturalmente, quando o latim deixa de ser uma língua materna, é preciso acrescentar o vernáculo e, segundo a necessidade, dar algumas indicações linguísticas. É preciso também explicar a língua que não se fala mais. Logo se vê um novo objeto técnico, que é por assim dizer o que nós entendemos por “dicionário” em matéria de língua (AUROUX, 2007, p. 18).

Mas foi só no período do Renascimento europeu que foram elaborados os primeiros dicionários para diversas línguas do mundo, tanto dicionários monolíngues dos vernáculos europeus tais como o italiano, o francês, o espanhol, ou o português, quanto dicionários das línguas de sociedades de outros continentes conquistadas pelos europeus, como o americano, cuja gramatização foi contemporânea à das línguas europeias (ibidem, p. 37).

Para Auroux, as gramáticas e dicionários que resultaram desse processo são até hoje os pilares do conhecimento sobre a língua, fazendo parte da história das ciências da linguagem (AUROUX, 1992, p. 65).

A elaboração de dicionários como instrumentos tecnológicos respondeu ao longo da história a interesses diversos: preocupação religiosa; o interesse

cultural, especialmente para registrar o uso de algumas línguas em extinção e para facilitar o aprendizado de uma língua estrangeira. Estes interesses mais imediatos estão na base da elaboração dos dicionários bilíngues. Em relação aos dicionários monolíngues, o interesse explícito estava na constituição de uma língua nacional, notadamente para os Estados nacionais emergentes e, a partir daí, conservar e impor uma determinada língua (AUROUX, 1992).

Observamos, então, que o processo de constituição e de fortalecimento das línguas nacionais esteve apoiado numa tecnologia elaborada num longo processo, que se iniciou com o aparecimento da escrita e das listas de palavras até a elaboração massiva de gramáticas e de dicionários monolíngues operada no Renascimento. Esse fenômeno esteve associado às profundas transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas vinculadas à constituição dos Estados nacionais, tais como a emergência do capitalismo mercantil, a renovação do interesse humanista pela cultura da Antiguidade clássica, a ascensão da burguesia, a Reforma e o surgimento da imprensa (cf. Auroux 1992). Surgiu desse contexto a necessidade de uma *língua comum*, diferente do latim, para a expressão das atividades intelectuais das novas elites urbanas desenvolvidas fora do domínio da Igreja (como as ligadas ao comércio), bem como para a expressão religiosa daqueles que aderiram à Reforma (que promoveu a tradução da Bíblia) (*ibidem*). A conjugação desses fatores levou

ao estabelecimento de espaços linguísticos relativamente homogêneos sobre os quais se assentaram as línguas nacionais. Mas é preciso considerar que cada uma das línguas nacionais tem uma história específica de constituição e, desse modo, também os instrumentos linguísticos têm uma história singular, aí compreendidos os dicionários (NUNES, 2010, p. 9).

A elaboração dos instrumentos linguísticos, como vemos, está associada ao mesmo tempo a fatores técnicos e às condições históricas e políticas em que são elaborados. Tomar esses instrumentos como objetos históricos, no dizer de Orlandi (2002b, p. 8),

como parte da relação com a sociedade e com a história, transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana.

No Brasil, o saber lexicográfico surge nos relatos dos viajantes, que incluem comentários e traduções de palavras indígenas. Surgem, contemporaneamente, os primeiros dicionários elaborados pelos missionários jesuítas, autores de dicionários bilíngues Língua Portuguesa-Língua Indígena e de Língua Indígena-Língua Portuguesa, durante os séculos XVI ao XVIII. Segundo Nunes (1996a, p.23), o interesse na produção desses dicionários era o de ensinar aos missionários a língua indígena, a fim de converter os nativos através da catequese; esses dicionários evidenciam, assim, a presença do discurso religioso, constituindo ao mesmo tempo instrumentos de catequese e de colonização.

Os primeiros dicionários brasileiros de português surgem no século XIX para “complementar” os dicionários portugueses de Portugal, ampliando o léxico, uma vez que muitas palavras do Brasil não eram conhecidas no português de Portugal, e que os contatos com as línguas indígenas e com as línguas africanas eram considerados responsáveis pelas especificidades da língua falada no Brasil.

Os primeiros grandes dicionários monolíngues foram elaborados na primeira metade do século XX, o que coincide com o surgimento de algumas instituições que, paralelamente à produção de dicionários, criam as condições para a publicação de obras¹⁶ de caráter nacional. Os dicionários dessa fase, segundo Nunes (2010, p. 11), não tinham mais como objetivo “complementar os dicionários portugueses” de Portugal, vez que já se tinha constituído, no Brasil, um imaginário de língua nacional; era o momento, então, de evidenciar a “imagem de

¹⁶ Como exemplos de dicionários publicados na primeira metade do século XIX, citamos: *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, de 1938, publicado pela editora Civilização Brasileira; o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire (1939-44), pela editora A Noite é destinado a um público erudito e apresenta exemplos de autores clássicos e o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, de Francisco da Silveira Bueno, publicado pelo Ministério da Educação, em 1955.

completude da língua falada no Brasil”.

A partir da segunda metade do século XX, consolida-se a lexicografia brasileira, quando os dicionários brasileiros¹⁷ passam a ser mais utilizados que os portugueses. Nesses dicionários, os lexicógrafos apresentam exemplos contemplando a literatura, especialmente com autores modernos, cronistas, de canções, de jornais, de revistas, da televisão e de linguajares diversos como de profissionais, regionais etc., além de exemplos edificantes elaborados por eles mesmos (NUNES, 2004).

Em um estudo sobre os *Dicionários: história, leitura e produção*, Nunes assinala que o percurso pela história dos dicionários brasileiros

nos permite observar que a lexicografia brasileira tem uma história, que é a história de um país de colonização, marcada pela elaboração de instrumentos específicos, que têm a ver, embora de modo redutor, com a realidade multilíngue do país. Essa história mostra a relação entre os instrumentos do colonizador e os do colonizado que pouco a pouco vão surgindo e se estabelecendo (NUNES, 2010, p. 11).

Como afirmáramos, o dicionário tomado como um objeto discursivo e simbólico não é visto, nas palavras de Nunes (2006a, p. 11), somente como uma *obra de referência*, como uma obra de *consulta*, como um dos lugares onde, imaginariamente, encontram-se todas as palavras e os sentidos, todos supostamente corretos. De um ponto de vista discursivo, o dicionário é precisamente um dos “lugares que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos” (ibidem). Para este autor, ao se colocar nesse espaço imaginário marcado pela evidência de certezas, por guardar e acumular o saber sobre a língua, o dicionário constitui-se como um objeto sujeito a falhas, a equívocos, à incompletude e, por isso, ele se

¹⁷ Como ilustração da produção desse período, citemos: *Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*, de Adalberto Prado e Silva (1962); o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes, pela Academia Brasileira de Letras (1961 a 1967) e o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de H. Ferreira (1975), considerado como o dicionário monolíngue mais utilizado no Brasil.

transforma, se renova e se atualiza.

Orlandi (2002b, p. 103) considera que, em nosso imaginário, o dicionário é o espaço que contém todas as palavras de uma língua e que, ao representá-la, a provê de realidade: “O dicionário então produz o efeito de completude da representação da língua”. Essa representação da completude, conforme a autora, pode se dar por dois procedimentos: pela menção a autores clássicos, através de exemplos e pela remissão de um verbete a outros verbetes e pela maneira como faz intervir a memória discursiva.

Essa representação da língua no dicionário remete ao que Orlandi chama de *língua imaginária*, por oposição a língua fluida: “as línguas-imaginárias são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias” (Orlandi e Souza 1988, p. 28). É, portanto, o imaginário dessa língua estável, sistematizada, que tem unidade, que encontramos nas gramáticas e nos dicionários, criando a ilusão de que são “completos”, de que comportam “todas” as palavras e “todos” os seus sentidos, permitindo dominar “toda” a língua (Orlandi, 2002b, p. 105). Na medida em que se tem o “efeito da completude da representação da língua” (Ibid., p. 103) no dicionário, esse instrumento linguístico funciona como um instrumento normativo, configurando-se em um espaço sem falhas, sem faltas, sem equívocos, “espaço imaginário da certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição” (Nunes, 2006a, p. 11), lugar do saber instituído, monumento à língua. Se deixarmos de olhar o dicionário somente em sua função normatizadora e, ao contrário, olharmos o dicionário como um objeto histórico, porque produzido na história, em dado momento, em certas condições de produção, podemos compreender como ele funciona. Isso

nos permite deslocar esse imaginário em seus efeitos, mostrando esse instrumento como produzido numa certa história de relação com a língua em suas práticas e com distintos modos de produção de diferentes formas de conhecimento sobre ela (ORLANDI, 2002b, p. 105).

Nessa dimensão discursiva, o dicionário se mostra como um lugar no qual podemos questionar as evidências de sentidos, as certezas, as falhas e equívocos, compreender os processos históricos de sua produção, explicitar como o saber a língua e o saber sobre a língua se ligam na formulação dos verbetes, enfim, observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas (COLLINOT e MAZIÈRE, 1997).

Tratar da constituição desses instrumentos, em outras palavras, é compreender o modo como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade, “nas condições próprias da história brasileira: a história de uma colônia portuguesa que se torna um Estado independente no início do século XIX” (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996, p. 9).

No Brasil, a articulação do método da análise de discurso à história das ideias linguísticas permite produzir um duplo conhecimento dos dicionários: “o da história dos sentidos que ele faz circular e o da história da língua que ele pressupõe” (Nunes 2006a, p.162). Esse autor explica, então, que o “método discursivo leva a compreender a historicidade da produção de sentidos, bem como a explicitar as relações sociais e os componentes conjunturais envolvidos na produção do dicionário”. A História das Ideias Linguísticas, por sua vez, com o “conhecimento produzido sobre a história das teorias, dos conceitos, dos autores, das instituições, situa o dicionário em meio à produção linguística em determinadas conjunturas” (ibidem).

Pensar no estudo desses instrumentos tecno-linguísticos relacionados à Libras, nosso objeto de análise, é entender o modo como a nação brasileira articula a língua oficial com outras línguas que fazem parte do processo de constituição da identidade, ao lado das línguas indígenas e das línguas dos imigrantes. É preciso compreender, nesse sentido, como os autores e as instituições ligadas à produção do conhecimento em Libras atualizam a produção do conhecimento sobre essas outras línguas, tendo em vista inclusive a especificidade do próprio estatuto de Libras como *língua*. Isto é, em que medida e como ocorreu no Brasil, a longo prazo, uma certa autonomia da produção

dicionarística de Libras? Como se institucionalizaram esses instrumentos linguísticos?

Antes de passarmos à análise desses dicionários, apresentaremos a seguir alguns conceitos da Análise de Discurso que comporão o dispositivo teórico adotado.

2.3. Construção do dispositivo teórico analítico

A questão dos sentidos é um tema que está sempre aberto. O homem está em constante movimento de interpretação, porque a vida cotidiana obriga-o a “dar” sentidos e ele não pode ser indiferente e nem pode evitar a interpretação, não querer interpretar, não fazer significar. Ele, frente a qualquer objeto simbólico, é levado a dizer o que tal coisa significa, o que isto quer dizer. “Há assim injunção à interpretação” (ORLANDI, 2001b, p.22). Nesse movimento de “dar” sentido, de fazer significar, o sujeito tem a ilusão de que o sentido é evidente, que as palavras já têm o seu sentido próprio, que o sentido está sempre lá; para o sujeito, a língua também é transparente, completa, em seu sistema fechado.

A Análise de Discurso coloca em questão a onipotência do sujeito e a transparência do sentido. Os sentidos não estão lá, prontos, evidentes, transparentes, somente à espera de uma captura. Reconhece-se que é preciso “ouvir para lá das evidências”, desconfiar da transparência da língua, como diz Orlandi (2005a). Nesse sentido, a Análise de Discurso propõe um deslocamento das noções de sujeito, de língua e de sentido, ao reconhecer a opacidade e a não transparência da língua, sempre sujeita à falha, ao deslize; o sujeito é pensado não em sua condição empírica, mas como um lugar de significação ideologicamente constituído, uma *posição-sujeito*, isto é, um sujeito que se materializa no entrecruzamento de diferentes discursos (PÊCHEUX, 1997a); e o sentido é considerado como resultado de um processo determinado histórica e ideologicamente, filiado a um trabalho de redes de memória, do interdiscurso, o

que permite pensar que pode sempre ser outro.

Para “ouvir para lá das evidências”, Orlandi (2005a, p. 27) postula a necessidade de construir um dispositivo de interpretação, constituído por sua vez por um dispositivo teórico e um dispositivo analítico. O dispositivo teórico refere-se aos conceitos teóricos que fazem parte do artefato teórico da AD. O dispositivo analítico, por outro lado, é constituído pelo analista a partir dos objetivos e da questão que norteia o estudo.

Esta autora pontua que cada material de análise exige que o analista, a partir da formulação da questão, mobilize conceitos que outro analista, com outro objeto de análise, não mobilizaria. Uma análise não é igual a outra, porque o analista de discurso mobiliza conceitos diferentes que podem levar a resultados relevantes e diferenciados. Isto nos leva a pensar que quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos já individualizando o dispositivo teórico pela análise.

A natureza do material a ser analisado também define a configuração do dispositivo analítico. Ao estudar um dicionário, elegemos questões e conceitos que talvez não estivessem presentes ao analisar um outro tipo de material, pois mobilizamos conceitos levando em conta a especificidade do dicionário de Libras como um objeto discursivo. Como afirma Orlandi (2005a, p. 27) o dispositivo teórico é o mesmo, mas o dispositivo analítico, não. O dispositivo analítico é definido pela questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise. Em nosso caso, temos o objetivo de compreender como se dá o processo de formulação e de constituição dos dicionários de Libras, para “ouvir para lá das evidências” esse nosso objeto.

Para tanto, delimitaremos a seguir alguns conceitos que nos parecem relevantes, tais como *condições de produção*, *interdiscurso* e *memória discursiva*, *formulação (intradiscurso)*, *constituição (interdiscurso)* e *circulação*, *formação imaginária* e *discurso*. Em relação aos conceitos concernentes à construção do texto dicionarístico, levaremos em conta o funcionamento discursivo dos *prefácios*, dos *verbetes*, da *definição*, da *marcação gramatical* e da *etimologia*.

a) Condições de produção

A noção de *condições de produção* é uma noção oriunda do marxismo, proposta por Pêcheux (1997) para dar conta no funcionamento da língua dos fatores extralinguísticos ligados ao sujeito e à situação, que tinham sido excluídos pela Linguística. Através dela se reconhece a existência de uma determinação exterior ao discurso, colocando-o em relação a um conjunto de outros discursos possíveis, que o antecedem, a partir de um estado definido de condições de produção. Como afirma Pêcheux,

os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, só sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso (PÊCHEUX, 1997b, p.78).

O que está em jogo nessa perspectiva teórica não é o sujeito empírico, o sujeito físico, mas a posição sujeito discursiva, ou seja, os lugares que os sujeitos ocupam pelo discurso. Há na língua mecanismos de projeção que permitem ao sujeito empírico passar dessa posição para a posição sujeito no discurso, baseados no jogo das formações imaginárias que sustentam os processos discursivos:

a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também se tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto de discurso (ORLANDI, 2006, p. 15).

Cada locutor pode ocupar diferentes posições (representações dessas situações), de acordo com a estrutura de uma formação social: as posições de empregado/patrão, professor/aluno, lexicógrafo/leitor de dicionário, etc. Pêcheux

afirma que quando um sujeito formula uma mensagem, ele não está simplesmente transmitindo informação. O discurso é assim definido por Pêcheux como “efeito de sentidos” entre os interlocutores, determinados pelas condições de produção do discurso (PÊCHEUX, 1977b, p. 82).

Esses sentidos não se originam no sujeito, pois ao enunciar este se inscreve, de maneira não consciente, em um “já-ouvido” e “já-dito”, “antes, em outro lugar”, isto é, em uma memória de sentidos construídos e estabilizados historicamente que são ou não assumidos pelo sujeito, de acordo com as posições discursivas que ocupa. A este saber discursivo ou *memória*, Pêcheux (1997a, p.162) denomina de interdiscurso, enquanto “o todo complexo com dominante das formações discursivas, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”.

Para Orlandi (2006, p. 16), “as relações de força, o lugar social do qual falamos marcam o discurso com a força de locução que este lugar representa”. Importa, então, se falamos do lugar do lexicógrafo, do diretor do Instituto, do padre ou do pastor, pois cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução. A autora assinala que “essas posições não são neutras e se carregam de poder que as constitui em suas relações de força”.

Na análise dos dicionários de língua oral, o conceito de condições de produção, no que diz respeito à posição sujeito, pode nos levar a refletir sobre a posição do lexicógrafo e dos diversos prefaciadores na produção dos dicionários de língua de sinais do Brasil. A posição do lexicógrafo aparece como aquele que apresenta o dicionário aos leitores, informando o plano geral da obra, a organização dos verbetes, o contexto em que o dicionário foi produzido, filiações do dicionário etc.

O conceito de *condições de produção* diz respeito, também, à situação, pensada em seu sentido amplo e restrito. No sentido amplo, ele contempla o contexto social, histórico, ideológico e, no sentido restrito, compreende a circunstância da enunciação, o contexto imediato, o aqui e agora (ORLANDI, 2005). Lembramos que no estudo do discurso, enquanto objeto simbólico e histórico, não se dissocia o contexto imediato do amplo, pois em toda situação de

linguagem esses contextos estão interligados.

Temos, então, que os dicionários são analisados discursivamente a partir do contexto imediato, mobilizando algumas questões como: quem os produziu? como? para quem? em que situação? onde? e, simultaneamente, mostrando a relação desses dicionários com as circunstâncias sócio-históricas mais amplas em que aparecem.

Em relação à emergência dos dicionários monolíngues de línguas como o francês, o espanhol, o italiano, Auroux (1992) mostra, como havíamos visto, que a mesma está diretamente relacionada aos fatores políticos, econômicos, culturais e técnicos que caracterizaram a formação dos Estados Nacionais europeus a partir do Renascimento. Esses fatores não são os mesmos que aqueles que levaram à formação de um país de colonização como o Brasil no século XIX, período em que aparecem os primeiros dicionários de português como língua da nova nação independente de Portugal. Diremos assim que as *condições de produção*, no sentido amplo, dos dicionários brasileiros, não são as mesmas que as dos dicionários europeus.

Lagazzi, ao citar Pêcheux (1997), define o conceito de condição de produção como sendo:

[...] ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar no interior das quais se encontra inscrito o sujeito, e a 'situação' no sentido concreto e empírico do termo, quer dizer, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientes colocados em jogo (Lagazzi, 1988, p.56).

Para compreender o texto enquanto materialidade histórica, como discurso, é preciso pô-lo em relação “com outros dizeres (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso; a memória do dizer)” (Orlandi, 1996, p. 54).

b) Memória discursiva / Interdiscurso

A memória discursiva, como afirma Orlandi (2005, p.31), é o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Entendemos, assim, que na memória discursiva se inscrevem todos os sentidos já produzidos (e esquecidos), tudo o que já foi historicamente simbolizado, toda a produção simbólica das práticas sociais.

A memória discursiva faz com que o sujeito, na sua relação com o social e o histórico, se filie a determinadas redes de sentido. Esses sentidos, construídos e ditos por alguém, em algum lugar, em diferentes momentos, mesmo muito distantes, estão na base do dizível, que torna possível todo dizer. Dito de outro modo, o que já foi dito em outros lugares, independentemente, e já esquecido, é o que determina o que dizemos. Trata-se assim de uma memória estruturada pelo esquecimento.

O dizer, no entanto, não pertence a ninguém em particular, porque o sujeito da AD não é a origem do seu dizer. Todo dizer se inscreve nesse horizonte do já-dito e é pela história e pela língua que ele significa. Para que o dizer, então, tenha sentido é preciso antes que ele já faça sentido, ou seja, o que foi dito antes, em outro lugar, significa no dizer de hoje/agora. Assinalamos também que

o sentido não nasce da vontade repentina de um sujeito enunciador. O discurso tem uma memória, ou seja, ele nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica. Essa repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata (um discurso imediatamente anterior ao produzido). Ao contrário, pode ser oculta ao sujeito enunciador (MITTMAN, 1999, p. 272).

Os discursos se repetem. Ao repetirmos, não nos damos conta de que o dizer é da ordem do já-dito (devido ao funcionamento do inconsciente). Os sentidos se filiam a outros construindo redes de sentido que permitem não só a repetição como também a (re)formulação dos discursos em circulação. O repetível na ordem do discurso é trabalhado como um repetível histórico, vez que o “repetível é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o

dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos” (INDURSKY, 2001, p.28).

Falar de memória em relação ao discurso é falar de interdiscurso, (ORLANDI, 2005, p. 30), enquanto esse “todo complexo” que aloja uma variância de discursos-outros, de coisas-a-saber (discursivas) “que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente” (Pêcheux, 1997a, p. 162).

O dicionário é um trabalho da memória. Assim o consideramos por fazer surgir interpretações várias no processo de sua produção. Há uma memória lexicográfica que é retomada, atualizada. É um trabalho da ordem do repetível, pois ele remete para o dizer de diferentes sujeitos lexicógrafos, de outros textos dicionarísticos.

Nunes (2008b, p. 114) aponta que o conceito de interdiscurso, em uma leitura do dicionário, é “operado para se compreender a formação de uma memória lexicográfica” e acrescenta que a análise da relação entre o dito e o não dito que intervêm nos dicionários evoca uma memória que ora é denegada, ora é retomada, ora é atualizada.

Em um estudo sobre o discurso documental na história das ideias linguísticas e dos dicionários, Nunes (2008b) aborda as instâncias desse discurso, isto é, sua *constituição*, *formulação* e *circulação*, explicitando como tal discurso, enquanto prática de arquivo, produz uma memória institucionalizada. O autor busca assim compreender de forma mais aprofundada a distinção entre memória e interdiscurso, a partir da noção de funcionamento do arquivo, proposta por Orlandi. A memória enquanto interdiscurso diz respeito ao fato de que todo dizer se produz sobre um já-dito: “todo dizer é já gesto de interpretação, posição face a memória” (ORLANDI, 2003c, p. 14), enquanto que a memória de arquivo é a memória institucionalizada, é a estabilização de sentidos:

No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer

o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida) (ORLANDI, 2003c, p.15).

A memória enquanto interdiscurso tem relação com a historicidade, com a exterioridade; há, assim, um efeito de dispersão, de abertura para outros sentidos, porque o dizer, ao se inscrever na memória (interdiscurso), o faz pela repetição e pelo esquecimento. Produz-se assim o efeito de deslocamento, de deslize para sentidos outros. A memória enquanto arquivo ou memória institucionalizada, diferentemente, produz um dizer que é datado, que é contextual e relativo a uma determinada época.

A partir dessas noções, procuraremos explicitar na leitura dos dicionários de Libras os gestos de interpretação e sua filiação ao campo da memória, visto que sua produção, formulação e circulação enquanto dicionários constituem-se como um trabalho da memória.

c) Constituição (interdiscurso) / Formulação (Intradiscurso) / Circulação

Essas três noções, propostas por Orlandi, se articulam e se cruzam no momento da produção do discurso, em que o sujeito se mostra (e se esconde) e os sentidos se decidem: o da constituição, o da formulação e o da circulação (ORLANDI, 2001b). Nesta relação, a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação) (ORLANDI, 2005a, p. 33). Atentamos ainda para o fato de que há sempre uma ligação do dito com o não dito, visto que “o que já foi dito, mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. (...) o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva” (ORLANDI, 2005a, p. 82).

No estudo sobre o processo de dicionarização do Brasil, Nunes (2008b, p. 114) construiu o dispositivo analítico para a análise de dicionários levando em conta esses três momentos da produção do discurso. O autor (ibidem) ressalta que do ponto de vista da constituição, trata-se de considerar [...] “o processo de dicionarização como um processo que atravessa diversos tipos de discursos e que se transforma na história”. Do ponto de vista da formulação, como esta se faz materialmente pela textualização do discurso (em texto), ele trata sobre os recortes que dizem respeito à construção do texto dicionarístico, como os *textos introdutórios*, e os recortes que concernem ao *corpo do dicionário*, como os referentes a sua “macroestrutura e microestrutura”. Já em relação ao modo de circulação, Nunes (ibidem) diz que levar em conta o “trabalho com a espacialidade e a temporalidade do discurso, faz com que a circulação dos dicionários não se limite ao espaço físico e ao tempo cronológico nem a uma única forma material”; neste momento, estuda também as “instituições e o papel delas na distribuição dos textos e dos sentidos”.

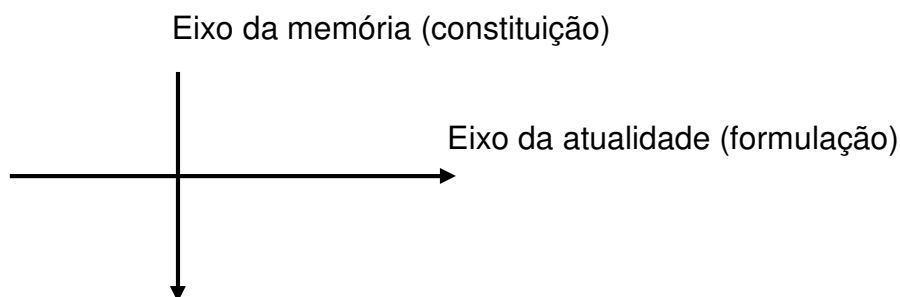
É no plano da formulação que o sujeito diz, que ele materializa o seu dizer. Ao formular, o sujeito mobiliza a memória do dizer para se inscrever em sentidos já-lá. Os sentidos são disponibilizados e convocados pelo interdiscurso/memória para fazer parte da formulação, sendo sobre essa memória que o sentido se atualiza e que o sujeito, movimentando-se no gesto de interpretação e tomado pelo esquecimento, a retoma e a desloca, presentificando, assim, o seu dizer na ordem da repetição histórica. Em outras palavras, “a formulação é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer” (ORLANDI, 2001b, p. 10).

A distinção trabalhada por Orlandi entre o processo de formulação e o de constituição, sob o prisma da teorização de Courtine (1981), se organiza, como afirmáramos, em torno da relação entre dois eixos, a saber, o eixo vertical e o eixo horizontal e ela pontua que

Todo dizer (intradiscurso, dimensão horizontal, formulação) se faz

num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição). O interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, eu diria, o da linearização do dizer) (ORLANDI, 2001b, p. 11).

Dessa forma, temos o cruzamento dos eixos:



o que nos leva a compreender que o eixo da formulação, o nosso dizer, não é evidente e está determinado pelo eixo da constituição e relacionado sempre com outros dizeres, ditos em outros lugares.

Segundo Nunes (2003, p.14), a análise discursiva de dicionários leva em consideração a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, entre o dito e os não-ditos que neles intervêm. É assim que se busca explicitar e compreender a memória lexicográfica que é retomada, denegada, atualizada e que marca a historicidade dos dicionários, no caso analisado pelo autor, dos dicionários brasileiros.

Em relação ao nosso estudo, buscaremos compreender a articulação desses três momentos no processo de produção dos dicionários de Libras, observando, por exemplo, o modo de definição e de formulação dos verbetes; as filiações discursivas que margeiam as definições; a retomada do discurso fundador dos dicionários de língua de sinais; os sentidos deslocados; a memória que é apagada e atualizada, e o modo de circulação dos dicionários analisados.

d) Formação imaginária

Dentre as condições de produção do discurso, destaca-se, como

havíamos exposto, o conceito de formações imaginárias, que funciona a partir de certos mecanismos, tais como o mecanismo da antecipação, as relações de força e as relações de sentido.

Pelo mecanismo da antecipação, o sujeito, ao enunciar, tem a habilidade de imaginar, de preceder, de prever o que o outro quer e precisa ouvir (habilidade que, cabe observar, não é consciente). O sujeito adéqua o seu dizer conforme o efeito que ele espera do outro. O sujeito, segundo Orlandi (2005a, p. 39), coloca-se na posição de seu interlocutor e, ao atuar como “espião”, ouve suas próprias palavras, prevê e antecipa sentidos que sua enunciação poderá (ou poderia) produzir em seu interlocutor, regulando seu dizer conforme o que pretende provocar no outro.

O processo discursivo encontra-se materializado por diferentes relações de força e de poder pelas quais o sujeito é afetado ao produzir o discurso. Dito de outro modo, o que o sujeito diz, o que ele anuncia, promete, denuncia, isto é, todo o seu dizer, é determinado pelo lugar social que ele ocupa, afetado pelas relações de força, sendo isso constitutivo do seu discurso. Como diz Orlandi (2005a, p. 40), “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação”.

Temos também o mecanismo ligado às relações de sentido, pelo qual todo discurso está relacionado com outros. Segundo Pêcheux (1997b, p. 77), no processo de constituição do discurso, este “deve ser remetido às relações de sentidos nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro [...]. O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio”. Orlandi (2005a, p. 39) complementa assinalando que um “dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis, aponta para outros que o sustentam e para dizeres futuros”.

Em suma, o imaginário é parte constitutiva da linguagem, do discurso. Constrói-se um jogo de imagens, projeções de imagens de sujeitos, de discursos, de saberes. Os discursos, enquanto “efeitos de sentidos” entre locutores, resultam

das projeções de imagens entre os sujeitos e o discurso, sendo que o que “funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (ORLANDI, 2006a, p. 26).

Enfim, como havíamos colocado, não são os sujeitos e seus lugares empíricos inscritos socialmente que funcionam nos discursos; são as projeções de imagens que, possibilitam ao sujeito relativamente ao lugar, passar da situação empírica para a posição de sujeito do discurso. “Essa projeção de imagem, esse imaginário é eficaz. Ele assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2005a, p. 42).

Nesse sentido, o conceito de formação imaginária interessa-nos tendo em vista a imagem construída pelo discurso dos dicionários de Libras sobre a língua, sobre o sujeito lexicógrafo e sobre o surdo ou o ouvinte usuários desse dicionário.

e) Definição e discurso: relação língua-sujeito-história

Como já vimos, a Análise de Discurso configura-se como um campo de saber constituído como uma *disciplina de entremeio*, como afirma Orlandi, onde se relacionam/articulam o sujeito, a língua e a história. Essa posição de entremeio pressupõe deslocamentos, cruzamentos, confrontos; é lugar do conflito, de tensão.

Interessa-nos aqui pensar a língua na perspectiva da Análise de Discurso, uma vez que não é o mesmo conceito que o que sustenta a linguística. Para a linguística, a língua é estrutura fechada, é um “*système où tout se tient*”, como sustenta Saussure, “é um todo por si” (cf. Orlandi, 2002a, p. 22); para a Análise do Discurso, a língua é também estrutura, mas uma estrutura que não é totalmente autônoma, que está sujeita a falhas e é capaz de equívocos, de deslizos.

Para a AD a língua não é uma *forma abstrata*, por oposição a seu *uso concreto*, conforme definido na Linguística, mas uma *forma material* (Orlandi, 2002a, p. 23), investida de sentidos e afetada por um funcionamento ideológico (e inconsciente). A língua é um sistema suscetível de rupturas, mal-entendidos, que passam a ser tratados como nucleares e não à margem do sistema (Ferreira, 2003, p. 197). É bom lembrar que a língua não é o objeto da análise do discurso e sim o discurso, definido como Orlandi (2005a) como um “objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”. A língua, portanto, é um sistema apenas *relativamente autônomo* dos *processos discursivos, de natureza histórico-social*, dos quais é base material, e é nesse “relativamente” autônomo, diz Orlandi (2002a), que está a possibilidade teórica de re-introduzir, re-significando, o sujeito e a situação na explicação de seu funcionamento.

O sujeito não é origem do dizer e senhor dos seus atos, pois ele não tem controle sobre eles. A situação, por sua vez, é também redefinida discursivamente como parte das condições de produção do discurso (como vimos no item a). Para Orlandi

O sujeito não é origem de si e a situação não é a situação empírica mas lingüístico-histórica que, em conjunto, nesse modo de considerá-los, permitem trazer para a análise não apenas a forma abstrata ou a forma empírica mas o que tenho desenvolvido como *forma material* (ibidem, p. 22).

A noção de história, para a Análise do Discurso, não deve ser entendida como sequência de fatos, nem como evolução ou como acontecimentos cronologicamente ordenados em datas. Ela não tem a ver com o contexto, com o que fica de fora do discurso. A história para a AD faz parte da ordem do discurso; ela necessita do discurso para existir, tem uma relação direta com o sentido. Como afirma Paul Henry (2010, p. 47): “não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido”.

No estudo do dicionário, especificamente na análise da definição,

Nunes (2003, p. 20) aponta que há um certo modo de relação entre língua-sujeito-história, pois “definir de um certo modo é mostrar-se como sujeito do discurso definidor, observando as filiações a certas formações discursivas, a relação específica com a língua”.

Remeto-me também às discussões de Pfeiffer (2011, p. 2) sobre a leitura, vista a partir do aparato teórico da AD:

a língua significa porque a história intervém: o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história. No movimento e jogo da língua, sentidos e sujeitos se constituem em processos sobre os quais o indivíduo não tem controle e o equívoco está sempre presente. Um dispositivo teórico, como é o da AD, deve ser capaz de mostrar isso, trabalhando a opacidade do texto e a relação entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia, para compreender como as interpretações funcionam, atravessando um imaginário que condiciona os sujeitos em seus modos de ler.

Esse conjunto de noções será mobilizado para a análise discursiva dos elementos constitutivos dos dicionários, tais como os apresentados a seguir.

f) Prefácio

O prefácio é o conjunto de textos introdutórios que compõem os dicionários. Em nosso *corpus*, esse aparato introdutório se apresenta intitulado também de outros modos: apresentação, introdução, instruções, palavras de (alguém) e sem um título aparente.

Para o estudo das condições de produção, a análise dos prefácios permite compreender o modo como o dicionário de Libras é apresentado ao público; o modo como o autor é apresentado; as circunstâncias históricas em que o dicionário foi elaborado. Dito de outro modo, a análise discursiva dos prefácios permite “escutar” o lexicógrafo e o dicionário: as condições em que o dicionário foi produzido (onde? quando? como? quem? para quem? por que?); a concepção da língua de sinais; a imagem do leitor surdo e do leitor ouvinte. Podemos ver

também a que tipo de política (educacional ou linguística) responde o dicionário e o modo como se mostra a atualização, o deslocamento da memória discursiva. É isto que veremos nas análises dos prefácios das obras dicionarísticas do nosso *corpus*.

g) Verbetes

O verbete é constituído pela palavra entrada (em nosso caso, o sinal) mais todo o conjunto de informações referentes a ela, como a definição, as acepções, os exemplos, a etimologia, a marcação gramatical. O estudo dos verbetes, em uma perspectiva discursiva, permite compreender o processo de sua constituição, o funcionamento discursivo de um ou de um conjunto deles em relação a outros, de outro dicionário, a relação do dito com o não dito; permite compreender que as palavras/verbetes não são neutras, e compreender como ocorre um controle sobre os sentidos. A configuração interna dos verbetes produz discursos e essa configuração mostra os diferentes modos de definição e as diferenças de sentido que eles permitem circular (NUNES, 2006a, p. 34).

Ao analisar os verbetes, Nunes (2006a) diz que devemos considerar a particularidade de cada dicionário, porque cada um se apresenta de modo diverso. A partir desse posicionamento e do modo de organização dos dicionários de Libras, vamos considerar também as reflexões que propõe Lagazzi (2009) sobre *composição material* na análise que a autora faz de documentários. Em seu trabalho sobre *Boca de Lixo*, a autora pontua que o “filme é tomado em sua textualidade composta por uma diferença material: imagens, sons, palavras, musicas, corpo” e diz que esse conjunto heteróclito que compõe o texto demanda sentidos em sua composição. Poderíamos estender essa noção para compreender os verbetes nos dicionários de Libras, tomando-os em sua textualidade, em sua composição material. Os verbetes são constituídos por um conjunto de ilustrações do sinal e da descrição do sinal, sejam desenhos, fotografias ou vídeos, além de texto escrito em língua portuguesa.

h) Definição

A definição, em uma abordagem clássica, pode ser concebida como a combinação de um elemento genérico com uma determinação específica, e pode ser entendida, também, como um enunciado que parafraseia a acepção de uma palavra ou locução, como os exemplos a seguir:

PAROBA ou PEROBA, árvore do mato virgem que dá madeira de lei.

PALMITO, rebento central das Palmeiras, de que se usa como legume, tanto nos guisados, como nas empadas, e até cru em salada (Retirado de NUNES, 2006a, pp. 36, 39).

A análise da definição, segundo Nunes (2006a), deve considerar “a relação entre o dito na definição e os não-ditos que intervêm nela de diversas formas”. E, portanto, deve-se questionar a transparência da definição. Por exemplo, na definição acima de *paroba ou peroba*, ao se dizer QUE DÁ (“árvore do mato virgem *que dá* madeira de lei”) em vez de DE QUE SE USA, na definição de *palmito* (“rebento central das Palmeiras, *de que se usa* como legume”), observamos que há um deslocamento de sentido. A primeira forma de definição (que dá), diz Nunes (2006a), “leva a uma imagem do mundo filiado a um discurso da providência natural”, enquanto que a segunda (de que se usa) “leva a imagem de um sujeito responsável pela transformação das coisas do mundo” (ibidem).

Vemos como a variação das formas sintático-enunciativas são pistas para questionar a transparência da definição, compreendendo o modo como são construídas as definições, relacionando-as com outras, em outros dicionários. Sempre de acordo com Nunes,

Os sentidos da definição, não detectáveis no interior do enunciado definidor, tomado isoladamente, mas sim na relação que esse enunciado estabelece com outros em determinadas formações discursivas. Assim, os enunciados definidores são remetidos às

posições ideológicas em jogo em um processo discursivo e às formações discursivas correspondentes a essas posições (NUNES, 2003, p. 14).

A sequência “árvore do mato virgem que dá madeira de lei”, em uma visão lexicográfica clássica, guarda os limites da frase para pensar a definição, pois ela se limita a apontar o nome genérico, árvore, e a especificar esse elemento, do mato virgem e que dá madeira de lei.

Segundo Duran e Xatara (2006, p. 147), comumente, os dicionários bilíngues não apresentavam definição, pois os equivalentes eram entendidos como seus substitutos. As autoras apontam que o “argumento contra a inclusão de definições, mesmo para a palavra-entrada, sempre foi o de que os equivalentes as substituem” (*apud* ROBERTS, 1996, p.194). Foi só nas últimas décadas, conforme apontam Duran e Xatara (*ibidem*), que se começou a incluir as definições nos dicionários bilíngues, e isso ocorreu em função do processo de adaptação dos dicionários monolíngues para uso bilíngue.

Os equivalentes, nesse caso, podem ser considerados como um tipo de paráfrase, que, na classificação de Biderman (1993), é chamada de definição sinonímica. Essa definição, para Zavaglia (2010, p. 97), corresponde ao “procedimento de explicação do sentido de uma palavra ou expressão em que não há propriamente um enunciado definitório, mas séries de palavras pertencentes à mesma classe gramatical e supostamente sinônimas da entrada”.

Em nosso *corpus*, os dicionários que correspondem à produção do segundo momento da periodização apresentam uma definição sinonímica dos sinais/verbetes enquanto que os dicionários do terceiro período apresentam uma definição clássica. De uma perspectiva discursiva, interessa compreender a definição enquanto um “texto sem borda”, um discurso, portanto, uma relação entre enunciados.

i) Marcação gramatical

A marcação gramatical nos dicionários é, segundo Nunes (2006a), um dos elementos mais visíveis quando se estudam longos processos de dicionarização. Por exemplo, no dicionário de Bluteau (1712-1728), a menção às categorias gramaticais encontrava-se no interior dos verbetes; Moraes (1789), ao produzir seu *Dicionário da Língua Portuguesa* a partir de uma releitura do dicionário de Bluteau, insere as marcações gramaticais logo após a palavra entrada, em cada verbete (NUNES, 2006a, p. 41).

Em nosso *corpus*, a marcação gramatical passa a ser inserida em cada verbete, após a palavra-entrada, no dicionário de Capovilla et al. (2009). Em todos os outros dicionários, a categoria gramatical formava um tema da obra. Entender como se dá essa passagem de tema para a marcação gramatical, no caso da Libras, interessa-nos em função da história de constituição da Libras e dos estudos gramaticais sobre essa língua.

j) Etimologia

Ao estudar a etimologia, Nunes aponta que etimologia e definição se misturam na descrição dos verbetes, em especial no dicionário de Bluteau (1712-1728). Todavia, quando Moraes reescreveu Bluteau, a etimologia foi separada da definição. No momento em que se desenvolvem os estudos de língua indígena e de sua relação com o português, no período da Monarquia no Brasil, aparece a etimologia nos dicionários tupi-português.

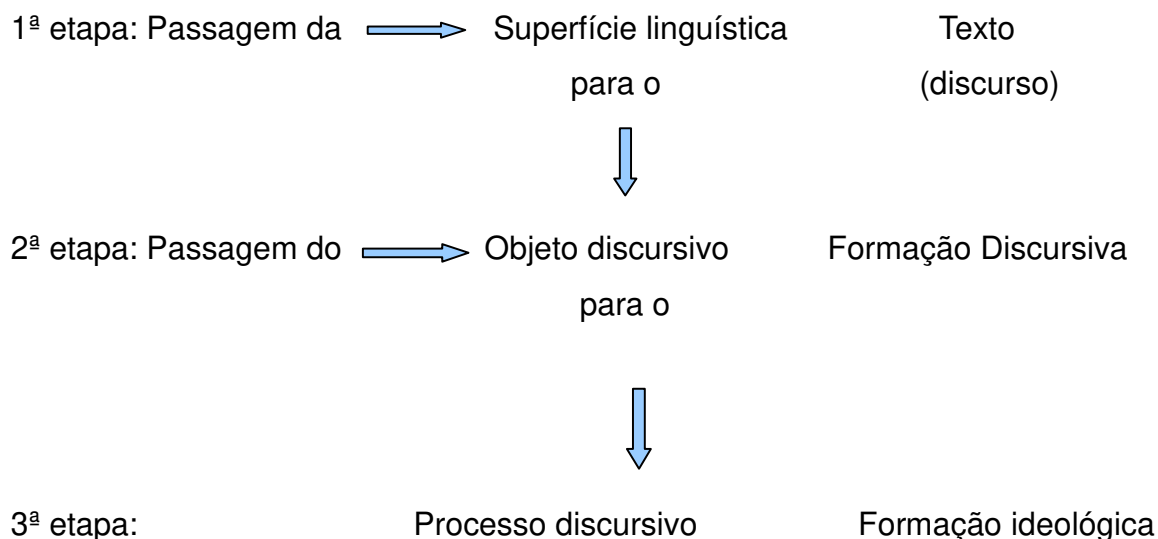
O estudo da etimologia interessa nesta pesquisa em função da sua entrada, a partir da elaboração do dicionário de Capovilla et al. (2009), porque ela passa a representar uma determinada origem dos sinais da língua de sinais e sua correspondência com outros sinais, pela presença comum de um dos parâmetros definidores dos sinais, como a configuração de mão. Esse autor aponta que a CM em V, por exemplo, é compartilhada por diversos sinais como VER, OLHAR, CUIDAR.

Exposto o dispositivo analítico e delimitados os pressupostos teóricos,

passemos à metodologia adotada.

2.3.1 Metodologia de análise

Para se analisar um discurso, é preciso seguir algumas etapas, num percurso que se faz alternando descrição e interpretação, conjugando um ir e vir entre teoria e material, entre *corpus* e análise. Essas etapas se entrecruzam e dão forma ao dispositivo proposto por Pêcheux (1997, p. 180) e reorganizado por Orlandi (2005, p. 65):



Na primeira etapa, em contato com o texto, ocorre a passagem da superfície linguística para o objeto discursivo. Do material de linguagem, composto por dicionários de Libras, construímos um objeto discursivo, constituído por recortes realizados no material. Esse momento é importante para a análise, porque é o primeiro gesto de interpretação do analista, é o trabalho de descrição que se inicia, através de mecanismos como a paráfrase, a sinonímia, a relação entre o dito e o não dito; o que foi dito pelo sujeito em um lugar com o que foi dito em outro, os diferentes modos de dizer, procurando compreender, a partir da

materialidade, as formações discursivas que estão em jogo.

Ao se fazer as primeiras análises, o analista põe em evidência que o objeto discursivo não é dado, ele é produzido em certas condições, por um sujeito de uma certa posição, começando, então, a desfazer os efeitos da ilusão de que o que é dito nos dicionários só poderia ser dito daquela maneira e não de outra. Nesta etapa, importa analisar

o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza (ORLANDI, 2005a, p. 65).

Está dado o primeiro passo. Constitui-se o *corpus*, delineiam-se os seus limites, iniciam-se as primeiras análises, retomam-se conceitos, noções. É o ir e vir constante entre a teoria, a consulta ao *corpus* e a análise.

A partir então dessa primeira etapa, passamos do objeto discursivo para o processo discursivo, segunda etapa desse dispositivo. Do objeto discursivo, o analista observa o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação, os diferentes gestos de interpretação que constituem os sentidos do *corpus* selecionado, a identificação das formações discursivas e chega ao momento de aprofundar as análises para atingir o processo discursivo. O trabalho do analista permite um deslocamento em relação ao objeto e permite compreender o funcionamento discursivo das definições, das marcas linguísticas, do discurso lexicográfico para dar visibilidade às formações discursivas. Às formações discursivas, o analista procura relacioná-las com as formações ideológicas, com a ideologia. É a terceira etapa do processo discursivo. E é esta relação que vai permitir compreender como se constituem os sentidos do dizer no *corpus* em análise.

Através das etapas de análise e pelo dispositivo que constrói, considerando os processos discursivos, o analista pode compreender o funcionamento da ideologia na materialidade da língua; ele pode explicitar o modo

de constituição dos sujeitos e de produção dos sentidos (ORLANDI, 2005a).

A interpretação – enquanto dispositivo e gesto do sujeito que diz – nos oferece um lugar para analisarmos os processos de produção dos dicionários de Libras, a constituição do sujeito lexicógrafo, do sujeito leitor surdo dos dicionários. Vamos compreender como esse objeto discursivo – o dicionário de Libras - significa.

3 *ICONOGRAPHIA DOS SIGNAES DOS SURDOS-MUDOS: INÍCIO DA CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS*

3.1 Tipologia e domínio fundador

Ao chegar ao Brasil, em 1855, o professor E. Huet traz a língua de sinais da França para o Brasil, para o Instituto de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro. É essa língua que aqui aporta e que aqui deixa sua filiação. Ao ancorar aqui, ela vai ganhando novos contornos, diferenças, marcas que ficam e outras que surgem nesse outro espaço discursivo, com a língua daqui. É o que podemos observar, inicialmente, nas semelhanças e diferenças entre o alfabeto manual da língua de sinais do Brasil, de Flausino José da Gama (1875) com a língua de sinais da França, de Pierre Pélissier (1856), e depois em relação à obra de Oates (1990), como veremos mais adiante.

Após a criação do Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, a primeira produção escrita que marcou o início da constituição de um conjunto de sinais da língua de sinais do Brasil da qual se tem notícias até hoje é a obra de Flausino José da Gama. Esta obra inaugura os primeiros registros de sinais usados pelos surdos no Brasil, como nos apontam diversos estudiosos de Libras, como Felipe (2000) e Capovilla & Raphael (2001).

Felipe (2000, p. 87), em estudo sobre o surgimento da língua de sinais do Brasil, assinala que o primeiro livro publicado sobre essa língua data de 1875, por Flausino José da Gama, como dissemos há pouco. Da mesma forma, Capovilla¹⁸, na apresentação do *Novo Deit-Libras*, assinala na cronologia do trabalho lexicográfico das línguas de sinais que a obra *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* ilustra a produção do primeiro dicionário de Libras do Brasil.

Levando em conta as obras em análise, pode-se observar no

¹⁸ 2009, p.17.

funcionamento discursivo essa língua que vai estabelecendo diferentemente da língua de sinais da França. Inicialmente, o sinal, a ilustração ou a imagem do sinal da língua francesa foi transportado para o Brasil. O exemplo do sinal MULHER evidencia essa semelhança entre a obra *L'enseignement primaire des sourds-muets mis a la portée de tout le monde, avec une iconographie des signes* (1856), de Pierre Pélissier e a obra *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (1875), de Flausino José da Gama. Vejamos o sinal MULHER, em Pélissier e em Flausino da Gama:

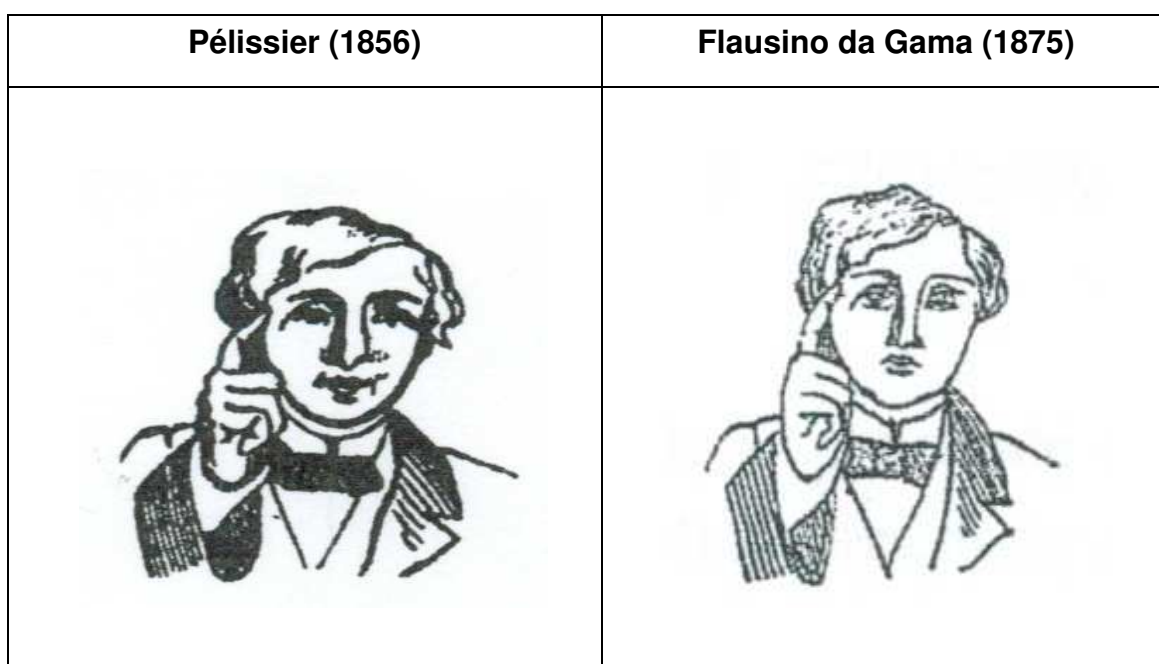


Figura 3.1: Sinal MULHER
Fonte: SHAW e DELAPORTE. 2007; GAMA, 1875.

A língua praticada no espaço brasileiro, especialmente o da Corte Brasileira, no Rio de Janeiro, vai se distanciando da língua de lá, da França, e constituindo novos modos de dizer, de sinalizar, de significar. É o caso, por exemplo, do sinal MULHER. Na obra de Flausino da Gama (1875), o sinal MULHER é sinalizado diferentemente da obra do Pe. Oates (1990), o que evidencia a diferença que foi se constituindo ao longo do tempo. Vejamos, a

seguir, o sinal de MULHER nas duas obras:

Flausino da Gama (1875)	Oates (1990)
	

Figura 3.2: Sinal MULHER
Fonte: GAMA, 1875; OATES, 1990.

Na primeira obra, para descrever o sinal MULHER, deve-se “passar o indicador direito desde a ponta até abaixo do queixo” (Gama, 1875, estampa VI); na obra de Oates (1990, p. 171), deve-se “passar o dedo polegar sobre a bochecha direita duas vezes, de dentro para fora”. Ocorre uma mudança em quase todos os parâmetros: a configuração de mão que se encontrava fechada com o indicador distendido passa a configurar-se com o dedo polegar estendido; o movimento passa de um para dois, conforme indica as setas na obra de Oates; a mudança em relação ao ponto de articulação é mínima, pois permanece o rosto o local de realização, mas o sinal centra-se mais na bochecha e não mais da ponta até o queixo.

A relação entre a língua de sinais francesa e a língua de sinais brasileira nos remete aos estudos sobre a identidade da língua nacional, na relação entre língua portuguesa/língua brasileira, como desenvolvido por Orlandi

(2005b, p.2):

Ao mesmo tempo que aqui se desembarca, a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente – o Brasil – institui o movimento de memória, deslizamentos linguísticos por meio dos quais uma outra – a brasileira – faz-se presente. [...] Desdobram-se, transmudam-se os modos de dizer. A relação palavra/coisa faz ruído, relação não coincidente entre si e nem perfeitamente ajustada. Outras formas vão estabelecer-se fazendo intervir, e ao mesmo tempo constituindo, a memória local.

A língua de sinais francesa, em novo território, vai se estabelecendo e funcionando diferentemente da língua de origem, pois se dá em um outro espaço, em outras condições de produção. Nesse novo espaço de enunciação, com novos sujeitos, novos modos de relacionar sinal/coisa, a língua vai se constituindo em uma outra língua, começando a se distanciar da língua de origem no alfabeto datilológico e na diferença na formulação dos sinais, como vimos no sinal MULHER.

No Brasil existem também condições de produção diferenciadas, pois há surdos de várias regiões do país, vindo e indo para o Instituto. Chegando ao Instituto, trazem sinais inscritos na memória local de origem e voltando a este levam outros sinais com novos contornos, novos sentidos. E é na formulação, na relação com as coisas do lugar, na relação com a memória discursiva das línguas em contato que os sinais são construídos e reconstruídos. É o que podemos chamar de forte efeito de polinização. Esse efeito produz nova materialidade, nova relação. O que se constitui é uma língua com outra materialidade simbólica, com outros sentidos, em uma junção entre a memória da língua que veio e a memória de língua que aqui se encontra, de pessoas que vão e voltam, com movimento (M), configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA), expressões não-manuais (ENM), etc. com toda sua particularidade e sentido.

A historicidade da língua de sinais do Brasil nos leva a estabelecer uma relação com o que Orlandi (2005b) discute sobre A Língua Brasileira. Nesse estudo, a autora leva em consideração o aspecto histórico, social e cultural da

língua falada no Brasil, dizendo:

Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas – as que se falam na América Latina e na Europa – porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a "mesma" língua, mas falamos diferente (Ibidem, 2005b, p.3).

Ressalvadas as diferenças entre a língua brasileira e a língua brasileira de sinais, especificamente em se tratando da constituição de cada uma, língua oficial do país e língua de uma comunidade surda, da produção de instrumentos linguísticos que as sustentam, da memória discursiva que as legitimam, essas duas línguas se assemelham no processo de historicização. Elas são línguas ligadas a um país europeu, oriundas de lá, mas que se historicizaram de forma diferente. No estudo de Orlandi (ibidem), em relação à língua portuguesa de Portugal e à Língua Portuguesa do Brasil, ela diz algo muito interessante, quando afirma que “falamos a ‘mesma’ língua, mas falamos diferente”. Poderíamos estender esse dizer à língua de sinais, falando que “sinalizamos a ‘mesma’ língua, mas sinalizamos diferente”. A relação da língua de sinais do Brasil se dá com a Língua Portuguesa do Brasil.

Em relação à obra de Flausino da Gama, ao mesmo tempo em que o autor toma a obra de Pélissier como referência para elaborar sua *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, mantendo praticamente todos os sinais da obra de origem, o autor brasileiro, neste gesto de produzir uma obra para uma nova língua, constitui um novo modo de dizer, de sinalizar, de estabelecer relações de sentido entre os sinais e o espaço daqui. De produzir sentidos em outras condições de produção.

Neste contexto, é muito importante destacar a posição de Orlandi (2003b, p. 23) no estudo sobre o discurso fundador, em análise de *O Diálogo da conversão do gentio*, do padre Manuel da Nóbrega, quando ela assinala que o que importa é a cenografia discursiva do Diálogo, porque nela está representado “o

tempo, o espaço, os personagens (o agora, o aqui e o eu) brasileiros: é uma conversa encenada no Brasil e isso lhe dá sentido”. Destacamos, principalmente, que “os personagens falam diferente não porque usam outras palavras. Mas porque essas palavras derivam de distintos sistemas simbólicos, distintas histórias linguísticas” (ibidem). Esse posicionamento de Orlandi marca a distância que há entre o português e o brasileiro.

A história da Língua Brasileira de Sinais tem uma história de construção diferente da língua a qual se filia. O espaço é outro, os personagens são outros, o tempo é outro. Apoiando-nos em Orlandi quando se trata de língua portuguesa, dizemos que em relação à língua de sinais, nossos personagens podem até usar o mesmo sinal, mas a história da Libras é outra, porque ela se construiu em outro espaço-tempo, em uma relação com a língua portuguesa do Brasil. Há uma distância entre o surdo francês e o surdo brasileiro. E o como sinalizam constituem os surdos brasileiros, em sua historicidade, diferentemente. A partir dessas considerações, seria, no entanto, necessário um estudo detalhado dessas diferenças para melhor fundamentar e compreender esses deslocamentos, compreendendo em que e como essas línguas se distanciam, tornando-se outras; algo que deixamos para pesquisas futuras.

A obra *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* está sendo tomada neste trabalho como o acontecimento discursivo na história da Língua de Sinais no Brasil, por ser considerada como o primeiro monumento do processo de instrumentação da Língua de Sinais do Brasil. A obra de Flausino da Gama formula um discurso que apresenta uma historicidade específica e estabelece um domínio fundador na dicionarização da Língua Brasileira de Sinais. Parafraseando Nunes (1996a), a obra de Flausino da Gama pode ser considerada como fundadora do discurso lexicográfico de Libras no Brasil. Podemos dizer que, em certo sentido, a *Iconografia* de Flausino da Gama teve, em relação à língua de sinais, um papel fundador comparável à *Grammatica Portuguesa* (1881) de Júlio Ribeiro na história da gramatização do português.

Em relação aos recortes concernentes à construção do texto

dicionarístico, vamos analisar, inicialmente, o prefácio, para passarmos, em seguida, à análise dos recortes ligados ao modo de formulação do dicionário. Analisaremos, então, os sinais presentes nas seguintes estampas: Dactylologia dos surdos-mudos; alimentos, objectos de mesa; objectos de aula e sobre verbos.

3.2 Uma leitura do prefácio¹⁹: **ESTE LIVRO**

Os prefácios, enquanto parte dos instrumentos linguísticos no processo de instrumentação das línguas, constituem-se também como discurso e instauram uma relação entre o lexicógrafo e o leitor.

A obra de Flausino José da Gama, *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (1875), exemplifica a ausência de um título para o texto introdutório. Em letras garrafais, centralizado na página, o autor introduz seu texto com a expressão inicial *ESTE LIVRO*, e continua, depois de algumas linhas, à margem esquerda, “*tem dous fins*”. O texto, prefaciado por Tobias Leite, diretor do Instituto de Surdos-Mudos, diz sobre a finalidade da obra, sobre o autor e sobre a concepção de língua.

Collinot e Mazière (1997) ressaltam que os textos de apresentação projetam uma imagem e a definição do público visado, uma imagem de língua, além de apresentar o procedimento lexicográfico que permite colocar em evidência a natureza complexa e heterogênea do dicionário de língua. Em uma leitura dos prefácios de dicionários de língua francesa, produzidos no fim dos séculos XVII, XVIII e XIX, estes autores analisaram como se formula o trabalho da nomenclatura sobre os dados de uma língua viva e assinalam que

esta leitura fez aparecer a recorrência de uma temática que pode ser traduzida trivialmente nestes termos: o lexicógrafo estabelece sua nomenclatura segundo a ideia que ele faz de uma língua

¹⁹ O prefácio da obra não tem numeração. Os excertos do prefácio serão destacados por aspas, quando não ultrapassar três linhas.

comum à uma classe definida de locutores (COLLINOT E MAZIÈRE, 1997, p. 56, tradução nossa)²⁰.

Em um dos estudos de Nunes (2006a) sobre os prefácios, este autor aponta que Bluteau (1712-1728), no prefácio dessa sua obra, formula para os diferentes leitores um discurso de aceitação de seu dicionário, informando-lhes sobre o que significa aprender a própria língua, ou seja, para o autor o leitor não sabe sua própria língua e é preciso aprendê-la. Moraes, autor do primeiro dicionário monolíngue da Língua Portuguesa, ao reformular o dicionário de Bluteau, diz apresentá-lo de forma concisa e essa mudança de concepção de dicionário é acompanhada da imagem de língua, associada aos ideais de clareza e concisão característicos do contexto iluminista em que publica sua obra. O prefácio constitui, assim, um discurso em que o lexicógrafo procura estabelecer uma relação com o leitor, e por isso cria uma imagem de leitor, de língua e de dicionário.

No início de seu funcionamento, o Instituto de Surdos-Mudos mantinha uma relação muito próxima com o Instituto de Surdos de Paris, na França, escola que era vista como o espaço de interlocução sobre a educação de surdos e se mostrava como um *locus* de construção de uma língua de sinais das pessoas surdas da França. Por isso, esse Instituto representava não apenas uma instituição de educação de surdos e de formação de professores, como também um espaço de formulação e de implementação de diretrizes educacionais e de divulgação da língua de sinais.

O Instituto de Surdos de Paris, como já mencionamos, foi fundado em 1755, sendo o primeiro desse gênero a receber auxílio público. A escola de De L'Epée formava professores surdos e estes iam para outras cidades da França e para outros países fundar escola de/para surdos. De 1755 a 1789, ano de morte do fundador, a escola de De L'Epée formou numerosos professores para ensinar

²⁰ No original: Cette lecture fait apparaître la récurrence d'une thématique que l'on peut traduire trivialement em ces termes: le lexicographe établit sa nomenclature selon l'idée qu'il se fait d'une langue commune à une classe définie de positions de locuteurs.

os surdos, divulgar a língua de sinais e fundar escolas. Pelo poder multiplicador, pelo número de professores que formou, pelo saber que circulava nessa escola e em outros países, pelos materiais pedagógicos que eram disponibilizados, o Instituto de Surdos de Pariz implementava uma verdadeira e ampla política de língua. E Sacks (2010, p. 27) informa ainda que

[...] em 1789, já haviam criado 21 escolas para surdos na França e na Europa. O futuro da própria escola de De l'Epée pareceu incerto durante o tumulto da revolução, mas em 1791 ela se transformou na National Institution for Deaf-Mutes em Paris, dirigida pelo famoso gramático Sicard.

A filiação da língua de Sinais do Brasil à língua de sinais da França data da criação do Instituto de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro e essa filiação se evidencia na obra de Flausino (1875), quando Tobias Leite escreve que

O alumno deste Instituto, Flausino José da Gama, vendo entre os livros da biblioteca a obra do ilustre surdo-mudo Pélissier, professor do Instituto de Pariz, manifestou interesse de reproduzir as estampas *para os fallantes conversarem com os surdos-mudos*, dizia-me elle repetidas vezes (prefácio, 1875).

Ao dizer que Flausino da Gama viu “entre os livros da biblioteca a obra do ilustre surdo-mudo Pélissier, professor do Instituto de Pariz”, o prefaciador destaca o fato de tratar-se de um professor surdo-mudo. Destaca-se com isso a relevância desse fato para a produção do dicionário, por demonstrar a possibilidade de um surdo estudar, exercer uma profissão e produzir obras relativas à sua própria língua.

Dizer que o professor Pelissier é um “ilustre surdo-mudo, professor do Instituto de Pariz” reforça a segunda finalidade da obra: “mostrar o quanto deve ser apreciado um surdo-mudo educado”. Um surdo não só poderia ser educado como também, e principalmente, “ser útil à sociedade”, ser um “ilustre professor”, um “ilustre profissional”. Flausino da Gama representava esse imaginário de surdo ideal: um surdo educado, um bom aluno, um *hábil desenhista*. Tobias Leite

defendia que a educação do surdo deveria ser realizada no sentido de que o surdo pudesse trabalhar, “ser produtivo”: “o ensino profissional é o que mais convém ao surdo-mudo brasileiro” (Tobias Leite, 1884, p. 4).

No momento em que Tobias Leite se reporta ao Instituto de Pariz, escola reconhecida na Europa e em vários outros países, pelo método de ensino e, principalmente, por admitir a língua de sinais francesa como língua que pode ser dicionarizada, destaca ser a obra de Flausino da Gama digna de mérito e de aceitabilidade entre os surdos e entre os ouvintes. A língua daqui não é uma língua única, desligada, desconectada de outras línguas. É uma língua que se assemelha e tem filiação com uma língua de sinais de um país europeu. Com a língua de sinais do Instituto de Pariz. Essa referência ao Instituto de Pariz confere um efeito de autoridade à obra de Flausino da Gama. E esse imaginário de língua de sinais dos surdos do Brasil era reforçado pelo imaginário dessa outra língua já reconhecida e valorizada na França.

A França, como nos aponta Delaporte (2005) e Sacks (2010, p.32), viu na primeira metade do século XIX um crescimento de escolas para surdos e uma intensa produção sobre a língua de sinais francesa. Essa produção, depois de publicizada, circulava em escolas de surdos e era traduzida em diferentes países. A obra de L'Epée, por exemplo, um “clássico”, “está disponível em muitas línguas”. Sacks continua a dizer que “o grande impulso na educação e emancipação dos surdos que entre 1770 e 1820 arrebatara a França continuou assim sua trajetória triunfante nos Estados Unidos até 1870”, o que fez com que a língua de sinais francesa se tornasse reconhecida e valorizada.

Ao referir que Flausino da Gama “manifestou desejo de reproduzir as estampas” da obra de Pierre Pélissier, Tobias Leite não omite o fato de que a obra de Flausino da Gama é muito semelhante à obra do professor do Instituto de Pariz. Essa passagem nos leva a estabelecer um certo paralelo entre o procedimento adotado por Flausino da Gama e o procedimento da tradução e de transferência tecnológica de uma língua para outra adotado nas listas de palavras e nos glossários bilíngues, que se multiplicaram entre o fim do século XIV e o do

XV, como base para o processo de gramatização das línguas nacionais (Auroux, 1992). Era o saber produzido sobre a língua de sinais francesa “o” modelo, transferido para a língua de sinais do Brasil, na produção da *Iconographia* de Flausino da Gama.

Como as obras de línguas de sinais produzidas no Instituto de Paris circulavam em vários países, como Estados Unidos da América, México, Espanha, Montréal, Bélgica, Canadá, Chile, especialmente nas escolas criadas nestes países de/para surdos, traduzir a obra de Pélissier significou, inicialmente, uma possibilidade de fazer circular no Brasil uma obra que tratasse da língua de sinais do Brasil. Essa produção possibilitou, pela circulação da obra entre os surdos e pela sua historicidade, a criação de uma rede de comunicação que aos poucos foi criando uma unidade de língua de sinais do Brasil até se configurar na Língua Brasileira de Sinais, tal como se encontra atualmente, uma língua reconhecida pelo Estado brasileiro como língua da comunidade surda do Brasil.

Relembrando Auroux (1992), os instrumentos linguísticos não deixam intactas as práticas linguísticas humanas. Foi a partir do processo de gramatização da língua de sinais, iniciado em 1875, tomando como modelo uma obra sobre a língua de sinais francesa, que os instrumentos produzidos aqui vão dar legitimidade à língua de sinais do Brasil.

Além dessa filiação ao saber sobre a língua de sinais que se produzia na França, o discurso de Tobias Leite produziu um imaginário de língua de sinais que já estava presente no Brasil. Era necessário, pois, torná-la mais conhecida, popularizar a língua. E o dicionário, ao circular, se mostra como uma obra de referência que torna visível a língua, funcionando como um instrumento que dá existência a essa língua. Para Tobias Leite, este livro tinha a finalidade de “vulgarisar a linguagem dos signaes, meio predilecto dos surdos-mudos para a manifestação dos seus pensamentos”.

Ao referir-se a “meio predilecto dos surdos-mudos para a manifestação dos seus pensamentos” e “reproduzir as estampas”, o discurso de Leite filia-se à concepção de língua tomada como instrumento de comunicação, de transmissão

de conhecimento e do pensamento; a língua é vista como um código que pode ser reproduzido, copiado.

Quando Tobias Leite justifica que o livro tem a finalidade de “vulgarizar a linguagem dos signaes, meio predilecto dos surdos-mudos para a manifestação dos seus pensamentos” já inscreve a obra numa perspectiva dicionarística e não somente a uma lista de palavras. O livro foi elaborado para uma função específica, ou seja, para que os falantes pudessem aprender os sinais e, assim, conversar com os surdos. E Tobias Leite complementa a justificativa assinalando que “os pais, os professores primarios, e todos os que se interessarem por esses infelizes, ficarão habilitados para os entender e se fazerem entender”.

A partir desse discurso de Tobias Leite, e salvadas as diferenças, podemos estabelecer alguns paralelos entre os objetivos da obra de Flausino da Gama e aqueles das gramáticas coloniais das línguas indígenas. Como lembra Rodríguez-Alcalá em sua análise sobre as gramáticas de guarani feitas pelos jesuítas, a finalidade expressa pelos gramáticos era “entender e ser entendidos”, para “para salvar almas” (ver Rodríguez-Alcalá, 2007, p.117). Essas gramáticas não estavam destinadas aos locutores da língua (os índios), mas aos missionários, para permitir a comunicação cotidiana com eles e a instrução religiosa, incluindo a administração dos sacramentos (ibidem). Em relação à obra de Flausino da Gama, ela se constrói, também, como um instrumento para o aprendizado da língua de sinais para os pais e professores, e não para os próprios surdos.

Quanto à imagem do leitor, vimos que o livro é dirigido “aos pais, aos professores primarios, e a todos os que se interessarem pelos surdos”. Observamos também que no dizer de Tobias pressupõe uma imagem de leitor que ainda não conhece a língua de sinais, que não sabe como realizar cada sinal e que, portanto, precisa saber como sinaliza essa língua para poder sinalizar para/com o surdo.

Ao construir a imagem de dicionário como instrumento para o aprendizado da língua de sinais pelos ouvintes, lembramos aqui do estudo de

Martins (2007, p. 64) desenvolvido sobre os Dicionários Infantis. Na análise do prefácio, ela pontua que “o lexicógrafo constrói a imagem do dicionário como instrumento pedagógico e como instrumento lúdico [...]. Uma regularidade observada foi que todos se propõem como instrumentos de iniciação”.

Em resumo, o prefácio da obra *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* apresenta uma imagem de dicionário como instrumento de comunicação e de expressão do pensamento, como instrumento pedagógico para os leitores que ainda não sabem a língua de sinais. Uma obra para os ouvintes/falantes da língua oral-auditiva e não para os sinalizantes da língua de sinais.

3.3 Dactylologia dos Surdos-Mudos

A *Iconographia dos Signaes dos Surdos-mudos* tem 20 estampas. Cada estampa trata de um conjunto de sinais, perfazendo ao todo 382 sinais.

A primeira estampa apresenta a Dactylologia dos surdos-mudos, constituída por um conjunto de configurações de mão que representam as letras do alfabeto da língua portuguesa. Para Brito (1995, p. 22), “o alfabeto manual é constituído de configurações de mão constitutivas dos sinais, as quais representam as letras do alfabeto da língua portuguesa”. Essa denominação recebe também o nome de alfabeto manual.

A estampa referente à Dactylologia dos surdos-mudos está organizada em uma página, dividida em 25 quadrados e em cada um deles a CM correspondente a cada letra do alfabeto da Língua Portuguesa, na seguinte ordem: letra do alfabeto no lado esquerdo do quadrado e, centralizado, a CM constitutiva do sinal que representa a letra.

A Dactylologia é representada somente com as mãos e Flausino da Gama a apresenta a partir do desenho litográfico da mão direita. São 26 letras do alfabeto datilológico. Vejamos a estampa 1 referente à Dactylologia dos Surdos-Mudos.

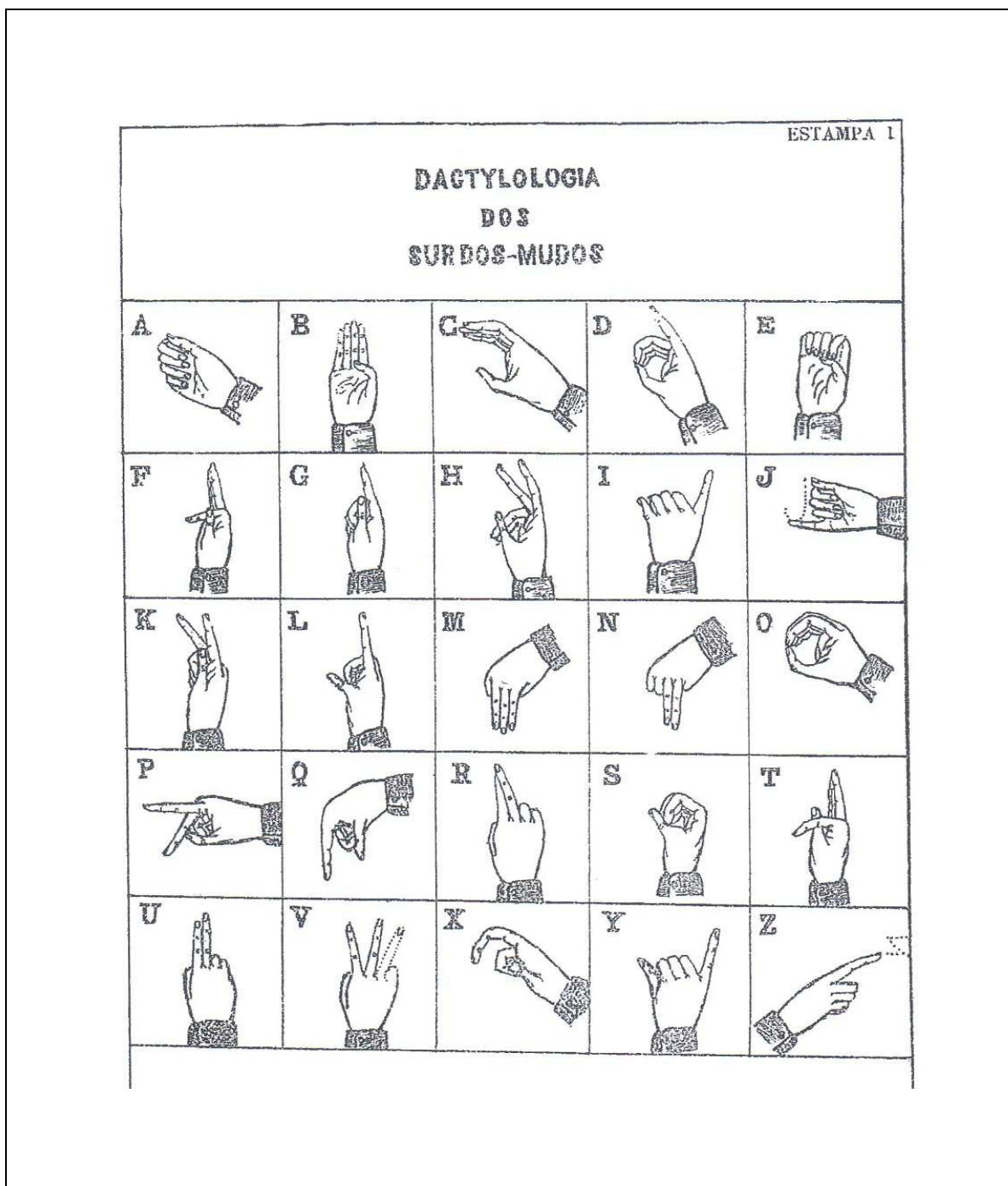


Figura 3.3: Dactylogia dos Surdos-Mudos
Fonte: Gama, 1875.

Vejamos como o alfabeto foi desenhado por Pélissier. Ressaltamos que este denomina as páginas como *planches* e Flausino da Gama como *estampas*.

Na obra de Pélissier, a *planche 1* refere-se ao *Alphabet Manuel des Sourds-muets* (dactylogogie).

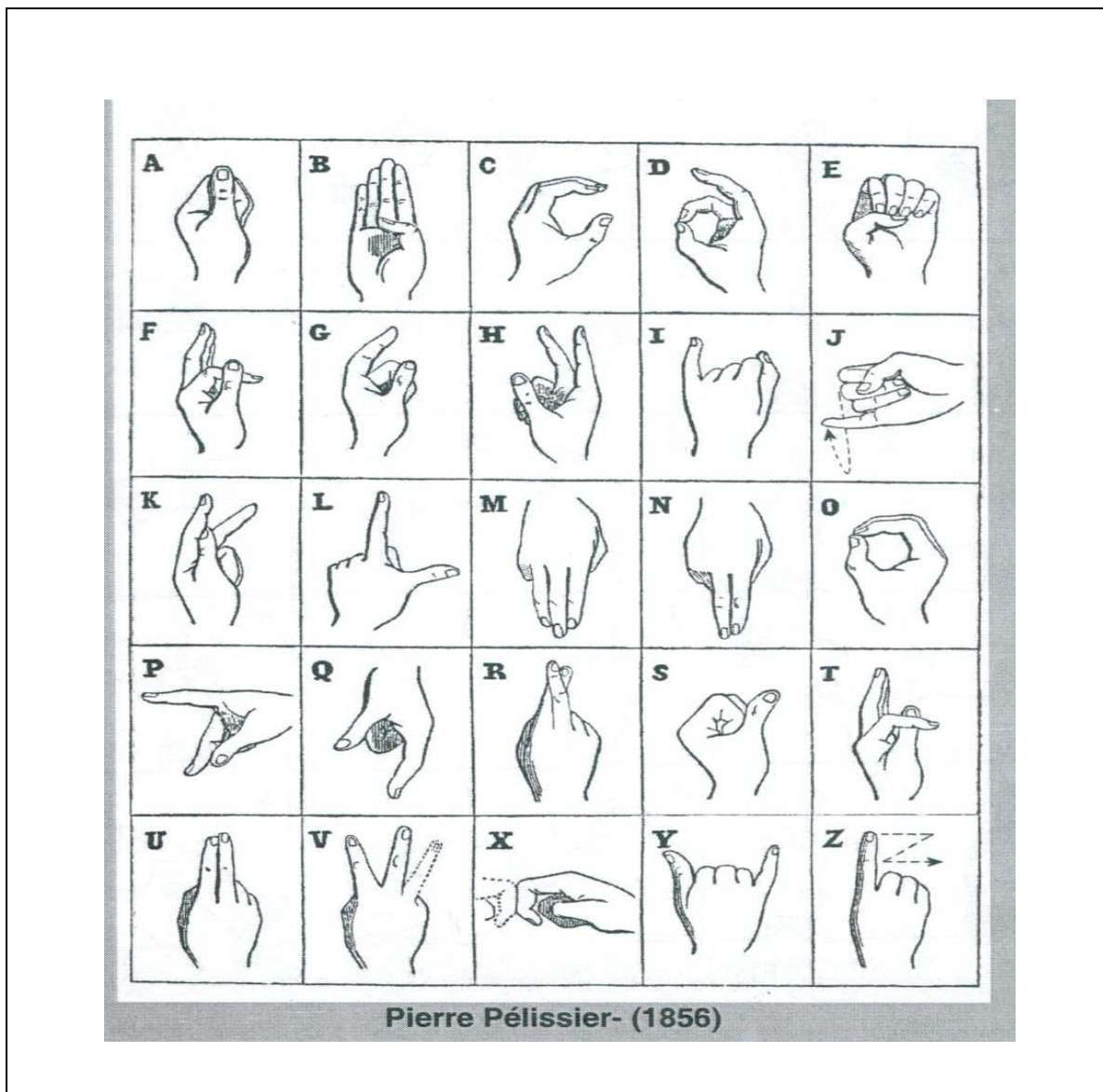


Figura 3.4: Planche 1: Alphabet manuel des sourds-muets (dactylogogie)
Fonte: Sofiato, 2011.

Comparando a estampa de Flausino da Gama com a *planche* de Pélissier, podemos destacar alguns elementos importantes. Da Gama desenhou

as configurações utilizando a mão direita e Pélissier utilizou as duas mãos, direita e esquerda. As configurações de mão para representar as letras C, E, F, G, I, K, L, Q, S e T foram desenhadas com a mão esquerda, pelo professor Pélissier.

Essa posição de Flausino da Gama traz algo que é diferente. Ele remete ao já-dado, retoma as configurações de mão de Pélissier, e projeta, a partir delas, o novo, as configurações que se diferenciam. Ao mesmo tempo em que retoma o já-dado e instala o novo, da Gama provoca uma ruptura. E essa ruptura provoca uma diferença importante entre as duas línguas. Podemos dizer que a língua de sinais do Brasil começa a ser ressignificada.

A ilustração do alfabeto datilológico da língua de sinais do Brasil com a mão direita é um traço que permanece até hoje. Vimos que, diferentemente de Pélissier, da Gama desenhava todas as configurações a partir da mão direita e esta escolha representou, desde o início, uma posição diferenciada do autor em relação à realização do alfabeto para a língua de sinais do Brasil. Além disso, da Gama marcou outra diferença: algumas configurações de mão já indicavam uma língua diferente da língua de origem, como as configurações de mão para as letras **D, G, J, S e X**.

As configurações de mão relativas às letras **D** e **J** apresentam diferenças em relação à posição dos dedos. Na CM da letra **D**, Flausino da Gama desenha o dedo indicador da mão direita um pouco mais distendido, enquanto que no desenho feito por Pélissier o dedo indicador encontra-se curvado. Para a configuração da letra **J**, Flausino da Gama desenha a mão direita fechada, dedo mínimo distendido, demais dedos fechados contra a palma da mão, polegar fechado, tocando a lateral do indicador. Já no desenho de Pélissier, a diferença encontra-se na posição do dedo polegar, uma vez que este se encontra fechado sobre os demais dedos. A configuração de mão da letra **S** diferencia-se ao observar o modo como a mão se fecha. Na obra de Flausino da Gama, todos os dedos estão unidos e curvados, tocando a metade do dedo polegar; na obra de Pélissier, todos os dedos estão unidos e curvados, mão fechada; dedo polegar encima dos demais dedos, ficando com a ponta um pouco estendida. Atentemos

para as diferenças de configurações de mão das letras **D**, **J** e **S**, nas duas obras.

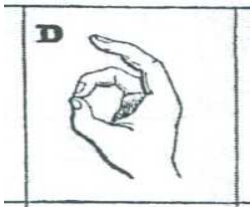
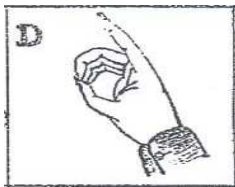
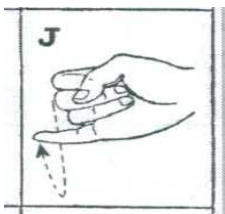
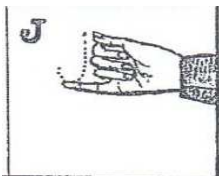
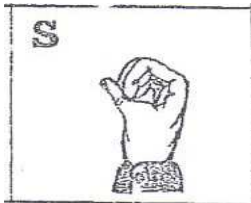
Pélissier (1856)	Flausino da Gama (1875)
	
	
	

Figura 3.5: Configuração de mão para as letras D, J e S

Para a letra **X**, observamos que ocorre também uma não coincidência entre a configuração de mão nos dois alfabetos. Enquanto da Gama marca a diferença usando somente a mão direita, Pélissier desenha a CM que representa a referida letra com as duas mãos.

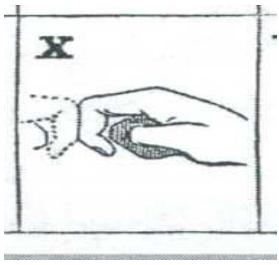
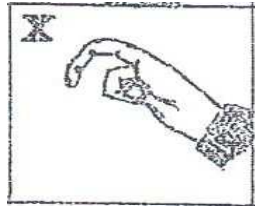
Pélissier (1856)	Flausino da Gama (1875)
	

Figura 3.6: Configuração de mão para a letra X

Dessas configurações de mão que representam as letras D, G, J e X, a que mais se diferencia do alfabeto de Pélissier é a que representa a letra **G** e ela foi tão relevante que permaneceu como configuração do alfabeto manual atual da Libras e provocou mudança na configuração de mão da letra Q, como veremos adiante.

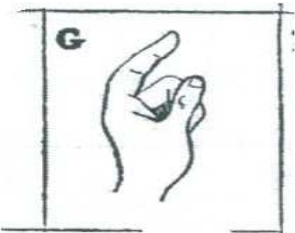
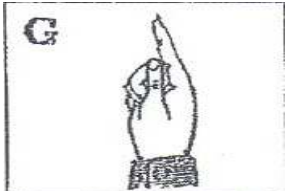
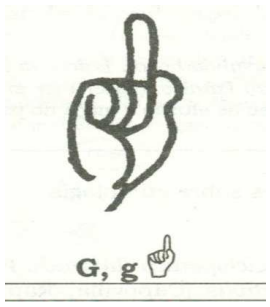
Pélissier (1856)	Flausino da Gama (1875)	Novo Deit-Libras (2009)
		

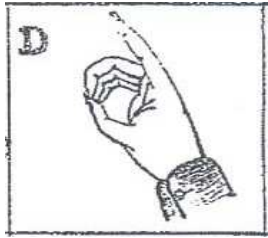
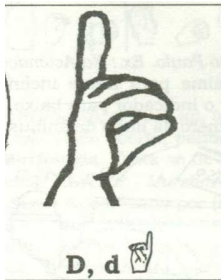
Figura 3.7: Configuração de mão da letra G

Vimos, então, algumas modificações entre o alfabeto de Pélissier e o de

Flausino da Gama, que marcam uma diferença, uma ruptura com a Língua de Sinais Francesa, à época. Veremos, agora, o que permanece, o que se acrescenta em relação ao alfabeto de Flausino da Gama para o alfabeto atual da Língua Brasileira de Sinais, tomando o dicionário de Capovilla, o *Novo Deit-Libras* (2009), para estabelecer e compreender essa relação.

Quase todas as configurações de mão ainda hoje presentes na Língua Brasileira de Sinais são as mesmas usadas no Brasil Imperial. Somente as configurações de mão que representam as letras **D**, **H**, **J**, **K**, **Q**, **S**, **X** e **Y** apresentam diferenças, seja em relação à mudança de posição dos dedos, seja em relação à indicação de algum movimento para a realização do sinal da letra.

Assim, as configurações de mão das letras **D**, **J**, **Q**, **S**, em relação às configurações do alfabeto manual atual, sofreram pequenas modificações, especificamente no que diz respeito à posição dos dedos e das mãos. Para configurar a mão em **D**, o dedo indicativo passou a ficar totalmente distendido e não inclinado como na Dactylogia de Flausino da Gama. A letra **S**, que na obra de Flausino, configurava-se com a mão direita semiaberta (palma para a esquerda, dedos unidos e curvados, tocando a metade do dedo polegar, com uma pequena abertura entre o polegar e os demais dedos), passa a ter a configuração da “mão horizontal fechada, palma para a esquerda, palma do polegar tocando os demais dedos” (CAPOVILLA, 2012, p. 1963).

Flausino da Gama (1875)	Novo Deit-Libras (2012)
	

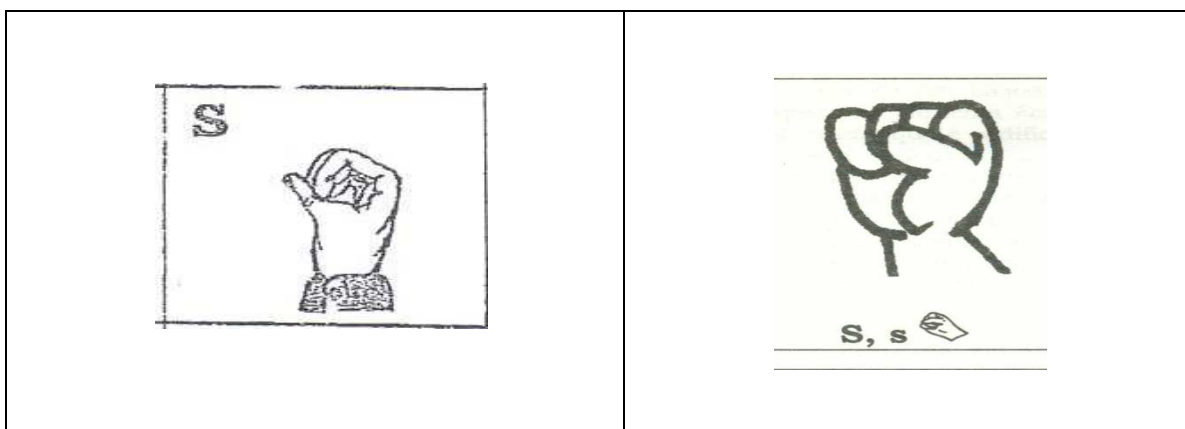


Figura 3.8: Configuração de mão das letras D e S

Na configuração de mão da letra **J**, na obra de Flausino da Gama, podemos assim descrevê-la: o dedo polegar toca a lateral do dedo indicador, dedos indicador, médio e anular fechados e dedo mínimo distendido; a mão fica em posição horizontal, com o dorso para frente e a palma para trás; movimentar a mão de cima para baixo, da esquerda para a direita, formando/desenhando no espaço a letra J. No *Dicionário Deit-Libras* (2009), a descrição da configuração de mão da letra **J** apresenta-se da seguinte forma: “mão em **I** (mão vertical fechada, palma para frente, dedo mínimo distendido), palma para frente. Mover a mão para baixo, girar a palma para a esquerda, e depois para cima, durante o movimento” (p. 1307). A mudança na configuração da letra **J** refere-se à posição do dedo polegar, pois ele deixa de ficar fechado sobre o dedo indicador e passa a ficar fechado sobre os demais dedos. Nesse caso, a CM da letra **J**, presente no alfabeto manual atual da Libras, retoma a CM do alfabeto manual da obra de Pélissier.

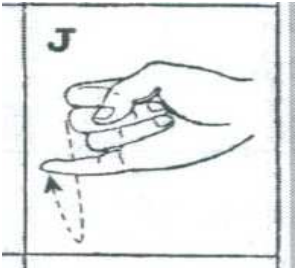
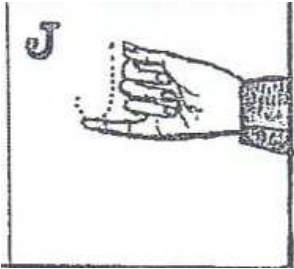
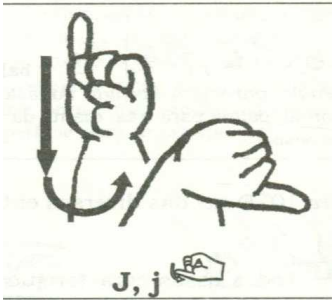
Pélissier (1856)	Flausino da Gama (1875)	Novo Deit-Libras (2012)
		

Figura 3.9: Configuração de mão da letra J

Na obra de Flausino da Gama, a letra **Q** é representada pela configuração de mão descrita da seguinte forma: mão fechada, palma para baixo, dedos polegar e indicador distendidos, apontando para baixo. Capovilla et al (2009, p. 1846) assim descreve a configuração de mão da letra **Q**: “mão vertical fechada, palma para trás, dedo indicador distendido e apontando para baixo, polegar tocando a lateral do indicador”. O que as obras mostram é uma mudança de configuração de mão, especificamente em relação à posição do dedo polegar. Vejamos a diferença nas duas obras:

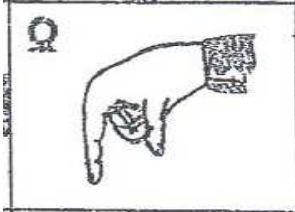
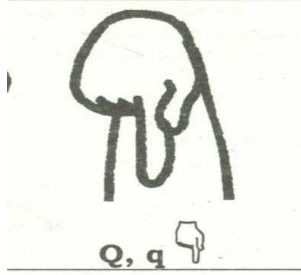
Flausino da Gama (1875)	Novo Deit-Libras (2012)
	

Figura 3.10: Configuração de mão que representa a letra Q

O que nos interessa mostrar também é que a configuração de mão da letra **G** do dicionário de Flausino da Gama provocou, ou serviu de base para a mudança de CM da letra **Q**, no alfabeto atual. A configuração da letra **Q** passou a ser idêntica a da letra **G**, diferenciando-se pela posição da mão e direção do dedo indicador.

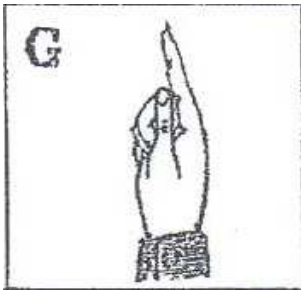
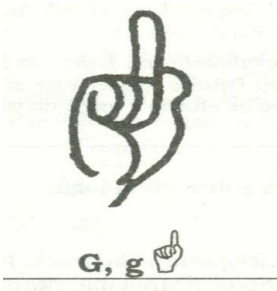
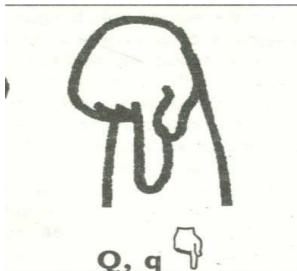
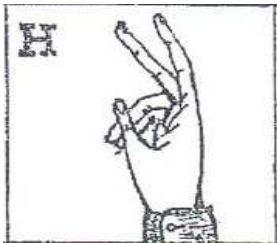
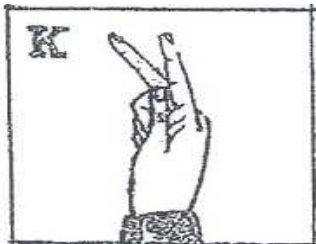
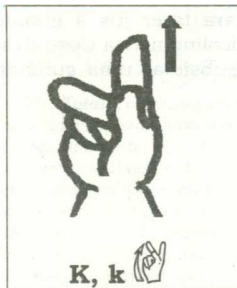
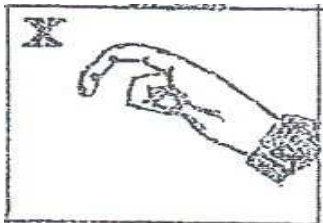
F. da Gama-CM da letra G	Novo Deit Libras-CM da letra G	Novo Deit-Libras-CM da letra Q
		

Figura 3.11: Configuração de mão que representa a letra G e Q

Ao comparar as configurações das duas letras, observa-se que a mão fica fechada, com dedo indicador distendido e dedo polegar toca a lateral do indicador. Para a letra **G**, a mão fica vertical, palma para frente e dedo indicador para cima e para a letra **Q**, o dedo indicador aponta para baixo, palma da mão fica para trás. Pela configuração de mão da letra **G**, a obra de Flausino da Gama dá visibilidade a uma língua de sinais do Brasil, uma língua que se estabelece na relação com outra, mas que vai se afastando e se constituindo como língua de sinais do Brasil.

As configurações de mão das letras **H**, **K**, **X** e **Y** no alfabeto atual ganharam novos contornos e indicativos de movimento. Os ponteados que Flausino da Gama destacou na CM das letras **J** e **Z** na sua Dactylologia dos Signaes são comuns no alfabeto atual da Língua Brasileira de Sinais. As

configurações de mão para as letras H, K, X e Y recebem também pontos e/ou setas para direcionar a realização do sinal. Para realizar os sinais destas letras é necessário efetuar movimentos diferenciados para uma e outra letra.

Flausino da Gama (1875)	Novo Deit-Libras (2012)
	
	
	

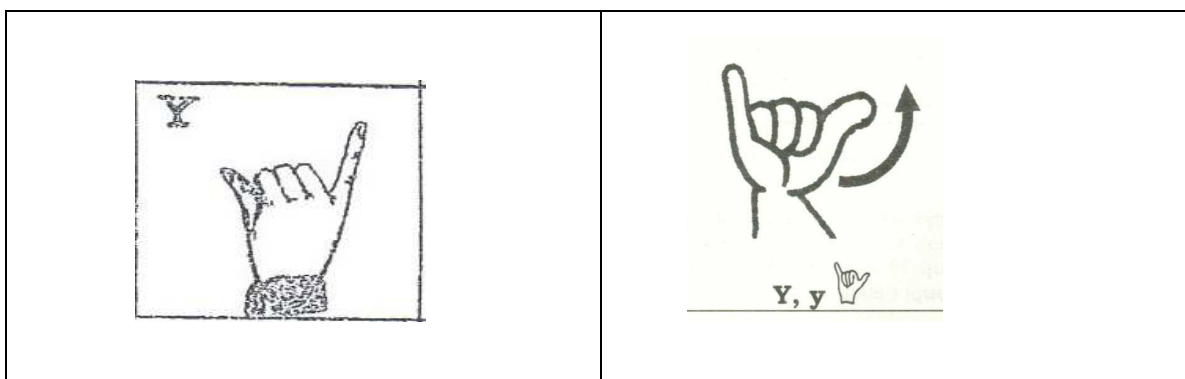


Figura 3.12: Indicativo de setas nas configurações de mão das letras H, K, X e Y

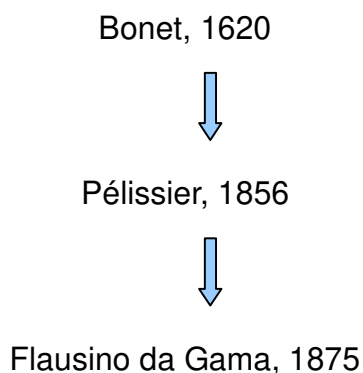
Na Dactylogia de Flausino da Gama, os desenhos das CM das letras **I, R, V, W** e **Y** são apresentados com a palma da mão virada para o sinalizador. Como o autor não apresentou nenhuma estampa explicando o modo como deveria sinalizar cada letra, alguém interessado em aprender o alfabeto datilológico poderia representar as letras de forma equivocada, ou seja, fazer a letra **I**, por exemplo, com a palma da mão para trás e com o dorso da mão para frente.

A partir das análises da dactylogia de Flausino da Gama e das comparações e relações com a *Dactylogie* de Pélissier foi possível depreender um conjunto de traços que, logo no começo, já marcaram diferenças entre as duas obras e, conseqüentemente, na constituição da língua de sinais do Brasil. Assim é que vai sendo construída uma memória para a língua que aqui se desenvolve. São traços que ganham novos contornos, marcas que ficam e outras que surgem nesse novo espaço. O que se observa, em consequência, é que por essas análises anulam-se os efeitos de uma posição de cópia, de reprodução. Produz-se, assim, um efeito do novo e do diferente. A diferença que sustenta o novo. Esses dois efeitos instalam o início do processo de gramatização da língua de sinais e da produção de um saber sobre a língua que estava sob o efeito da “polinização”.

Muitos dos traços presentes no alfabeto datilológico da Língua Brasileira de Sinais remontam ao alfabeto publicado por Bonet, em 1620. A língua

de sinais do Brasil origina-se da língua de sinais francesa, no entanto, quando os precursores franceses interessaram-se pela educação de surdos e pela publicação de materiais referentes à língua de sinais da França, Bonet (1620) já havia publicado uma obra sobre a educação de surdos, na Espanha, e o alfabeto serviu de base para a elaboração do alfabeto da língua de sinais francesa e de diversas outras línguas.

Podemos estabelecer uma relação cronológica dessa transferência de tecnologia do alfabeto datilológico, a partir do seguinte esquema, levando em consideração somente os três autores.



Como ilustração, destacamos algumas das configurações de mão como as letras **A**, **C**, **M**, **N** e **Q** de Bonet, Pélissier e de Flausino da Gama, respectivamente, para dar visibilidade a um dos processos de transferência de uma língua a outra.

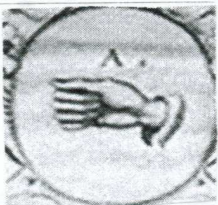
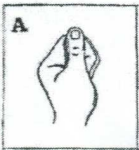
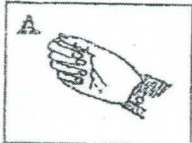
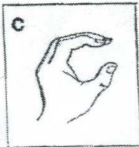
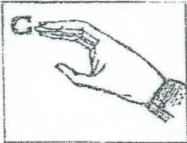
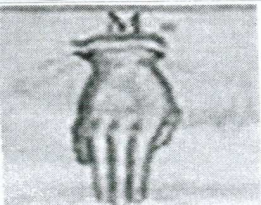
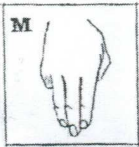
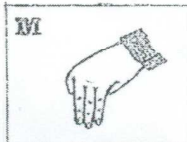
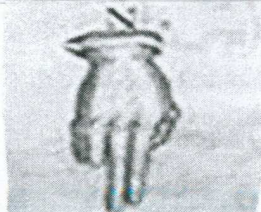
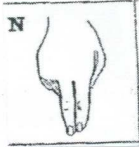
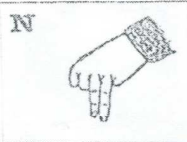
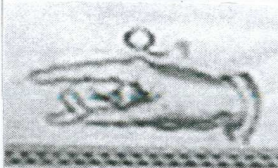
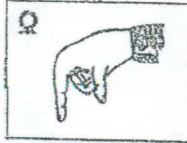
Letras	Bonet (1620)	Pélissier (1856)	Flausino (1875)
A			
C			
M			
N			
Q			

Figura 3.13: Configurações de mão das letras A, C, M, N e Q

Observamos que as configurações de mão dessas letras propostas por Pélissier e por Flausino da Gama são idênticas às configurações de mão do alfabeto de Bonet. As configurações de mão das seguintes letras são assim descritas:

A - mão fechada e polegar tocando a lateral do indicador;

C – mão com os dedos unidos e curvados, polegar paralelo aos demais dedos e também curvado;

M – palma da mão para trás, dedos indicador, médio e anular distendidos para baixo, demais dedos fechados contra a palma;

N – palma da mão para trás, dedos indicador e médio distendidos para baixo, demais dedos fechados contra a palma;

Q – dedos polegar e indicador curvados e separados, demais dedos unidos e fechados sobre a palma da mão.

As configurações de mão das letras **A**, **C**, **M** e **N** mantêm-se até hoje. As modificações que ocorreram no decorrer da normatização do alfabeto datilológico dizem respeito muito mais à mudança de posição da mão que a de configuração de mão. Para Bonet, a mão ficava, na maioria das vezes, na posição horizontal, como podemos observar pelas configurações de mão das letras A, C e Q. De todas as configurações das letras do alfabeto de Bonet (conforme p.20 desta tese), somente as referentes às letras **M**, **N** e **V** é que se encontram com a mão vertical, com os dedos apontando para cima (**V**) ou com os dedos apontando para baixo (**M** e **N**). Em relação à configuração de mão da letra **Q**, vimos que ela se mantém no alfabeto de Pélissier e sofre modificação no alfabeto de Flausino.

Outro importante elemento do processo de transferência é o que ocorreu das línguas orais para as línguas sinalizadas. Todas as letras do alfabeto datilológico são as mesmas das línguas orais que têm como base o alfabeto greco-latino. Enquanto alguns pesquisadores da Libras (Brito, 1995, p. 22; Quadros e Karnopp, 2004, p. 88), apontam essa tomada das letras como empréstimo²¹, quando na formação de um item lexical, consideramos, de nossa parte, como um processo de transferência de uma língua para outra, neste caso, de uma língua oral para uma língua sinalizada.

²¹ Para os empréstimos lexicais, a Libras desenvolveu um alfabeto manual que é constituído de CM constitutivas dos sinais, as quais representam as letras do alfabeto da língua portuguesa. Através da “datilologia” ou soletração digital, este alfabeto é utilizado para traduzir nomes próprios ou palavras para as quais não se encontram equivalentes prontos em Libras ou para explicar o significado de um sinal a um ouvinte (BRITO, 1995, p. 22).

Por estas análises, procuramos dar visibilidade a esse processo de transferência de tecnologia de uma língua para outra. Consideramos, então, que em relação a esse processo de transferência de tecnologias, a língua de sinais do Brasil se constituiu por dois processos, simultaneamente: primeiro, a transferência de tecnologia de uma língua sinalizada para outra da mesma modalidade, ou seja, a representação das letras pelo conjunto de configurações de mão e, segundo, a transferência de tecnologia de uma língua de modalidade oral para uma sinalizada, ou seja, a transferência dos caracteres do alfabeto greco-latino para a língua de sinais.

Esse processo de transferência que resulta em um produto tecnolinguístico das línguas de sinais é uma importante pista que indica uma autonomia da língua de sinais em relação à língua oral, o que contribui para conferir às línguas de sinais o estatuto de língua. No caso em análise, contribui para definir o estatuto de língua à Libras.

Observamos, então, que a configuração do alfabeto datilológico das línguas de sinais resulta de uma transferência, processo que se identifica com o que Auroux (1992, p. 74) discute sobre o processo de gramatização, ao dizer que este processo “corresponde [...] a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla”.

3.4 Sinais: Modo de organização

Como dissemos, a *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* é uma obra composta por 20 estampas e o prefácio. A primeira estampa refere-se a Dactylogia dos surdos-mudos e as outras dezenove estampas são constituídas por um conjunto de sinais distribuídos por diferentes temas. O quadro a seguir apresenta cada estampa com os respectivos temas:

Estampas	Temas
1	Dactylogia dos surdos-mudos
2	Alimentos, objectos de mesa
3	Bebidas e objectos de mesa
4	Objectos para escrever
5	Objetos da aula
6	Individualidade e profissões
7	Animaes
8	Passaros, peixes e insectos
9	Adjectivos
10	Adjectivos
11	Adjectivos (qualidades moraes)
12	Adjectivos
13	Pronomes, e os 3 tempos absolutos do indicativo
14	Verbos
15	Verbos
16	Verbos
17	Adverbios
18	Preposições
19	Preposições e conjunções
20	Interjeições e interrogações

Tabela 3: Relação das estampas da obra de Flausino da Gama

Apesar de apresentar 19 estampas, observamos que não se trata de um tema para cada estampa, por exemplo, os verbos são distribuídos em três estampas e os adjetivos em 04. Reagrupando os temas, a obra apresenta quatorze temas.

Um aspecto relevante é o modo de organização da obra, referente à classificação temática dos sinais. É a primeira obra no Brasil sobre os sinais e Flausino da Gama, ao organizá-la, leva em consideração a obra de Pélissier e inaugura no Brasil uma organização para os dicionários de língua de sinais

baseada na organização temática dos sinais.

Na França, como vimos, vários dicionários foram publicados a partir de uma escolha alfabética de organização dos sinais. Os dicionários do abade de L'Épée (de 1786 e publicado em 1896); do abade Ferrand (de 1780 e publicado em 1897); do abade Jamet (entre 1822 e 1860); o de Docteur Blanchet (1850); o dos Frères de Saint-Gabriel (cerca de 1853-1854); do abade Laveau (1868) e de Clamaron (1875) adotaram uma classificação unicamente alfabética. Já as obras do abade Sicard (1808), Pélissier (1856) e do abade Lambert (1865) apresentam uma classificação temática.

Ao analisar a obra de Pélissier, Bonnal-Vergès assinala que

sua iconografia não tem índice em francês e a FEM (Mimographie equivalente em francês) que ele usa face-a-face em suas planches não apresenta notas de seus sinais, mas permite a ele elaborar outros sinais, sob uma forma que ocupa menos espaço, o desenho. A concepção dicionarística de Pélissier é noemática, gramatical e desenhada (BONNAL-VERGÈS, 2006, p. 162, tradução nossa)²².

Para Bonnal-Vergès (2006), Pélissier teve o cuidado de organizar a obra seguindo a uma progressão didática classificando os saberes sob a forma de “planches”. O professor também, segundo Bonnal-Vergès (ibidem), manifestou recusa em elaborar o dicionário a partir de entradas em francês como também não se preocupou em elaborar um índice que permitisse uma busca pela língua de sinais francesa.

Da Gama (1875), conhecendo a obra de Pélissier (1856), elabora a Iconographia pautando-se na experiência dicionarística do professor do Instituto de Paris. Assim, Flausino da Gama organiza os saberes classificando-os em dois conjuntos: de temas relacionados a “objetos do mundo”, como objetos para escrever, objetos de mesa, animais etc. e de temas com “conteúdos gramaticais”,

²² No original: Son iconographie ne comporte aucun index en français et la FEM (Français Équivalent Mimographie) qu'il utilise en vis-à-vis de ses planches ne constitue pas une glose de ses signes, mais lui permet de donner d'autres signes, sous une forme occupant moins d'espace que le dessin. La conception dictionnaire de Pélissier est donc noématique, grammaticale et dessinée.

como os verbos, adjetivos, advérbios etc.

Das 20 estampas do dicionário, a primeira, como vimos, refere-se a *Dactylogia dos surdos-mudos*. Da segunda estampa a oitava, os sinais presentes no dicionário estão relacionados aos “objetos do mundo” - *alimentos, objectos de mesa; bebidas e objectos de mesa; objectos para escrever; objectos da aula; individualidade e profissões; animaes e, por último, passaros, peixes e insectos*. Da nona a vigésima estampa, os sinais correspondem às “categorias gramaticais” – *adjectivos (3); adjectivos (qualidades moraes), pronomes, e os 3 tempos absolutos do indicativo; verbos (3); adverbios; preposições; preposições e conjunções* e, a última, sobre *interjeições e interrogações*. É uma obra que conta com doze estampas destinadas para os sinais referentes às categorias gramaticais e sete estampas para os sinais relativos aos objetos do mundo, perfazendo um total de trezentos e oitenta e dois sinais.

Esta divisão das estampas leva-nos a relacionar esta obra aos *dicionários gramaticais* trabalhados por Baldini (2002, p. 32), segundo o modo de funcionamento discursivo das obras analisadas. Este autor assinala que algumas obras, como o *Diccionario Gramatical*, de Felisberto Carvalho (1886), e *Léxico Gramatical*, de Firmino Costa (1934), funcionam discursivamente de modo muito semelhante às gramáticas, mesmo que a estrutura em ordem alfabética lhes confira outra materialidade.

Salientamos, no entanto, que discursivamente a obra de Flausino da Gama não trata sobre a definição de fatos na perspectiva da língua de sinais, mas já apresenta pistas de que ela adota as categorias gramaticais definidas nos estudos linguísticos das línguas orais, filiadas à tradição latina, e já apresenta indícios, por exemplo, de uma fonologia e de uma morfologia de língua de sinais.

Em estudo sobre “*Les parties du discours (partes orationis) et la reconstruction d'une syntaxe latine au XVI siècle*”, Colombat (1988, p. 53) aponta que entre os gramáticos dos vernáculos europeus nos séculos XV e XVI há um consenso geral em admitir o esquema canônico de oito partes do discurso fixado pela gramática greco-latina (nome, pronome, verbo, advérbio, partícula,

conjunção, preposição e interjeição), sem que sintam a necessidade de justificar esse número. Ele assinala também que alguns autores de gramáticas têm um cuidado em relação à definição dessas terminologias e, por isso, elas se apresentam, frequentemente, com uma certa ambiguidade e circularidade.

Ao pesquisar sobre “A gramática de Anchieta e as partes do discurso”, Nunes (1996, p. 143) observa que nessa gramática, publicada em 1595, as partes do discurso não são definidas ou justificadas. As categorias gramaticais presentes nessa gramática são: nomes, verbos (que têm importância acentuada), pronomes, preposições, advérbio, numeral e partícula.

Vejamos o paralelo entre essas obras e a de Flausino no que diz respeito às categorias gramaticais:

Obras								
Donato, Prisciano, Nebrija, Despautère e Perotti	Nome	Pronome	Verbo	Advérbio	Partícula	Conjunção	Preposição	Interjeição
Gramática de Anchieta	Nomes	Pronomes	Verbos	Advérbio	Partícula	Numeral	Preposição	
Iconographia		Pronomes	Verbos	Advérbio	Adjetivo	Conjunção	Preposição	Interjeição

Tabela 4: Categorias verbais

Na obra de Flausino da Gama não é explicitada a categoria gramatical do nome. No entanto, as estampas que apresentam os sinais relacionados aos objetos do mundo: *alimentos, objectos de mesa; bebidas e objectos de mesa; objectos para escrever; objectos da aula; individualidade e profissões; animaes e, por último, passaros, peixes e insectos* evidenciam uma ligação com as 'coisas' que podem ser denominadas por nomes.

Ao mesmo tempo em que se organizam os sinais em uma obra de cunho dicionarístico, distribuem-se os sinais observando-se uma classificação gramatical dessas categorias. Esse duplo caminho, complexo, pode ser compreendido para dar conta de uma língua de sinais que precisava ser publicizada, que precisava ser divulgada, optando-se por um viés que abarcasse, simultaneamente, o conhecimento dos sinais e o conhecimento gramatical da

língua. Neste caso, ele poderia ser classificado como um *dicionário gramatical* e enciclopédico.

Esta organização da obra de Flausino da Gama leva-nos a relacioná-la também às obras que não apresentavam uma distinção muito clara entre a gramática e o dicionário, tais como as Etymologias de Isidoro de Sevilha, uma enciclopédia que toma as palavras como tema e que consagra trinta capítulos à gramática, como mostra Auroux (1992, p. 72). Essa prática também se tornou muito comum no processo de elaboração dos dicionários de língua de sinais, especialmente os de língua francesa de sinais, como nos aponta Bonnal-Vergès (2006).

Semelhantemente a Péliissier, da Gama também não apresenta um índice nem em língua portuguesa nem na língua de sinais, o que poderia facilitar a busca de sinais nesta língua, pelos surdos. No entanto, não temos dados sobre a posição de Flausino da Gama quanto à possibilidade de elaborar um índice ou não, vez que não há nenhuma alusão a esse respeito no prefácio da sua *Iconographia*, como também não há outra obra do autor que trate desse ou de qualquer outro assunto.

Os sinais/palavras relacionados a cada tema, e também a classificação temática, não se encontram distribuídos alfabeticamente. Essa opção em relação aos dicionários de língua de sinais significava, à época, um avanço importante na produção dos dicionários de língua de sinais, pois a distribuição temática possibilitava a pessoa surda um acesso um pouco mais facilitado ao dicionário, uma vez que ela não precisava ter, obrigatoriamente, conhecimento gramatical da língua oral/escrita, no que se refere à alfabetização da língua. Assim, a pessoa surda teria a possibilidade de consultar o dicionário a partir dos temas.

Salientamos, no entanto, que mesmo sendo um avanço a consulta ao dicionário de língua de sinais, levando em consideração os temas, em relação aos dicionários cuja entrada seguia uma ordem alfabética da palavra escrita, os dicionários temáticos de língua de sinais não apresentavam ainda as entradas a partir dos parâmetros das línguas de sinais, ou seja, a partir da configuração de

mão, especificamente.

Mesmo assim, esse modo de organização a partir da relação temática na obra de Flausino da Gama representa um avanço, como já dito anteriormente. O que se destaca, principalmente, nesta obra, é que a entrada do dicionário se dá por meio do desenho. Como da Gama segue o modelo de Pélissier para elaborar sua obra, indiretamente, observamos que ela já se coloca em uma posição de vanguarda, visto que o desenho assegurava uma melhor legibilidade ao dicionário em relação à descrição fundada a partir da grafia da língua escrita.

Na França, três obras foram publicadas tendo como entrada os desenhos: Brouland (1855); Pélissier (1856) e Lambert (1865) (apud Bonnal-Vergès, 2006). Dentre os autores de dicionários de língua de sinais na França, somente Pélissier era surdo. Bonnal-Vergès (2006, p. 162) ressalta que Pélissier foi o único surdo a propor uma obra de cunho dicionarístico e também o único a torná-lo visível, a partir de uma abordagem em que o desenho torna o sinal particularmente palpável, sensível.

Flausino da Gama, como aluno-surdo, introduz o dicionário de sinais e, além disso, inaugura o desenho como entrada na elaboração de dicionário de Libras no Brasil, o que será retomado em vários dicionários subsequentes, por exemplo, em *Linguagem de Sinais do Brasil* (1983), *Comunicando com as Mãos* (1987) e *Novo Deit-Libras* (2009).

Uma das grandes questões relacionadas ao modo de registrar os sinais refere-se a dimensão do espaço que provoca a impressão de que é difícil sinalizar (realizar o sinal) devido a complexidade do sinal. Como registrar um sinal que apresenta uma posição inicial e final, movimento e expressão facial? Segundo Delaporte (2007, pp. 2-3, tradução nossa)²³ é possível acumular esses parâmetros sobre uma única imagem composta: “procedimento econômico sob todos os pontos de vista, pois representa um ganho significativo de espaço em publicações e coloca em evidência que o sinal é uma unidade linguística, equivalente à

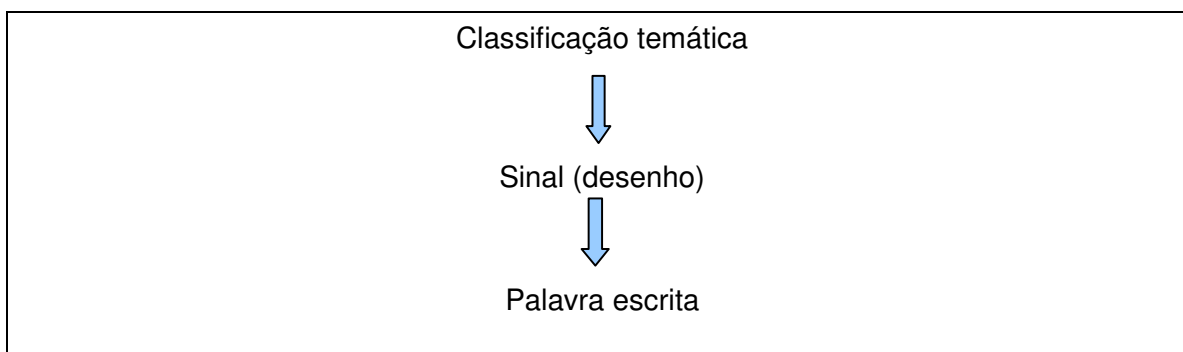
²³ No original: Procédé économique à tous points de vue, qui représente un appréciable gain de place dans les publications et met bien en évidence que le signe est une unité.

palavra”.

Em uma comparação com as fotografias, método usado a partir de 1918, inaugurado nos Estados Unidos, na elaboração de dicionários de língua de sinais, Delaporte (ibidem) assinala que a pessoa fotografada pode ser reconhecida e que alguns locutores não aceitam ser fotografados produzindo sinais injuriosos e vulgares, por exemplo. O desenho, ao contrário, garante a neutralidade. Outro aspecto a se levar em consideração é que a fotografia congela a imagem e, portanto, não se visualizam todos os parâmetros que constituem o sinal. No desenho configura-se uma sobreposição de setas, traçados, pontilhados que orientam na realização do sinal.

Queremos sublinhar que mesmo sendo fundadora de um modo de fazer dicionário de língua de sinais, essa obra (*Iconografia*) privilegia os ouvintes que querem aprender a língua de sinais. O desenho não garante ao surdo usar do conhecimento da sua língua de sinais para encontrar o sinal a ser consultado. Ou seja, o desenho pelo desenho, ou por ele mesmo, não garante ao surdo compreender o significado do sinal, mesmo que consiga realizá-lo. Esta obra se constrói para o aprendizado da língua de sinais pelos ouvintes, para os que se interessam em aprendê-la.

As estampas da *Iconographia dos Signaes* seguem a seguinte formatação:



Em todas as estampas há o mesmo modo de organização dos sinais: o sinal, em forma de desenho, e na sequência, a palavra escrita em língua portuguesa. A ordem de língua adotada por Flausino da Gama para a composição

da *Iconographia* é a língua de sinais (sinal) + língua portuguesa (palavra escrita), como podemos observar, a seguir, na estampa 4.

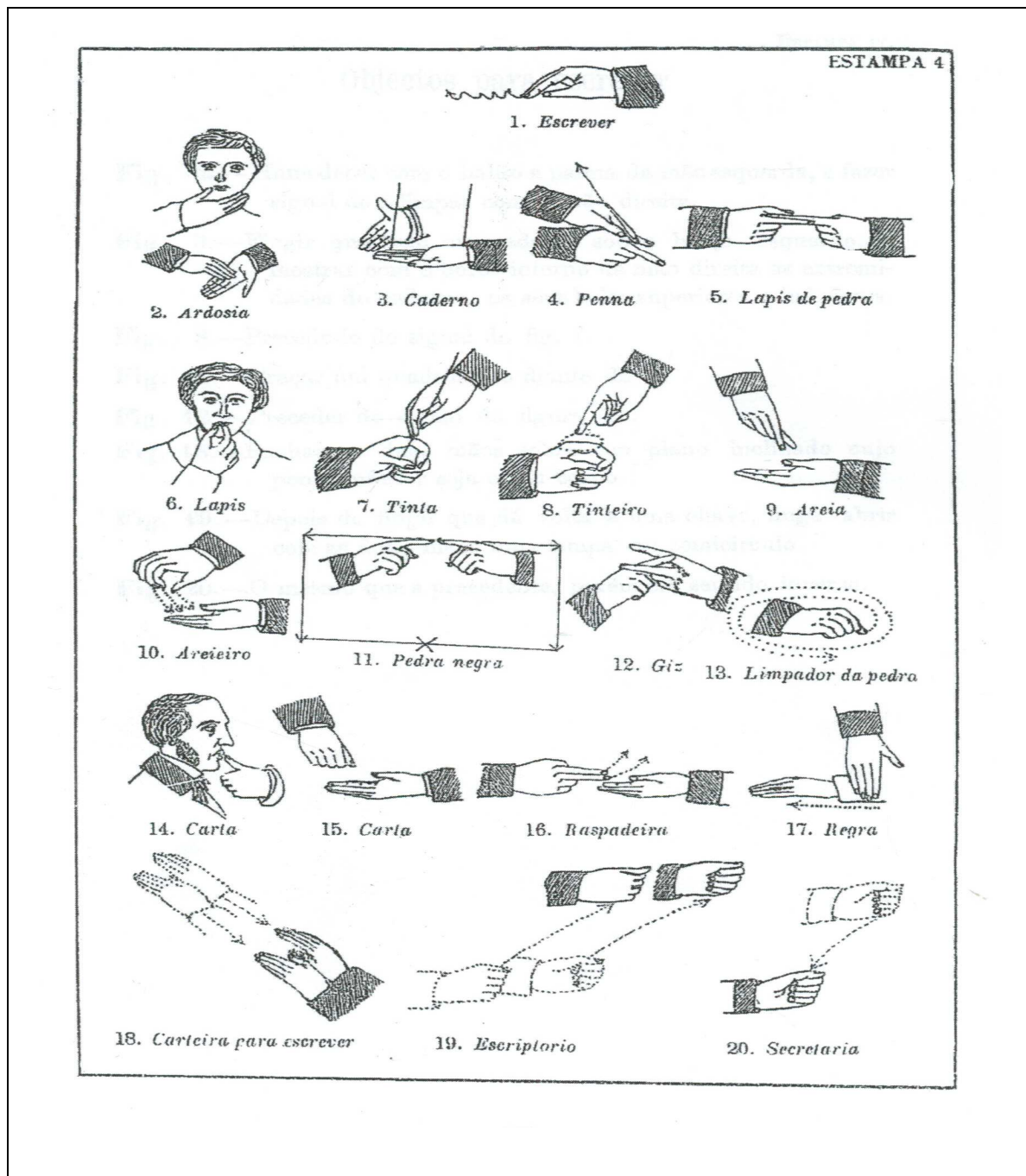


Figura 3.14: Objectos para escrever
Fonte: Gama, 1875.

Para cada estampa, segue-se um conjunto de orientações do modo como se realiza os sinais. Somente para a primeira estampa, Flausino da Gama não apresenta nenhuma orientação sobre como realizar os sinais das letras da Dactylogogia dos surdos-mudos. Vejamos a estampa que ilustra as descrições dos sinais relacionados aos objetos para escrever:

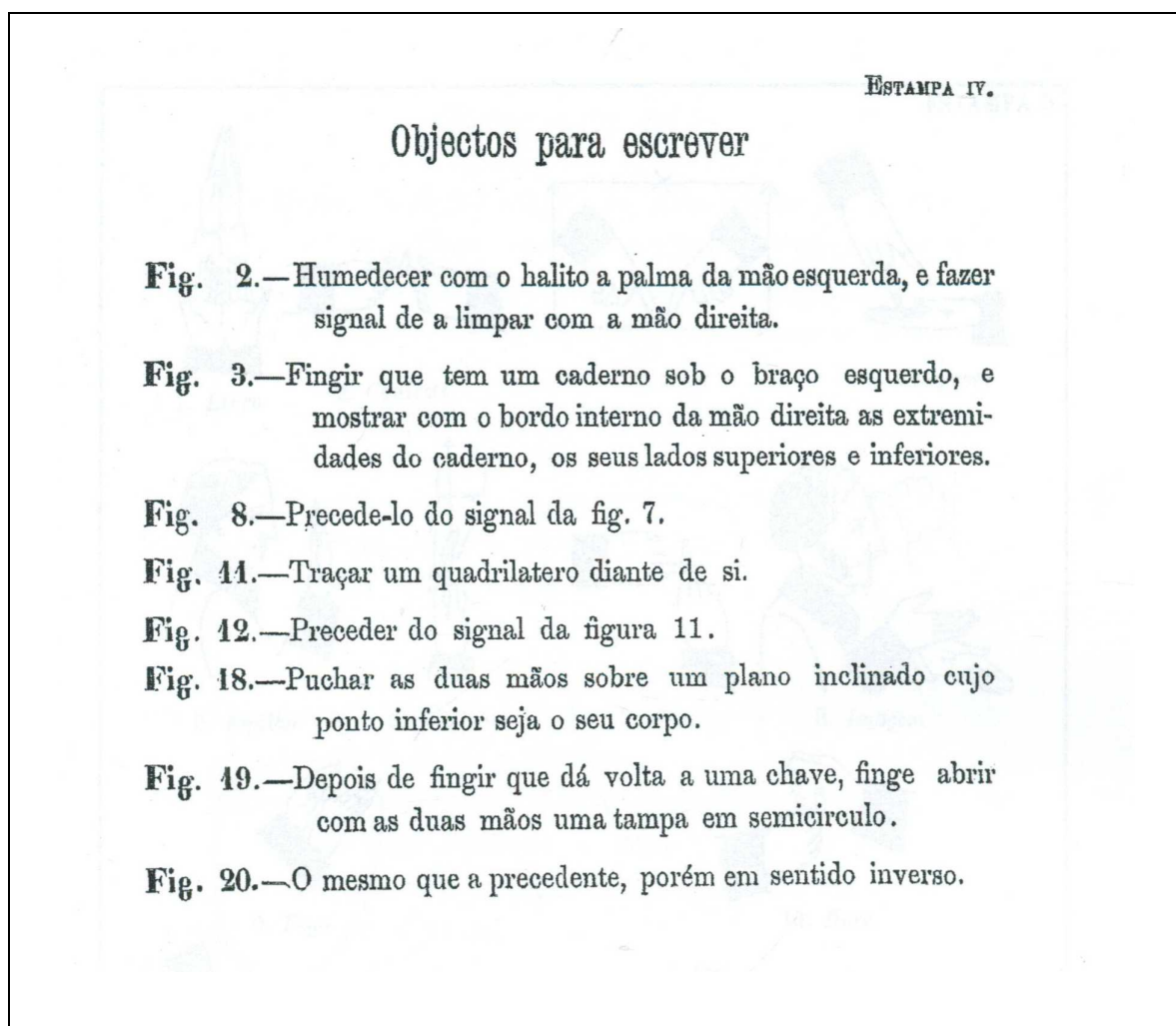


Figura 3.15: Objectos para escrever.
Fonte: Gama, 1875.

Veremos, a seguir, uma análise das entradas/sinais, levando-se em conta o modo de definição dos sinais.

3.5 Sinais: Modo de definição – a discursividade escolar no dicionário

A estampa, a seguir, apresenta os verbos. Eles estão dispostos aleatoriamente, sem seguir a ordem alfabética das palavras em língua portuguesa.

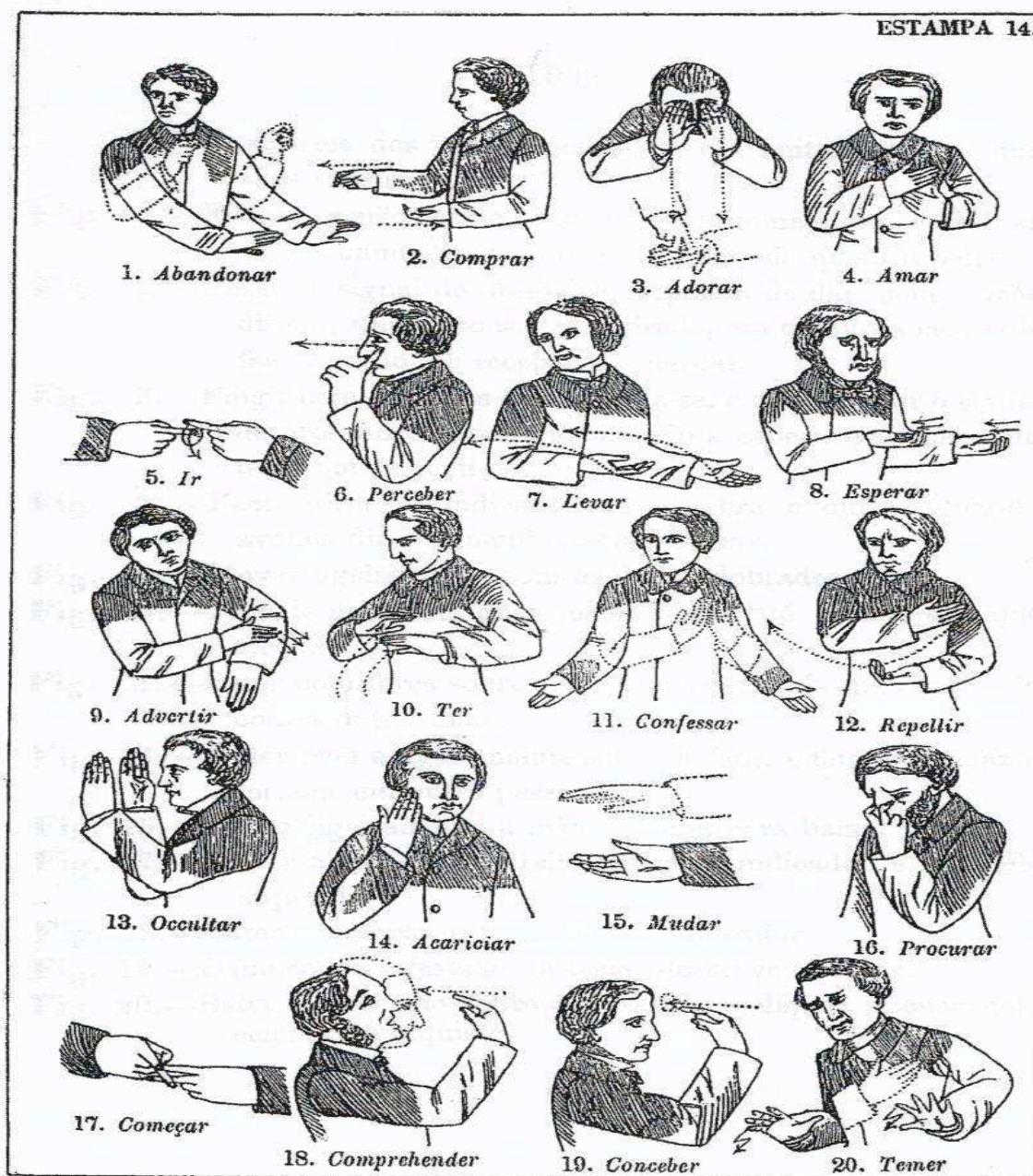


Figura 3.16: Estampa 14 referente aos verbos.
Fonte: Gama, 1875.

Esta organização temática nos remete aos estudos de Aurox (1992) sobre a constituição do saber lexicográfico das línguas orais que iniciaram com a organização das listas temáticas de vocabulário. Ao estudar a origem do saber lexicográfico, Aurox (ibidem) diz que a lexicografia se constituiu inicialmente nos seguintes eixos: listas temáticas de vocabulário (que passam de língua a língua); em uma língua dada, listas de palavras antigas e difíceis e os glossários independentes alfabéticos mono, bi ou n-língues.

Aurox argumenta que “há evidentemente uma circulação entre esses elementos, que se encadeiam, se herdam, se completam, são traduzidos, colocados em correspondência etc.” (ibidem, p. 72). Essas relações estão presentes também na produção e circulação dos dicionários de língua de sinais e, nesse caso, no dicionário de Flausino da Gama, pela lista de palavras, pelos sinais que são traduzidos da língua de sinais francesa, da obra de Pélissier, para a língua de sinais do Brasil e são colocados em correspondência.

É essa passagem de língua a língua, como nos ensina Aurox (ibidem) que possibilita a transferência de tecnologia de um dicionário da língua de sinais francesa para a produção do dicionário de língua de sinais do Brasil. A França, ou seja, os autores franceses são os que mais produziram dicionários de língua de sinais nos séculos XVIII e XIX, em função de ser este país que iniciou a escolarização de surdos em escolas a eles destinadas.

Como vimos, a estampa 14 tem 20 verbos. Flausino da Gama descreve o modo como deve realizar alguns verbos e deixa outros sem mostrar o como se formula o sinal. São descritos os verbos “abandonar, comprar, adorar, ir, esperar, ter, repellar, acariciar, mudar, começar, compreender, conceber e temer”; já os verbos “amar, perceber, levar, advertir, confessar, ocultar e procurar” encontram-se sem descrição. Isso parece indicar que o autor pressupõe que os leitores da obra já saibam tanto a definição como a forma como se realiza o sinal, basta apenas visualizar a forma como o sinal se apresenta, ou seja, a configuração de mão, o movimento, a expressão fisionômica para sinalizar o verbo.

Para cada estampa, o dicionário apresenta uma descrição do sinal, ou

seja, a forma como cada sinal deve ser feito. Ou seja, para cada estampa com os sinais, segue-se uma descrição dos sinais da referida estampa (numeradas em algarismo romano, pelo autor). É a continuidade, portanto, da estampa 14.

A estampa XIV, a seguir, semelhante às demais em todo o dicionário, não apresenta inicialmente a definição do sinal. Quando o autor descreve o sinal de **abandonar**: “Fechar as mãos como quem segura alguma coisa, e abril-as repentinamente como o movimento de quem repelle”, é a maneira como sinaliza o verbo **abandonar**.

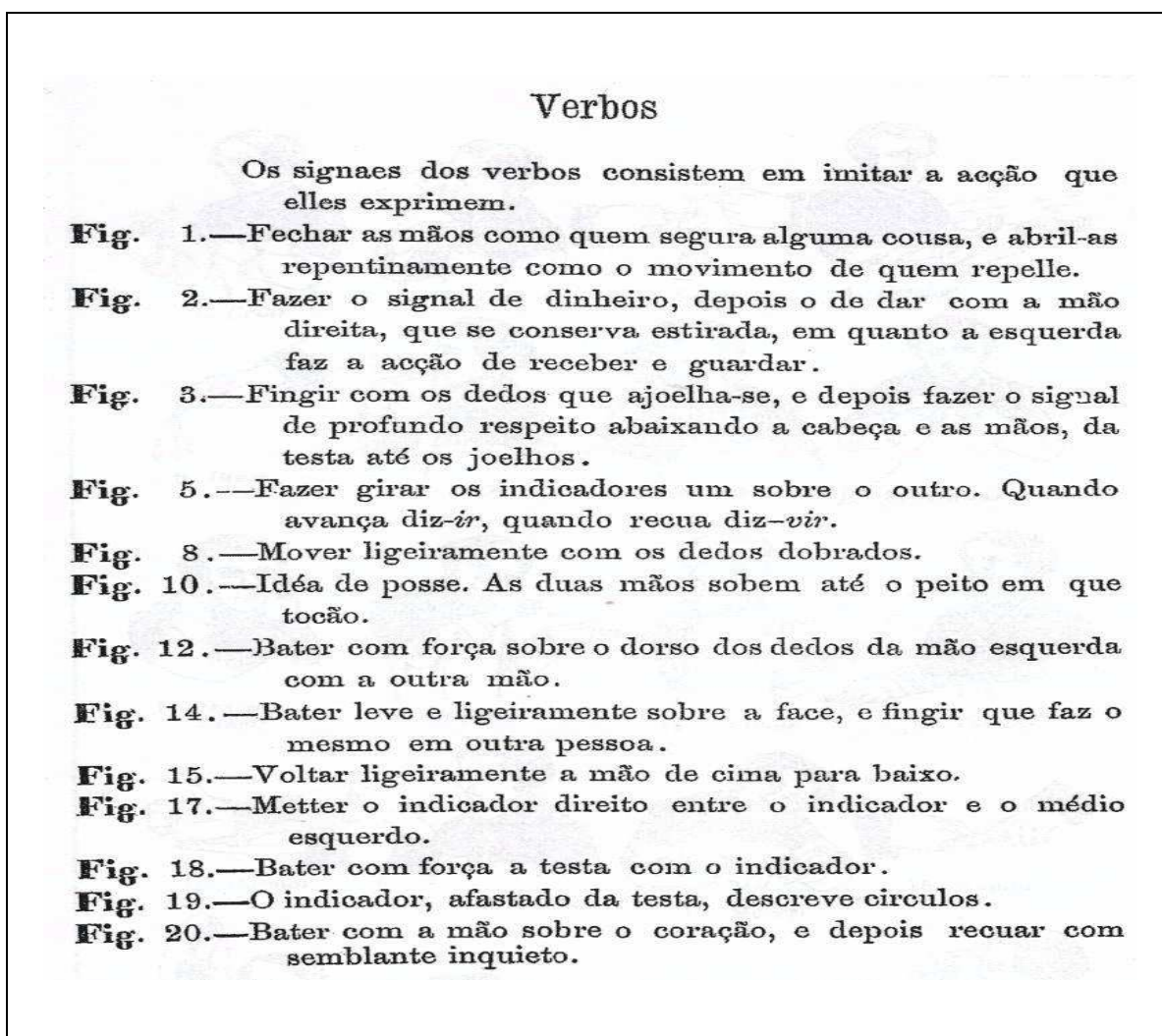


Figura 3.17: Descrição dos sinais dos verbos
Fonte: Gama, 1875.

Esta forma de apresentação do dicionário leva-nos a pensar que o lexicógrafo constrói nesse dicionário uma imagem do outro. Esse outro, independente de ser leitor surdo ou ouvinte, estudante ou professor, já sabe a definição do verbo **abandonar**, ao ler esse dicionário; esse leitor pode não saber sinalizar esta ação verbal, em uma outra materialidade linguística, a materialidade da língua de sinais. Como o dicionário não apresenta a definição do sinal em língua de sinais, é na relação dessa língua com outro sistema significante, o da língua portuguesa do Brasil, que “garante” o significado. A ligação com a referência é feita em língua portuguesa e não com a língua de sinais.

Pela classificação temática, o dicionário descreve os modos de dizer de uma sociedade, e em especial, do Instituto de Surdos do Rio de Janeiro. As estampas que referem aos objetos do mundo - *alimentos, objectos de mesa; bebidas e objectos de mesa; objectos para escrever; objectos da aula; individualidade e profissões; animais e, por último, passaros, peixes e insectos* evidenciam o cotidiano de uma instituição, principalmente, por funcionar em forma de internato. O tema *alimentos, objectos de mesa* apresenta os seguintes sinais: comer: pão, carne, linguiça, caça, ovos, ovos fritos, salada, queijo, pão torrado com manteiga, bolinhos, sal, pimenta; guardanapo, colher, garfo, faca, sopeira e temperar. Chama-nos a atenção o fato de não estar relacionado entre os sinais alimentos como o arroz e o feijão, tão comuns à mesa do povo brasileiro, inclusive em locais em que convivem muitas pessoas.

Nessa distribuição temática referente aos objetos do mundo, o dicionário apresenta duas estampas destinadas aos objetos ligados a atividade escolar. Os sinais da estampa nº 4 (figura 3.14) – *objectos para escrever* - e da estampa nº 5 – *objectos da aula* - caracterizam o ambiente escolar, os materiais e a prática escolar. A estampa nº 5 apresenta a seguinte relação de sinais: livro, canivete, mesa, compasso, espelho, varinha, cruz, imagem, fogo, hora, fogão, chaminé, relógio, pêndula, cadeira, cadeira de braços, tamborete, banco.

Esta estampa, cujo tema é *objectos da aula*, traz, por exemplo, os

sinais CRUZ e ESPELHO. O sinal CRUZ tanto pode evidenciar uma prática religiosa no Instituto como o fato de que na sala de aula havia este objeto. O sinal ESPELHO, no entanto, parece evidenciar já uma prática pautada no ensino da língua oral, ou seja, no fato de ensinar o surdo a falar, a oralizar o aluno surdo.

Nessa mesma estampa, encontramos três sinais que não tem relação direta com os objetos da aula: fogo, fogão e chaminé. Na estampa em que os sinais são descritos, o lexicógrafo descreve somente o sinal FOGO: “fingir aquecer as mãos ao fogo, e depois esfregá-las” (estampa 5). Por que esses sinais encontram-se nesta estampa?

Ao estudar a obra de Flausino da Gama, Sofiato (2011) aponta dentre alguns objetivos, o propósito de elucidar a origem da iconografia da Língua Brasileira de Sinais e, também, de desmitificar da Gama, enquanto autor/criador dessa obra. Em suas conclusões, a autora assinala que Flausino da Gama teve importante papel na propagação da Língua Brasileira de Sinais, mas que, no entanto, ele não foi o criador de uma iconografia, mas o repetidor de uma já existente. Em relação à análise de alguns sinais da obra de Flausino da Gama, Sofiato assinala que

pelo fato de a *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos* ter sido organizada com base num material de origem francesa, repetidamente podemos observar a presença de hábitos dessa cultura por meio da presença desses dois verbetes [fogo e chaminé] (ibidem, p. 110).

Das vinte estampas, doze abordam as categorias gramaticais, às quais somamos as duas que tratam dos sinais relacionados aos objectos para escrever e aos objectos da aula. Evidencia-se uma obra em que as duas línguas entram em contato. É a língua de sinais sendo traduzida para a língua portuguesa.

Vimos, pelos sinais e pela classificação temática, que o dicionário de Flausino da Gama evidencia um certo modo de dizer o Instituto no século XIX, que se encontra inserido em um espaço de práticas sociais e, portanto, práticas educativas. A obra nos diz sobre a relação entre a língua de sinais e a língua

portuguesa.

Em relação ao dicionário de Flausino da Gama, a obra apresenta as entradas a partir de temas, seguindo o modelo já conhecido e muito divulgado a partir da França. O dicionário *Iconografia* permite visualizar e observar os modos de dizer de uma instituição destinada à educação de pessoas surdas inserida em uma sociedade, pois além de elementos próprios da escola, como PENA, TINTEIRO, PEDRA NEGRA, LÁPIS DE PEDRA, o dicionário apresenta elementos que circulam na sociedade em certas conjunturas históricas, como CABO DE ESQUADRA e MENTECAPTO. Os sinais GENDARMA (gendarme) e AGOA DE SERLIZ, por exemplo, são palavras que se referem à elementos da sociedade francesa e não diz respeito às coisas do Brasil.

O modo de apresentar a descrição do sinal aproxima o sinal da coisa a ser representada. No entanto, a coisa, a referência não é posta em questão. A referência já é dada, já está estabelecida, na sua relação com a língua portuguesa do Brasil. Em *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos* não há, como nos estudos de Nunes (2006, p. 122), em relação à elaboração do *Vocabulário na Língua Brasileira* pelos missionários jesuítas, a preocupação com a instabilidade referencial. O que inquietava os missionários era que “palavras que poderiam ser tomadas como evidentes tornavam-se opacas, os nomes não se encaixavam no real”. Nesse sentido, havia sempre “um desejo de falar o real, de indicar as coisas, de atribuir sentidos. E também de justificar os nomes, de explicitar as causas da nomeação”. Para Nunes, isto resultava no

desencadeamento de processos de referência, dos quais resulta uma espécie de sintonização da relação entre palavras e coisas, incluindo-se aí mecanismos de nomeação, de tradução, de identificação, que se inserem nas formas narrativas, descritivas e dialogais dos relatos (2006a, p. 122).

Em relação à *Iconografia do Signaes dos Surdos-mudos* parece que a estabilização da referência já é dada pelo desenho, pelo sinal que se apresenta desenhado, e que remete à referência fixada em outra língua (o português). Essa

língua de sinais, e por extensão, os desenhos que a representam são tomados como evidentes. O sujeito lexicógrafo desse dicionário, assim como o lexicógrafo do dicionário de língua oral, tem a ilusão de que o “sentido é evidente, que as palavras já têm o seu sentido próprio, que o sentido está sempre lá” (ORLANDI, 2001b, p.22). Para o sujeito lexicógrafo destes dicionários de língua de sinais, os desenhos dos sinais têm o seu sentido próprio, são transparentes, tem o efeito de completude.

Notamos, no entanto, que ao se colocar nesse espaço imaginário que sustenta as evidências do sentido, da completude do desenho que representa a língua, nesse espaço imaginário da estabilidade, o dicionário de Flausino da Gama constitui-se em um objeto sujeito a falhas, porque tem sua historicidade própria. Ao tomar o dicionário de Pélissier, organizado somente com as estampas dos sinais desenhados, Flausino da Gama renova-o, transforma-o, amplia-o; acrescenta estampas, todas as que se destinam a mostrar o modo de realização dos sinais. Esse acréscimo, essa inclusão que Flausino da Gama realiza corresponde a um gesto de atualização do dicionário.

As análises da obra de Flausino da Gama nos levam a reconhecê-la como uma obra fundadora, levando-se em conta sua historicidade. Como diz Orlandi (2003b), para avaliar a função fundadora de um discurso é interessante observar se os discursos sobre ele o apontam como tal. Notamos, então, que os discursos sobre a obra *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* a apontam e a definem como fundadora: afirma-se que é a primeira obra sobre a língua de sinais no Brasil, é o primeiro exemplar que apresenta características sobre a formulação dos sinais dessa língua e é um exemplar que agrupa um conjunto de sinais dessa língua. Enfim, os discursos sobre estabelecem um lugar interpretativo de fundação de *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* na/para a Língua Brasileira de Sinais.

4 DICIONÁRIOS DE LÍNGUA(GEM) DE SINAIS (DAS MÃOS): A DISCURSIVIDADE RELIGIOSA NO “RÉVEIL DES SOURDS” DO BRASIL

4.1 O Despertar dos surdos

O século XIX foi marcado pela polêmica entre o gestualismo e o oralismo na educação de pessoas surdas. No 1º Congresso Internacional de Surdos-Mudos, realizado em Paris, em 1776, decidiram em favor do método da articulação labial e os gestos foram considerados como auxiliares importantes nos primeiros anos de instrução do aluno surdo. Já em 1880, no 2º Congresso, realizado em Milão, as manifestações foram a favor do oralismo e condenação do uso simultâneo de gestos e da fala. O 3º Congresso realizou-se em Bordéus, em 1881, reafirmando as decisões do Congresso de Milão e no 4º Congresso, realizado em Gênova, em 1892, decidiram pela condenação definitiva da abordagem gestual (Bueno, 1993, p. 71).

Quando o Imperial Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro foi criado em 1857, a polêmica em torno da educação do surdo já tinha portanto sido posta em discussão nos países da Europa. Como a decisão de 1776 foi a justaposição das duas vertentes, a gestual foi a predominante no Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, em função de o fundador ser um professor surdo, vindo da Escola de surdos de Saint-Jacques/Paris, onde predominava a vertente gestual, conforme aponta-nos Bueno (ibidem).

A proibição do uso das línguas de sinais, no final do século XIX, mudou profundamente o panorama mundial, especialmente em relação ao desenvolvimento das pesquisas científicas sobre as línguas de sinais, à produção de material didático para a educação de alunos surdos, à produção de instrumentos linguísticos e à implantação de uma política de língua de sinal consistente para atender educacionalmente aos alunos surdos.

Aqui no Brasil, a interdição da língua gerou, pelo menos, duas decorrências para a prática linguageira dessa comunidade: em um primeiro momento, como havíamos visto, não houve mais publicações de dicionários referentes à língua de sinais do Brasil no período de 1875 a 1969, ou seja, em um intervalo de 94 anos. Após um levantamento da produção de dicionários da língua de sinais do Brasil concernente a este período, não encontramos nenhuma produção que, mesmo não tendo o nome de dicionário, como os referentes ao segundo período a serem estudados neste capítulo, tratasse de um conjunto de sinais dessa língua. Portanto, nenhuma obra foi publicada, nem pelo Instituto nem por outra instituição do país.

Em um segundo momento, ocorreu uma certa desvalorização da língua de sinais, tanto porque ela deixou de ser utilizada no processo de escolarização dos surdos, nas escolas destinadas especialmente para este alunado, como por ser uma língua sem a presença de instrumentos que pudessem legitimar e possibilitar a aprendizagem pelos surdos ou por pessoas que se interessassem pela língua.

Consequentemente, houve uma marginalização, tanto da língua de sinais quanto da pessoa surda, pois não eram objeto nem de estudo nem de uma política de língua. Portanto, como o saber linguístico sobre as línguas de sinais era relegado pelas instituições, o processo de gramatização só foi retomado por volta da década de 1960. Ressaltamos que houve inúmeros estudos que versaram sobre a educação de surdos, sobre os avanços da medicina em relação à tecnologia para que os surdos voltassem a ouvir, ou seja, uma política de educação voltada para a oralização dos surdos, mas não em relação aos estudos sobre a estrutura das línguas de sinais.

Em uma busca sobre a produção dicionarística da língua de sinais dos Estados Unidos e da França, no período de 1900 a 1950, encontramos pouquíssimas obras desse gênero. Nos Estados Unidos da América, conforme Delaporte (2007), três obras foram publicadas sobre a língua de sinais americana: a primeira coleção de sinais americanos data de 1910, intitulada *The Sign*

Language, a Manual of signs, de autoria de John Schuyler Long; a segunda é de 1923, *How to talk to the deaf*, de Dan D. Higgins, e a terceira, de 1923, de J. W. Michaels, intitula-se *A Handbook of the Sign Language of the Deaf*.

Na França operou-se um processo similar. Após a efervescência, no século XIX, na produção de obras relativas a língua de sinais francesa e à educação de surdos, no século XX, no período de 1900 a 1950, somente duas obras referente a essa língua foram publicadas, como comenta Delaporte (2007). A primeira, em 1938, foi a tese de doutorado R. Pellet, sob o título *Des premières perceptions du concret à la conception de l'abstrait: Essai d'analyse de la pensée et de son expression chez l'enfant sourd-muet*; a segunda, outra tese de doutorado, em 1940, fde P. Vuilleme, foi *La pensée et les signes autres que ceux de la langue*. Assim, são conhecidos os trabalhos pioneiros de Pellet (1938), com uma centena de entradas, e de Vuilleme (1940), com 125 entradas.

Felipe (2000, p. 87) aponta que em função da tradição oralista que se impôs no processo educacional dos surdos, na maior parte do mundo, as pesquisas em línguas de sinais ficaram estagnadas até a década de 1950. Só em 1960, nos Estados Unidos da América, novos estudos sobre a língua de sinais americana surgiram, com a publicação de *Sign Language: An outline of the visual communication system of the american deaf*, de Willian Stokoe, professor da Gallaudet University. Esse artigo serviu de referência para o desenvolvimento de pesquisas de outras línguas de sinais, em diversos países, inclusive no Brasil, como os estudos precursores de Lucinda Ferreira Brito (1984), da UFRJ, aos quais depois seguiram-se outros pesquisadores, como Eulália Fernandes (1984), da UERJ, e Tanya Felipe (1988), da UFPE. Em 1965, outra obra de extrema relevância, que serviu para alavancar diversas produções dicionarísticas, em vários países, foi publicada por Stokoe, em coautoria com Dorothy C. Casterline e Carl G. Croneberg, intitulada *A Dictionary or American Sign Language on Linguistics Principles*.

A interdição das línguas de sinais prejudicou enormemente, portanto, a produção dicionarística e a produção científica sobre essas línguas por um longo

período no mundo todo, inclusive na França, considerado o pólo de produção e de distribuição sobre a língua e de formação de professores, especialmente de surdos, o poder regulador e de forte censura interditou a produção dicionarística ou de estudos sobre a estrutura gramatical da língua por um longo período.

Segundo Cuxac (2003, p. 4), foi somente no fim dos anos 1970, mais de quinze anos após o trabalho de Stokoe, em 1960, que a língua de sinais americana (ASL) foi reconhecida como língua. Na França, em oposição aos críticos, recomeça-se a falar de língua de sinais (francesa), a LSF (língua de sinais francesa). No Brasil, as pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais começaram a ser desenvolvidas nos anos de 1980. As línguas de sinais, mesmo interditadas ou silenciadas, resistiram.

Com o avanço dos estudos sobre as línguas de sinais desenvolvidos nas duas últimas décadas do século XX, inicialmente nos EUA, dicionários de língua de sinais voltaram a ser produzidos e a ter uma maior circulação, também aqui no Brasil.

A partir de 1980, na França, por exemplo, foram publicados os dicionários impressos de Chambéry (1980), de Poitiers (1982), d'IVT (1983-1990 et 1997-1998); o dicionário informatizado *Le Fournier Signé* (1999). O dicionário *Répertoire d'Oléron*, de 1974, com suas 871 entradas; o dicionário de Puy, de 1984, com 979 entradas; o *Dictionnaire Technique de Poche*, de 1996, com 500 entradas; e o dicionário de Monica Companys, em 2000, com 1200 entradas. Ainda, em 1978, publicado sob a liderança de Jouison (Associação Ferdinand Berthier), uma pequena obra com 394 entradas e o primeiro dicionário de Saint-Laurent-en-Royans, com 335 entradas (Delaporte, 2006, p. 168).

No Brasil²⁴, os dicionários apresentados entre o período de 1969 ao ano 2000 são constituídos por uma quantidade relativamente pequena de sinais, mas comparável às obras de autores franceses, às quais acabamos de referir-nos. Das obras do Brasil, *Linguagem das Mãos*, de 1969, tem 1258 entradas; *Linguagem de*

²⁴ Estamos nos referindo aqui somente aos dicionários publicados no período em que há a retomada dos estudos sobre a língua e da sua produção dicionarística, do período de 1960 até 2000, no Brasil.

Sinais do Brasil, em 1983, com 667 entradas; *Comunicando com as Mãos*, em 1987, com 574 entradas; e *Linguagem de Sinais*, em 1992, com 1256 entradas.

Essas produções tiveram dois efeitos importantes sobre a língua de sinais do Brasil. Primeiro, permitiram registrar a língua que funciona entre as pessoas surdas e, segundo, possibilitou um desenvolvimento da prática lexicográfica, tendo em vista a formação de uma língua de sinais do Brasil, uma língua que seria, posteriormente, reconhecida pela comunidade surda e pelo Estado brasileiro.

Para as obras deste segundo período, também apresentaremos uma análise, tomando dois domínios dos dicionários: o da nomenclatura e o verbete. O discurso sobre a nomenclatura, como dissemos, envolve o modo de organização do dicionário, incluindo os prefácios, o alfabeto datilológico e modo de classificação dos sinais. No domínio do verbete, estaremos estudando sua formulação, levando-se em conta o modo de definição, a ilustração e a marcação gramatical.

Todos esses dicionários têm algumas características semelhantes: as entradas são organizadas por desenhos ou fotos dos sinais; as palavras da língua portuguesa seguem uma ordem alfabética, são bilíngues e seguem uma determinada ordem de entrada dos sinais: da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa. E todos apresentam, logo após o prefácio, o alfabeto datilológico. E como o alfabeto datilológico constitui-se como elemento importante na organização da língua de sinais, será elemento de análise em todas as obras. Lembramos que essa estrutura pode ser relacionada às gramáticas de outras línguas: o capítulo “letras” costumava ser o primeiro, ou seja, a apresentação das “letras” no início também é praxe nas gramáticas das línguas orais.

4.2 Lendo os prefácios

A análise dos prefácios proposta não seguirá estritamente uma ordem

cronológica de aparecimento das obras, porque objetivamos estabelecer relações entre os textos das obras no decurso das análises.

Em *Linguagem das Mãos* (1990), são três textos: o primeiro, intitulado *Palavras do Exmo. Sr. Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos*, é assinado pelo diretor do INES, Dr. Murillo Rodrigues Campello, em que apresenta o autor e a relevância da obra, além de uma concepção de língua. O segundo texto, cujo título é *Apresentação*, tem a assinatura do Pe. Vicente de Paulo Penido Burnier, Chanceler e Secretário da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Juiz de Fora/MG. O Pe. Vicente escreve sobre o autor, apresenta o modo como o dicionário foi organizado, notadamente em relação à seleção dos sinais a partir de coleta em todo o território nacional. O terceiro texto, intitulado *Prefácio do autor*, observamos uma preocupação em explicitar o modo como se devem compreender os sinais, chamando a atenção para a expressão facial, o tempo de realização do sinal, a diferença entre um enunciado da língua de sinais e um enunciado em língua portuguesa, a relação sinonímica entre sinais, os sinais que são regionalismos. O autor afirma também que o objetivo da obra é ajudar os surdos-mudos brasileiros a terem um “melhor entrosamento” com a sociedade e com os que têm contato com eles, esperando que a obra os “aproxime de Deus”.

A obra *Linguagem de Sinais do Brasil* (1983) é composta por três textos: o primeiro apresenta uma relação dos 12 autores responsáveis pela elaboração do livro, os cargos, a formação acadêmica e a produção de cada um. O segundo texto, sob o título *Prólogo*, é assinado pelo Rev. George Kraus, presidente da associação de amigos luteranos dos surdos, e justifica que a publicação da obra é para “suprir a falta de um manual de linguagem de sinais do sul do Brasil”. O terceiro texto, denominado *Prefácio* e elaborado pelos organizadores da obra, tem como objetivo apresentar ao leitor os membros da sociedade dos surdos do Rio Grande do Sul e de promover, através do manual, a “compreensão mútua entre surdos e ouvintes”, no que se refere ao aprendizado das duas línguas, a língua de sinais e a língua portuguesa.

A obra *Comunicando Com as Mãos* (1987) é composta pelo *Prefácio*,

sem constar o nome do prefaciador, e de um texto, intitulado *Instruções*, assinado pelo Dr. Jonh E. Peterson. No *Prefácio*, justifica-se que o livro é necessário para que a criança surda “aprenda a comunicar-se com outras pessoas o mais cedo possível”, na mesma idade que uma criança ouvinte adquire a fala. O outro texto apresenta dez *Instruções* dirigidas aos pais, orientando-os quanto à maneira de dirigir-se à criança surda para ensinar-lhe os sinais, levando-se em conta a “comunicação total”.

A obra *Linguagem de Sinais* (1992) traz o *Prefácio*, sem identificação do prefaciador. Observamos que nele constam como objetivos ajudar as Testemunhas de Jeová a ensinar a linguagem de sinais “aos deficientes auditivos” e unificar essa linguagem entre eles, além de apresentar também a organização da obra. Relacionamos, a seguir, os textos que compõem os prefácios de cada dicionário:

Ordem	Obras	Relação dos textos introdutórios
1	<i>Linguagem das mãos</i>	Palavras do Exmo. Sr. Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Apresentação Prefácio do autor
2	<i>Linguagem de Sinais do Brasil</i>	Relação dos autores Prólogo Prefácio
3	<i>Comunicando Com as Mãos</i>	Prefácio Instruções Ao surdo-mudo
4	<i>Linguagem de Sinais</i>	Linguagem de Sinais

Salientamos que uma regularidade observada foi que todos se propõem como instrumentos para catequizar, para evangelizar os surdos. Propõem-se ainda a ser instrumentos de iniciação, de aprendizado da língua, principalmente para os missionários, padres, pastores e outros membros de Igreja.

Em *Palavras do Exmo. Sr. Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos*, o texto de Dr. Murillo Rodrigues Campello, Diretor do INES no período de

1964 a 1969, consolida a imagem de um saber autorizado a circular, o saber sobre os surdos, sobre a educação de surdos. É o dizer do diretor da Instituição, que corresponde a um gesto de atualização dos sentidos do INES, que continua a ser referência na educação de surdos no país. É uma instituição de tradição. Tradição em ensinar, tradição em formar, tradição em produzir a obra fundadora de língua de sinais, a *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos*. Essa imagem com relação ao Instituto faz parte do imaginário sobre esta escola, especialmente na identificação dos sujeitos que lá estudam e por representar um espaço de produção de saber sobre estes sujeitos.

Tanto o texto do Dr. Murillo como o do Padre Vicente, primeiro padre surdo da história da Igreja católica do Brasil, legitimam a autoria do dicionário do Pe. Eugênio, pois não somente falam dele como “padre que se interessa pelos mais necessitados” (p. 7), que se “interessa muito pelos problemas dos surdos” (p.7), como também da produção do dicionário: “[Pe. Eugênio] procura fazer um código de mímica com o presente trabalho”, pois “antes de organizar este dicionário de mímica, o nosso amigo, Padre Eugênio realizou exaustivas pesquisas” (p.9).

Ao dizer “que esta cuidadosa obra venha preencher uma lacuna existente no nosso meio”, o Dr. Murillo aponta a inexistência de uma obra de cunho dicionarístico da língua de sinais do Brasil. De fato, essa obra circulou durante décadas e serviu de referência para estudos e aprendizagem da língua de sinais, por surdos e por ouvintes (Felipe, 2000).

É interessante observar a posição do Dr. Murillo em relação ao ensino de língua no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ao dizer que “Padre E. Oates considera que o melhor meio de comunicação entre os surdos deve ser a linguagem oral, ensinada pelos professores do Instituto Nacional de Educação de Surdos”, produz um deslizamento de sentido, pois podemos interpretar que também ele, tanto quanto o Pe. Oates, defende o “ensino da linguagem oral”. Essa formulação do Dr. Murillo revela que a língua de sinais é a língua de instrução, mas não é objeto de estudo, portanto, não era para ser ensinada nem ser

aprendida no espaço da Instituição. Isto lembra o que na sociolinguística se chama “ensino de transição”, adotado em muitos casos em relação às chamadas línguas minoritárias, que têm apenas um valor instrumental para aprender a língua de “prestígio”. É a decisão do Congresso de Milão reverberando nas *Palavras do Exmo. Sr. Diretor do Instituto*. E as palavras reverberam no fazer do Instituto, no programa de ensino do Instituto, proposto por Ana Rímoli, então diretora do Instituto, na década de 1950.

Para expressão, as crianças deverão praticar:

- a) exercícios orais e conversação em torno da professora, do diretor e demais pessoas do colégio, de pessoas de casa, e de outros lugares;
- b) dramatização, interpretação;
- c) fala, propriamente dita;
- d) fala rítmica, em coro;
- e) história lida ou contada pelo professor introduzindo alterações feitas pelas crianças;
- f) orações em coro;
- g) jogos de linguagem falada ou escrita;
- h) exercícios escritos referentes aos itens acima;
- i) composição incluindo a escrita do diário;
- j) interpretação de desenho, figuras, etc. (apud ROCHA, 2010, p. 133).

Ana Rímoli acrescenta ainda que “os assuntos referentes à linguagem (gramática, via de regra) e aos conhecimentos gerais serão parte integrante do programa de linguagem, pois como vimos, é através desta que a criança surda deverá aprender todas as demais matérias do currículo do curso primário” (ibidem, p.133). É um Instituto que tem por objetivo a escolarização de alunos surdos, mas que nega a língua de sinais, a silencia, a interdita.

Os dicionários funcionam também como um observatório de onde podemos visualizar os discursos dos autores, as concepções de língua, as condições de produção em que foram produzidos. Vamos observar que a concepção de língua que os discursos desses dicionários constroem, língua enquanto instrumento de comunicação, enquanto código linguístico, perpassa quase todos os dicionários, nos textos que compõem seu aparato introdutório.

Linguagem das Mãos

Procurou comunicar-se com muitos surdos e verificou que em cada região do país, usam mímicas diferentes [...] Com o presente trabalho, procura fazer um código de mímica. (Dr. Murillo Rodrigues Campello).

Antes de organizar este dicionário de mímica [...] As mímicas escolhidas e colocadas neste manual resultaram do número maior de gestos parecidos (Padre Vicente de Paulo P. Burnier).

A linguagem de gestos, de mímica, é basicamente, uma linguagem natural e universal [...] No mundo silencioso dos surdos vemos a grande necessidade e utilidade da linguagem-mímica (Eugênio Oates, C.SS.R).

Linguagem de Sinais do Brasil

Nosso objetivo no preparo deste volume foi o de construir uma importante ponte através da barreira de comunicação.

Comunicando com as mãos

A criança com audição normal faz associação de um objeto com um som (prefácio, sem assinatura).

Gestos folclóricos brasileiros são usados por surdos em toda parte da nação. O gesto, junto com a palavra falada, dá para a criança um meio de comunicação [...] (Dr. John E. Petterson)

Linguagem de Sinais

A respeito da Linguagem de sinais [...] Através deste meio muito eficaz de comunicação, os surdos se sentem à vontade uns com os outros.

A língua de sinais é concebida como “mímica”, “código de mímicas”, “meio de comunicação”. Esses enunciados presentificam uma concepção de língua, em que as palavras “meio”, “código”, “mímica”, funcionam parafrasticamente em relação ao instrumento.

Esses dicionários foram produzidos no período de 1969 até a década de 2000, afetados pela teoria da comunicação, baseada no esquema proposto por Jakobson (1971). O esquema considera que a língua é um instrumento para transmitir informação, em um processo em que alguém (emissor) diz alguma coisa (mensagem) a alguém (receptor), por meio de um código. Relacionando-se esse esquema à língua de sinais dos dicionários tem-se o seguinte funcionamento: aprendem-se os sinais, se junta um a outro e transmite-se a mensagem, como se

a língua e os sinais fossem a-históricos e os sentidos estivessem “colados” aos sinais.

Ao reduzirem a língua de sinais a uma “mímica”, um “código de mímicas”, um “meio de comunicação”, os prefaciadores apagam outras formulações em relação à língua, por exemplo, que a língua intervém na constituição da subjetividade, nos processos de identificação e na constituição das relações sociais.

No texto *Apresentação*, em *Linguagem das Mãos*, dá-se a voz para o surdo falar. O padre Vicente de Paulo Penido Burnier foi o primeiro padre surdo do Brasil. Mesmo apresentando-se explicitamente como surdo, ao não usar a primeira pessoa, como nos dizeres “um sonho dos surdos do mundo inteiro”, “de dar a todos os surdos brasileiros”, “que este livro preste aos surdos”, o padre Burnier se apresenta como um deles ao dizer “aos meus irmãos surdos”. É nesta contradição - “meus irmãos” - que pode estar se dirigindo a todos os irmãos de igreja, surdos e ouvintes, mas também pode estar falando para os seus “irmãos” que têm a condição de surdez.

Quando o Pe. Vicente Burnier diz na apresentação da obra *Linguagem das Mãos* que o autor “realizou exaustivas pesquisas pelo território nacional, colecionando gestos nos lugares onde conviveu com surdos”, podemos compreender que não havia manuscritos, impressos, vídeos, sobre a língua de sinais em algum arquivo de alguma instituição no Brasil. As pesquisas, a nosso ver, foram realizadas diretamente com as pessoas surdas, colecionando os gestos, e não os sinais de algum material impresso. Caso contrário, o autor teria mencionado os arquivos pesquisados no prefácio ou na apresentação da obra.

Essa ausência, essa falta de documentos e de arquivo aponta que a interdição das línguas de sinais, em 1880, em Milão, ressoou por muito tempo. Não se encontravam documentos, arquivos no Brasil; não houve produção, não houve circulação de documentos referentes aos sinais nem algum tipo de saber referente à língua. Era preciso então recorrer às práticas de *observação do uso* dessa língua, como no caso das línguas não documentadas, por exemplo, as

línguas indígenas no período da colonização, quando os missionários as descreveram.

No entanto, as “exaustivas pesquisas pelo território nacional, colecionando gestos nos lugares onde conviveu com surdos” (Burnier, p. 9), levam-nos a entender que a interdição da língua de sinais funcionou na relação entre professor e aluno, em situação escolar, mas não funcionou na relação entre as pessoas surdas, nas comunidades surdas, nos espaços privados, porque a língua continuou sendo sinalizada, continuou sendo a forma privilegiada de interação na/pela comunidade surda. Dito de outro modo: a política de interdição levou à exclusão da língua de sinais do âmbito das instituições do Estado, como a escola, mas não impediu que ela continuasse a ser praticada, não conseguiu extingui-la.

Payer (2005), no estudo *Entre a língua nacional e a língua materna*, apresenta uma reflexão sobre a constituição do sujeito e da prática de linguagem colocando em relação as noções de língua nacional e de língua materna. Ao apontar que a língua dos imigrantes italianos foi interdita no espaço público, nas escolas, principalmente, como política de língua pelo Estado brasileiro no período inicial da República, a autora destaca que

é bastante significativo considerar que as línguas dos imigrantes que foram silenciadas pelo Estado na história nacional são também suas línguas maternas. E desse ponto de vista é também bastante significativo que a despeito dessa interdição expressa e localizada, elas se tenham mantido de algum modo na prática oral de linguagem, seja de maneira mais integral ou de modo mais difuso, em que memória e esquecimento se mesclam (PAYER, 2005, p. 5).

Este estudo de Payer colabora com nossa reflexão sobre a história das línguas de sinais, no que se refere à interdição de línguas, respeitando as diferenças de estatuto entre as línguas orais e as línguas sinalizadas e o contexto histórico de cada uma. Estabelecemos relações com a história das línguas de sinais, uma vez que a interdição no espaço público foi sustentado por vários Estados como França, Itália, Estados Unidos da América, Brasil, etc. Como a

língua se manteve na prática sinalizada de surdos, ela resistiu.

Diferentemente do primeiro dicionário publicado no Brasil, a *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, os dicionários *Linguagem das Mãos*, *Linguagem de Sinais do Brasil* filiam-se ao saber produzido nos Estados Unidos referente à Língua de Sinais Americana.

Linguagem das mãos

As mímicas escolhidas e colocadas neste manual resultaram do número maior de gestos parecidos. Alguns gestos não existentes no Brasil e presentes neste livro, visaram completar e dar exata expressão do pensamento (Padre Vicente de Paulo).

O padre Eugênio Oates, pertencente à Congregação Redentorista está no Brasil desde 1946 como Missionário, tendo vindo dos Estados Unidos da América, para prestar serviços aos mais necessitados (Dr. Murillo Rodrigues Campello).

Linguagem de Sinais do Brasil

Foram o interesse e as preocupações de muitas pessoas, tanto ouvintes como deficientes auditivas, nos Estados Unidos bem como no Brasil que serviram de motivação básica para a elaboração deste manual de Linguagem de Sinais. Notável em todos os sentidos foi este exemplo de cooperação entre duas nações (Rev. George Kraus).

Esses discursos dão visibilidade a uma imagem de língua e de dicionário. A língua de sinais do Brasil é uma língua conectada com a língua de sinais dos Estados Unidos, que retomou o curso da língua que estava silenciada, que publicou a primeira obra sobre a estrutura da língua de sinais, após 80 anos de silenciamento, de proibição. A história da língua de sinais de lá se relacionava com a história da língua de sinais daqui. Língua silenciada, proibida, mas que estava “viva” na prática languageira das comunidades surdas. Esses discursos constroem a imagem de uma língua que tem história e que se constitui na filiação à língua americana de sinais; esses discursos constituem, portanto, um argumento para a legitimação da língua de sinais e de um dicionário dessa língua.

Chamou-nos a atenção o fato de que nos textos prefaciados está marcada a profissão do autor: doutor, padre, reverendo. Nos dicionários de Língua

Portuguesa do Brasil, a exemplo dos dicionários Aurélio (1999) e Houaiss (2009), isso não é tão evidente, já que em outros casos de autorias isso não aparece dessa forma, tão 'colado' ao nome do autor.

O Pe. Oates, ao dizer “aprecio a colaboração valiosa e constante do meu amigo surdo, Pe. Vicente”, parece referir-se à autoridade desse padre enquanto “nativo”, por assim dizer, da língua para que o dicionário tenha legitimidade entre os surdos. Acrescentamos ainda que é uma autoridade dupla: não simplesmente por ser surdo, mas um surdo alfabetizado, escolarizado, *“perito nesta linguagem das mãos”*. É uma pessoa surda que tem conhecimento da língua de sinais, portanto, com autoridade para apresentar e evidenciar a legitimidade, tanto da obra como da língua. De alguma forma, essa situação é comparável à de outros casos de exogramatização, em que os gramáticos recorriam à autoridade do falante nativo para validar suas descrições.

Desde a criação do Instituto, duas grandes questões permearam as discussões em torno da educação da pessoa surda: a comunicação e o trabalho. Tomamos de Soares (2005, p. 68) um posicionamento que evidencia essa questão:

Uma vez que se comprovou ser o surdo-mudo possuidor de inteligência, era necessário suprir a sua deficiência principal, a falta de linguagem. Para livrá-lo do ócio, era preciso atuar sobre esses dois aspectos: a capacidade para se comunicar que era (e, provavelmente, sempre será) requisito fundamental, sem o qual não é possível interagir socialmente, e a possibilidade de exercer um tipo de trabalho (SOARES, 2005, p. 68).

O padre Vicente Burnier representa esse imaginário de surdo – um surdo capaz de se comunicar por meio da língua falada/escrita e que exerce um determinado tipo de trabalho, tem uma profissão. Ele ocupa uma posição social definida; um surdo que, além de escolarizado, é útil para a sociedade, trabalha. Uma autoridade da Igreja. Na década de publicação desse dicionário, mesmo com a revogação da determinação do Congresso de Milão, não se esperava ainda que o surdo fosse fluente na língua de sinais, mas que demonstrasse capacidade de

escrever e, principalmente, falar.

Nos textos dos prefácios, as formulações filiam-se a um discurso religioso. Nos dizeres dos dicionários, onde os prefaciadores se colocam, destaca-se a imagem que se constrói desses dicionários: obra de catequese e de língua. A questão é que o trabalho gramatical sempre tem uma finalidade “prática”, como diz Auroux. No caso da língua dos surdos, nesse período, como na dos índios na época da colonização, essa finalidade era a catequese. Isto é, obra de língua para a catequese e para a comunicação. Vejamos essas formulações:

Linguagem das Mãos

O padre Eugênio Oates, pertencente à Congregação Redentorista [...] para prestar serviços aos mais necessitados (Dr. Murillo Rodrigues Campello).

Pelos seus altos propósitos de ajudar os surdos na sua comunicação (Padre Vicente).

Oxalá esse livro seja para os surdos-mudos um eco distante daquela palavra milagrosa do Divino Mestre (Pe. Eugênio Oates).

Linguagem de Sinais do Brasil

[...] uma Escola Luterana para surdos [...] Como presidente dos Amigos Luteranos dos Surdos, dirigi um seminário naquela ocasião sobre o emprego da Linguagem de Sinais nos Estados Unidos tanto na comunidade adulta de surdos como nas escolas para deficientes auditivos.

A outra expressão de agradecimento é dedicada Àquele que nos chamou a todos para servirmos onde a necessidade existir (Reverendo George Kraus).

Comunicando com as Mãos

[...] e explicar que Cristo,

tão meigo,

tão calmo,

pode te escutar...

[...] e te mostrar que Cristo

amigo,

precioso,

pode compreender...

Linguagem de Sinais

Um dos objetivos do compêndio é ajudar as Testemunhas de Jeová a ensinar a linguagem de sinais aos deficientes auditivos.

Um outro alvo é unificar a linguagem de sinais entre as Testemunhas de Jeová quanto a palavras de origem bíblica.

Essas formulações instauram uma discursividade religiosa entre as obras e nas obras. Silva (2001) vai nos dizer que o ensino e a conversão nasceram juntos no Novo Mundo e no plano de colonização, após chegar ao Brasil, Nóbrega escreve:

Temos determinado de ir viver com elles nas aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com elles a língua e il-os doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de Nosso Senhor e não posso achar língua que m'o saiba dizer, porque são elles tão brutos que nem vocábulos têm (apud SILVA, 2001, p.145).

Esses dicionários de língua de sinais do Brasil foram produzidos na segunda metade do século XX e, como no período colonial, a religião (a conversão) era uma questão central na gramatização, estabelecendo um lugar outro para dizer, por outra língua, para novos sujeitos, os sujeitos surdos.

Com relação à imagem do próprio dicionário, observamos que ela se constrói com o objetivo de “unificar a linguagem de sinais entre as Testemunhas de Jeová”. Interessante destacar que esse objetivo de unificação, de contenção da variabilidade dos sinais, neste caso, de sinais relativos ao vocabulário religioso, é também um objetivo da gramatização. Ou seja, o processo de gramatização de uma língua tem por objetivo unificar a língua, registrar, representar, fixar, descrever e normatizar uma língua.

Ao dizerem “ajudar os surdos na sua comunicação”, “para deficientes auditivos”, “onde a necessidade existir”, “Cristo pode te escutar”, “para prestar serviços aos mais necessitados” os dicionários produzem uma imagem de incapacidade do “falante” da língua. É a imagem da deficiência que se coloca em primeiro plano. A questão da *falta*, da *necessidade*, apoiada na *patologia*, aparece em primeiro plano sempre, quando se trata do surdo, daí que os autores sejam doutores ou padres, estes últimos com a função de remediar pelo espírito o que é irremediável pelo corpo.

Notamos assim que no processo de gramatização da língua de sinais

do Brasil, vários elementos circulam, se encadeiam, se herdaram, se completam, são traduzidos, colocados em correspondência: itens lexicais organizados tematicamente, repetição dos temas, sinais que são acrescidos, modo de formulação, discurso que se filia a uma memória sobre o surdo que trabalha, sobre a sua catequização.

4.3 Alfabeto Datilológico

Como dissemos anteriormente, todas as obras em análise trazem o alfabeto datilológico (em anexo) logo após o prefácio. Para melhor acompanhar o percurso descritivo e analítico, trataremos, na maioria das vezes, das obras organizadas em dupla: primeiro, de *Linguagem das Mãos* e *Linguagem de Sinais* e, na sequência, *Linguagem de Sinais do Brasil* e *Comunicando com as Mãos*. Como todas as obras apresentam o alfabeto datilológico idêntico, vamos tomar para análise o alfabeto de *Linguagem das Mãos*, para estabelecer relação com o de Flausino da Gama e compreender o que se transformou e o que permaneceu na língua.

Em todas as obras, o alfabeto datilológico é primeiro conjunto de sinais que o leitor visualiza. Ele representa a entrada ao dicionário. No entanto, o lexicógrafo não apresenta nenhuma orientação sobre o modo de realização das configurações, sobre a forma como a mão deve ser configurada, o movimento que a mão deve fazer para sinalizar cada letra, ou seja, não se descreve a realização do sinal das letras do alfabeto. É um não-dizer que se repete, que se filia ao modo do não-dizer em Flausino José da Gama.

Tanto *Linguagem das Mãos* como *Linguagem de Sinais* apresenta ao leitor uma página com a mão direita aberta, palma para frente, nomeando cada dedo: polegar, indicador, médio, anular e mínimo, como na figura (4.1) a seguir.

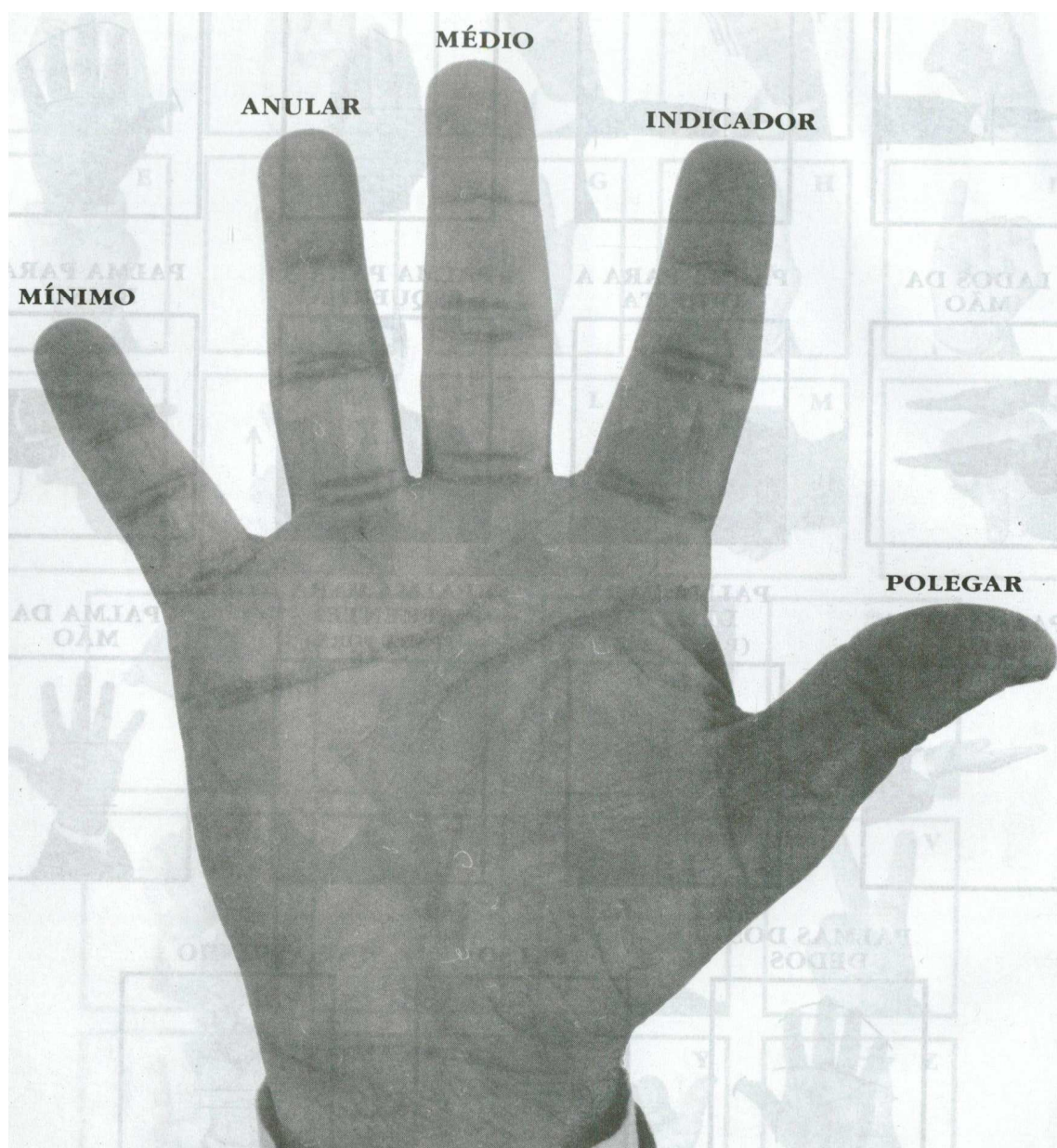


Figura 4.1: Palma da mão
Fonte: Fonte: STVBT, 1992.

A obra *Linguagem de Sinais* apresenta um capítulo intitulado Alfabetização, constituído por três partes com ilustração: a ilustração do alfabeto datilológico, a ilustração da mão (conforme figura 4.1) e a da orientação da palma

da mão (conforme figura 4.2). Nenhuma dessas partes tem subtítulo, portanto as nomeações como orientação da palma da mão e alfabeto datilológico configuram-se como itens acrescentados por nós na descrição do *corpus*.



Figura 4.2: Orientação da mão
Fonte: Fonte: STVBT, 1992.

Esse capítulo configura-se como um conjunto de “coisas-a-saber” necessárias para seguir em frente, para acessar o dicionário, porque o instrumento é um dos lugares que regula, unifica e institucionaliza as coisas-a-saber. É preciso, antes, alfabetizar-se nessa língua, saber sobre a orientação da palma da mão ou a posição da mão, saber os nomes dos dedos, as configurações de mão das letras do alfabeto. Esse é um saber que se encontra regulado nesse instrumento, no capítulo da Alfabetização.

Silva (1996), em estudo sobre *O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto*, analisa como se produzem, pelo e no funcionamento discursivo do enunciado dicionarizado, os sentidos e a posição de sujeito da alfabetização, da escola de ler e de escrever no Brasil. A autora afirma que “a representação que o analfabeto tem de si é dada pelo alfabetizado, por aquilo que não tem – a escrita alfabética – e por aquilo que não é – leitor e escritor” (p.160). A autora acrescenta ainda que se “o analfabeto é aquele que ignora, que não sabe, então, parece que estamos no domínio do conhecimento, onde há objetos a conhecer, de um lado, e sujeitos capazes de conhecer, de outro” (p. 154). E o “alfabetizado é aquele que não só sabe ler e escrever como também aquele que sabe que o analfabeto não sabe” (p. 156).

Esse capítulo, em especial, assim como a regularidade do alfabeto datilológico nos dicionários, indica coisas-a-conhecer e também sujeitos capazes de conhecer. O lexicógrafo, ao apresentar essas partes no dicionário, mostra-se capaz de exercer a ação de alfabetizar o outro. De ensinar o alfabeto datilológico, a orientação da mão. Esse outro, imaginariamente, é um sujeito afetado por uma falta, por um certo desconhecimento. É preciso aprender o *abc* da língua de sinais.

Procuramos o sinal alfabetização para entender melhor a relação entre o título e a definição ou a descrição do sinal nos dicionários. Não encontramos o sinal. Por que a ausência? O que está sendo dito ao não dizer *alfabetização* no corpo do dicionário?

Para alguns surdos, restava o estudo no Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, ou seja, somente para aqueles cujas famílias tinham

condições financeiras para sustentá-lo em uma escola de regime de internato. Assim, alfabetização, nessa obra, não estava relacionada ao saber ler e escrever, ao domínio da escrita alfabética, ao tornar um alguém alfabetizado. Alfabetização significava saber o abc da língua de sinais: o alfabeto datilológico, as diversas posições da mão e os sinais para ser catequizado, evangelizado. E não, necessariamente, para conhecer a língua, para saber sobre a língua. Ou então, o lexicógrafo criou o imaginário de um leitor que já sabia a língua, portanto, explicar sobre a posição/orientação da mão tornava-se desnecessário. Talvez seja por isso que o lexicógrafo apresenta as diferentes posições de mão e a figura da mão, mas não explica detalhadamente sobre o funcionamento dessas formas de mão, ou seja, não explica sobre o uso das mãos, o movimento, a direção e as diferentes formas que elas tomam na produção do sinal.

É a partir da mão que se produz e que se dá visibilidade a um sinal. Para se produzir o sinal PROFESSOR, articula-se somente uma das mãos e para sinalizar TRABALHAR, articulam-se as duas mãos. A mão articulada, geralmente é a mão dominante, direita para os destros e a esquerda para os canhotos. A palma da mão é um aspecto da fonologia da língua de sinais, pois indica significado diferente. Para sinalizar QUERER, a palma da mão fica para cima; para o sinal comer, a palma fica para baixo, e para sinalizar COMER, a palma se posiciona virada para o sinalizador, para dentro. Ao se articular as duas mãos, a direita continua sendo a dominante e a esquerda se posiciona como mão de apoio ou na condição de simetria. Em condição de simetria, as mãos devem ter a mesma configuração, o ponto de articulação deve ser o mesmo ou simétrico e o movimento deve ser o mesmo ou alternado, como podemos visualizar na produção dos sinais TRABALHAR, FAMÍLIA, PRIMO. A mão em condição de apoio serve de sustentação para a realização do sinal, como em VERDADE e INCLUSÃO.

Como vimos, a Língua Brasileira de Sinais é basicamente produzida pelas mãos e são elas que se movimentam no espaço e articulam sinais a partir de diversas formas que as mãos tomam na realização do sinal. Como a

alfabetização significava saber o *abc* da língua de sinais - o alfabeto datilológico, as diversas posições da mão (observado nas figuras 4.1 e 4.2) - interessava mostrar as formas da mão, a mão e os nomes dos dedos e o alfabeto datilológico. Não interessava saber sobre elas, sobre o aprendizado delas no processo de aquisição da língua de sinais.

Uma importante diferença entre os dicionários encontra-se em *Linguagem das Mãos* por apresentar, na capa, o alfabeto datilológico (conforme figura 4.3), ou seja, as configurações de mão que representam as letras do alfabeto da Língua Portuguesa, no dicionário de Oates.

Eugênio Oates, C.Ss.R.

LINGUAGEM DAS MÃOS



20ª edição



Figura 4.3: Capa do dicionário de Linguagem das Mãos
Fonte: Oates, 1990.

A imagem do alfabeto datilológico na capa é um dado importante nessa obra. Passados quase um século sem a circulação de material sobre a língua de

sinais do Brasil, dentre eles, gramáticas, dicionários, manuais didáticos, colocar o alfabeto na capa representa dois posicionamentos: primeiro, publicizar uma forma de linguagem, presente na comunidade surda, usada por esta comunidade, uma língua que apesar da proibição, da interdição, manteve-se, resistiu; é um modo de mostrar essa língua, torná-la visível, licenciada. É um modo de dizer a memória da língua. “C'est le 'réveil sourd'”, expressão para designar o despertar dos surdos na França, em fins da década de 1970 (DELAPORTE, 2005, p. 120). O segundo, a nosso ver, é uma maneira de convidar o leitor a consultar a obra para aprender os sinais, com/através das mãos, ou seja, por meio do alfabeto datilológico. Ao mesmo tempo que demonstra um avanço, em função do primeiro ponto de vista, pode parecer um equívoco, já que a língua de sinais não se resume ao alfabeto. Ela é constituída por sinais, como exemplificado pelos sinais CERTO, BRASIL, PROFESSOR, TRABALHAR, QUERER etc. No entanto, mesmo não sendo por ele que se adquire uma língua de sinais, o alfabeto datilológico configura-se como um aspecto constitutivo das línguas de sinais, por abranger duas questões relacionadas aos empréstimos linguísticos em Libras (BRITO, 1995, p. 22).

A primeira questão refere-se ao empréstimo que ocorre quando os surdos utilizam o alfabeto datilológico para soletrar (transliterar) os nomes próprios, as palavras para as quais não se encontram sinais em Libras e para soletrar um sinal quando não se entende sua produção (sinalizada). A figura, a seguir, exemplifica a soletração da palavra certo e a produção do sinal.

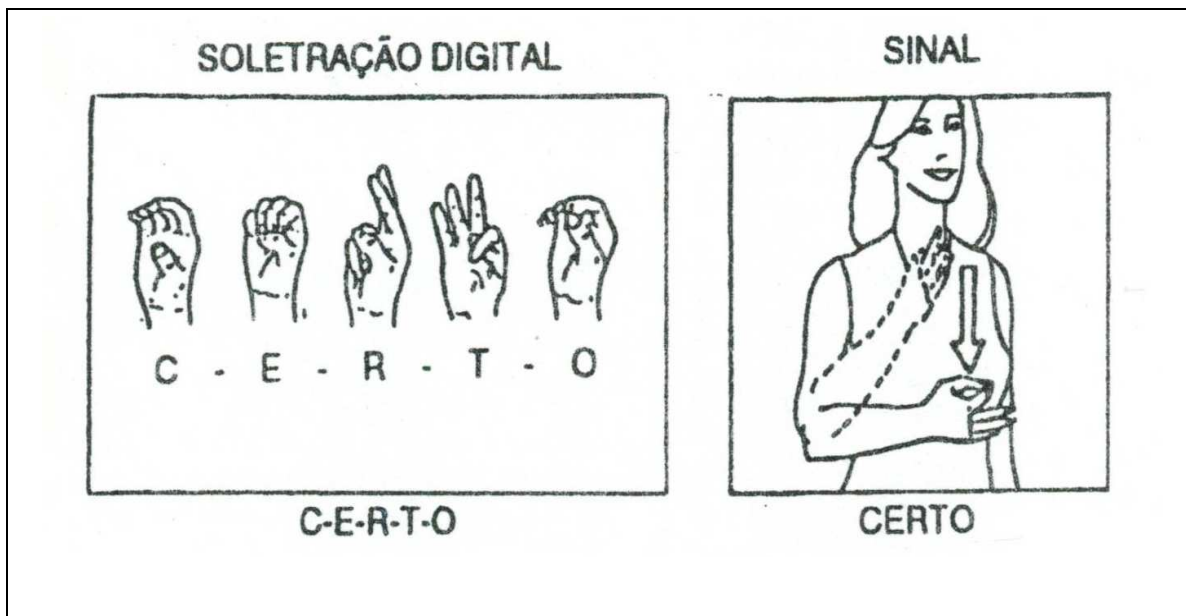


Figura 4.4: Soletração digital da palavra certo e a realização do sinal CERTO
 Fonte: Brito, 1995.

A segunda questão refere-se à formação do léxico em Libras, pois muitos sinais em Libras são formados a partir da primeira letra da palavra da língua portuguesa. Ou seja, a mão toma a forma de uma das configurações das letras do alfabeto datilológico e forma o sinal. Por exemplo, o sinal BRASIL é formado com a mão configurada em **B** articulada com outros parâmetros como o movimento, posição da palma da mão e direção, como podemos observar pela ilustração da forma do sinal. A descrição do sinal BRASIL é: mão em B, palma para a esquerda, na altura da cabeça. Movê-la para baixo com movimentos ondulatórios” (CAPOVILLA et al., p. 437).

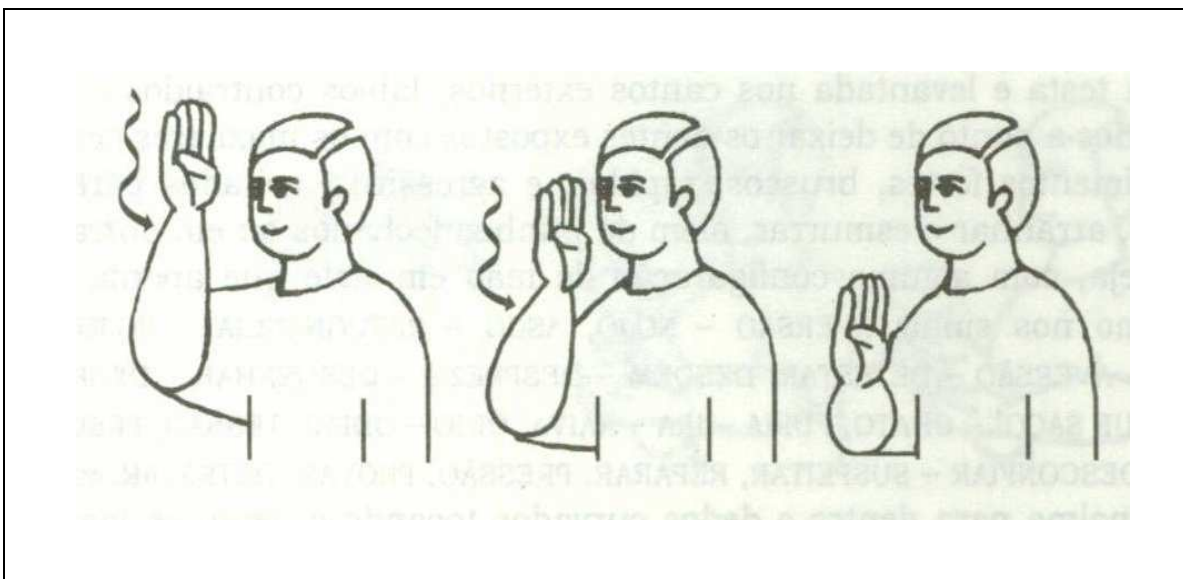


Figura 4.5: Sinalização de BRASIL
Fonte: Capovilla et al., 2009.

Do dicionário de Flausino até o dicionário do Pe. Oates, podemos observar algumas mudanças em relação às CM do alfabeto e ao modo como se realiza cada letra. Acrescenta-se mais nitidamente a CM da letra W e da letra C acompanhada do diacrítico cedilha, ou seja, a CM do C-cedilha.

Interessa-nos observar, ainda, as configurações de mão que ficam, que se transformam e permanecem na língua. Os traços que tornam visíveis a mudança da língua, que não se apaga, rememora a língua.



Figura 4.6: Alfabeto manual
Fontes: Oates, 1990.

A CM que representa a letra D é uma marca dessa transformação. Em Flausino da Gama, o dedo indicador ficava perpendicular, e no alfabeto do Pe.

Oates já fica reto; ocorre, então, uma sutil mudança de posição do dedo e da mão, mas não uma mudança significativa da CM. Atentemos para o alfabeto datilológico.

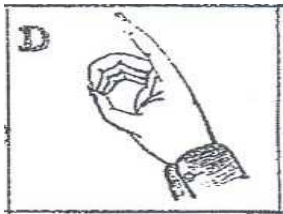
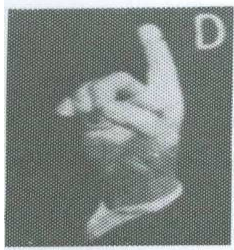
Flausino da Gama (1875)	Oates (1990)
	

Figura 4.7: Letra D

A CM da letra Q, nessa obra, nos chama a atenção por dois motivos: primeiro, porque ao apresentar a obra utilizando a imagem do alfabeto manual na capa do livro, Oates mantém a mesma CM da letra Q da *Iconographia* de Flausino; e segundo, porque o autor apresenta a CM da letra Q de forma diferente, no alfabeto que se encontra no corpo da obra. Na capa do dicionário, vemos que os dedos indicador e polegar não se tocam, ficam separados, apontando para baixo. Já no alfabeto presente no corpo da obra (conforme figura 4.6), o dedo polegar toca a lateral do dedo indicador, apontados para baixo.

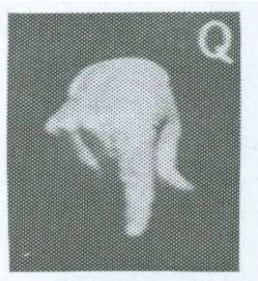
Letra Q – Oates (1990) - alfabeto da capa	Letra Q – Oates (1990) - alfabeto p. 14
	

Figura 4.8: Letra Q

A mudança é sutil, mas é importante destacá-la, tendo em vista a história de constituição, transformação e das filiações da língua de sinais no Brasil.

No alfabeto de Oates (1990), as fotos apresentam as CMs a partir da mão direita, com a palma virada para a frente, excetuando somente aquelas cuja representação se faz de forma contrária, como é o caso das CMs das letras M, N e Q. Tomam corpo, também, nesse dicionário, as setas indicativas do movimento que se deve fazer ao representar as letras do alfabeto. As fotos das CMs das letras H, J, K, X, Y e Z recebem setas para direcionar a realização do sinal das letras. Assim, tanto a direção da palma da mão quanto as setas evitam equívocos no momento de representar/realizar as letras, além de facilitar o aprendizado, a alfabetização da língua alvo, por interessados “estrangeiros” que querem adquirir essa língua de sinais.

Oates (1990) não nos informa se ele tomou como referência a obra de Flausino da Gama. A forma como os dois dicionários são organizados, tanto em relação ao alfabeto manual quanto em relação à organização temática, pode nos dizer sobre a intertextualidade entre as duas obras. Vimos que o alfabeto manual das duas obras tem traços muito semelhantes, como as CMs, o movimento, a posição da mão.

Observemos agora os três alfabetos, o da língua de sinais americana, da língua de sinais francesa e o da língua brasileira. Como também na fundação da primeira escola nos Estados Unidos da América foi um professor surdo, da Institution Nationale des Sourds-Muets, veremos que os alfabetos são muito semelhantes. Ocorre uma diferença entre algumas letras como o F, G, T, Q, H, em uma comparação entre os alfabetos. Mas o que interessa notar é que como Michel L'èpée adotou o alfabeto de Bonet, na fundação da escola, parece que os três filiam-se ao alfabeto de Bonet. Vejamos os alfabetos da língua de sinais dos dois países.

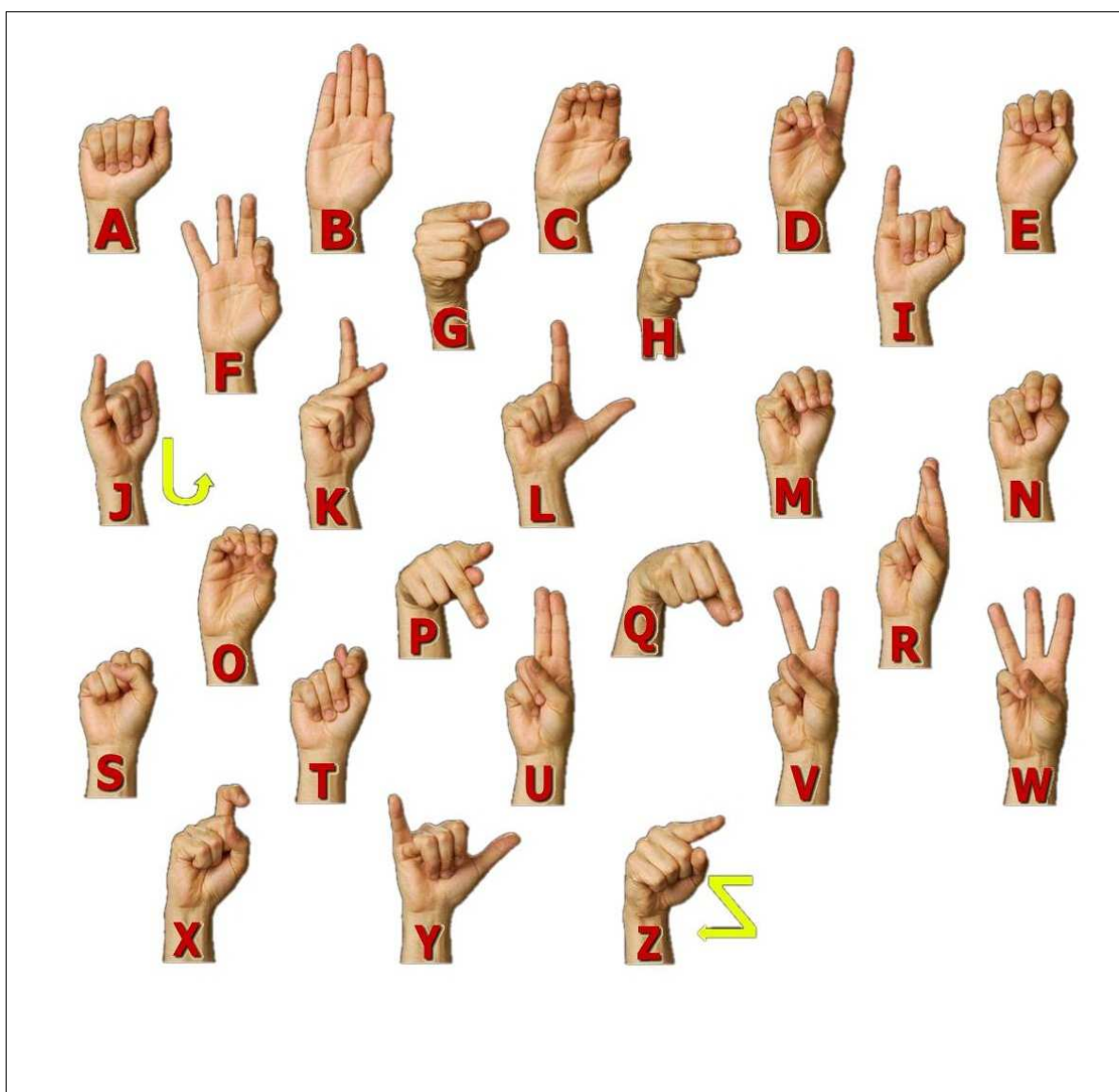


Figura 4.9: American Sign Language (ASL) Fingerspelled Alphabet Copyright © 2007 William Vicars, Lifeprint.com

Fonte: <http://www.lifeprint.com/asl101/topics/sign-language.htm>

O alfabeto datilológico do Pe. Eugênio Oates retoma as configurações de mão de Flausino da Gama, considerando-se a re-atualização da memória. Memória filiada ao saber produzido por da Gama, re-atualização da memória ao saber da Língua de Sinais Francesa (LSF) e do alfabeto de Bonet (1620). Vejamos o atual alfabeto manual da LSF (figura 4.10):

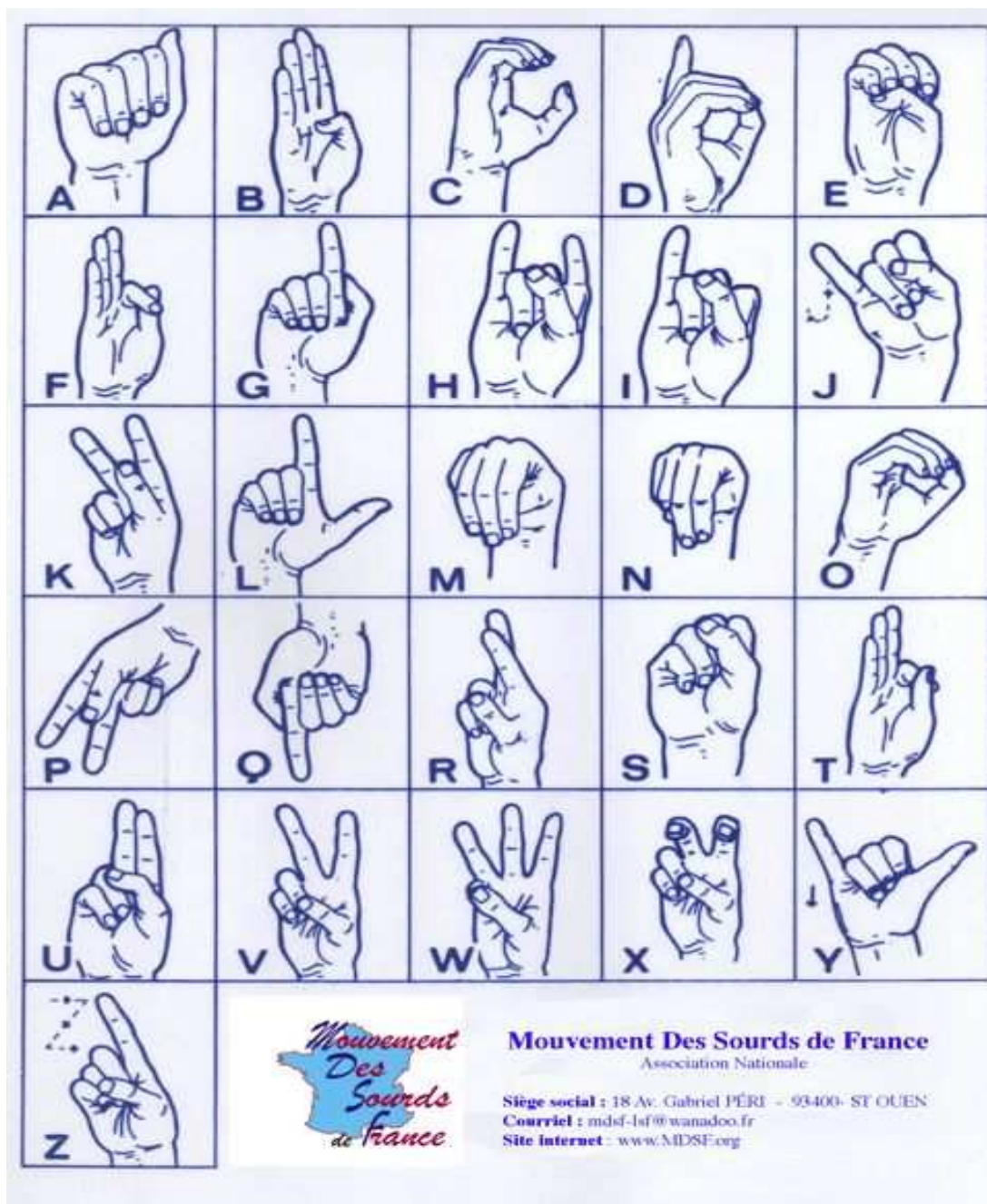


Figura 4.10: Alfabeto datilológico da Língua de Sinais Francesa
Fonte: <http://www.mdsf.org/page79/page157/page157.html>

Enfim, o alfabeto datilológico que ilustra a capa do dicionário do Pe.

Oates representa esse movimento da língua de sinais do Brasil. Uma língua com filiação, com vestígios de transformações, com vestígios de permanência. Filiação explícita. Filiada à memória da língua de sinais francesa. Uma língua com sua história de avanços e recuos, história de interdição e de continuidade.

4.4 Sinais: Modo de organização

Todos os dicionários dessa série que estamos analisando têm algumas características semelhantes: as entradas são organizadas pelos desenhos dos sinais; as palavras da língua portuguesa seguem uma ordem alfabética, são bilíngues e seguem a uma determinada ordem de entrada dos sinais: da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa.

Os dicionários *Linguagem das Mãos* e *Linguagem de Sinais* são semelhantes, tanto no modo de organização da obra, no número de sinais como na classificação temática dos sinais. A primeira apresenta um total de 1258 sinais, distribuídos em 15 capítulos, e a segunda conta com 1256 sinais, em 14 capítulos. Vejamos a classificação temática dessas duas obras, juntamente com a de Flausino da Gama.

Cap.	Iconographia - 1875	Linguagem das Mãos – 1969	Linguagem de Sinais - 1992
1	Dactylogia dos surdos-mudos	Alfabeto	Alfabetização
2	Alimentos, objectos de mesa	Verbos	Verbos
3	Bebidas e objectos de mesa	Substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes, preposições, conjunções	Substantivos, adjetivos, pronomes etc.
4	Objectos para escrever	Cores	Assuntos bíblicos
5	Objectos da aula	Homem e família	Alimentos e bebidas
6	Individualidade e profissões	Alimentos e bebidas	Animais

7	Animaes	Animais	Família
8	Passaros, peixes e insectos	O mundo e a natureza	Tempo
9	Adjectivos	Religião	Estados do Brasil
10	Adjectivos	Tempo	Regiões do mundo
11	Adjectivos (qualidades moraes)	Regiões do mundo, alguns países, nacionalidades	Cores
12	Adjectivos	Estados brasileiros, territórios federais e capitais	Natureza
13	Pronomes, e os 3 tempos absolutos do indicativo	Vestuário e acessórios	Vestimenta e acessórios
14	Verbos	Esportes e jogos recreativos	Números cardinais e ordinais
15	Verbos	Antônimos	
16	Verbos	Números cardinais e ordinais	
17	Adverbios		
18	Preposições		
19	Preposições e conjunções		
20	Interjeições e interrogações		

Tabela 5: Classificação temática dos sinais

Linguagem das Mãos e Linguagem de Sinais evidenciam um trabalho de atualização da obra de Flausino da Gama. Os temas relacionados às categorias gramaticais são semelhantes aos da obra de da Gama: verbos; adjetivos, advérbios, pronomes, preposições, conjunções. O substantivo, nessas duas obras, é nomeado, contrariamente à obra de da Gama, que embora presente nos sinais das estampas denominadas *alimentos*, *objectos de mesa e bebidas e objectos de mesa*, não recebem o nome substantivo. Os outros temas são retomados, reescritos, modificados, acrescentados. Há uma relação de intertextualidade entre eles, como podemos observar:

- Individualidade e profissões ↔ Homem e família ↔ família
- Alimentos, objectos de mesa e bebidas e objectos de mesa ↔ Alimentos e bebidas;
- Animaes; Passaros, peixes e insectos ↔ Animais.

Ao retomar a obra de Flausino da Gama, o lexicógrafo elabora sua obra ordenando os sinais referentes a cores e a tempo em domínios que não sejam necessariamente categorias gramaticais. Os sinais branco, preto, vermelho, azul e verde, distribuídos na estampa 10 referentes a Adjectivos, passam a constituir nos dicionários *Linguagem das Mãos* e *Linguagem de Sinais* um tema novo. O tema relativo a cores. E neste tema, acrescenta outros sinais concernentes a cores, a saber amarelo, cinzento (cinza), cor-de-rosa, lilás, marron, moreno, roxo.

Em relação ao outro tema, o tempo, o trabalho do lexicógrafo é semelhante: ele toma os sinais que se encontram na estampa 17, que trata sobre os advérbios, classificados nesta categoria gramatical, e os inclui na classificação temática referente ao tempo. Alguns sinais são retomados – dia, manhã, meio dia, tarde, noite, hontem, hoje, amanhã, semana, mez, anno, sempre - e outros são acrescentados - primavera, verão, os dias da semana, os meses do ano.

Já os temas o mundo e a natureza; religião; regiões do mundo, alguns países, nacionalidades; estados brasileiros, territórios federais e capitais; vestuário e acessórios; esportes e jogos recreativos; números cardinais e ordinais foram acrescentados pelos lexicógrafos. Chama a atenção nessa relação o aparecimento do discurso religioso e do discurso da nacionalidade.

Essas duas obras, ao colocar os temas “mundo e a natureza; regiões do mundo, alguns países, nacionalidades; estados brasileiros, territórios federais e capitais” constrói uma nova dimensão do espaço. Não é mais o espaço circunscrito ao Rio de Janeiro, ao Instituto Nacional de Educação de Surdos; é o espaço que se expande. Aqui se coloca a questão do território, a circunscrição do espaço brasileiro, mostrando os sinais dos Estados, das capitais e produz, assim, uma discursividade da nacionalidade. Ao criar uma nova dimensão do espaço, cria também uma nova dimensão para a língua de sinais. É a língua de todos os

surdos do país, uma língua do espaço brasileiro. Quando o Dr. Murillo Rodrigues discorre que o autor “procurou comunicar-se com muitos surdos e verificou que em cada região do país, usam mímicas diferentes” e o Padre Vicente Burnier diz que o autor “coleccionou gestos nos lugares onde conviveu com os surdos”, após realizar “pesquisas pelo território nacional” atestam a construção do instrumento linguístico como um lugar de memória. Um instrumento que ao mesmo tempo que dimensiona a língua no espaço territorial, a atualiza, a unifica.

Esse trabalho de reescritura, de atualização, de acréscimo de temas e de sinais mostra esses dicionários com uma imagem de completude, ou seja, o efeito de completude da representação da língua pelo lexicógrafo, pelos prefaciadores. Esse efeito de completude é representado pela intertextualidade, principalmente, em *Linguagem de Sinais*. São 1258 sinais/verbetes que podem ser remetidos a 5000 palavras em relação sinonímica. Um sinal/verboete que estabelece relação sinonímica, que faz remissão a outro verboete cria uma imagem de que esse dicionário guarda todos os sinais da língua e caso não encontre um determinado sinal, basta procurá-lo entre as palavras sinônimas. A palavra sinônima corresponde a um sinal, o mesmo do sinal-'entrada'. A título de exemplo, vejamos o sinal/verboete DEUS: Deus pode ser referido também como “O Senhor, Nosso Pai no Céu, Criador do Universo, O Alfa e o Ômega, O Princípio e o Fim, O Todo-Poderoso, Jeová”. Assim, o leitor que procura por “Jeová” entre as palavras-entrada e não a encontra, não pode considerar esse dicionário incompleto, pois Jeová está entre os sinais/verbetes que remetem a Deus. O trabalho do lexicógrafo de fazer um dicionário com milhares de sinais produz o efeito de completude da língua, sustentado pela acumulação, pela repetição.

Após a descrição dos sinais NOVO, VELHO, PÁLIDO e CORADO, o lexicógrafo apresenta outras palavras, em relação sinonímica.



NOVO — (1245) — Mão direita em posição horizontal, palma para a esquerda, pontas dos dedos unidas. Mover a mão ligeiramente para a esquerda, separando os dedos ao mesmo tempo. (Recente, moderno, de pouco tempo, que é visto pela primeira vez, não usado, inexperiente).



VELHO — (1246) — Mão direita em “S” horizontal, palma para dentro. Tocar levemente a mão debaixo do queixo duas vezes pelo lado do indicador e polegar direitos. (Ancião, idoso, velhinho, velhice, velhote, velho folgazão, envelhecer, tornar velho, envelhecido, parecer velho, antigo, idade avançada, obsoleto, muito usado, antiquado).



PÁLIDO — (1247) — Mão direita em “C” horizontal, palma para dentro. Colocar a mão diante da face, baixá-la até o queixo, sugando um pouco as bochechas ao mesmo tempo. (Descorado, palidez, sem colorido, palor).



CORADO — (1248) — Fazer a mímica de “vermelho” e traçar círculos pequenos nas bochechas com as pontas dos indicadores. (Rubro).

Figura 4.11: Verbetes VELHO, NOVO, PÁLIDO E CORADO
Fonte: Oates, 1990.

No prefácio, Oates (1990, p. 12) alerta o leitor:

No decorrer da leitura deste livro, o leitor notará que algumas palavras têm como sinônimo outras, cujo significado não tem rigorosa correspondência à palavra principal. Gostaria, pois, de esclarecer que na linguagem dos surdos-mudos, recorre-se à expressão manual para, com uma única mímica, dizer-se várias palavras, isto é, o gesto é o mesmo com vários significados, conforme a frase, a idéia ou a maneira de expressão.

Esse alerta cria uma imagem de leitor que tem um certo conhecimento de língua, tanto da língua portuguesa como da língua de sinais. Para aqueles com conhecimento em Língua portuguesa sobre os sinônimos, estes podem não ter estreita correspondência com a palavra/sinal entrada, como os estudos linguísticos apontam: são semelhantes, não com significados iguais. É um alerta ainda para aqueles que têm conhecimento da Libras, uma vez que o sinal pode ser conhecido na relação com uma das palavras sinônimas e não com a outra, ou com todas as outras. Para melhor definir esta questão dos sinônimos, Oates (1990, p. 12) explica:

posso citar a palavra velho onde aparecem os sinônimos “antiquado”, “obsoleto”, “muito usado”. Conquanto o seu sentido, às vezes, pode guardar certa distância, o gesto, na linguagem mímica, é único, pois, tanto vale o mesmo gesto para se dizer “carro velho”, “móvel velho”, “casa dos velhos” como para se dizer “pessoa idosa”, “velhinho”, ou “sapato muito usado”. O gesto é o mesmo, significando vários sentidos.

Em *Linguagem das Mãos e Linguagem de Sinais*, cada sinal/entrada apresenta-se em formato de uma foto ¾. Ao lado do sinal, a palavra em Língua Portuguesa é escrita em letras maiúsculas; segue-se uma descrição escrita de como se realiza o sinal e, ao final, entre parênteses, uma série de palavras sinônimas. Para exemplificar, destacamos o sinal/entrada DEUS (figura 4.12) e DISCÍPULO (figura 4.13) nos dois dicionários, respectivamente.

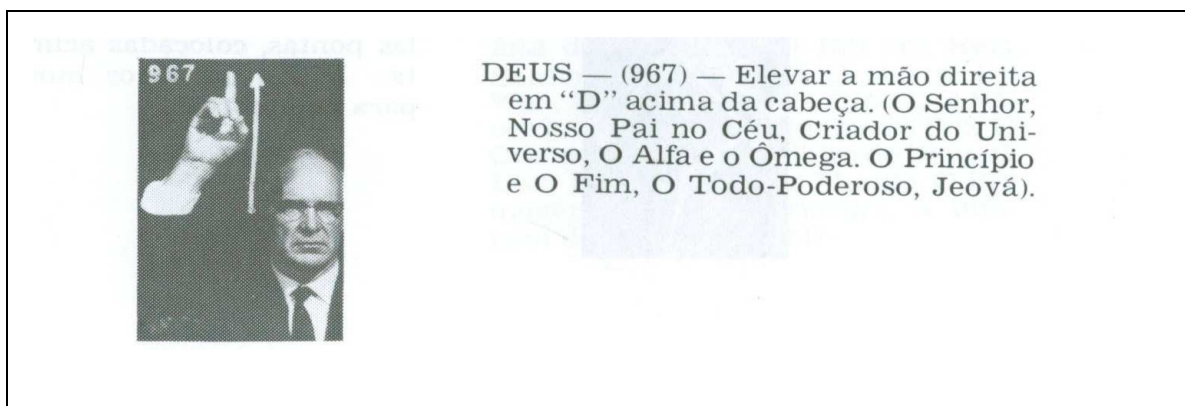


Figura 4.12: Verbete DEUS
Fonte: Oates, 1990.

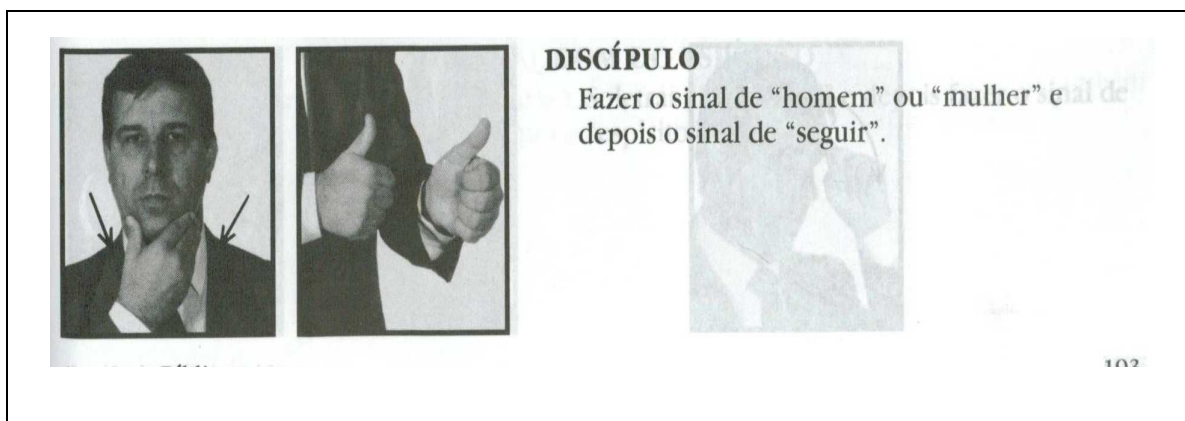


Figura 4.13: Verbete DISCÍPULO
Fonte: STVBT, 1992.

Os sinais aparecem organizados com uma, duas ou três fotos. Elas ilustram a composição do sinal e mostram a sequência temporal em que os sinais são realizados, ou seja, cada foto indica a etapa de realização do sinal. Em outras palavras, as fotos representam o modo como o sinal é composto e como é realizado. Nas fotos, as setas configuram-se como parte integrante na realização do sinal, ou seja, elas indicam a posição, a direção e o movimento da mão, ou seja, os parâmetros que dizem respeito à realização simultânea do sinal. Ao mesmo tempo que as fotos indicam a sequencialidade das etapas, as setas apontam a simultaneidade do sinal.

Ainda hoje discute-se muito sobre a questão de como melhor registrar os sinais, tendo em vista que o movimento, a direção e a expressão facial, por exemplo, devam ser registrados. A expressão fisionômica que caracteriza um sinal é tão fugaz como o tempo de realização do sinal. O tempo de realização do sinal pode ser registrado em etapas, sequencialmente, como observamos na figura 4.13. A questão que muito se discute é como deixar as marcas da expressão facial, as marcas do movimento, enquanto elemento linguístico, em fotos ou em desenhos.

Em estudo sobre a língua de sinais brasileira, Quadros e Karnopp (2004, p. 37) optaram pelas fotos para representar os sinais, mesmo destacando que também as fotos apresentam limitações. Elas assinalam que “o movimento, a mudança da expressão facial e a mudança na direção do olhar são exemplos de informações que se perdem”, mas que através de “outros recursos gráficos”, buscou-se “garantir todas essas informações intrínsecas aos sinais”.

Tanto a obra das autoras que trata de estudos linguísticos sobre a língua de sinais como os dicionários que ora buscam as fotos, ora os desenhos para representarem os sinais da língua de sinais do Brasil, nos fornecem subsídios para entendê-los enquanto materiais discursivos. O lexicógrafo, autor das obras que estamos tratando nesse estudo, na tentativa de buscar uma forma de melhor representar os sinais, evidencia a imagem de que o dicionário é um espaço que acumula um saber sobre a língua, que nele é possível “guardar” os sinais como são sinalizados em situação de enunciação e, principalmente, é esse o lugar imaginário para “controlar os sentidos”. Por isso é que nas fotos ou nos desenhos devem conter todos os elementos gráficos necessários para formar os sinais e, dessa forma, conter os seus sentidos.

A obra *Comunicando com as Mãos* apresenta-se com 574 sinais e *Linguagem de Sinais do Brasil* com 667. Os sinais/entradas são desenhados. As duas obras não apresentam os temas organizados em capítulos. Em *Linguagem de Sinais do Brasil* os sinais são distribuídos alfabeticamente. No entanto, o que parece inovador, já que não classifica grande parte dos sinais em temas, mantém-

se temático, pelo menos em um dos temas, o da religião. Como trataremos da discursividade religiosa no próximo item, esse tema será retomado. Vejamos a figura 4.14, que ilustra a organização alfabética e o modo de apresentação dos sinais.

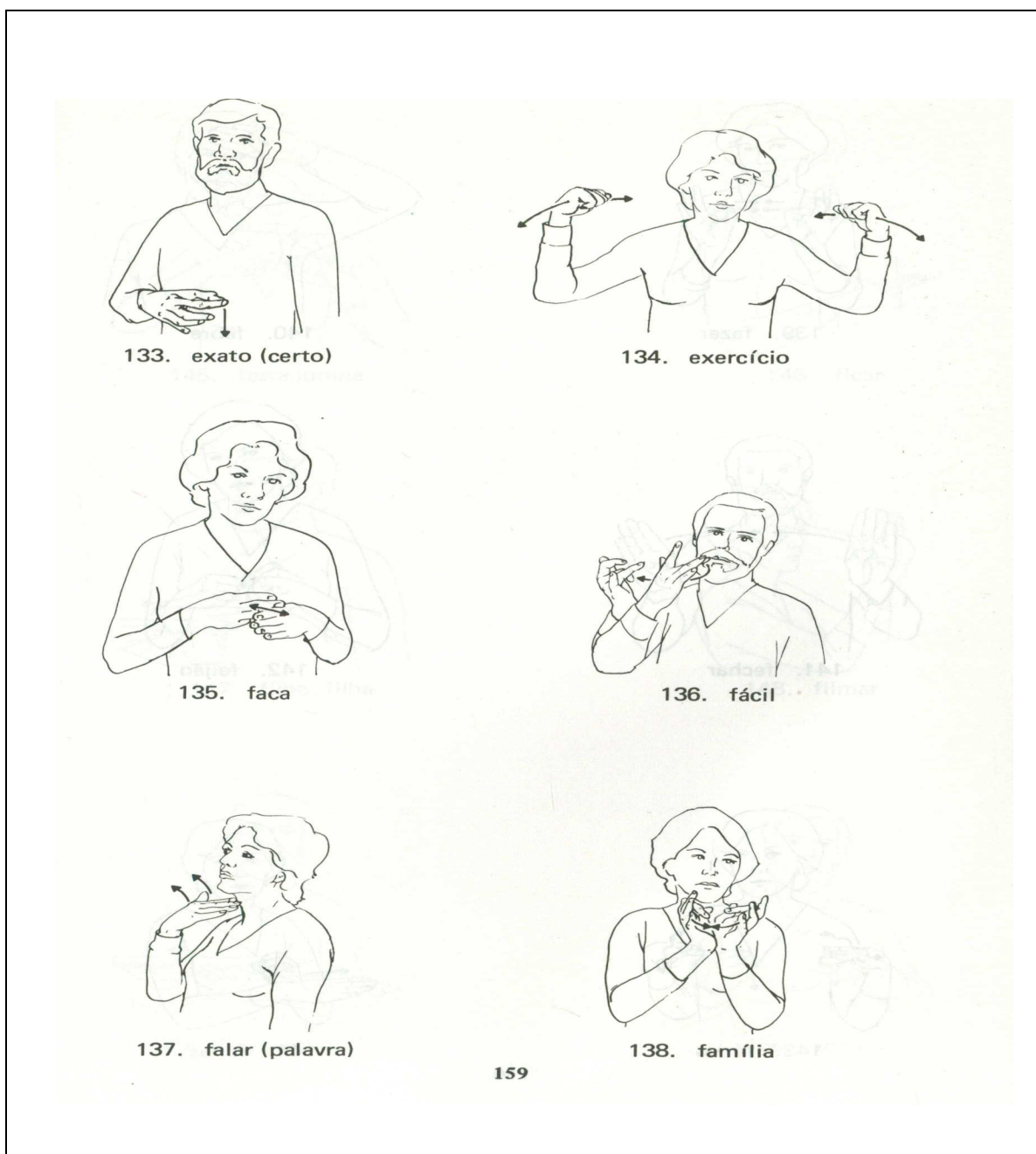


Figura 4.14: Verbetes: EXATO (CERTO), EXERCÍCIO, FACA, FÁCIL, FALAR (PALAVRA), FAMÍLIA
Fonte: Hoemann; Oates; Hoemann, 1983.

Em *Comunicando com as Mãos* vários sinais podem ser agrupados por temas. Notamos que há grupos de verbetes com significação próxima, pertencentes a um determinado grupo semântico e estão colocados próximos uns dos outros. A ordenação alfabética não é rigorosa, pois ao mudar a significação dos verbetes, começa novo grupo e reinicia a ordenação alfabética. Vejamos um exemplo.

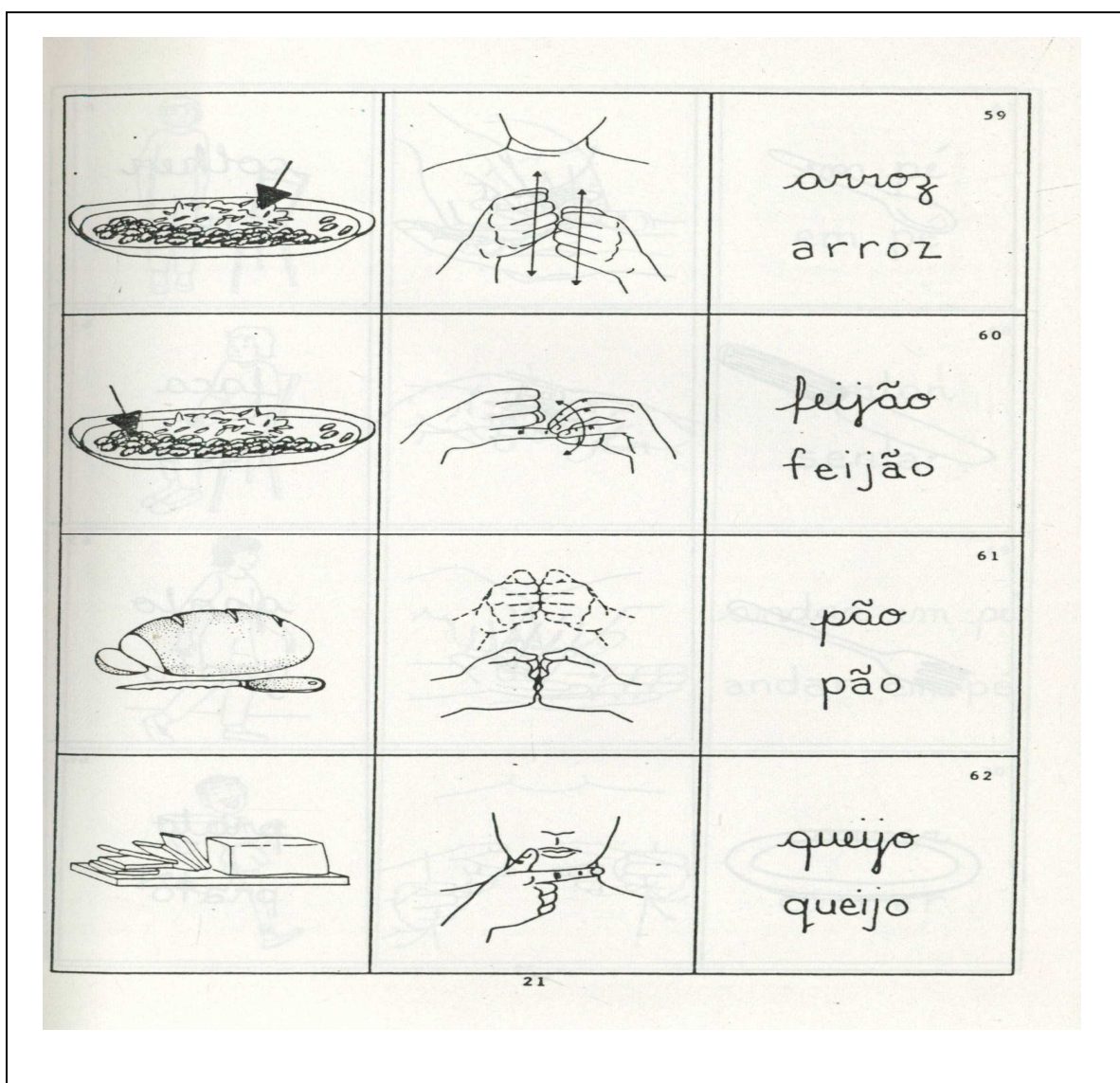


Figura 4.15: Verbetes: ARROZ, FEIJÃO, PÃO, QUEIJO
Fonte: Ensminger, 1987.

Além dos sinais da figura 4.15, encontramos nas páginas anteriores do referido dicionário os sinais “beber, café, leite, água, copo, xícara, comida, frutas, banana, laranja, maçã, uva, açúcar, sal, ovo e carne”; na página posterior à da referida figura, os sinais “colher, faca, garfo, prato” (1987, p. 17-22). Esse conjunto de sinais pode constituir o tema sobre alimentos e objetos de cozinha. Além desse, o dicionário apresenta outros temas, levando-se em conta a proximidade de significação dos sinais na obra: família, objetos da escola, animais, cores, profissões, tempo, religião e as categorias gramaticais como verbos, pronomes, adjetivos.

Ao estudar os dicionários da língua de sinais francesa produzidos entre os anos de 1970 até 1990, Bonnal-Vergès (2006, p. 171) apresenta uma relação deles e assinala que a maioria dos dicionários impressos simplesmente coloca em relação o desenho ou a fotografia do sinal com sua tradução em francês.

Em resumo, os dicionários apresentam-se conforme a sequência:

- *Linguagem das Mãos e Linguagem de Sinais*: sinal desenhado ↔ palavra escrita em Língua Portuguesa ↔ descrição do sinal;
- *Linguagem de Sinais do Brasil*: sinal desenhado ↔ palavra escrita em L. Portuguesa.
- *Comunicando com as Mãos*: Ilustração do sinal ↔ Sinal desenhado ↔ Palavra escrita em L. Portuguesa.

Esse modo de organizar os dicionários, a partir das entradas/sinais desenhados ou fotografados, não é uma invenção dos autores brasileiros. Vimos que Flausino da Gama tomou como referência o dicionário de Pélissier, que apresentava os sinais/entradas desenhados, e o Pe. Oates, missionário estadunidense, tomou como referência os estudos desenvolvidos nos Estados Unidos. Neste país inaugurou-se, em 1918, a ilustração do sinais em forma de fotografia.

De Flausino da Gama aos dicionários dessa série em análise, os temas e o modo de organização se repetem, com uma certa regularidade, produzem uma rede de formulações, inscrevem-se todos em uma estrutura, a construção de um

determinado tipo de texto dicionarístico. Como um discurso não existe de forma isolada, e ele permite estabelecer relações com outros discursos, a leitura desses dicionários permite afirmar que a repetibilidade possibilita que os sentidos sejam rememorados, atualizados, re-significados. Ao se repetirem, permitem a reformulação. Ao formular o dicionário, levando-se em conta as formas textuais como a regularidade do alfabeto datilológico, a recorrência aos temas e ao modo de organização, o lexicógrafo não se dá conta de que o que ele formula é da ordem do já-dito. O que se repete na ordem do discurso é trabalhado como um repetível histórico, e que o repetível, retomando o fio de dizer de Indursky, “é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos” (INDURSKY, 2001, p.28).

Nesses dicionários os sentidos se filiam a outros, os sentidos do dicionário de Péliissier e do dicionário de Stockoe, e nessa rede de sentido, e na sua formulação, novos sentidos circulam. O sentido do novo, de uma língua que se faz com as mãos, de uma língua de sinais do Brasil que está se constituindo; uma língua em processo de gramatização, uma língua que está (re)gramaticando estruturas e funções, e exigindo a reconstrução ininterrupta de instrumentos linguísticos.

Um outro aspecto que torna essas duas obras semelhantes refere-se ao fato de que elas não apresentam a descrição do modo como se realiza o sinal. Ao desenho são acrescentadas as setas as quais indicam o movimento e a direção da mão na produção do sinal. Em *Comunicando com as Mãos*, destaca-se, além do sinal desenhado, uma ilustração do sinal, ou seja, um outro desenho que ilustra o objeto, ou o animal, ou o comportamento etc. Isto pode ser observado na figura 4.15. Antes do sinal, o dicionário apresenta a ilustração do objeto, por exemplo, um prato com arroz e feijão, pão e queijo. Esta obra inaugura uma nova forma de produzir dicionários de língua de sinais no Brasil ao acrescentar a ilustração do sinal, ou seja, a ilustração do objeto, animal, lugar, comportamento que se quer representar. Assim, a questão que segue é: por que a ilustração do sinal? Como

ela significa nesse dicionário?

Assim como nos dicionários de língua falada e nas gramáticas a invenção do exemplo é primordialmente para ilustrar um fato da língua, trazemos essa reflexão ao dicionário de língua de sinais que usa o desenho para ilustrar o sinal da língua. Para Lehmann (1995, p. 3), o linguista, o gramático, o lexicógrafo se servem dos exemplos como material ou como prova, como amostragem do discurso ou como artefato que representa a língua. Ao apresentar o desenho de um prato com arroz e feijão, *Comunicando com as Mãos* se serve da ilustração como artefato para representar o sinal ARROZ. Como a materialidade linguística da língua de sinais não é a fala, não é o som, não é a imagem acústica, não é a língua escrita, mas é a mão que articula o sinal, é o espaço no qual o sinal é realizado, a imagem visual, inscrita na sua historicidade, a ilustração do sinal representa essa língua sinalizada, pois possibilita visualizar o que está sendo representado.

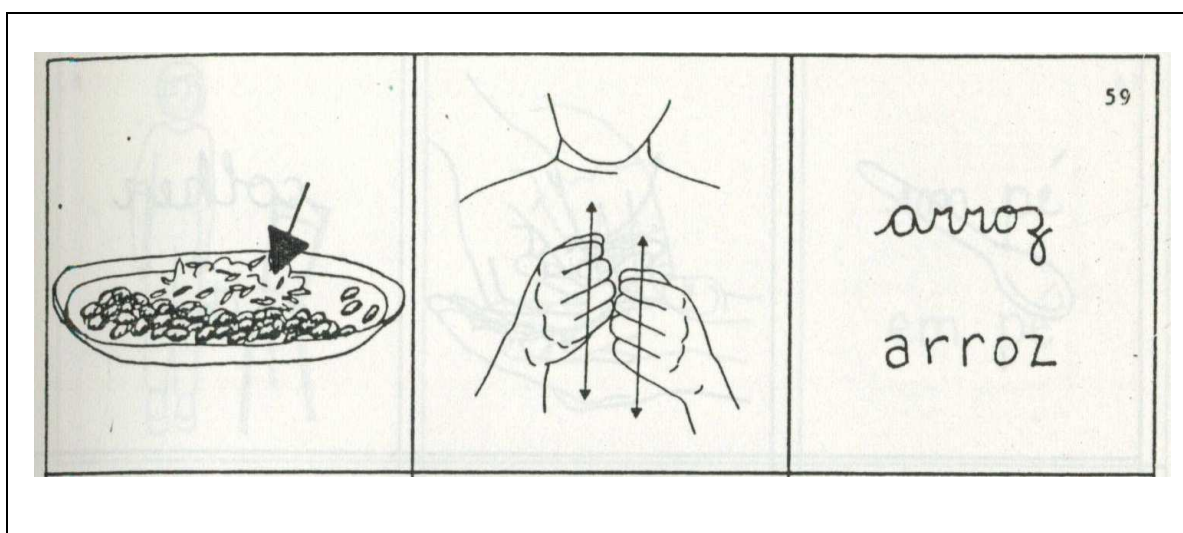


Figura 4.16: Verbete ARROZ
Fonte: Ensminger, 1987.

No dicionário *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira*, Capovilla et al. (2009, p. 51) apresenta

também ilustração do sinal, denominada como “ilustração do significado do sinal”. Este dicionário assinala que “como a maioria dos sinais representa significados mais abstratos, seu significado não é imediatamente aparente. Nesses casos, paradoxalmente, a clareza denotativa da ilustração pode ser ainda mais importante para a apreensão do significado do sinal”. Vejamos como o sinal PROCURAR é ilustrado nessa obra.



Figura 4.17: Verbetes PROCURAR
Fonte: Capovilla et al., 2009.

A ilustração dos sinais no dicionário de língua de sinais dá visibilidade à imagem de dicionário enquanto lugar em que a língua é transparente. Se o sinal é não-transparente, e o sentido não é evidente, a ilustração do sinal o é. O sentido do sinal, por meio da ilustração, está lá, pronto para ser apreendido, transparente. Nesses dicionários, cada verbete é lido em toda sua organização, não na sequência das ilustrações. Para o lexicógrafo, a leitura pode começar pela ilustração, na ilusão de que nesta, o sentido está lá. É o imaginário da transparência da imagem.

Ao assinalar que “a ilustração pode permitir à criança surda apreender diretamente o sentido ou significado do sinal sem depender da leitura do Português” (Capovilla et al., 2009, p. 49) o lexicógrafo cria a imagem de que o

dicionário é o lugar do “interdito da dúvida”, porque as ilustrações são a garantia de que o sentido é único, de que não pode haver outro. Reconhece-se que também nos dicionários de Libras é impossível que haja um sentido escondido nos sinais e nas ilustrações. Os sentidos não estão lá, prontos, evidentes, transparentes, somente à espera de uma captura. O leitor, aquele que não sabe ler em língua portuguesa, pode por exemplo olhar a ilustração (figura 4.17) e compreender que se está mostrando onde a caneta caiu, onde a esconderam, e não necessariamente alguém procurando uma caneta (veremos com mais detalhes a relação entre ilustrações iguais para verbetes diferentes no próximo capítulo). Nesse momento, é a ilusão referencial e o efeito da transparência em funcionamento na construção da imagem da ilustração. O português, nesse caso, funciona como “etiqueta” das coisas do mundo. Somente a ilustração permitiria ao leitor ir direto às coisas, sem passar pela “etiqueta”, pela língua portuguesa, ou sem passar pela formulação do sinal, pela escrita da língua de sinais.

A ilustração está sujeita a múltiplas leituras. A ilustração não é uma etiqueta do sinal e o sentido não é uma etiqueta de nenhum dos dois. Eles são históricos, opacos, não já existentes sempre e neles mesmos. Eles estão inscritos e determinados histórica e ideologicamente, assim como o sujeito lexicógrafo que os produziu. As ilustrações desses dicionários evidenciam que elas não significam por si, independentemente do sujeito lexicógrafo.

4.5 Sinais: Modo de definição - a discursividade religiosa nos dicionários

Dissemos que o dicionário de Flausino da Gama produziu uma discursividade escolar, determinada pela conjuntura e pelas condições de produção: em uma escola para surdos, na virada para a República, marcada pela necessidade de ter homens produtivos, homens que pudessem transformar uma Monarquia em um país republicano. Era necessário o trabalho dos surdos; era necessário contar com mão-de-obra, era necessário provar que uma escola para

surdos produzia mão-de-obra para o país. Surdo leitor, escritor, surdo que sabia trabalhar.

Os dicionários dessa série, no entanto, produzem uma discursividade religiosa. Os prefácios evidenciam que os dicionários foram produzidos para os padres, pastores e missionários aprenderem a língua de sinais com a finalidade de catequizar os surdos. Nota-se também que a distribuição dos sinais, as ilustrações, as fotos dos sinais nos dicionários, acrescidos de manual de catequese, resultam do discurso de catequese para evangelizar os surdos. Ao mesmo tempo que a língua deixa de ser proibida, que os estudos linguísticos sobre a língua de sinais (nos Estados Unidos, em 1960) procuram descrever, analisar e demonstrar o seu status linguístico, ela continua a ser objeto de interesse para a catequese.

Interessa destacar que cada um dos dicionários em estudo nesse capítulo tem ligação com uma organização religiosa, ou seja, com uma igreja:

- *Linguagem das Mãos* – Igreja Católica
- *Linguagem de Sinais do Brasil* – Igreja Luterana
- *Comunicando com as Mãos* – Igreja Batista
- *Linguagem de Sinais* – Igreja Testemunhas de Jeová.

Todos os dicionários têm um conjunto de sinais referentes ao tema religião, ora em capítulo no meio da obra, ora no fim. *Linguagem das Mãos* apresenta no capítulo oitavo um conjunto de 38 sinais; *Linguagem de Sinais*, em seu terceiro capítulo, disponibiliza 233 sinais; *Comunicando com as Mãos* elenca 40 sinais, na última parte da obra e *Linguagem de Sinais do Brasil* seleciona 33, dispostos em um capítulo especialmente para este fim.

Tomando o fio do discurso, cada dicionário mostra um certo sujeito surdo, um certo modo de evangelizar. Antes de publicar *Linguagem das Mãos*, o Pe. Eugênio Oates publicou, em 1961, o livro *No silêncio da fé: catequese e oração na linguagem das mãos*. É um livro composto pelas orações básicas da igreja católica como o pai-nosso, a ave-maria, o sinal da cruz, os dez mandamentos da lei de Deus, “especial para surdos” (contra-capá). *Linguagem*

das Mãos é a continuidade desse trabalho de catequese, agora voltado para o outro, para o ouvinte que precisa aprender a língua para evangelizar.

Em *Linguagem das Mãos*, o recurso utilizado para representar o sinal é a fotografia. E em todo o dicionário é a foto do Padre que é usada para mostrar o modo como se produz o sinal, tanto quanto no livro *No silêncio da fé*. Ao mesmo tempo que o dicionário faz circular uma imagem de surdo capaz de voltar a falar, atingindo o ideal de ÉFETA e superando a mudez, se aceitar a fé, a foto serve como repetição para fortalecer essa fé. Esta fé que deve chegar, pois este livro é oportuno para que os “rudimentos da fé cheguem até àqueles que só podem *ouvir* a mensagem pelos olhos, seja através das letras do texto, seja através *das imagens dos gestos*”²⁵. Vejamos:

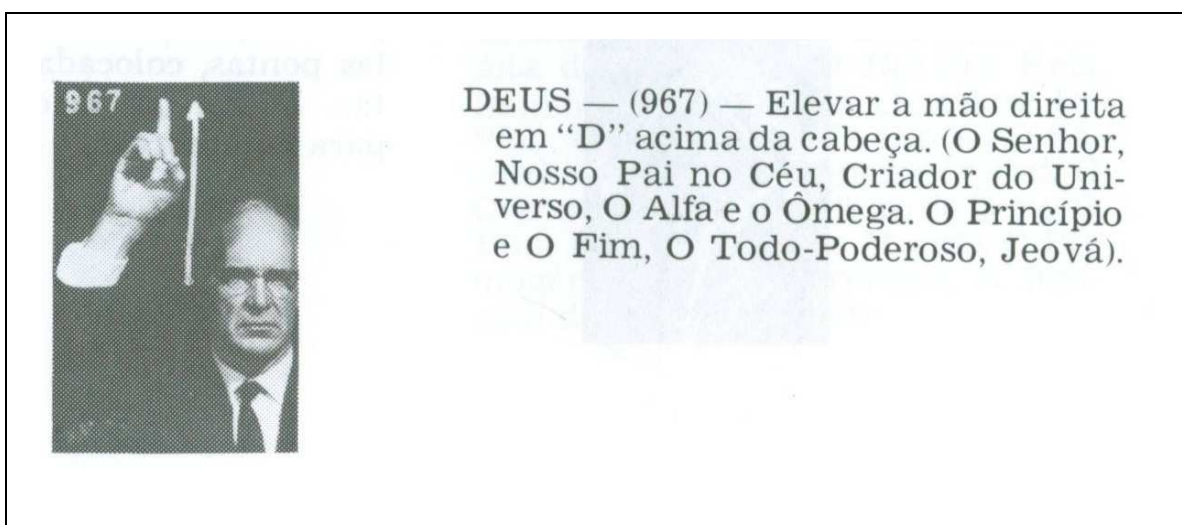


Figura 4.18: Verbete DEUS²⁶
Fonte: Oates, 1990.

No dicionário de Oates, a imagem dos gestos, os sinais, a foto do sinal, a foto do padre fazendo o sinal continua reverberando na formação religiosa do surdo. Essa mesma imagem do padre, só que em forma de desenho (conforme figura 4.19), do sinal desenhado, é retomada anos mais tarde, em *Linguagem de*

²⁵ Frei Martinho Penido Burnier, na apresentação do livro *No silêncio da fé* (grifos nossos).

²⁶ Esta mesma figura foi usada anteriormente para ilustrar o modo de organização do sinal/entrada.

Sinais do Brasil, especificamente para ilustrar os sinais referentes ao “Vocabulário de sinais de religião”. Esta obra se inscreve nessa história de formulações, do já-dito. É um dizer, aqui em forma de foto e imagem do sinal, que se inscreve no repetível histórico, e que por isso significa. É o discurso da fé, da igreja sendo retomado; é a memória lexicográfica, o sinal representado na foto cuja pessoa é o padre, sendo atualizada no dicionário da igreja luterana.

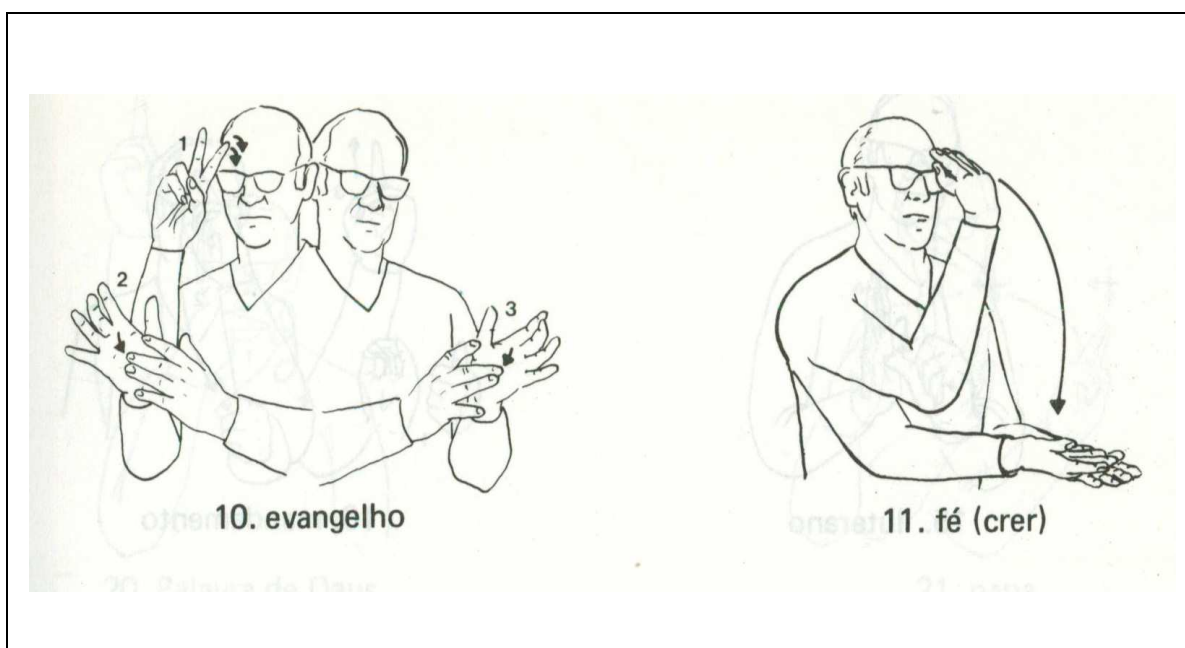


Figura 4.19: Verbetes EVANGELHO e FÉ (CRER)
Fonte: Hoemann; Oates; Hoemann, 1983.

Linguagem de Sinais do Brasil é produzido pela igreja Luterana. No entanto, para a composição da obra, participaram professores, padres, o ex-diretor do INES e pessoas ligadas à associação de pais e amigos de surdos, ou seja, pessoas ligadas a outras instituições. No capítulo da obra *O surdo começou a falar*, assinado pelo Padre Eugênio Oates, encontramos um conjunto de sinais que, mesmo distribuídos alfabeticamente, estão organizados por tema, intitulado “Vocabulário de sinais de religião”. Este vocabulário encontra-se destacado na obra, pois enquanto os outros 664 estão na quinta e última parte da obra, o

vocabulário de sinais de religião está na segunda parte, separado dos demais.

É a memória religiosa cristã sendo inserida também na organização do dicionário, evidenciada na segunda parte da obra, intitulada “Aplicações religiosas da linguagem de sinais do Brasil”. As formulações “este livro, também, reflete preocupações religiosas e interesses religiosos”, assim como “frequentemente os pais se sentem perdidos porque não sabem como ensinar a seus filhos surdos os hinos e orações que fazem parte de sua tradição religiosa” mostram que o interesse na produção da obra perpassa pelo ensinamento da religião, pela catequese do surdo.

Linguagem de Sinais, produção ligada às Testemunhas de Jeová, se inscreve também no discurso religioso, e procura dar visibilidade à iniciativa de evangelização dos surdos tanto pelo registro dos 233 sinais relacionados no capítulo “Assuntos bíblicos”, quanto pela presença de ilustrações feitas somente nesse capítulo. Alguns sinais como PREGAÇÃO, PARAÍSO, RESSURREIÇÃO, BATISMO são acompanhados de uma ilustração. O sinal PREGAÇÃO exemplifica essa organização. Como dissemos, a descrição do sinal, comum nesse conjunto de dicionários, não traz a definição do sinal. Observamos, contudo, que a ilustração do sinal produz o efeito da definição. São as Testemunhas de Jeová, de porta em porta, por todos os lugares do mundo, pregando. São pessoas idosas, crianças, jovens, como se estivessem lendo a bíblia, a revista e folhetos da organização. A primeira descrição do sinal “bater as palmas dos dedos direitos na palma da mão esquerda” caracteriza o bater palmas em frente a casa de alguém; mostra-se evidenciado na ilustração. Ao ilustrar com pessoas com a bíblia na mão, o dicionário dá visibilidade ao verbete pregação, pregar e testemunhar, anunciando, pois, a palavra de Deus. Todo este conjunto de formulações, juntamente com a ilustração, define o verbete PREGAÇÃO.



Figura 4.20: Verbetes PREGAÇÃO
 Fonte: STVBT, 1992.

Muitos sinais presentes na obra são relacionados com a prática religiosa dos Testemunhas de Jeová como os sinais: ASSINATURA DA DESPERTAI, BETEL, TRANSFUSÃO DE SANGUE. O sinal TRANSFUSÃO DE SANGUE, por exemplo, presente apenas neste dicionário, só faz sentido estar entre os sinais sobre assuntos bíblicos em função da prática religiosa dos Testemunhas de Jeová de recusarem-se a se submeter a tratamentos médicos ou cirúrgicos que incluam transfusões de sangue, a partir da leitura que fazem de passagens bíblicas (Livros de Gênesis, 9:3-4; Levítico, 17:10 e Atos 15:19-21).

Como todos os dicionários dessa série produzem um discurso religioso cristão, vejamos como alguns sinais são descritos, colocados em relação, são

retomados, modificados, acrescentados. Observemos os sinais IGREJA e ESPIRITO SANTO nos dicionários *Linguagem das Mãos*, *Linguagem de Sinais do Brasil* e *Comunicando com as Mãos*, respectivamente.

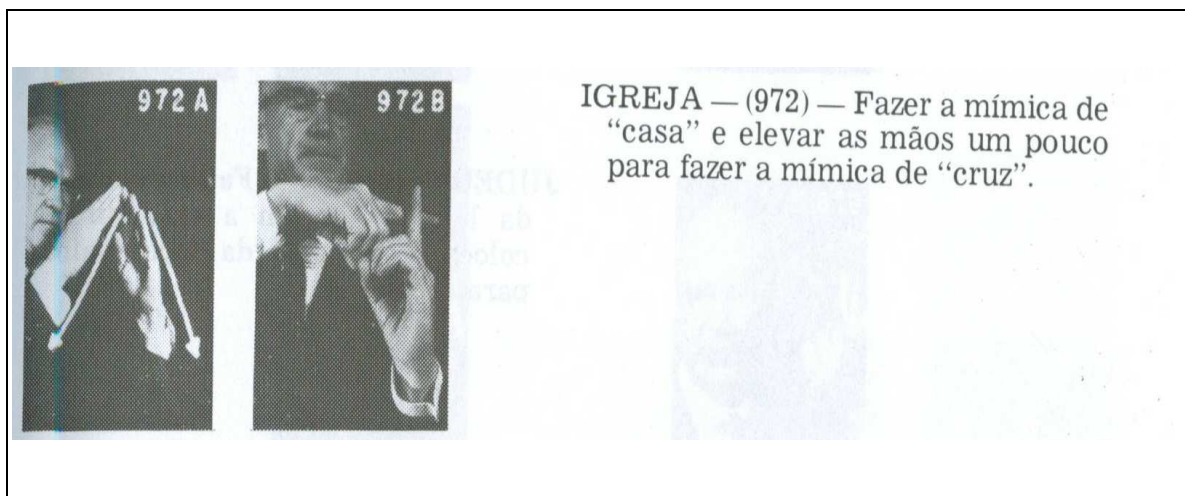


Figura 4.21: Verbete IGREJA
Fonte: Oates, 1990.

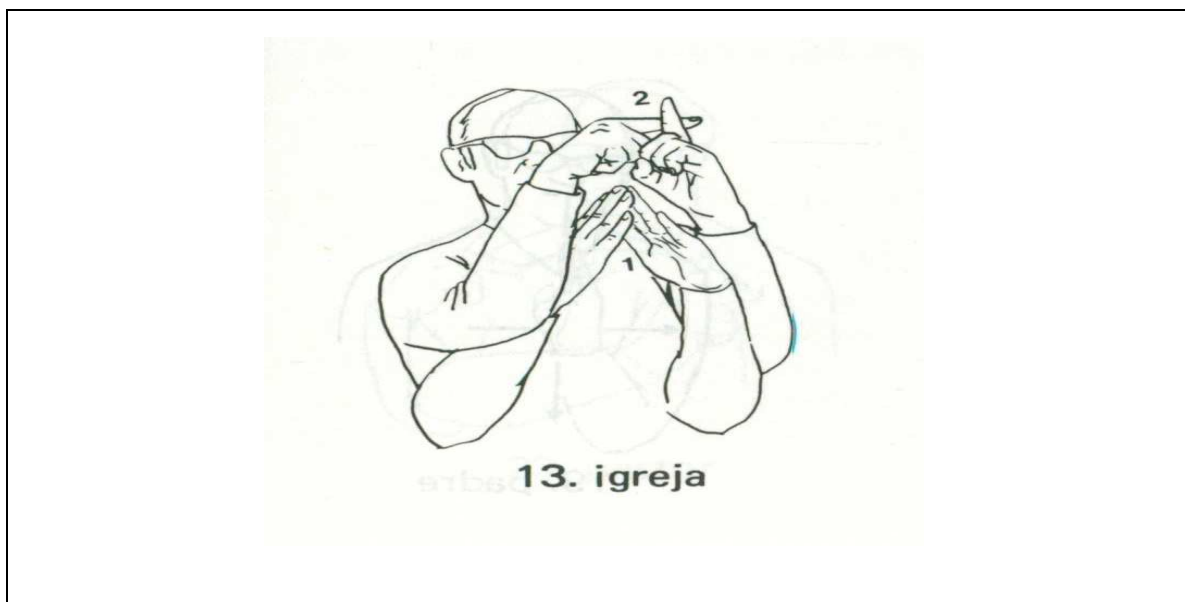


Figura 4.22: Verbete IGREJA
Fonte: Hoemann; Oates; Hoemann, 1983.

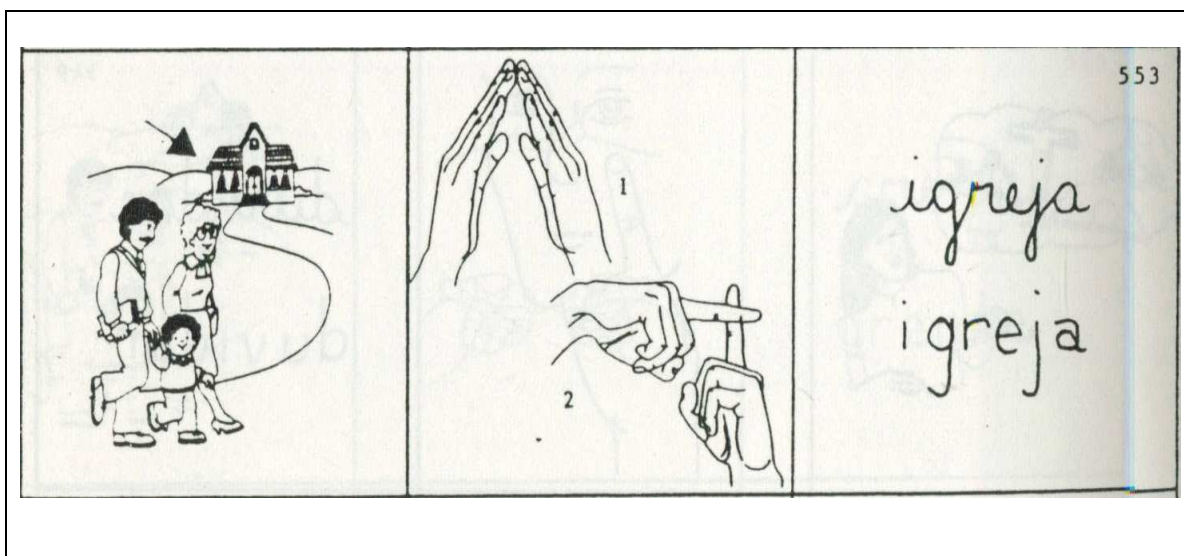


Figura 4.23: Verbete IGREJA
Fonte: Ensminger, 1987.

O sinal IGREJA é um sinal composto. Em Libras, as palavras ou sinais também podem ser formadas pelo processo de composição, isto é, pela adjunção de dois sinais simples (BRITO, 1995). O sinal igreja é composto pelos sinais CASA e CRUZ, sequencialmente. Para fazer igreja, Oates (1990) diz para “fazer a mímica de casa” e depois elevar as mãos e “fazer a mímica de cruz”. Como sinal-puxa-sinal²⁷, vejamos como esse autor descreve os dois sinais. Para sinalizar CASA: “mãos unidas pelas extremidades dos dedos, imitando telhado. Separá-las baixando-as para os lados em deslize” (ibidem, p. 97); para sinalizar CRUZ: “mãos em **D**, separadas palma a palma. Formar uma cruz com os indicadores” (ibidem, p.226).

Os outros dois dicionários não apresentam a descrição do sinal IGREJA em língua escrita (língua portuguesa). O sinal é descrito pelo desenho. Nele, tem a numeração (1 e 2) que indica a sequência de realização do sinal. Além disso, *Comunicando com as Mãos* apresenta também a ilustração do sinal.

²⁷ Parafraseando Mariza quando ela diz que palavra-puxa-palavra. SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES. Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.) E. P. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

Linguagem de Sinais não apresenta o sinal igreja, mas o sinal TEMPLO. Vejamos:



Figura 4.24: Verbete TEMPLO
Fonte: STVBT, 1992.

A descrição do sinal TEMPLO reescreve (Guimarães, 2000) a descrição do sinal CASA. Este dicionário, *Linguagem de Sinais*, descreve o sinal CASA da seguinte maneira: “mãos fechadas com os dedos unidos. Bater levemente as pontas dos dedos médio, indicador e anular, simulando um telhado (1992, p. 97).

Comparando os sinais Igreja e Templo, tanto na sinalização como na descrição, esse dicionário não apresenta o sinal que se refere a cruz. Nota-se pela descrição do sinal TEMPLO que a prática dos Testemunhas de Jeová, de não exporem nem imagens nem crucifixos, está inscrita no dicionário. O sinal CRUZ não faz parte do significado de templo.

A formulação do sinal ESPIRITO SANTO é idêntica nos três dicionários *Linguagem das Mãos*, *Comunicando com as Mãos* e *Linguagem de Sinais do Brasil*, respectivamente.

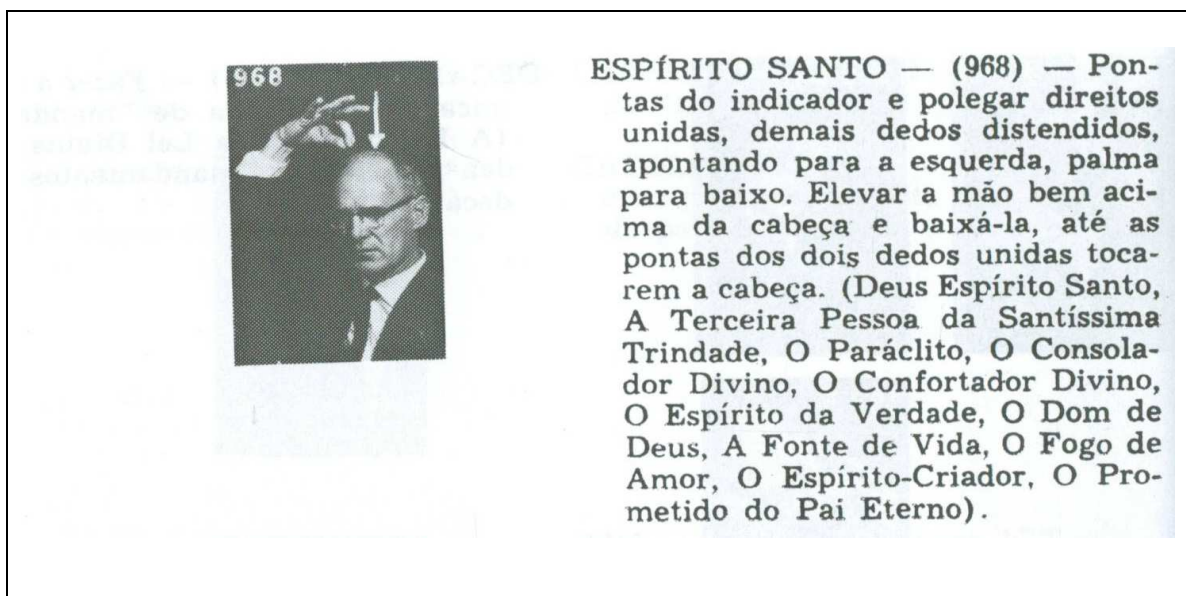


Figura 4.25: Verbete ESPÍRITO SANTO
Fonte: Oates, 1990.

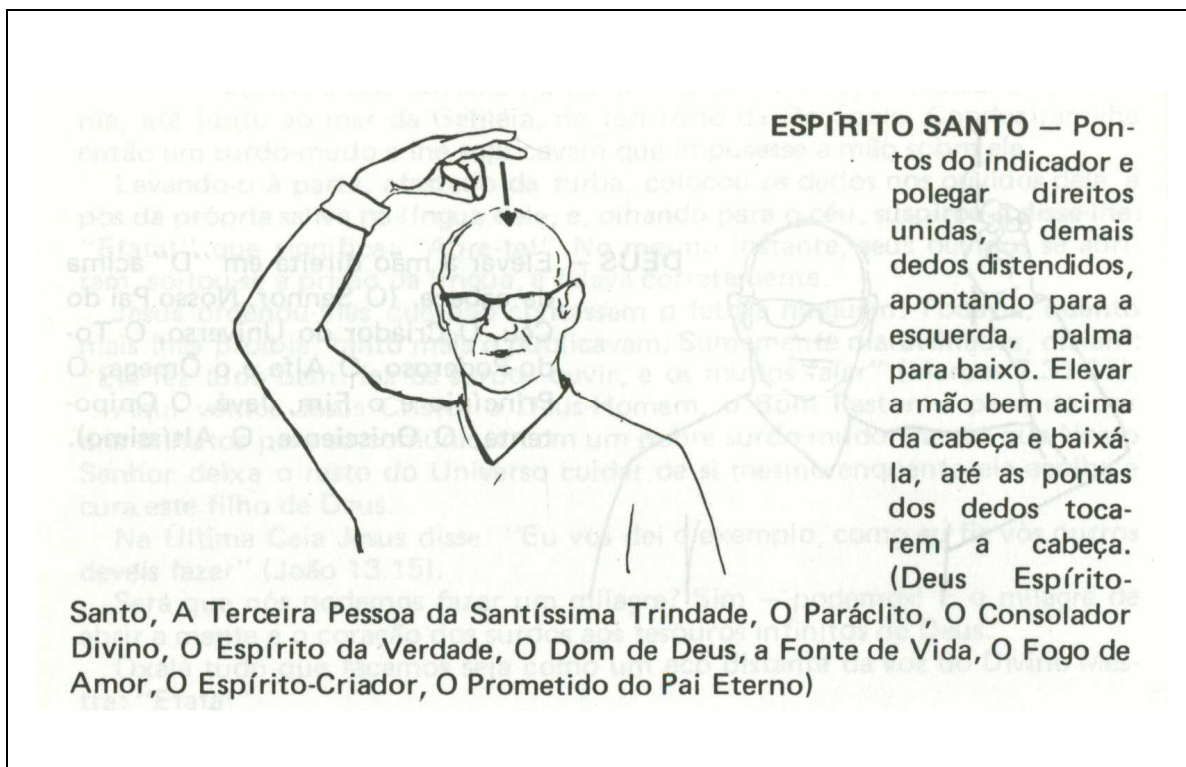


Figura 4.26: Verbete: ESPÍRITO SANTO
Fonte: Hoemann; Oates; Hoemann, 1983.

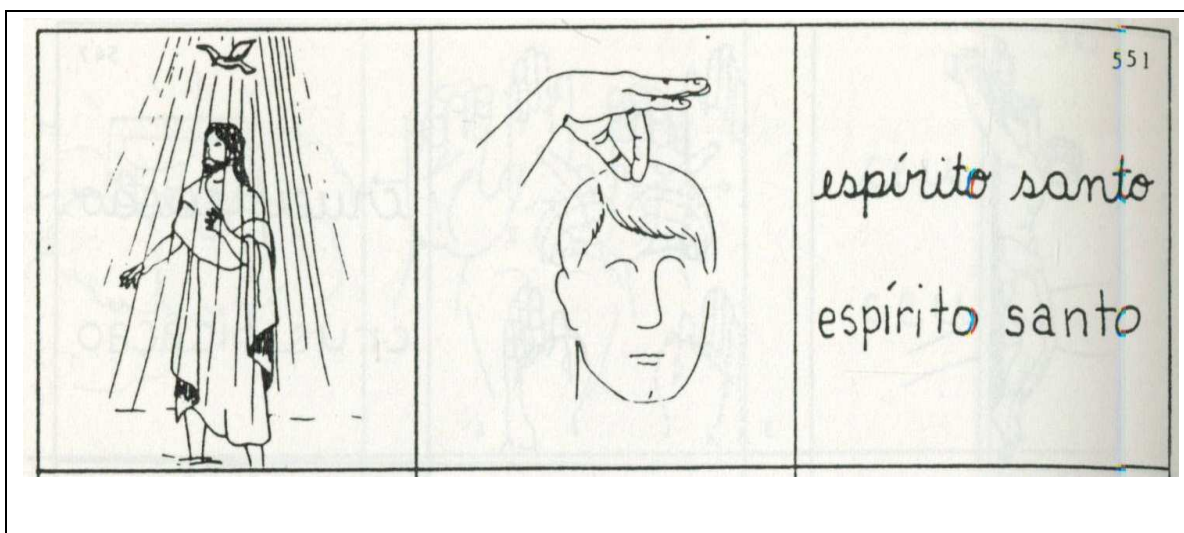


Figura 4.27: Verbete: ESPÍRITO SANTO
Fonte: Ensminger, 1987.

Comunicando com as Mãos não descreve o sinal. No entanto, o desenho dos dicionários *Comunicando com as Mãos* e *Linguagem de Sinais do Brasil* rememora o sinal do dicionário de Oates. O sinal ESPÍRITO SANTO nesses dicionários é formulado a partir de um sinal simples, a partir da noção de algo que pousa, que é colocado sobre a cabeça do homem, o “sopro criador de Deus (nos textos bíblicos)”, como definido no dicionário de língua portuguesa de A. Houaiss²⁸. Essa noção está representada na ilustração de *Comunicando com as Mãos*, criada pela igreja: o Espírito Santo desce sobre o homem em forma de pomba.

Em *Linguagem de Sinais*, o sinal ESPÍRITO SANTO é descrito como um sinal composto: o sinal ESPÍRITO e o sinal SANTO são realizados um por vez. E como sinal-puxa-sinal, buscamos os sinais ESPÍRITO e SANTO, respectivamente. Vejamos:

²⁸ HOUAISS, A. [et all]. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.



Figura 4.28: Verbete ESPIRITO
Fonte: STVBT, 1992.



Figura 4.29: Verbete SANTO
Fonte: STVBT, 1992.

Vimos que este sinal é diferente dos outros dicionários. Aqui, o sinal significa diferente. Seguindo a trilha do sinal que puxa sinal, buscamos nos outros dicionários alguma descrição que remetesse a formulação descrita em *Linguagem de Sinais*. Notamos, então, que *Linguagem de Sinais*, ao descrever ESPIRITO, reescreve o sinal ALMA, presente nos outros dicionários. É o sentido de alma enquanto “parte imaterial do homem, dotada de existência individual, e que existe após a morte do corpo” (Houaiss et alii 2009) que desliza para o sentido de

espírito. Não é pois o sentido de “sopro criador de Deus (nos textos bíblicos)”, aquela imagem da pomba que representa o espírito, para o cristão católico, que *Linguagem de Sinais* descreve.

O sinal SANTO também se inscreve em outra rede de sentidos. SANTO está relacionado à castidade, pureza, e não à santidade do espírito. O lexicógrafo, então, toma os sinais separadamente, faz significar como alma casta, pura, e não como algo que vem de Deus, como apregoa o catolicismo.

Isso mostra que os sinais e os sentidos são uma construção histórica, não são neutros. Eles carregam as tensões, as crenças, as diferenças e as relações entre os homens. O dicionário é produzido em determinadas condições sociais, históricas e, relativamente a esses dicionários de línguas de sinais, são também determinados pelas condições religiosas. Essa análise mostra também que “o saber linguístico é um produto histórico”, e “o dicionário é produto de práticas exercidas em determinadas conjunturas” (NUNES, 2006a, p.18).

Nos dicionários, chama-nos a atenção o modo como o lexicógrafo apresenta o sinal pelo fato de que ele apresenta uma descrição do modo como se realiza o sinal. É pela formulação dessa descrição juntamente com o modo como se organiza o verbete, através de fotos, desenhos, ilustrações, das setas que indicam o movimento, que o lexicógrafo define o sinal. O que se tem é um trabalho que se realiza levando-se em conta a ordem da língua, a materialidade linguística da língua de sinais, de modalidade viso-motora, para poder dizer os verbetes, sinalizando. A materialidade da língua de sinais leva o lexicógrafo a definir o verbete de um certo modo, por exemplo, a partir da sua relação com a língua, com os homens, com as instituições.

Do ponto de vista da nossa pesquisa, observamos que Oates (1990), ao apresentar o sinal/entrada através da foto e da descrição, produz um efeito de proximidade com o sujeito leitor, porque ele apresenta passo a passo o modo como deve ser realizado o sinal. Já o verbete do dicionário de Hoemann, Oates e Hoemann (1983) produz um efeito de distanciamento pela dificuldade na realização do sinal, porque os autores só apresentam a palavra escrita e o

desenho, e mesmo que nele se notem as setas indicando o movimento, não se descreve o modo como se deve realizar o sinal.

Esses dicionários, parecem-nos em um primeiro instante, não levar em conta a *Iconographia* de Flausino da Gama, uma vez que ele não foi sequer citado por nenhum dos autores. No entanto, muitos sinais registrados nos dicionários em estudo rememoram os sinais da obra de da Gama. A tabela, a seguir, mostra os sinais da obra deste autor que são retomados nos dicionários atuais.

Estampas	Relação dos sinais	Quantidade
Estampa 2: Alimentos, objectos de mesa	Carne, caça, ovo, guardanapo, colher, temperar	6
Estampa 3: Bebidas e objectos de mesa	Beber, Vinho	2
Estampa 4: Objectos para escrever	Caderno, lápis, pedra-negra (hoje, quadro-negro), giz	4
Estampa 5: Objectos da aula	Livro, espelho, cruz, compasso, relógio	5
Estampa 6: Individualidade e profissões	Criança, irmão/irmã, bispo	3
Estampa 7: Animaes	Bode, raposa, macaco, lebre (coelho), porco, gato. O sinal cavalo corresponde ao sinal caseiro	7
Estampa 8: Passaros, peixes e insectos ,	Águia, piolho, verme	3
Estampa 9: Adjectivos	Limpo, forte, surdo-mudo	3
Estampa 10: Adjectivos	Comprido, curto, alto, baixo, curvo, duro, vermelho	7
Estampa 11: Adjectivos (qualidades moraes)	Colérico, guloso	2
Estampa 12: Adjectivos	Orgulhoso, silencioso	2
Estampa 13: Pronomes, e os 3 tempos absolutos do indicativo	Eu, tu, nós, meu, este	5
Estampa 14: Verbos	Amar	1
Estampa 15: Verbos	Desejar (querer),dormir	2
Estampa 16: Verbos	Receber, ver	2
Estampa 17: Adverbios	Ano, pouco, também	3

Estampa 18: Preposições	Sobre, sob, com, entre, no fundo, em casa de	6
Estampa 19: Preposições e conjunções	Não tem nenhum sinal	0
Estampa 20: Interjeições e interrogações	Deus (da expressão Meu Deus)	1
		64 sinais

Tabela 6: Sinais da obra de Flausino que permanecem na atualidade.

Se, também, observarmos as marcas ou elementos constitutivos dos sinais como a configuração de mão ou o movimento que podem ser relacionados com os sinais das obras analisadas desse período, é possível depreender traços que estão incorporados aos sinais que circulam nos quatro dicionários analisados, tanto como nos dicionários publicados após o ano 2000. Para ilustrar, vejamos o verbete ONTEM. O verbete HONTEM, em *Iconographia dos Signaes dos Surdos-mudos* (1875) em relação ao verbete ONTEM, nos dicionários *Linguagem das Mãos* (1990) e no *Novo-Deit-Libras* (2009), mostra o que permanece e o que muda, o que é atualizado. A direção do movimento permanece. Muda a configuração de mão. Vejamos:

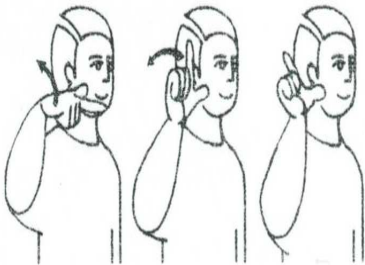
Hontem (1875)	Ontem (1990)	Ontem (2009)
		

Figura 4.30: Verbetes ONTEM
 Fonte: Gama, 1875; Oates, 1990; Capovilla et al., 2009.

Esses dicionários atualizam, como vemos, a memória do dicionário de Flausino da Gama.

O que se configura nesse período é a passagem institucional de produção dos dicionários, que sai do Instituto e vai para as igrejas, ou seja, para algumas organizações religiosas, a exemplo das Igrejas Católica, Batista, Luterana e Testemunhas de Jeová. Além de assumir o papel de evangelizar os surdos, evidenciado pela discursividade religiosa dos dicionários, os lexicógrafos prestaram um serviço à comunidade surda ao documentar a língua de sinais sinalizada no Brasil, e principalmente, apresentando a estrutura linguística dos sinais.

5 DICIONÁRIOS E FORMULAÇÃO: O FUNCIONAMENTO DA COMPOSIÇÃO MATERIAL

5.1 Sinais: Modo de organização e de definição

Collinot e Mazière (1997), no estudo sobre dicionário, consideram-no como objeto discursivo. Em 2008, Mazière propõe uma análise discursiva do enunciado definidor e, nesse estudo, a autora assinala que o enunciado definidor é “concebido como o lugar em que se constrói e se pode mostrar o como se diz de uma sociedade” (ibidem, p. 48). Ao analisar o modo de formulação das definições, pode-se observar variação na sua forma sintático-enunciativa e essa variação permite distinguir diferenças no discurso no dicionário, ou seja, essa variação faz sentido.

A definição no dicionário, tomada pelo viés discursivo, significa e produz efeitos de sentidos significativos. A partir das análises, a seguir, veremos como a variação sintática do enunciado produz sentido. Antes, porém, trataremos do modo de organização dos verbetes nos três dicionários para, em seguida, fazermos as análises das definições.

Neste capítulo, nossa atenção volta-se para a análise discursiva dos verbetes. Recortamos alguns verbetes da letra **P**, para analisar sua formulação e o discurso definidor, ou seja, analisar alguns elementos que constituem o *corpus*, como as entradas, as definições, os exemplos, a etimologia, a imagem, os temas, o vídeo, a organização espacial dos verbetes, ou seja, sua composição material. Os dicionários que tomamos para análise são: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira*, de 2001; o *Novo Deit – Libras, Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira*, reeditado em 2009 e o *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais*, de 2002 (versão eletrônica).

O *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Língua de Sinais*

Brasileira (2001) tem um aparato de onze textos: 1) *Dedicatória*; 2) *Agradecimentos*; 3) *Apresentação por Oliver Sacks, neurologista e escritor*; 4) *Apresentação pelo Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e pelo seu coordenador nacional de cursos de Língua de Sinais Brasileira*; 5) *Apresentação por Valerie Sutton, inventora de Sign Writing, do Deaf Action Committee*; 6) *Trechos da carta do neurologista Oliver Sacks sobre este dicionário e o sistema de comunicação em Libras para Surdos quadriplégicos elaborado a partir dele*; 7) *resumo* (em língua portuguesa e em língua inglesa); 8) *Prefácio*; um conjunto de três capítulos introdutórios, a saber: 9) *Como usar este Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue*; 10) *Alfabeto manual da Libras, números em Libras e formas de mão usadas em Libras* e 11) *Como ler e escrever os sinais da Libras: a escrita visual direta de sinais SignWriting*.

A segunda edição deste dicionário, com nova nomeação, *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira*, (2009), apresenta-se com sete textos: 1) *Apresentação à primeira edição*, por Oliver Sacks, neurologista e escritor; 2) *Dedicatória*; 3) *Apresentação do Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas*, pelos autores; 4) *Introdução do Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas – por um novo paradigma na dicionarização das línguas de sinais. E completa o aparato com capítulos introdutórios*: 5) *Como usar o Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas*; 6) *Alfabeto manual da Libras, números em Libras e formas de mão usadas em Libras* e 7) *Como ler e escrever os sinais da Libras: a escrita visual direta de sinais SignWriting*.

Cada dicionário apresenta um certo modo de organizar os verbetes, mas com muita semelhança entre eles. Como o *Novo-Deit: Libras* é uma reedição do *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue de Língua de Sinais Brasileira*

(2001), ele apresenta diferenças em relação ao primeiro, mas mantém vários elementos comuns: ilustração do sinal, definição do sinal, exemplo, descrição da forma do sinal. Difere especialmente porque acrescenta aos verbetes a soletração digital do sinal, a variação de uso do sinal, a etimologia e a iconicidade, elementos ausentes no dicionário de 2001.

O *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira* (2001, p. 39) apresenta o verbete com a seguinte estrutura: ilustração do significado do sinal + ilustração da forma (i.e., composição quirêmica²⁹) do sinal em estágios + escrita visual do sinal em *SignWriting* + verbetes do Português e do Inglês + classificação gramatical dos verbetes em Português + definição do significado representado pelo sinal e pelos verbetes do Português e do Inglês + exemplos + descrição da forma (i.e., composição quirêmica) do sinal. Como exemplos, trazemos os verbetes PAI e PRESIDÁRIO.

²⁹ Refere-se a todo o conjunto das unidades que formam os sinais. Nesse conjunto incluem o movimento, a configuração de mão, ponto de articulação, as setas e os estágios para a produção do sinal.

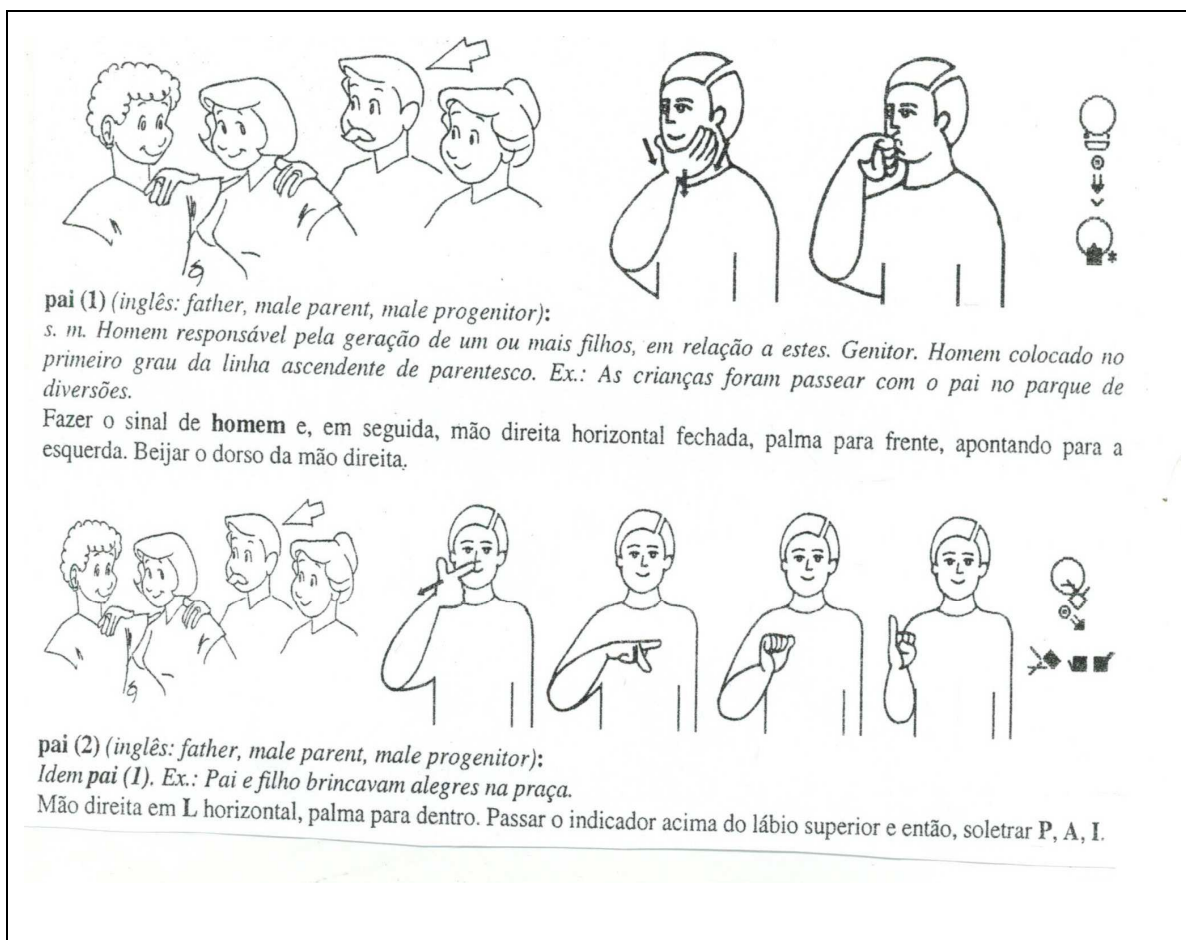


Figura 5.1: Verbetes PAI
 Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

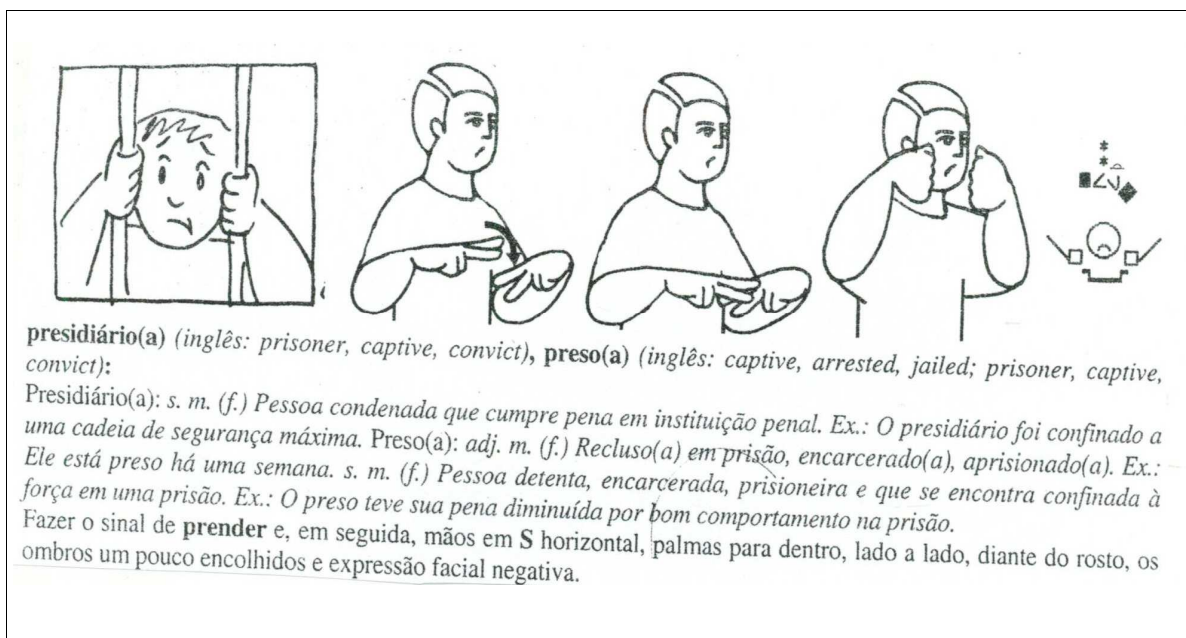


Figura 5.2: Verbetes PRESIDÁRIO
Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

Nota-se, inicialmente, uma sequência dos aspectos visuais do verbete, ou seja, a ilustração do sinal, a ilustração da forma do sinal e a escrita em *SignWriting*. Esses três aspectos compõem o campo visual do verbete, nesse dicionário. É o que, principalmente, torna esta obra um dicionário de língua de sinais.

Como havíamos visto, segundo Capovilla, Raphael e Luz (2001, 39) a ilustração do significado do sinal “permite à criança apreender diretamente o sentido do sinal sem depender do Português, o que facilita a sua memorização e o seu uso”. Nas duas figuras acima, as primeiras ilustrações dos sinais pretendem atender ao postulado pelos autores, tornando possível a apreensão do sentido do sinal ao ilustrarem a figura do homem representando o pai, por meio de uma seta, no verbete PAI, e a de um homem atrás das grades, no verbete PRESIDÁRIO.

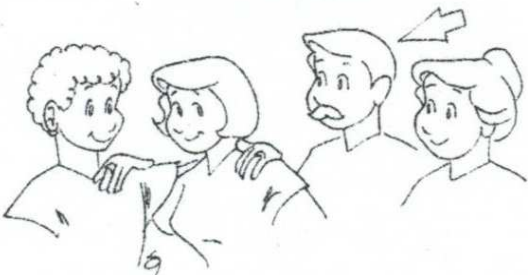
Verbetes PAI	Verbetes PRESIDÁRIO
	

Figura 5.3: Ilustração do significado do sinal
Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

Nos dois verbetes, PAI e PRESIDÁRIO, a segunda ilustração refere-se à sequência de realização do sinal, isto é, a ilustração da forma do sinal em estágios. Observemos:

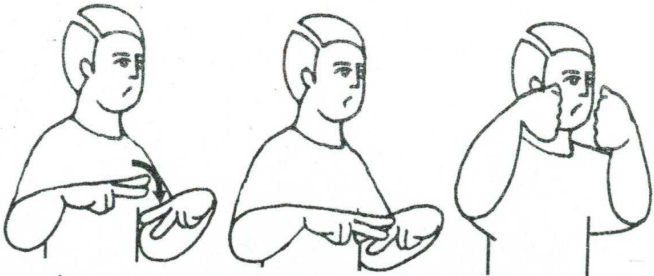
Verbetes PAI	Verbetes PRESIDÁRIO
	

Figura 5.4: Ilustração da forma do sinal em estágios.
Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

Para sinalizar PRESIDÁRIO, é necessário antes fazer o sinal de

prender. No entanto, este sinal não está descrito neste verbete, está somente ilustrado; são as duas primeiras ilustrações, da direita para a esquerda. A terceira ilustração completa o sinal PRESIDÁRIO – alguém em uma cadeia. E é essa ilustração que está descrita no final do verbete: “[...] e, em seguida, mãos em **S** horizontal, lado a lado, diante do rosto, os ombros um pouco encolhidos e expressão facial negativa”. A primeira parte do sinal, em que o lexicógrafo orienta “fazer o sinal de **prender**” não está descrita neste verbete. Para fazê-lo, o leitor precisa procurar o verbete **prender**.

Observamos que esse enunciado: “fazer o sinal de [...]” é uma marca de regularidade no dicionário de 2001. Observemos novamente o sinal PAI (figura 5.2) e, em seguida, um outro sinal, PADRASTO:

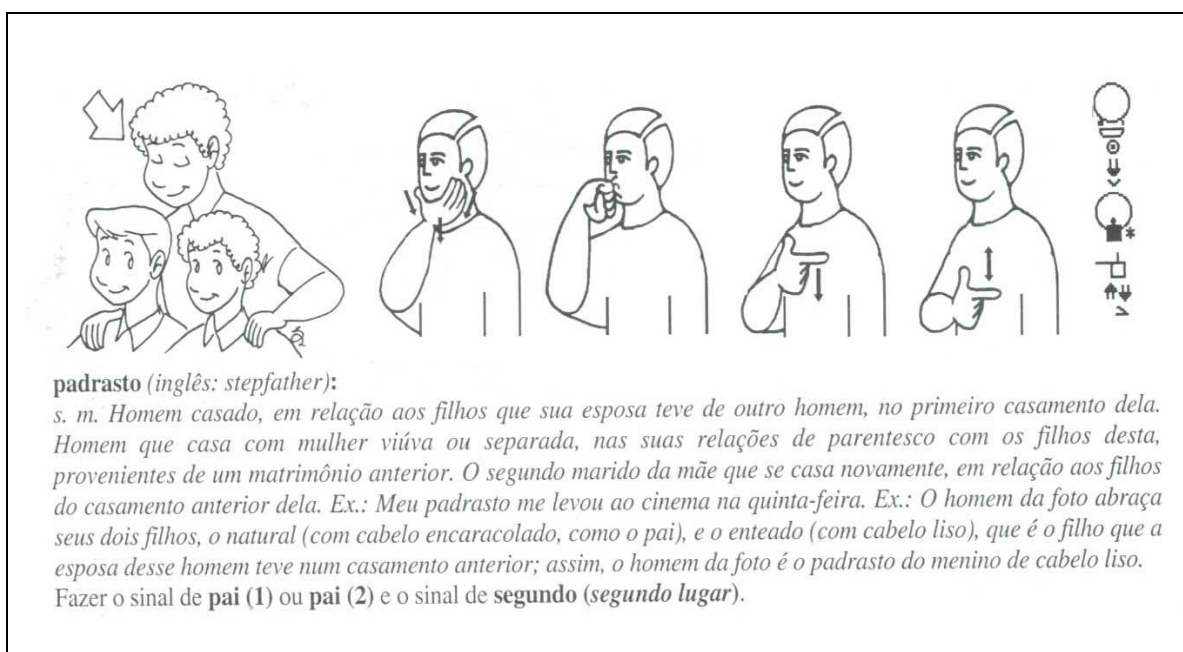


Figura 5.5: Verbo PADRASTO
 Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

Essa regularidade presente nesse dicionário “fazer o sinal de [...]” mostra uma imagem de leitor: uma pessoa proficiente em Libras, que já sabe o sinal a ser feito, sem precisar retornar ou buscar o sinal para saber as etapas de

realização do sinal, no caso, os sinais HOMEM, PRENDER, PAI. Parece-nos também que essa regularidade provoca uma certa discrepância entre o que está ilustrado na forma do sinal e a descrição do sinal. A ilustração da forma do sinal mostra a sequência do sinal: o sinal de homem mais o restante do sinal sendo realizado para formular o sinal PAI. No entanto, na descrição, diz somente para fazer o sinal HOMEM, mas não descreve como fazê-lo, conforme ilustração da primeira coluna. Já a descrição “mão direita horizontal fechada, palma para a frente, apontando para a esquerda. Beijar o dorso da mão direita”, está representada no sinal da segunda coluna. Vejamos:



Figura 5.6: Sequência de realização do sinal PAI
Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

Nesse dicionário, o lexicógrafo cria a imagem de um leitor que sabe realizar o sinal de homem, ao ler a instrução: “fazer o sinal de homem”. A ilustração do verbete pai mostra esse sujeito leitor imaginariamente criado pelo lexicógrafo. Um leitor proficiente em Libras.

Como o lexicógrafo apresenta todas as ilustrações da forma do sinal, inclusive relacionada àquela que não está descrita, o leitor pode entender que as

ilustrações se referem ao sinal como um todo e que, portanto, não precisa saber detalhadamente a descrição do sinal. Então, juntando-se as duas ilustrações, o leitor formula o sinal PAI.

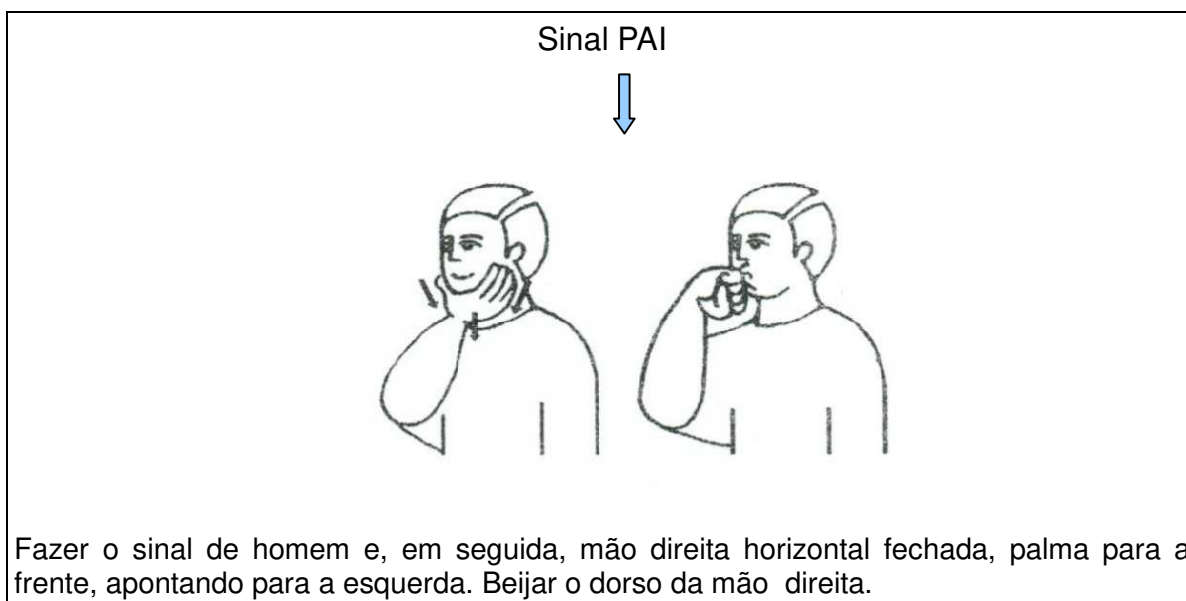


Figura 5.7: Ilustrações que formam o sinal PAI
Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

A terceira imagem refere-se à escrita visual da Libras³⁰, ou seja, o *SignWriting*, denominação dada ao sistema de escrita visual de sinais. As línguas de sinais, até pouco tempo, não tinham nenhuma forma de escrita. Eram conhecidas como línguas ágrafas. No entanto, a escrita da língua de sinais começou a receber atenção desde 1988, na Califórnia e, desde 1996, aqui no Brasil.

A escrita da língua de sinais, segundo Stumpf:

utiliza símbolos visuais para representar as configurações de mão, os movimentos, as expressões faciais e os movimentos do corpo das línguas de sinais. Este “alfabeto” - uma lista de símbolos visualmente delineados – é utilizado para escrever movimentos de

³⁰ Não vou tratar deste aspecto nesta tese. Somente apresento o conceito e um exemplo, porque o Novo-Deit Libras apresenta a escrita visual como um dos elementos do verbete.

qualquer língua de sinais no mundo (sem data/p. 6).

O *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira* (2001) apresenta, pela primeira vez, a escrita da Libras em uma obra dicionarística. A título de exemplo, apresentamos abaixo a escrita do sinal PAI, de três modos diferentes. Como há três modos para sinalizar PAI, escreve-se o sinal também de três formas diferentes.

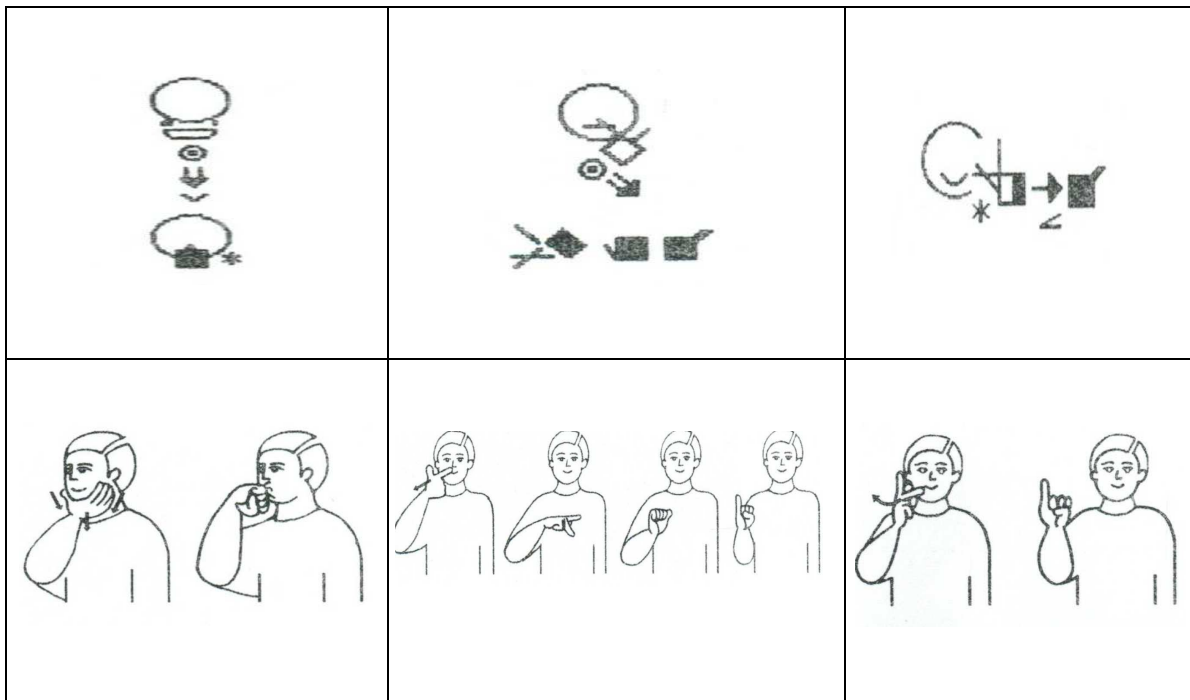


Figura 5.8: Escrita do sinal PAI
Fonte: Capovilla et al. 2009

Após estas partes do verbete que caracterizam a entrada na língua de sinais do Brasil, em função das ilustrações que constituem os verbetes, o lexicógrafo introduz os outros elementos do verbete, em língua portuguesa escrita. Assim, o lexicógrafo expõe o verbete sob dois modos: o da língua de sinais e o da língua portuguesa. A língua de sinais está no começo e no final do verbete, por meio das ilustrações, da escrita em *signwriting* e da descrição da forma do sinal.

Os elementos descritos a partir da língua portuguesa encontram-se no meio do verbete. Para melhor visualizar o modo de organização do verbete, separamos os dados concernentes à língua de sinais e à língua portuguesa.

- Informações do verbete em língua de sinais:

a) Verbetes: PAI

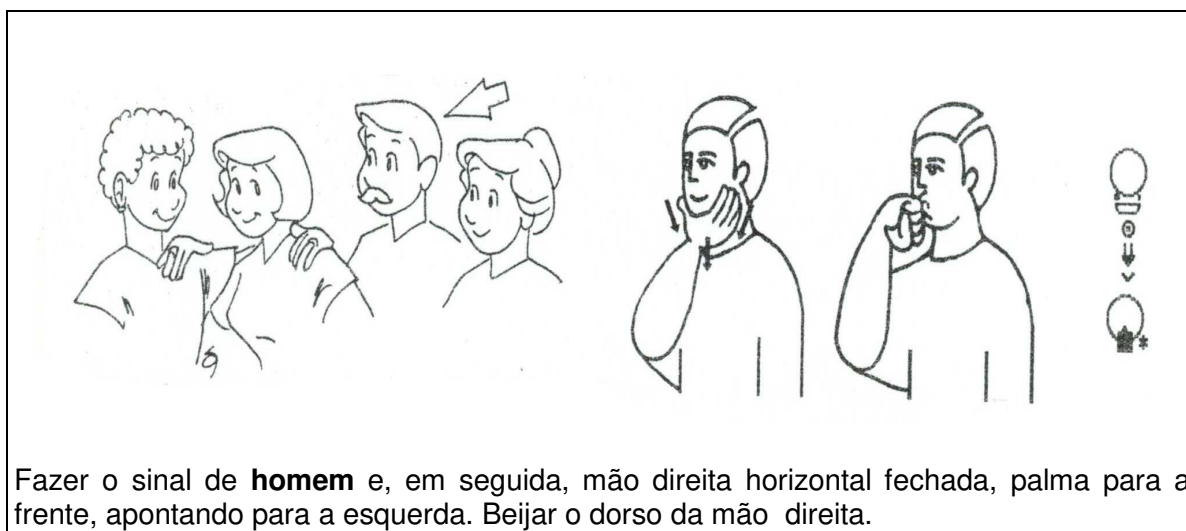


Figura 5.9: Informações do verbete PAI em língua de sinais
Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

b) Verbetes: PRESIDÁRIO



Figura 5.10: Informações do verbete PRESIDÁRIO em língua de sinais
Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

- Informações do verbete em língua portuguesa:

a) Verbetes: PAI:

pai (*inglês: father, male parent, male progenitor*):
s.m. Homem responsável pela geração de um ou mais filhos, em relação a estes. Genitor. Homem colocado no primeiro grau da linha ascendente de parentesco. Ex.: As crianças foram passear com o pai no parque de diversões (p. 994).

b) Verbetes: PRESIDÁRIO

presidiário(a) (*inglês: prisoner, captive, convict*), **(preso(a))** (*inglês: captive, arrested, jailed; prisoner, captive, convict*):
Presidiário(a): s.m.(f.) pessoa condenada que cumpre pena em instituição penal. Ex.: O presidiário foi confinado a uma cadeia de segurança máxima. Preso(a): adj. m. (f.) Recluso(a) em prisão, encarcerado(a), aprisionado(a). Ex.: Ele está preso há uma semana. s.m.(f.) Pessoa detenta, encarcerada, prisioneira e que se encontra confinada à força em uma prisão. Ex.: O preso teve sua pena diminuída por bom comportamento na prisão (p. 1078).

A cada verbete escrito em língua portuguesa, o lexicógrafo aponta o correspondente em inglês. E seguem-se: a classificação gramatical, a definição e os exemplos.

Temos, então, um dicionário em que há a possibilidade de procurar informações diferentes. Alguém pode querer saber somente as definições de pai e de presidiário e não o modo de formulação desses verbetes na língua de sinais. Ou procurar somente o modo de realização dos sinais PAI e PRESIDÁRIO, sem, no entanto, saber as suas definições. Se por um lado, serve ao leitor ouvinte na aprendizagem da língua de sinais, por outro, o leitor surdo beneficia-se na aprendizagem de duas línguas, a língua portuguesa e a de sinais, principalmente para o surdo que ainda não conhece muito bem a língua de sinais.

O Novo-Deit: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira* (2009, p. 46) apresenta o verbete com a seguinte estrutura: soletração digital do verbete + ilustração do significado do sinal e dos verbetes a ele associados em português e inglês + ilustração da forma (i.e., composição quirêmica) do sinal em estágios + escrita visual do sinal em *SignWriting* + verbetes do português e do inglês que correspondem ao sinal + escopo de validade do sinal

+ classificação gramatical dos verbetes em português + definição do significado representado pelo sinal e pelos verbetes do português e do inglês + exemplos + descrição da forma (i.e., composição quirêmica) do sinal. Vejamos os verbetes PAI e PRESIDÁRIO nesse dicionário com os acréscimos em relação aos mesmos verbetes, no dicionário de 2001 (nas figuras 5.1 e 5.2, neste capítulo).

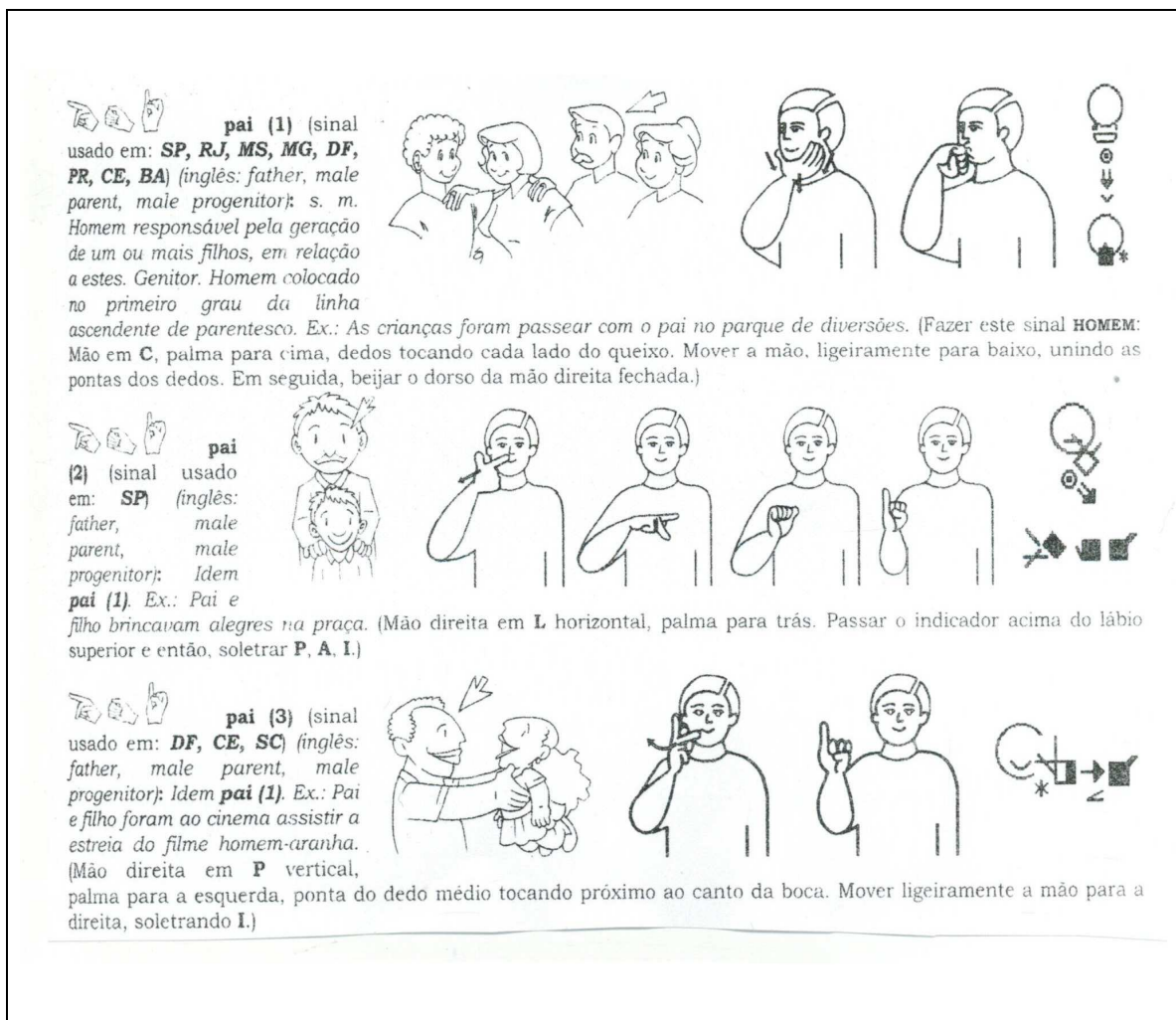


Figura 5.11: Verbetes PAI
Fonte: Capovilla et al. 2009

manual. Além de a palavra ter um sinal que a representa, ela pode ser soletrada por meio do alfabeto manual:

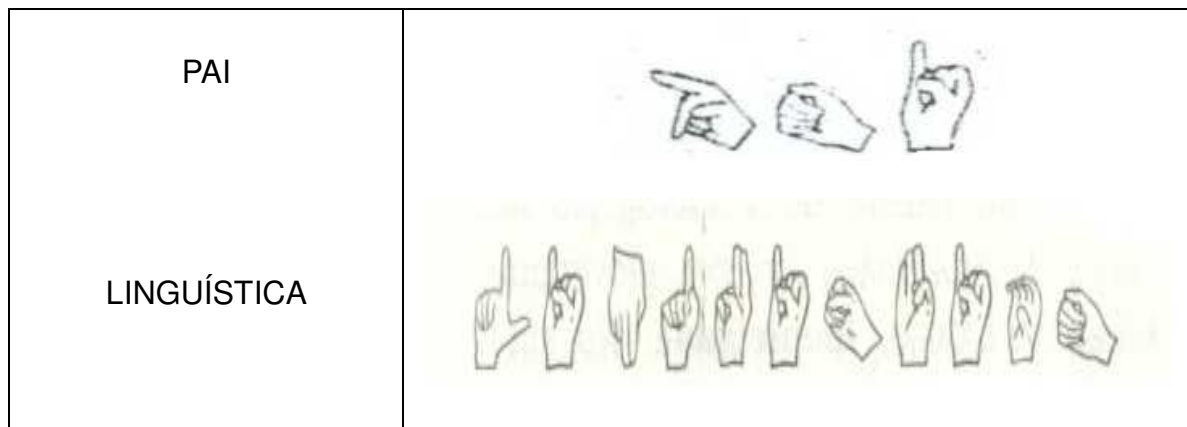


Figura 5.13: Soletração digital das palavras pai e lingüística.
Fonte: Capovilla et al. 2009

O alfabeto datilológico, usado para transpor, converter, transliterar, soletrar as palavras da língua portuguesa para o espaço visual, de forma a torná-las legíveis e visíveis para o surdo, também faz parte do processo de formação do léxico da Língua Brasileira de Sinais (BRITO, s/d). Há pouco tempo, a Libras não tinha um sinal para o conceito linguística e o sinal só foi criado à medida que os próprios surdos foram se interessando pela área, entendendo o que se faz em linguística e o que ela significa. Segundo essa autora

O sinal LINGUÍSTICA não é soletração da palavra em português, porém, tem um vestígio de empréstimo porque a configuração de mão escolhida é L (apenas os dedos polegar e indicador estendidos), uma configuração própria da Libras, porém, que costuma representar a letra “L” no alfabeto manual (Brito, s/d).

Vejamos a realização do sinal:

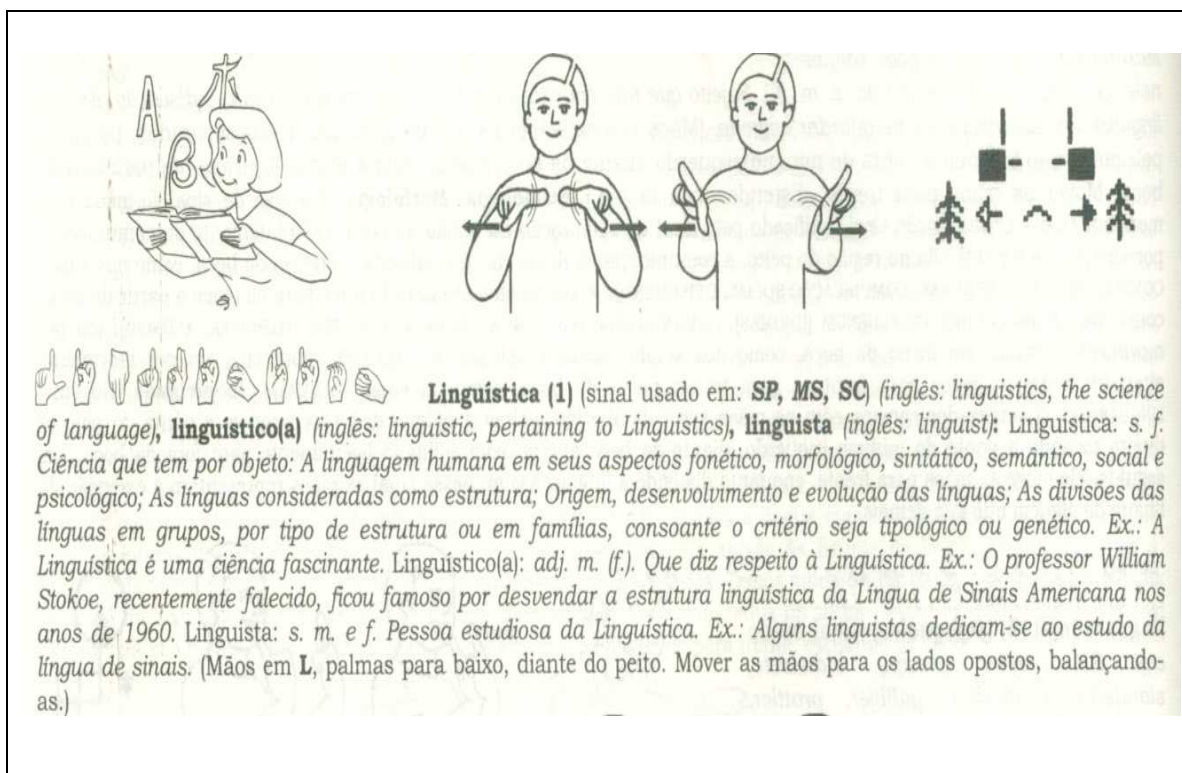


Figura 5.14: Verbetes LINGUISTICA
Fonte: Capovilla et al. 2009

Vimos, então, que o alfabeto manual se confunde com as configurações de mão³¹, porque no quadro das 46 configurações propostas por Brito (1995), muitas destas se assemelham com as letras do alfabeto. As configurações [B₀], [A], [G], [G_d], [V], [F_f], [F_t], [L], por exemplo, são as mesmas configurações de mão que representam as letras do alfabeto.

Muitos sinais inicializam com a configuração de mão em B, V, P, L etc., como o sinal LINGUISTICA. É um sinal que articula uma determinada configuração de mão e não uma letra do alfabeto manual. Essa é uma diferença importante, principalmente, porque o sinal inicializa com uma determinada CM e lhe são acrescentadas a direção, a locação, o movimento. Ao mesmo tempo em que se distancia da palavra da língua falada, pelo modo de realização do sinal, atualiza a memória da língua portuguesa, pela formulação do sinal, articulando a letra **L** do

³¹ Quadro das configurações de mão está na página 51 desta tese.

alfabeto do português.

Em relação às ilustrações, o *Novo Deit: Libras* acrescenta elementos. Ao lado da primeira ilustração – de um homem atrás de uma grade – acrescentou-se uma ilustração: um prédio, com janelas grandes, e um soldado armado em um posto no alto do prédio, a vigiar. Acrescentar e trocar algumas ilustrações são aspectos que nos interessam, visto que o lexicógrafo destaca que a ilustração “permite à criança apreender diretamente o sentido do sinal sem depender do Português, o que facilita a sua memorização e o seu uso”. Então, por que o acréscimo de ilustração, por que a troca da ilustração para o mesmo sinal? Por que há repetição de uma mesma ilustração para sinais diferentes? O sentido foi outro, não o esperado pelo lexicógrafo? Outro sentido foi “apreendido”? Para a entrada PAI, conforme observamos, comparativamente, nas figuras 5.1 e 5.11, o lexicógrafo manteve a ilustração do primeiro verbete PAI (1), alterou a ilustração do segundo verbete PAI (2) e elaborou uma diferente para o terceiro - PAI (3). Isso mostra a necessidade de ampliação da obra, de um querer dizer mais para mostrar uma obra mais completa, de tentar fazer com que, nesse dizer mais, o sentido seja de fato apreendido pela criança, ao visualizar diferentes ilustrações representando o pai.

Além do acréscimo de algumas ilustrações, o lexicógrafo trocou, modificou completamente ilustrações de alguns verbetes/sinais. Observemos os verbetes PASSEATA e POBRE nos dois dicionários.



Figura 5.15: Verbetes PASSEATA
 Fonte: Capovilla; Raphael, 2001

Na primeira edição, o lexicógrafo ilustra o sinal PASSEATA com imagem de operários, metalúrgicos. A ilustração não mostra a multidão, não mostra pessoas em marcha. São três homens, mal-humorados, de braços cruzados. Não há indícios de movimento, mas de uma situação em que o trabalhador, o operário, o metalúrgico está parado. O sentido da ilustração não é totalmente livre, não é simplesmente dizer que na ilustração tem três homens que estão inocentemente parados, independente das condições históricas, nem é completamente obscuro, ininteligível e, portanto, incapaz de se deslocar da imagem dos três homens trabalhadores. Essa ilustração está inscrita num já-dito, que determina o dizer. Se estão em passeata, é porque não estão trabalhando, estão fora dos portões das fábricas, das empresas e, portanto, estão parados. Assim como a ilustração mostra: trabalhadores parados.

Ao relacionar a ilustração do sinal com a definição do verbete “tipo de protesto feito em forma de marcha coletiva, que objetiva a reivindicação de algo”, o leitor poderá notar que a ilustração diz o que o enunciado definidor não diz, ou seja, são dizeres diferentes. O enunciado definidor está em relação com o dizer da descrição do sinal (sua composição quirêmica), em que na descrição do sinal

realiza-se o movimento de levantar os braços para cima e para frente e não o de cruzar os braços. Esta ilustração, especialmente, nos leva a refletir sobre os efeitos de sentidos que ela produz. Como os sentidos não são transparentes e nem fixados às palavras, assim também os consideramos em relação às ilustrações dos dicionários em análise. A ilustração do sinal PASSEATA significa ao se levar em conta um determinado contexto sócio-histórico-ideológico. Se o trabalhador não está trabalhando, ele está parado. O sentido do sinal PASSEATA vem sendo definido não só pela definição do verbete, mas também pela ilustração.

Já em 2009, vejamos como o *Novo Deit-Libras* apresenta a ilustração do verbete PASSEATA:

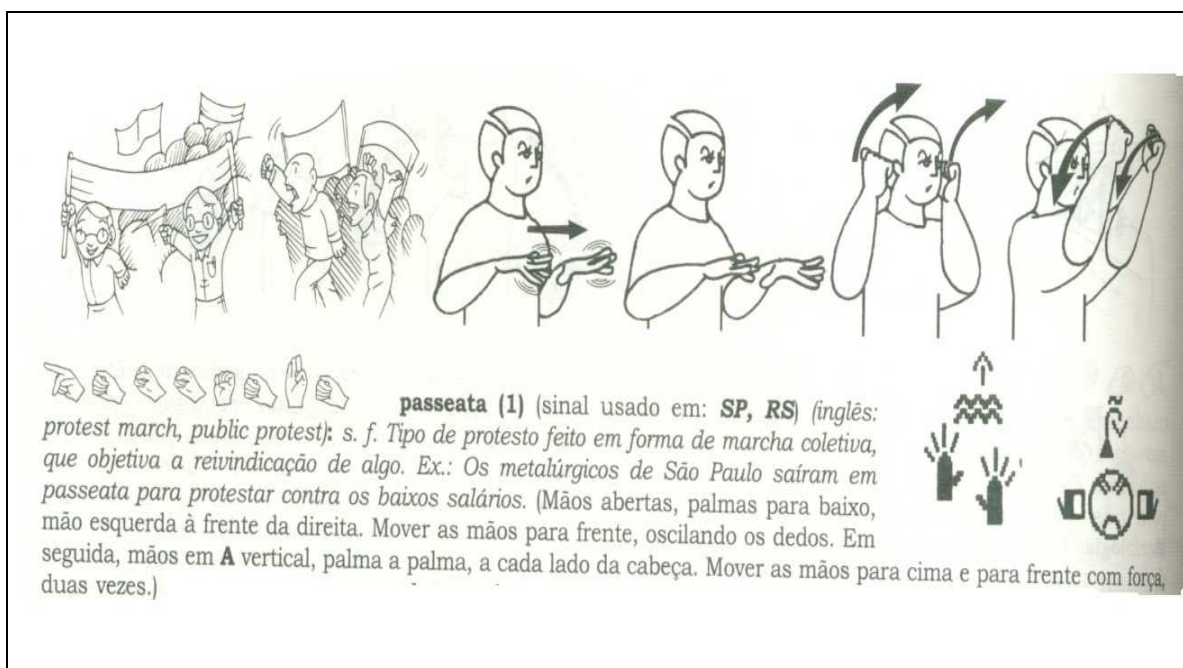


Figura 5.16: Verboete PASSEATA
Fonte: Capovilla et al. 2009

É uma outra ilustração. Agora, são pessoas em marcha, com faixas, cartazes, com os punhos cerrados. É um outro sentido que a ilustração define. Um conjunto de pessoas, uma coletividade reivindicando algo. É o direito a protestar por algo com o qual não concordam, a reivindicar por algo de que precisam. É um

sentido que se opõe ao produzido pela imagem de ficar de braços cruzados. Essa última ilustração inscreve sentidos de poder dizer, de poder reivindicar, de poder sair às ruas, de se manifestar, sentidos esses que não encontramos na primeira ilustração.

Na edição de 2001, o sinal POBRE traz a ilustração de um homem mostrando os bolsos vazios, vestido com roupas remendadas e em frente a uma casa precária. Na edição de 2009, a ilustração mostra uma mulher com uma criança ao colo, perambulando pelas ruas de uma cidade. Observemos:

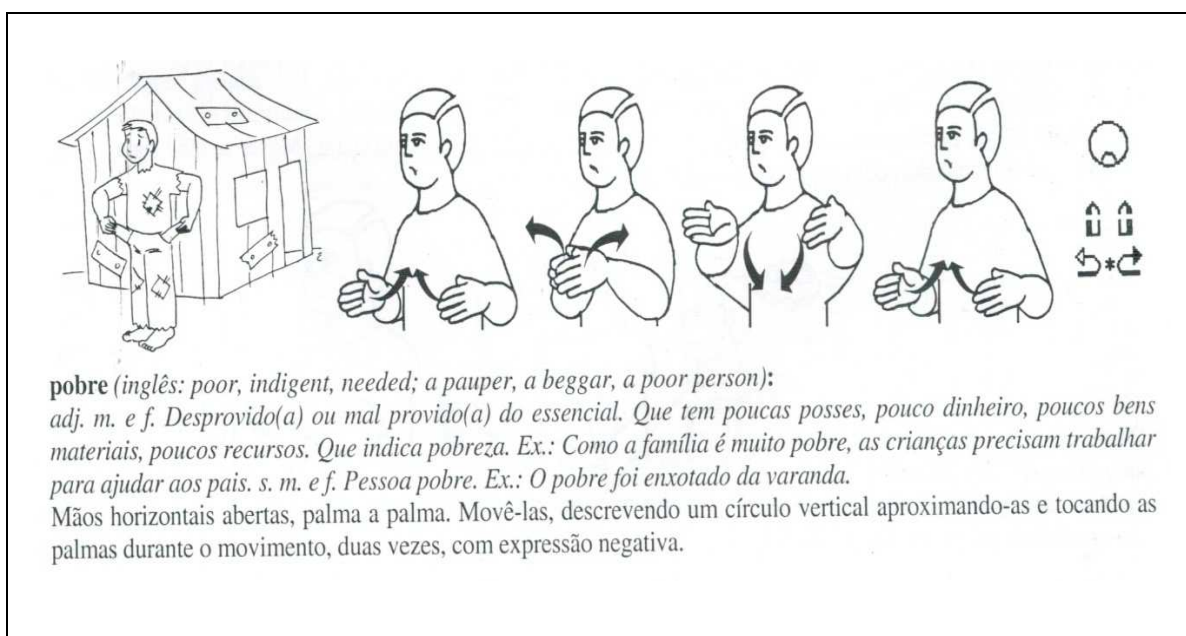


Figura 5.17: Verbete POBRE
 Fonte: Capovilla; Raphael, 2001.

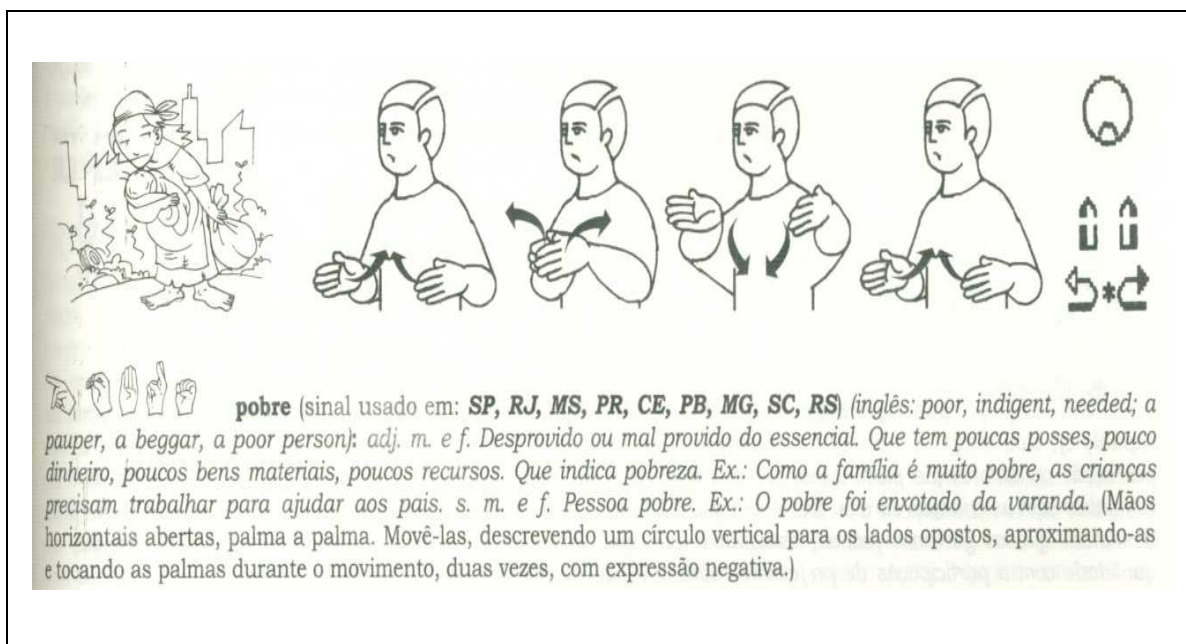


Figura 5.18: Verbetes POBRE
Fonte: Capovilla et al. 2009

São ilustrações que estão em uma mesma discursividade, a de uma falta. Na primeira ilustração falta dinheiro, mas não falta uma casa, mesmo que seja de madeira. Na segunda, não só falta um pouco ou que tem poucos bens, pouco dinheiro; é a falta mesmo. É a falta de uma casa, falta de dinheiro, falta de condições para viver em uma cidade. O sentido de pobre varia. Porque a falta não é igual. Mas o sentido de pobre em um dicionário não exclui o outro sentido, na segunda edição.

Outro dado que nos chamou a atenção é a presença de uma mesma ilustração para sinais diferentes. Os sinais PADRE e PECAR são ilustrados por um mesmo sinal, nos dicionários da primeira e segunda edição. Vejamos:

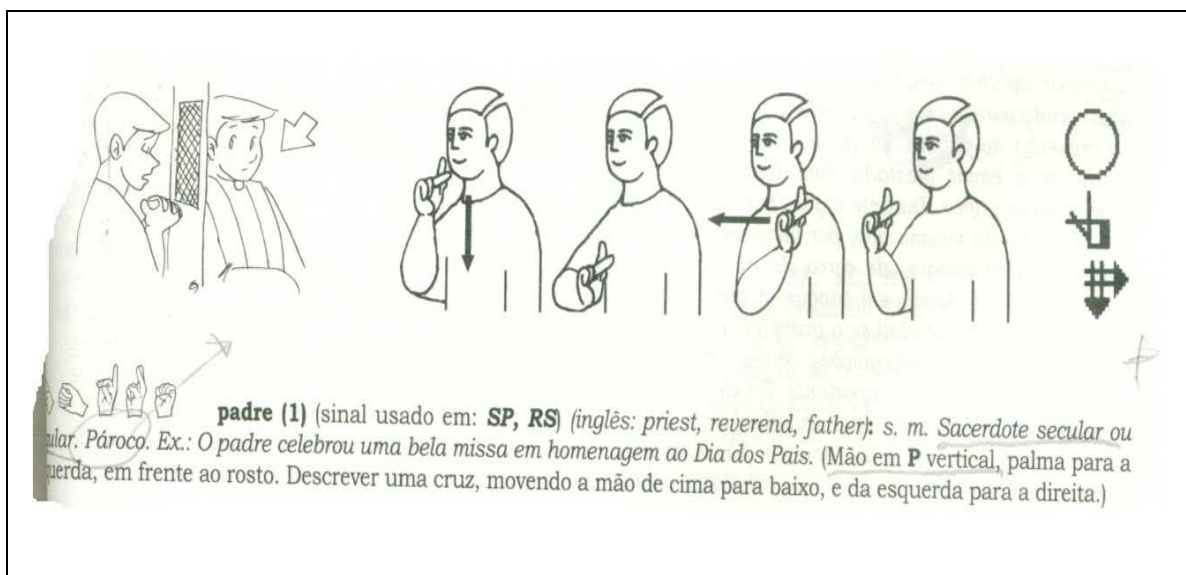


Figura 5.19: Verbetes PADRE
Fonte: Capovilla et al. 2009

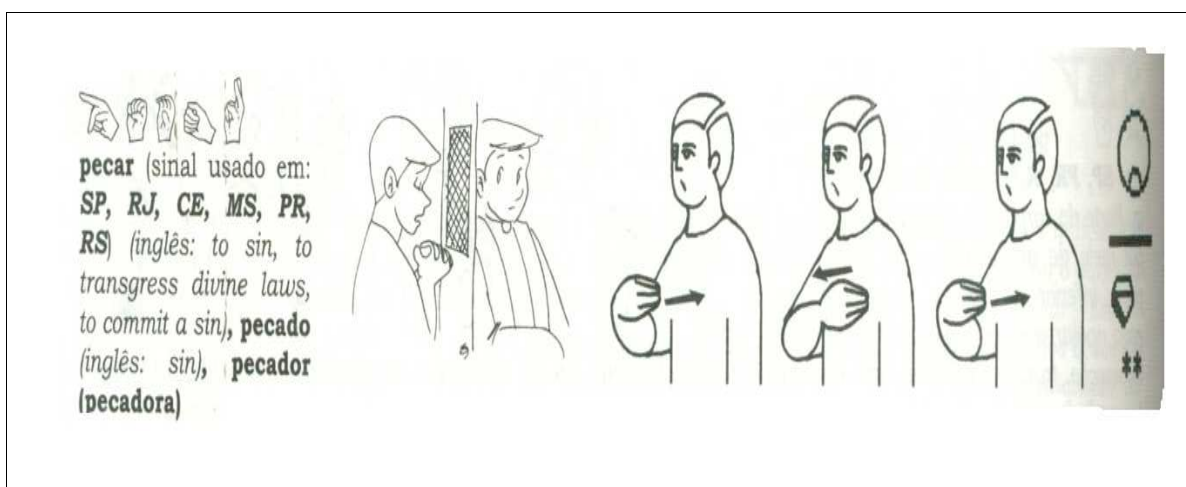


Figura 5.20: Verbetes PECAR
Fonte: Capovilla et al. 2009

Ao se deparar com ilustrações iguais para sinais diferentes, o leitor deverá ser capaz de distinguir quais aspectos da ilustração se referem ao PADRE e quais se referem ao sinal PECAR. O que está em jogo, em uma ilustração é o padre e, na outra, é o pecador que deve se confessar com o padre. E é esse leitor imaginariamente proficiente, que autoriza o lexicógrafo a organizar esses verbetes

com as mesmas ilustrações.

A ilustração do sinal PADRE traz uma seta apontando para a imagem de uma pessoa - o padre. A seta, como já vimos, serve para orientar o leitor na identificação do referente. Para o verbete pecar, o lexicógrafo retira a seta. As ilustrações mostram imagens de dois homens. O leitor pode então perguntar: quem é o pecador? Qual dos dois é o pecador? O que é o pecado nessa ilustração? Qual relação pode ter entre o verbete/sinal PECAR com o fato da confissão, se considerarmos que na ilustração tem a imagem de um padre? Por que a mesma ilustração para o sinal PADRE e para o sinal PECAR?

Já que na ilustração do sinal PADRE, a seta estava indicando-o, nessa ilustração do sinal PECAR, o sentido de pecar pode ser definido pela presença do padre, que lembra a seta. É o sentido de pecar sendo definido pela ausência, pela falta. As ilustrações estão sujeitas à interpretação, e também, a confrontação entre elas, pela semelhança, e os sinais/verbetes, pela diferença de significado entre o sinal/verbo PADRE e PECAR. Portanto, elas não correspondem aqui a um espaço de comprovação da relação entre a ilustração e os dois sinais.

Outro conjunto de sinais que tem a mesma ilustração são os sinais PERDER e PROCURAR (cf. *infra*). Sinais com referência diferente. Em um sinal, é algo que se perde, que o dono fica com a falta, com a perda. No outro, o sinal refere-se a algo que é procurado, que se busca. Ao dizer que “a ilustração permite à criança apreender diretamente o sentido do sinal”, o lexicógrafo cria a imagem de que a ilustração é plena de sentido, é fechada e que o sentido está nela. A imagem é evidente. A criança leitora conseguiria distinguir o sinal PERDER do sinal PROCURAR, com suas diferenças de significado, por uma única ilustração? Ao ilustrar sinais diferentes com uma mesma imagem, o lexicógrafo cria a imagem de um leitor capaz de ler as duas ilustrações e compreender que em uma a imagem significa algo que foi perdido e na outra significa algo que está sendo procurado.

É a ideologia, enquanto mecanismo de naturalização dos sentidos, que provoca a sensação de que a ilustração do sinal é óbvia, transparente, que produz

o efeito de que há uma relação evidente entre diferentes sinais e uma mesma ilustração, mesmo que o sinal signifique diferentemente. E esse sujeito lexicógrafo, interpelado pela ideologia, não se dá conta de que ele está afetado pelo já-lá, ancorando-se no “já-dito”, e vai construindo o dicionário, colocando ilustração para palavra/sinal como se ambos fossem ahistóricos, sem sentido. Essa relação vai sendo percebida como natural. O sujeito lexicógrafo não consegue controlar os sentidos, visto que a ideologia se dá de maneira inconsciente.

Vejamos as ilustrações para os verbetes PERDER e PROCURAR:

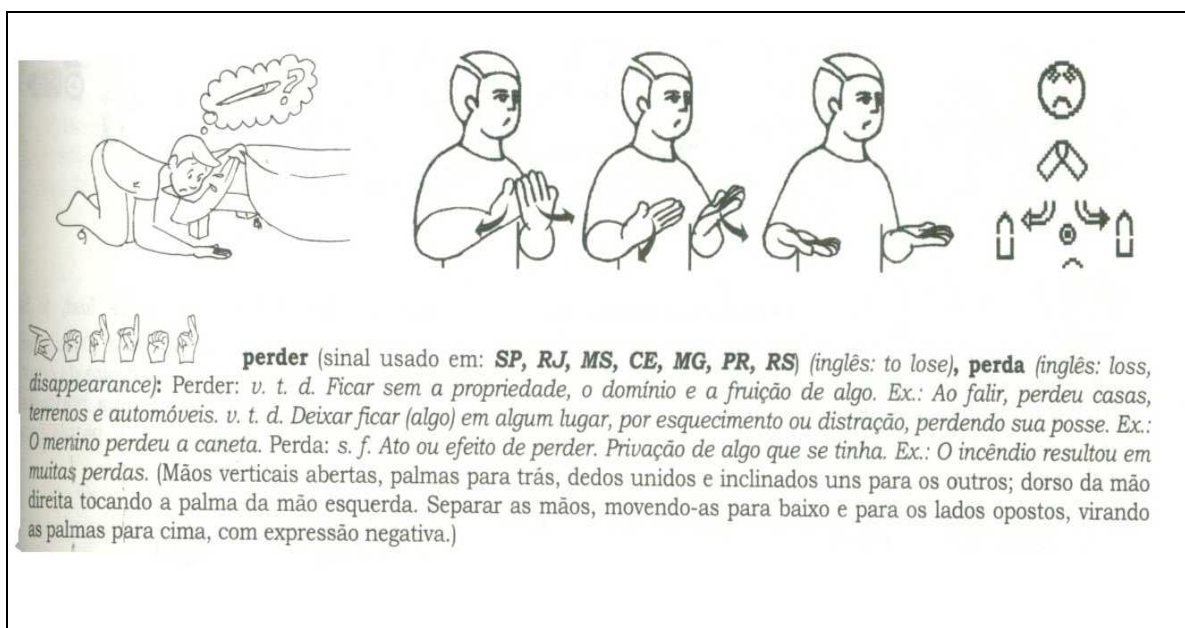


Figura 5.21: Verbetes PERDER
Fonte: Capovilla et al. 2009

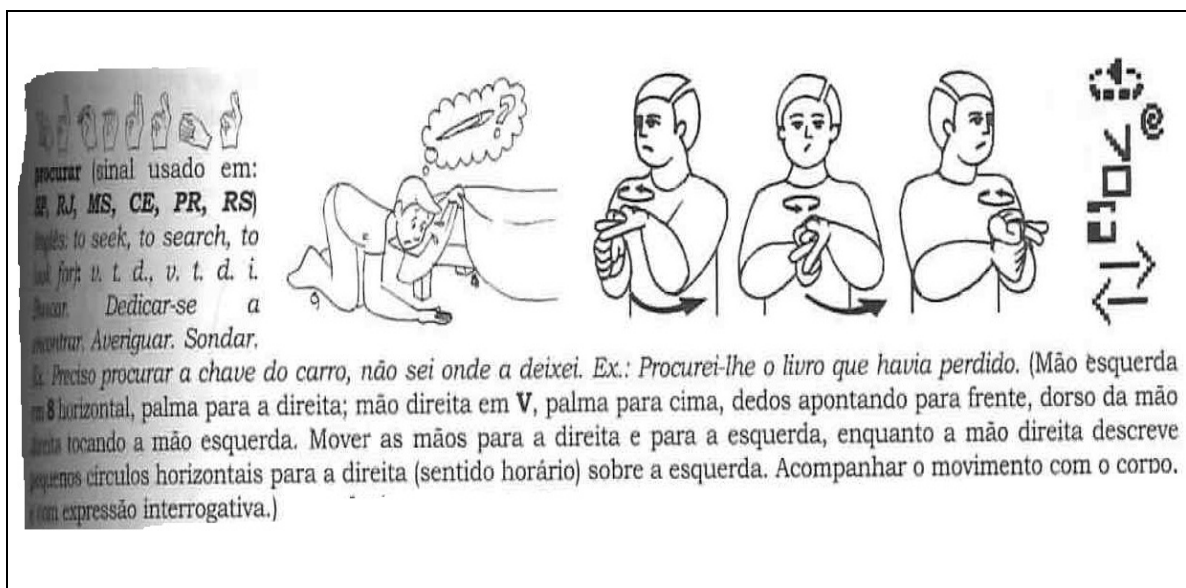


Figura 5.22: Verbetes PROCURAR
 Fonte: Capovilla et al. 2009

Os dicionários que apresentam ilustrações com acréscimos, ilustrações diferentes de uma edição para a outra ou, ainda, com uma mesma ilustração para sinais diferentes mostram que a ilustração também está sujeita a falhas, a equívocos. Referimos-nos aqui a noção de língua como uma estrutura sujeita a falhas, capaz de equívocos, de deslize (Orlandi, 2002b). A partir dessa noção, começamos a ler as ilustrações dos dicionários de língua de sinais do Brasil como um recorte desse objeto discursivo sujeito a falhas, a equívocos. A partir da leitura/análise das ilustrações desses dicionários, passamos a questionar a evidência dos sentidos das ilustrações, a desconstruir a ilusão de que elas são claras e coadunam com um determinado sinal, como pretendido pelo sujeito lexicógrafo. Reportamo-nos aqui a Nunes (2006a, p.11), no estudo dos dicionários de Língua Portuguesa, ao dizer que

trabalhar a historicidade dos dicionários e vê-los como um discurso implica em desestabilizar aquilo que parece como uma certeza e explicitar os gestos de interpretação que subjazem às formulações dos verbetes.

Tratemos agora sobre a etimologia, outro acréscimo apresentado pelo lexicógrafo em muitos verbetes do Novo Deit-Libras. Salientamos que é o primeiro dicionário de Libras no Brasil que aborda essa noção. Em uma comparação entre o dicionário de Libras, o Novo Deit-Libras (2009) e um dicionário de língua Portuguesa, o Houaiss (2009), por exemplo, observamos que este apresenta a etimologia da palavra, e o dicionário de Libras mostra a etimologia do sinal.

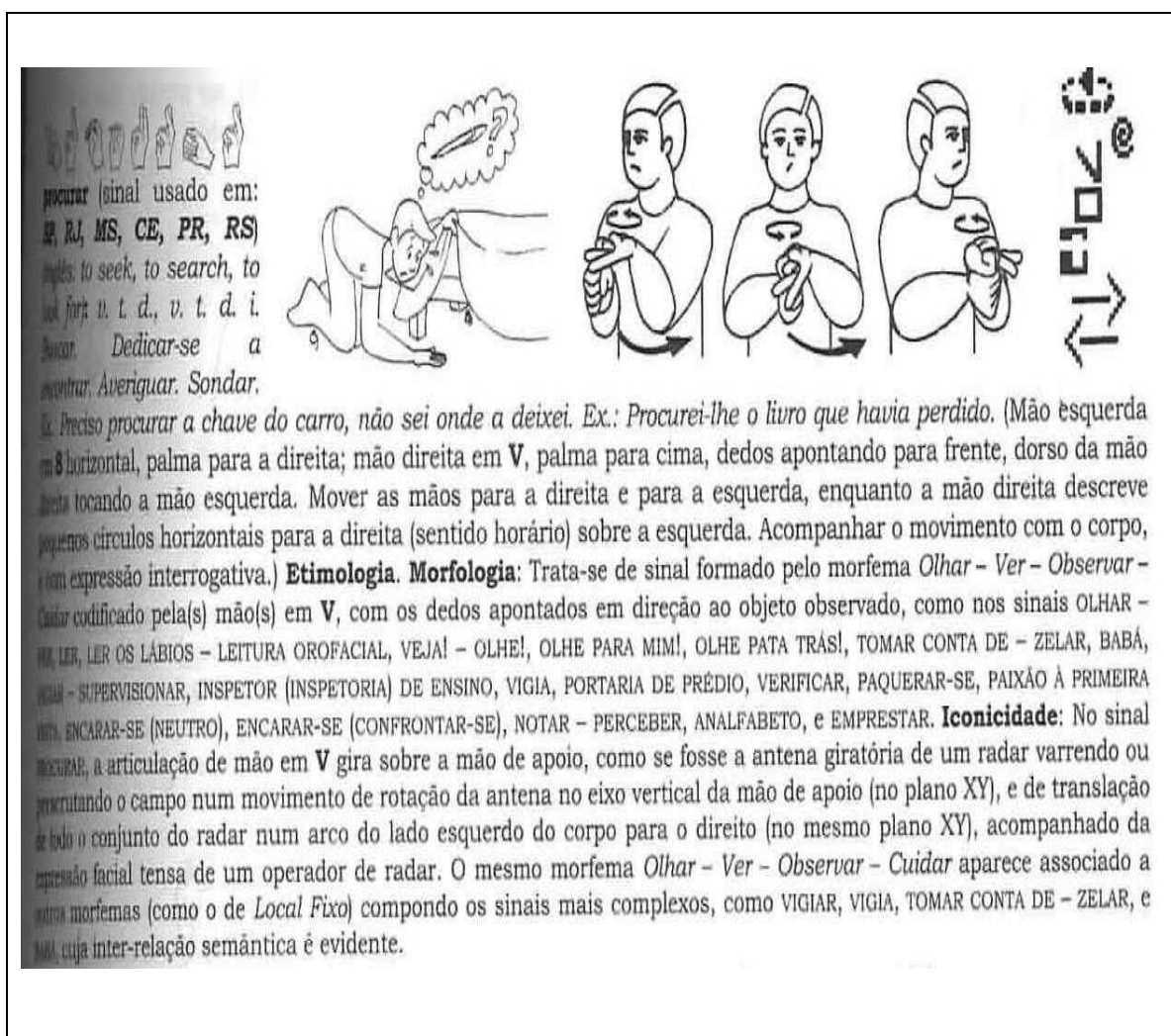


Figura 5.23: Etimologia do sinal/verbo PROCURAR.
 Fonte: Capovilla et al. 2009

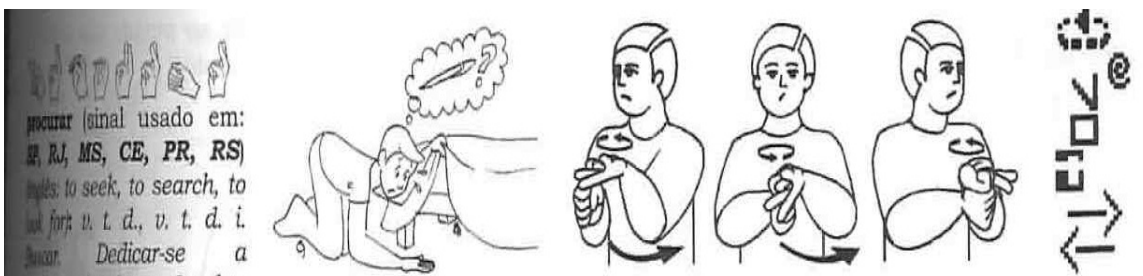
Procurar v. (1365) **1 t.d.** executar as ações necessárias para encontrar ou descobrir *p. o filho desaparecido p. um documento na biblioteca p. o agente da doença* **2 t.d.** tentar conseguir; ir em busca de *p. socorro* **3 t.d.** ir em direção a ou ser atraído por *o ferro procura o ímã o rio procura o mar* **4 t.d.** desejar falar a; ir ao encontro de *p. o padre para pedir conselhos* **5 t.d.** escolher, selecionar *p. empregados de confiança* **6 t.d.bit.** tentar atrair ou adquirir; granjear, buscar *o amigo procurou(-lhe) um bom investimento* **7 t.d. e t.i.** manifestar o desejo, a necessidade de falar ou de encontrar-se com (alguém) *esteve aí uma pessoa procurando (pel)o senhor* © ETIM lat. **proc ro,as, vi, tum, re** 'administrar, governar; olhar por etc.' © SIN/VAR ver sinonímia de *esquadrinhar* 🟡 HOM procura(3ªp.s.), procuras(2ªp.s.) / procura(s.f.) e pl.

Figura 5.24: Etimologia do verbete Procurar.
Fonte: Houaiss, 2009

Em Houaiss, a origem de *procurar* é remetida à língua latina, ao verbo *procúro,as,ávi,átum,áre* e suas variações. Em Capovilla et al. (2009), o sinal PROCURAR apresenta sua origem relacionada à morfologia e à iconicidade do sinal, tendo na morfologia o estudo da origem da estrutura morfológica do sinal, sua relação com outros sinais que têm o mesmo morfema. O sinal PROCURAR, por exemplo, apresenta-se articulado com a mão em V, assim como os sinais OLHAR, VER, OBSERVAR. A iconicidade do sinal PROCURAR tem a ver com o estudo da descrição do sinal com o seu significado, ou seja, a semelhança entre o modo de realizar o sinal e o significado. No exemplo do sinal procurar, o lexicógrafo procura mostrar essa semelhança usando a expressão “como se fosse”. Realiza-se o sinal PROCURAR como se fosse um objeto que gira, de um lado para outro.

Observemos como o verbete PROCURAR é apresentado em três obras dicionarísticas: *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos* (1875), *Linguagem das Mãos* (1990) e *Novo Deit-Libras* (2009), para confrontar os dizeres dos diferentes autores e observar o que se repete, o que difere, o que é acrescentado na produção do sinal: o movimento, a configuração de mão, a direção e o ponto de articulação.

	 PROCURAR — (241) — Mãos em “V”, dedos inclinados para baixo. Cruzar a mão direita no dorso da esquerda e mover as mãos para o lado direito, movimentando a mão direita em círculos pequenos sobre o dorso da esquerda. (Buscar, procura, investigação, investigar, pesquisar, pesquisa, esforçar-se por achar).
Figura 5.25: Sinal PROCURAR Fonte: Gama,1875	Figura 5.26: Verbete PROCURAR Fonte: Oates, 1990



procurar (sinal usado em: **B, R, MS, CE, PR, RS**)
 inglês: to seek, to search, to look for; v. t. d., v. t. d. i.
 buscar. Dedicar-se a encontrar. Averiguar. Sondar.

Ex.: Preciso procurar a chave do carro, não sei onde a deixei. Ex.: Procurei-lhe o livro que havia perdido. (Mão esquerda em **B** horizontal, palma para a direita; mão direita em **V**, palma para cima, dedos apontando para frente, dorso da mão direita tocando a mão esquerda. Mover as mãos para a direita e para a esquerda, enquanto a mão direita descreve pequenos círculos horizontais para a direita (sentido horário) sobre a esquerda. Acompanhar o movimento com o corpo, com expressão interrogativa.)

Etimologia. Morfologia: Trata-se de sinal formado pelo morfema *Olhar – Ver – Observar – Cuidar* codificado pela(s) mão(s) em **V**, com os dedos apontados em direção ao objeto observado, como nos sinais *OLHAR – OLHE, LER OS LÁBIOS – LEITURA OROFACIAL, VEJA! – OLHE!, OLHE PARA MIM!, OLHE PATA TRÁS!, TOMAR CONTA DE – ZELAR, BABÁ, SUPERVISORAR, INSPETOR (INSPETORIA) DE ENSINO, VIGIA, PORTARIA DE PRÉDIO, VERIFICAR, PAQUERAR-SE, PAIXÃO À PRIMEIRA VISTA, ENCARAR-SE (NEUTRO), ENCARAR-SE (CONFRONTAR-SE), NOTAR – PERCEBER, ANALFABETO, e EMPRESTAR.*

Iconicidade: No sinal *PROCURAR*, a articulação de mão em **V** gira sobre a mão de apoio, como se fosse a antena giratória de um radar varrendo ou penetrando o campo num movimento de rotação da antena no eixo vertical da mão de apoio (no plano XY), e de translação de todo o conjunto do radar num arco do lado esquerdo do corpo para o direito (no mesmo plano XY), acompanhado da expressão facial tensa de um operador de radar. O mesmo morfema *Olhar – Ver – Observar – Cuidar* aparece associado a outros morfemas (como o de *Local Fixo*) compondo os sinais mais complexos, como *VIGIAR, VIGIA, TOMAR CONTA DE – ZELAR, e BABÁ*, cuja inter-relação semântica é evidente.

Figura 5.27: Verbete PROCURAR
Fonte: Capovilla et al. 2009

No dicionário de Flausino da Gama, não há descrição de como deveria sinalizar-se o verbete procurar. No entanto, podemos parafrasear o desenho litográfico do sinal em *Iconographia dos Signaes dos Surdos-mudos* (1875) da seguinte maneira: mão direita configurada em **V**, palma para baixo, dedos apontando para os olhos; colocar o dedo indicador abaixo do olho direito e o dedo médio abaixo do olho esquerdo, com o rosto direcionado para baixo e com expressão fisionômica preocupada. O dicionário *Linguagem das Mãos* (1990) apresenta a descrição da realização do sinal da seguinte forma: “mãos em “V”, dedos inclinados para baixo. Cruzar a mão direita no dorso da esquerda e mover as mãos para o lado direito, movimentando a mão direita em círculos pequenos sobre o dorso da esquerda” (1990, p. 66).

O *Novo Deit-Libras* (2009) faz a seguinte descrição para se realizar o sinal PROCURAR: “mão direita em **S** horizontal, palma para a direita; mão direita em **V**, palma para cima, dedos apontando para frente, dorso da mão direita tocando a mão esquerda. Mover as mãos para a direita e para a esquerda, enquanto a mão direita descreve pequenos círculos horizontais para a direita (sentido horário) sobre a esquerda. Acompanhar o movimento com o corpo e com expressão interrogativa”.

Podemos observar, nas diferentes formulações, a configuração de mão que se repete, o ponto de articulação que muda, a expressão fisionômica que acompanha a evolução do sinal, o movimento que permanece de um dicionário para o outro. A mão configurada em **V** acompanha a realização, desde *Iconographia dos Signaes* até o *Novo Deit-Libras*. O movimento da mão que se firma em *Linguagem das Mãos* se mantém até os dias atuais. Inicialmente, a mão em **V** fica próxima do rosto, e se desloca para o espaço das mãos, não perdendo, contudo, a configuração em **V**. É a configuração de mão em **V**, como unidade mínima da formulação do sinal que marca a etimologia desse sinal.

Capovilla (2009, p. 1823), ao acrescentar a etimologia do sinal procurar, aponta que se trata de “sinal formado pelo morfema olhar – ver - observar – cuidar codificado pela(s) mão(s) em **V** (...)”. Esse dizer de Capovilla mobiliza o dizer de

Flausino. É um dizer que se repete, a mão em **V**, mas ao se repetir, é dito de outra maneira. Não mais a mão em **V** voltada para o rosto, para si próprio, mas voltada para algo que se procura, um objeto exterior ao corpo do sinalizador.

Delaporte (2008) em estudo sobre a etimologia dos sinais da Língua de Sinais Francesa (LSF) diz que a história das línguas sinalizadas é feita de conflitos permanentes e de equilíbrios provisórios entre duas forças antagônicas, a iconicidade que tende a manter os sinais no seu estado primeiro, e a economia que tende a afastá-los, a modificá-los. Um dos estudos do autor refere-se aos sinais em que o polegar, como parte da configuração de mão, do movimento, sofre mudanças no decorrer da evolução dos sinais. Nesse estudo, Delaporte (ibidem) aponta que o polegar que viria a se imobilizar sobre o corpo indica tendências da língua de sinais francesa: há as tendências que mudam progressivamente a forma dos sinais e as que provocam uma ruptura brutal do sinal.

O sinal PROCURAR, dentre outros dos quais o dicionário apresenta a etimologia, mostra uma mudança progressiva na formulação, a mudança do espaço de realização do movimento. Não indica, portanto, uma ruptura na origem desse sinal na Língua Brasileira de Sinais.

Em estudo sobre a *A constituição histórica da língua de sinais brasileira: século XVIII a XX*, Campello (2011), em um estudo preliminar, apresenta uma análise de alguns sinais registrados e suas mudanças, da Língua de Sinais Francesa para a Língua Brasileira de Sinais e a mudança do sinal, da Libras, em um determinado período de tempo. Segundo Campello, (ibidem, p. 22) o sinal BURRO da LSB, por exemplo, “teve total influência da LSF, cuja CM - configuração de mão permaneceu na mesma locação, com os dedos para cima, só que houve mudança na posição da mão e um processo fonológico de apagamento. O movimento da frequência foi repetido”. Vejamos as ilustrações:

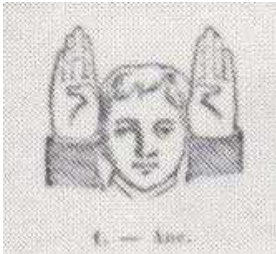
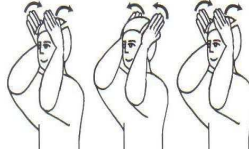
LSF - 1857	LSB - 1875	LSB - 1969	LSB – 2002
			

Figura 5.28: Constituição histórica do sinal BURRO
Fonte: Campello, 2011.

Interessante observar também que além de o movimento e a configuração da mão se manter, ocorre um movimento de idas e vindas na formulação do referido sinal. O sinal que era formulado com as duas mãos na obra de Flausino da Gama passa a ser realizado com uma mão no dicionário de 1969, e encontra-se, no dicionário de 2002, formulado com as duas mãos. Em todos os dicionários do segundo período, de 1969 ao ano de 2000, o sinal BURRO é realizado somente com uma mão. O dicionário de Capovilla, em 2002 atualiza, então, a memória do dicionário de Flausino da Gama.

Vimos, anteriormente, que o lexicógrafo, no primeiro dicionário, faz uma imagem do seu leitor: um leitor proficiente, pois ao dizer “fazer o sinal de [...]”, o leitor deveria saber fazer o sinal. Essa era uma marca de regularidade do modo de dizer a descrição do sinal/verbo naquele dicionário. O lexicógrafo dizia que o leitor deveria “fazer o sinal de [...]”, mas não apresentava a descrição. No Novo Deit-Libras (2009), o lexicógrafo apresenta um outro modo de descrição da forma do sinal. Ao mesmo tempo em que diz “fazer este sinal [...]”, segue-se a descrição de como o sinal deve ser realizado. É uma outra regularidade que se apresenta no dicionário. Observemos a descrição do sinal PRESIDÁRIO - “fazer este sinal **PRENDER**: (...). Em seguida, (...)” - e a descrição do sinal PAI – “fazer este sinal

HOMEM: (...). Em seguida, (...)” - nesse dicionário.

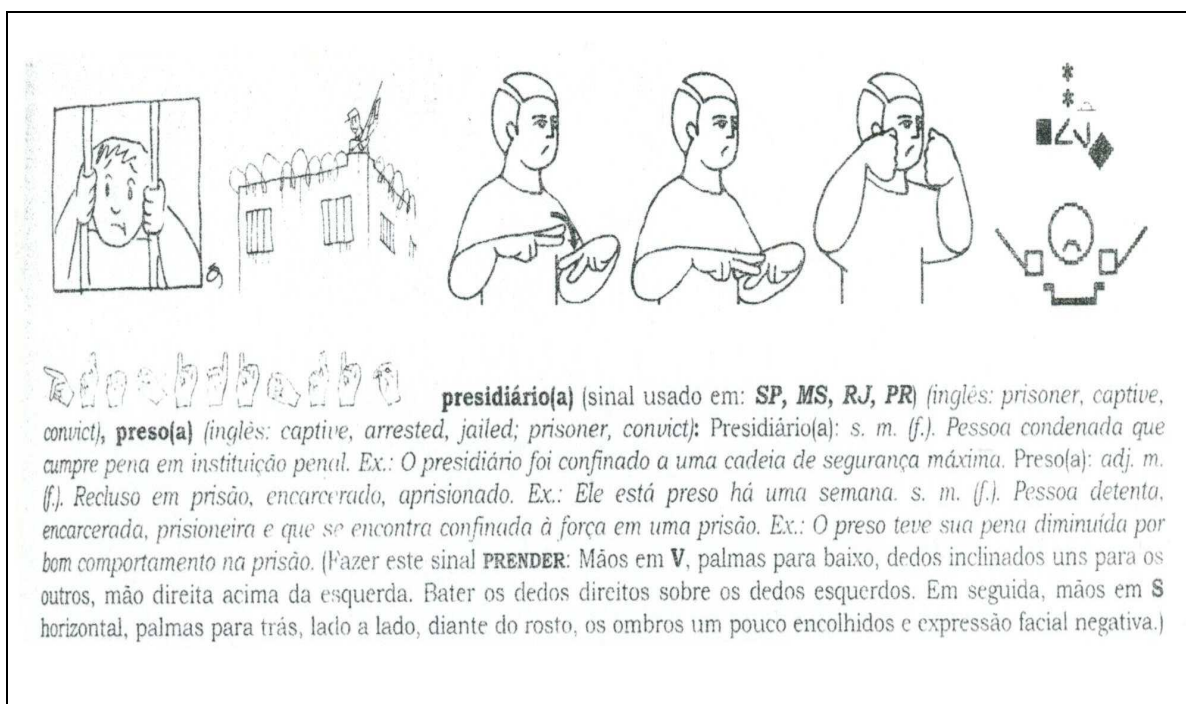


Figura 5.29: Verbete PRESIDÁRIO
Fonte: Capovilla et al. 2009

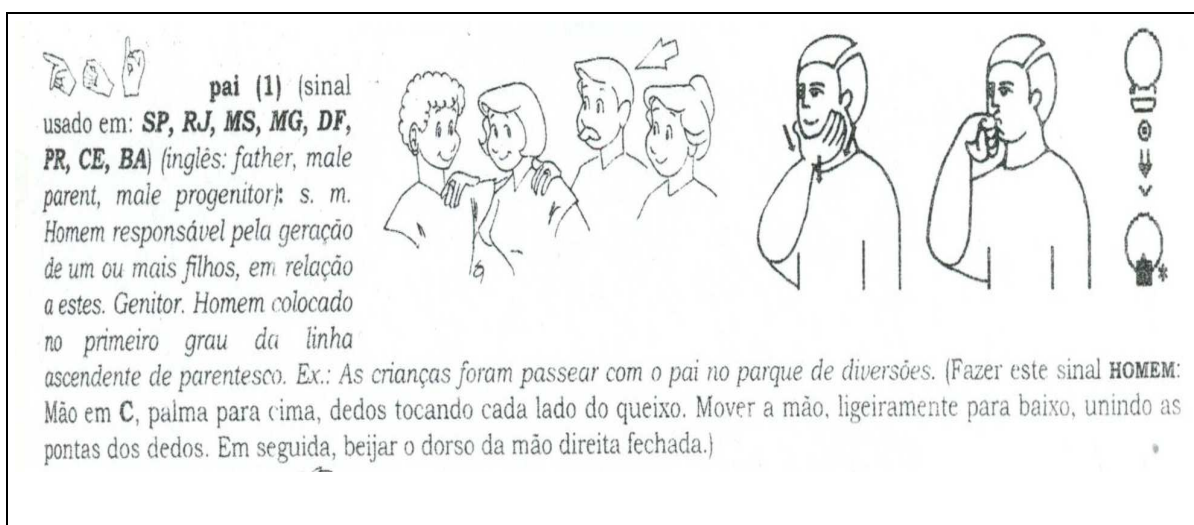


Figura 5.30: Verbete PAI
Fonte: Capovilla et al. 2009

Essa formulação é uma regularidade desse dicionário. Ao dizer “fazer este sinal **HOMEM**”, o lexicógrafo descreve o modo de fazer o sinal: “mão em **C**, palma para cima, dedos tocando cada lado do queixo. Mover a mão ligeiramente para baixo unindo as pontas dos dedos”. Na sequência, para terminar de sinalizar o sinal **PAI**, o lexicógrafo continua a descrever: “em seguida, beijar o dorso da mão direita fechada” (CAPOVILLA et al. 2009, p. 1657).

Sinal HOMEM	
 mão em C, palma para cima, dedos tocando cada lado do queixo. Mover a mão ligeiramente para baixo unindo as pontas dos dedos	 beijar o dorso da mão direita fechada.

Figura 5.31: Verbete PAI
Fonte: Capovilla et al. 2009

Juntando-se, então, os dois sinais, formula-se o sinal PAI. O leitor não precisa procurar o sinal HOMEM, em outra página do dicionário para verificar o modo de produzir o sinal, como se apresentava na primeira edição do dicionário.

Agora, o lexicógrafo trata de atualizar o dicionário. Continua sendo um dicionário inovador, tanto pelo acréscimo das ilustrações, da soletração digital das palavras, como pelo modo de enunciar a descrição dos sinais/verbetes. Mostra-se como um dicionário revisto, atualizado, acrescentado. Esse modo de apresentar o

dicionário, o modo de dizer a descrição do sinal mostra a imagem de um dicionário que se quer completo, pois ele

constitui uma extensão e um desdobramento do pioneiro *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de língua de sinais brasileira [...]*. além de conter um léxico duas vezes maior que o do dicionário anterior, e uma série de inovações [...]. (CAPOVILLA et al., 2009, p. 17).

Notamos, então, que a imagem que o lexicógrafo tem do dicionário e que os leitores devam ter é que ele continua sendo uma produção dicionarística inovadora da língua de sinais do Brasil e que serve de modelo para outros, em função de se distinguir por propor e implementar um novo paradigma – da Neuropsicolinguística Cognitiva³² - para dicionarização das línguas de sinais.

Todas essas observações vão na direção ao que Orlandi (2002b, p. 103) pontua de que o dicionário, ao ter o estatuto de representação da língua, deve conter “todas” as palavras, “todos” os sentidos de “todas” as palavras da língua. Ou seja, ao representar a língua, ele produz o efeito de completude da língua. O lexicógrafo, no Novo Deit-Libras, traz o imaginário do dicionário como unidade da língua, completo, contendo os conhecimentos científicos atuais sobre as línguas de sinais, especialmente sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Vamos agora observar o modo de organização e de definição dos verbetes o *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais* (Doravante, DLBSinais), versão eletrônica de 2006, disponível no sítio Acessibilidade Brasil ou no sítio do Instituto Nacional de Educação de surdos. Nesse dicionário, o verbete está estruturado como segue: verbete + acepção do sinal/palavra + descrição do sinal + vídeo/filme + exemplos em Libras e em Português + divisão por assunto +

³² “Esse paradigma descreve a estrutura formal do sinal como um todo, de modo compreensivo, tanto no nível quirêmico, como no nível morfêmico, conciliando a elevada precisão linguística da descrição quirêmica típica da fase stokoeana (que engaja o hemisfério cerebral esquerdo) com o elevado apelo gestual do significado como inspirador da forma (que engaja o hemisfério cerebral direito). Assim, este dicionário inaugura uma nova era, com a valorização e o engajamento simultâneo dos dois hemisférios, além da especial atenção às funções executivas centrais do córtex pré-frontal, e às funções visomotoras do cerebelo” (CAPOVILLA et al., 2009, p. 17).

especificação da classe gramatical + origem do sinal + configuração de mão:



Figura 5.32: Busca do verbete PRESIDIÁRIO, por ordem alfabética – letra P
Fonte: www.acessobrasil.org.br ou www.ines.gov.br

Vejamos, primeiro, o modo como se busca um sinal/entrada nesse dicionário. Há quatro maneiras para procurar um sinal: por ordem alfabética, por assunto, pela configuração de mão e pelo sistema de busca. Após clicar em uma dessas formas, é preciso também clicar sobre o sinal/verbo para que ele se mostre e o leitor possa visualizar a aceção, o vídeo, o modo de realização, os exemplos, a configuração de mão. Na imagem 5.30, a busca está organizada alfabeticamente pela letra P.

Os verbetes que fazem parte de nosso *corpus*, pelo que analisamos, são idênticos entre eles. O que nos chama a atenção é a semelhança que há

entre os dicionários no que se refere às definições, à inserção de exemplos, à marcação gramatical. Essas informações são dadas em língua portuguesa.

Há, pelo menos, três diferenças importantes do dicionário em versão eletrônica em relação aos impressos: i) refere-se ao modo de apresentação do sinal; ii) apresenta os exemplos em situação de uso da Libras, ou seja, exemplos em que a organização frasal da Libras é visível e, iii) não apresenta ilustração em forma de desenho ou fotografia para os sinais.

Neste dicionário, o vídeo apresenta o sinal sendo formulado, sendo realizado; é a visualização do sinal com movimento. Não apresenta, pois, a descrição da forma do sinal. O leitor, ou usuário deste dicionário, pode repetir o vídeo quantas vezes forem necessárias até que aprenda a fazer o sinal, ou seja, visualize a configuração de mão, o movimento, a direção, a expressão facial quando se está realizando o sinal.

Ressalte-se também que o sinal/entrada, diferentemente de todos os dicionários antecessores, pode ser buscado/pesquisado pela configuração de mão. Ao clicar em uma determinada configuração de mão, arrola-se uma série de palavras que inicializam com essa configuração de mão.

Vejamos no exemplo, a seguir, a página inicial que indica as configurações de mão. Este dicionário apresenta 73 diferentes configurações de mão. Para cada configuração de mão segue um determinado número de sinais/verbetes. Por exemplo, em relação a CM em P, o dicionário apresenta setenta e seis sinais.



Figura 5.33: Busca de sinal pela Configuração de Mão

Fonte: www.acessobrasil.org.br ou www.ines.gov.br

Esse modo de acessar um sinal em um dicionário de língua de sinais é o que mais se aproxima da possibilidade de se produzir um dicionário monolíngue de língua de sinais. Ele apresenta a entrada pela configuração de mão, a realização do sinal em vídeo, e o exemplo em língua de sinais. No entanto, ele ainda apresenta as características de um dicionário impresso de língua de sinais. As definições são somente em língua portuguesa, a classificação gramatical dos sinais segue ao já formulado para a língua portuguesa.

Esse dicionário também classifica os sinais por assunto, ou seja, tematicamente. São 21 temas, abrangendo, por exemplo, o tema da família; alimento/bebida; cor/forma; corpo; animal/inseto/peixe/ave; profissão/trabalho; vestuário/complemento. É um dicionário que atualiza a memória de *Iconographia*

dos Signaes dos Surdos-Mudos. É ainda o modo de fazer dicionário de língua de sinais sendo rememorado no dicionário produzido mais de cem anos após a primeira publicação desse gênero no Brasil.

Destacamos também o modo de apresentação dos exemplos. São todos exemplos elaborados pelo lexicógrafo. Observa-se, inicialmente, que o dicionário apresenta o exemplo escrito em língua portuguesa, conforme a regra sintática de formulação frasal dessa língua e o exemplo formulado, conforme sinaliza a frase em língua de sinais. Esse dicionário inaugura a sintaxe de Libras ao apresentar os exemplos. Vejamos o exemplo referente ao sinal PAI e PRESIDÁRIO.

Língua Portuguesa	Libras
Meu pai é advogado, trabalha na cidade.	PAI ME@ ADVOGAD@ TRABALHAR CIDADE.
Ele era um presidiário e agora trabalha como voluntário na igreja.	EL@ EX HOMEM^PRESO AGORA TRABALHAR IGREJA VOLUNTÁRI@.

Esses exemplos em Libras mostram o modo de formular a frase nessa língua em situação de uso da Libras, ou seja, os exemplos apresentam-se como registros “orais” da língua de sinais, introduzindo a sintaxe. Ao tornar visível esse modo de organizar a frase em Libras, esse dicionário mostra que tanto há diferença no modo de formular o sinal como no modo de formular uma frase nessa língua.

Os exemplos instauram uma discursividade relacionada ao contexto da comunidade surda, do conjunto de sinalizantes da língua de sinais. O dicionário mostra assim a visualização dessa língua e dá visibilidade ao modo como o surdo toma a palavra e a sinaliza. Nesse sentido, o *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais* inaugura um modo de funcionamento de dicionário dessa língua que já começa a dar visibilidade a um funcionamento diferente da língua de sinais em relação à Língua Portuguesa, especialmente no que concerne a sintaxe da língua. O dicionário é visto aqui como um lugar em que a língua se mostra em sua

diversidade, em sua variedade, tanto em relação a ela própria, porque mostra sinais sendo formulados de diferentes maneiras, em diferentes regiões.

Trataremos agora da definição de alguns verbetes, a fim de fazer uma comparação com os verbetes dos dicionários de língua falada. Tomemos como exemplos os verbetes PAI e PRESIDÁRIO. Escolhemos o dicionário de Houaiss em vista de ser este o que consta na referência bibliográfica do dicionário *Novo Deit-Libras* (2009). Vejamos o modo de definição dos verbetes:

- Verboete PAI:

Dicionário de Língua Brasileira de Sinais:

Pai: Homem que tem filho(s); genitor, progenitor. Ex.: Meu pai é advogado, trabalha na cidade. PAI ME@ ADVOGAD@ TRABALHAR CIDADE. (DLBSinais, 2006).

Novo Deit-Libras:

Pai: Homem responsável pela geração de um ou mais filhos, em relação a estes. Genitor. Homem colocado no primeiro grau da linha ascendente de parentesco. Ex.: As crianças foram passear com o pai no parque de diversões. (Novo Deit-Libras, 2009)

Dicionário Houaiss:

Pai **s.m.** (sXIII) **1** homem que gerou um ou mais filhos; genitor, progenitor **2** homem em relação aos seus filhos, naturais ou adotivos **3** autor, mentor <é ele o p. da ideia> **4** iniciador, fundador <os p. da Igreja> **5** p.ext. (da acp. 1) animal do sexo masculino que deu origem a outro **6** tratamento que alguns fiéis dão aos padres **7** aquele que pratica o bem, que ajuda ou favorece; benfeitor, protetor <p. das crianças abandonadas> **8** tratamento afetuoso que se dava aos idosos, esp. aos escravos <p. Tomás> **9** fig. o que faz com que algo exista ou aconteça; causa; causador <o sofrimento é p. do amor> **10** REL primeira pessoa da Santíssima Trindade cristã **F** inicial maiúsc. □ **pais** **s.m.pl.** **11** casal formado pelo pai e pela mãe **12** antepassados, ancestrais □ **p. da criança** *infrm.* autor de ideia, solução, esp. original • **p. da pátria** *infrm. joc.* deputado federal ou senador • **p. das queixas** *B N.E. infm.* delegado de polícia • **p. de chiqueiro** *CE infm.* bode ou carneiro que não foi castrado • **p. de família** **1** homem em relação à esposa e aos filhos **2** *B N.* maruá que lidera manada de gado vacum; pai de malhada **3** PSC BA certa rede de malhas estreitas • **p. de malhada** *B N. B N.E.* m.q. **pai de família** • **p. de santo** REL *B infm.* m.q. **babalorixá** • **p. de terreiro** REL *B infm.* m.q. **babalorixá** • **p. de todos** *infrm.* o dedo médio da mão • **p. dos burros** *B infm.* m.q. **dicionário** (lex) □ ETIM prov. evolução do lat.vulg. *patre-* > *padre* > **pade* > *pai* □ SIN/VAR ver sinonímia de *causa* e *fundador*; como s.m.pl.: ver sinonímia de *ascendência* □ ANT ver antonímia de *causa*; como s.m.pl.: ver antonímia de *ascendência* □ PAR pais(pl.) / país(s.m.). (Houaiss, 2009)

- Verbetes PRESIDÁRIO:

Dicionário de Língua Brasileira de Sinais:

PRESIDIÁRIO. Pessoa confinada em uma prisão; preso; detento. Ex.: Ele era um presidiário e agora trabalha como voluntário na igreja. EL@ EX HOMEM^PRESO AGORA TRABALHAR IGREJA VOLUNTÁRI@. (DLBSinais, 2006).

Novo Deit-Libras:

Presidiário(a): s.m.(f.) pessoa condenada que cumpre pena em instituição penal. Ex.: O presidiário foi confinado a uma cadeia de segurança máxima. **Preso(a):** adj. m. (f.) Recluso(a) em prisão, encarcerado(a), aprisionado(a). Ex.: Ele está preso há uma semana. s.m.(f.) Pessoa detenta, encarcerada, prisioneira e que se encontra confinada à força em uma prisão. Ex.: O preso teve sua pena diminuída por bom comportamento na prisão. (Novo Deit-Libras, 2009)

Dicionário Houaiss:

Presidiário – adj. (1836) 1. relativo ou pretencente a presídio < guarda p. n s.m. 2. indivíduo que cumpre pena em presídio. Etim. Lat. Praesidiarius, a, um 'colocado nos postos avançados; colocado na reserva'. PAR presidiária (f.)/presidária (fl. Presidiar); presidiárias (pl.) / presidiarias (fl. Presidiar). (Houaiss, 2009)

Há uma regularidade no modo de formulação da definição entre os três dicionários. Observamos que tanto as definições como os exemplos são concisos e muito semelhantes. Esses dicionários seguem o seguinte esquema para definir os verbetes: Nome entrada: N-cabeça + (adj.) + que. Observemos os exemplos:

- pessoa condenada que cumpre pena em instituição penal;
- indivíduo que cumpre pena em presídio;
- pessoa detenta, encarcerada, prisioneira e que se encontra confinada à força em uma prisão;
- homem que gerou um ou mais filhos;
- homem que tem filho(s).

Nestes exemplos, os nomes-cabeças são: pessoa, indivíduo e homem. Esses termos parecem servir para indeterminar o sujeito: não tem nome, não tem identificação. No entanto, o modo de dizer – 'homem que gerou', 'homem que tem filhos', 'indivíduo que cumpre pena', 'pessoa condenada' – estabelece uma relação com os direitos e deveres que cada pessoa/indivíduo tem com o Estado, com a

nação. É, portanto, um dicionário em que os exemplos dos verbetes apresentam as definições sustentadas por um discurso jurídico.

Há uma preocupação com um dicionário que ofereça informações sobre a língua de sinais, como exemplos formulados no modo de dizer textos em língua de sinais, informações sobre a etimologia, presença de ilustrações para melhor fazer o surdo significar os sinais.

As análises nos permitem dizer, no entanto, que mesmo sendo denominados dicionários de Língua de Sinais Brasileira ou de Língua Brasileira de Sinais, há uma primazia da língua portuguesa escrita sobre a língua de sinais. A maioria das informações é organizada a partir do conhecimento linguístico da língua portuguesa e não do conhecimento linguístico *da* e *sobre* a língua de sinais.

6 PARA CONCLUIR

Nosso objetivo ao desenvolver este estudo foi o de compreender a história de produção de dicionários da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Mesmo com uma produção não muito extensa de dicionários de língua de sinais do Brasil, houve uma continuidade após o lapso de tempo apontado. Inicialmente, como vimos, somente uma obra circulou no Brasil, a *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, produzida no final da segunda metade do século XIX. Os outros dicionários que se estabelecem, após a segunda metade do século XX até a primeira década do século XIX, resultam de retomadas e de atualização do primeiro.

Da primeira a última obra analisada, somente as produzidas na década de 2000 recebem o nome dicionário. Os títulos das obras se inscrevem em um processo de desenvolvimento dos estudos linguísticos sobre a língua de sinais, articulados também com os estudos linguísticos das línguas faladas.

Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos filia-se às obras desse mesmo gênero produzidas na França sobre a língua de sinais francesa, apoiadas por sua vez na obra fundadora de Bonet (1620), na Espanha. As obras que se referiam à língua de sinais não a denominavam língua, mas a denominavam mímica, pantomina, gestos. Tal concepção estava relacionada ao fato de os sinais não serem considerados signos linguísticos e, conseqüentemente, não responderem ao princípio da arbitrariedade, como as palavras, pois eram vistos em uma relação somente icônica com o referente. E o modo de representar os gestos, a mímica dos surdos era pela imagem, pelo desenho. O título *Iconographia* marca essa relação com a produção sobre a língua de sinais na França e a essa noção de sinal e ao modo de representá-lo.

Outro procedimento de denominação refere-se aos títulos das obras que levam o nome Linguagem – *Linguagem das mãos*, *Linguagem de sinais*,

Linguagem de sinais do Brasil. Não são ainda nem *língua* nem *dicionário*. Linguagem é tomada nessas obras como a capacidade natural de comunicar-se, de entender o outro, e para isso deve-se usar todos os meios possíveis, como os gestos, os desenhos, a fala. Mesmo que esses dicionários já tenham incorporado as noções relativas ao estudo da estrutura interna do sinal, quanto aos parâmetros de movimento, da configuração de mão, do ponto de articulação, esses títulos funcionam a partir de uma posição que mostra que a língua de sinais do Brasil ainda não tinha o estatuto de língua.

Somente após os estudos sobre a estrutura da língua de sinais do Brasil, ou seja, pesquisas científicas sobre ela, é que as obras passam a ser denominadas dicionários de língua, como se nos apresentam as obras dessa última década: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira* e o *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais*. Esses dicionários incorporam estudos filiados aos estudos da linguística das línguas orais e aos estudos da linguística das línguas de sinais. Das línguas orais, tomam aspectos ligados ao estudo da fonologia, da morfologia, da sintaxe, da lexicografia e lexicologia; das línguas de sinais, os estudos referentes à estrutura interna do sinal, como os aspectos relacionados aos parâmetros que constituem a sua estrutura lexical e os conhecimentos relacionados à sintaxe. Os títulos das obras marcam, então, uma nova posição do lexicógrafo em relação à língua de sinais. Colocam a especificidade da obra: é um dicionário de língua e da língua de sinais do Brasil.

A obra de Flausino da Gama inaugura o discurso sobre o léxico da língua de sinais do Brasil. Ela funciona como referência básica no imaginário da constituição da Libras e de todos os seus falantes. Esse saber lexicográfico, instaurado por este discurso, estabelece com o Português do Brasil uma relação que se caracteriza pela coincidência entre sinal e fala. Observamos que o lexicógrafo não discute, durante a construção do léxico da língua de sinais, a relação do sinal com a referência. Em todas as obras, essa referência já está dada. É o mesmo referente do Português do Brasil. O que muda é o modo de

formulação de uma língua e de outra. Assim, nesses dicionários parece haver uma correspondência entre o sinal e a palavra.

Os primeiros dicionários apresentam o sinal, a descrição da forma do sinal e a palavra da língua portuguesa. Nesse fazer o dicionário, o lexicógrafo estabelece uma equivalência lexical entre o português e a língua de sinais. Os dicionários mostram uma correspondência exata entre a palavra e o sinal, e isto pôde ser observado a partir de uma mesma classificação gramatical para o sinal e para a palavra. E como o sentido da palavra era equivalente ao sentido do sinal, a definição para o sinal se fez desnecessária.

Essa relação de equivalência entre sinal e palavra/fala deve-se, a nosso ver, em função da imagem de leitor que o lexicógrafo tem para o dicionário. Os dicionários são feitos para o professor, para o missionário, para o padre, para o pastor, para os ouvintes. Estes leitores não precisam da definição do sinal. Eles precisam saber o modo de formulação dos sinais. A definição é, portanto, aquela que o leitor sabe sobre a palavra da língua portuguesa.

Como assinalamos que ocorre uma correspondência entre o sinal e a palavra, os dicionários funcionam como bilíngues, eles traduzem o sinal para a língua portuguesa e a palavra para a Libras, mas não dão todas as informações que muitos bilíngues comuns fornecem; há bilíngues³³ que indicam somente o equivalente. É o caso da grande maioria dos dicionários analisados.

O Novo-Deit Libras apresenta outras informações sobre o sinal/verbo em relação aos dicionários produzidos até da década de 1990. Ele apresenta definição, exemplos, a etimologia do sinal. No entanto, a informação relacionada à definição e aos exemplos são diretamente voltada para a língua portuguesa. O lexicógrafo, então, produz um dicionário para o leitor aprender essas informações da Língua Portuguesa. O leitor, então, pode ser o surdo, mas para aprender a definição da palavra em Língua portuguesa. E não necessariamente, para ver outros usos, outros significados para o sinal.

Os dicionários de Libras testemunham, são parte constitutiva do

³³ WELKER, Herbert Andreas. Lexicografia pedagógica: definições, história, peculiaridades.

processo de gramatização de Libras no Brasil e, ao formularem um determinado discurso, ora para os professores, ora para os missionários, ora para os surdos, mostram um modo de constituição e de circulação próprios.

No nível da constituição, vimos que se estabelecem relações intertextuais com a gramática da língua falada. Há uma passagem de um modo de organização dos dicionários produzidos em um momento para um outro modo de organização. Nos primeiros dicionários, os sinais são classificados tematicamente e muitos são distribuídos a partir da noção das categorias gramaticais – substantivos, verbos, adjetivos. Esse conhecimento, em um outro conjunto de dicionários, os da década de 2000, passa a ser considerado como as marcações gramaticais nos verbetes.

Consideramos, então, que em relação à gramatização da Libras, enquanto processo de transferência de tecnologias, a língua de sinais do Brasil se constituiu por uma dupla transferência. A transferência de tecnologia de uma língua sinalizada para outra da mesma modalidade, ou seja, o saber de uma língua de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), como o alfabeto de Bonet (1620) e o dicionário de Pélissier (1856) para a língua brasileira de sinais. O segundo modo de transferência de tecnologia está relacionado com o saber de uma língua de modalidade oral-auditiva para uma sinalizada, ou seja, a transferência de um saber sobre a língua, como os caracteres do alfabeto e o saber já produzido pelo modelo greco-latino da gramática (partes do discurso, fonética e fonologia, formação de palavras) ou pelo dicionário (classificação alfabética, definição, exemplos) para a língua de sinais. No caso, para a Língua Brasileira de Sinais.

A leitura desses dicionários nos permite mostrar, também, a introdução do domínio do estudo científico e linguístico das línguas de sinais. Estes estudos denominam-se como fonologia das línguas de sinais, morfologia das línguas de sinais e sintaxe espacial ou ainda morfofonologia e sintaxe da Libras. Esse domínio se insere de forma sistemática nos três dicionários analisados da década de 2000, e com mais destaque no *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais*, em

formato eletrônico/online. Neste, o lexicógrafo marca esta introdução possibilitando ao leitor procurar o sinal pela configuração de mão e a leitura de exemplos elaborados em Libras. O conhecimento sobre a fonologia da língua de sinais, especificamente sobre os parâmetros constitutivos dos sinais, que margeiam as obras, passa neste dicionário e se configurar como um modo de busca/entrada no dicionário de Libras.

No nível da formulação, notamos que o lexicógrafo, nos dicionários produzidos até a década de 1990, constrói a imagem de um leitor ouvinte: o leitor professor, o leitor família, o leitor ligado a alguma instituição religiosa. Um leitor aprendiz da língua de sinais. Nos dicionários da década de 2000, notamos a inclusão da construção da imagem de um leitor surdo, mas um leitor também aprendiz da língua de sinais, pois “as ilustrações são relevantes para que ele possa “apreender o sentido do sinal” e a “penetrar na composição grafêmica da palavra escrita, pela soletração digital”³⁴. Não é um leitor que já sabe a Libras, é um leitor que vai aprender, tanto quanto o leitor ouvinte.

As análises nos permitiram mostrar também uma busca pela completude: ilustrações do sinal, alfabeto datilológico, desenhos ou fotografias, exemplos, acréscimo de informações sobre a etimologia da língua de sinais, configuração de mão, definições, um certo número sempre destacado dos sinais inclusos em cada obra criam a imagem de um dicionário cada vez mais completo, o efeito da completude da representação da língua.

Retomamos aqui o termo “composição material” na definição do verbete para destacar que cada materialidade, a ilustração do significado do sinal, a ilustração da forma do sinal, o vídeo, a descrição do sinal (o texto escrito), a escrita da língua de sinais (SignWriting), as configurações de mão, não funciona sozinha, mesmo que cada uma apresente sua especificidade; elas se relacionam para produzir o efeito de completude do sinal/verbo.

Ao discorrer sobre a produção dos instrumentos tecno-linguísticos da gramatização das línguas orais, no decorrer deste trabalho, retomamos os tipos de

³⁴ Capovilla et al. 2009, p. 46.

gramatização descritos por Auroux (1992) para relacionar com a dicionarização da língua de sinais do Brasil. *Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos* foi produzida por um surdo, representando, nesse caso, a produção de uma tecnologia em processo de endogramatização. Outros instrumentos linguísticos, como os manuais de ensino, dicionários e gramáticas, contaram sempre com a participação da comunidade surda, ou de sujeitos surdos, como informantes e como testemunhas no processo de elaboração desses instrumentos. Nesse sentido, semelhante ao posto por Nunes (2007, p. 37) referente à gramatização brasileira, talvez em relação à língua de sinais do Brasil ocorre o processo de heterogramatização.

A partir do conceito de heterogeneidade linguística, desenvolvido por Orlandi (1994, p. 31), com respeito à constituição da língua do Brasil, Nunes (ibidem) propõe o conceito de heterogramatização, por ser um processo que ocorre para o discurso metalinguístico. É, pois, “um processo de gramatização que compreende uma heterogeneidade metalinguística na qual se relacionam falantes de diferentes línguas”. Considerando, então, o espaço de enunciação brasileiro, constituído por tantas línguas, e dentre elas, a língua de sinais, estendemos esse conceito para a gramatização da língua de sinais, pois envolve tanto os sujeitos falantes como os sinalizantes, ou seja, ocorre o processo de heterogramatização da Língua Brasileira de Sinais.

Acompanhar o movimento da produção desses instrumentos linguísticos da língua de sinais do Brasil nos levou a compreender também o processo de legitimação dessa língua no Brasil. Portanto, o processo de produção de saber ligado à Língua de Sinais do e no Brasil está relacionado com o processo de legitimação e institucionalização da Libras. Ao mesmo tempo em que se legitima a Libras, por meio dos estudos científicos sobre a língua, se institucionalizam os saberes produzidos, por meio dos dicionários, gramáticas, manuais, leis e decretos.

Retomamos aqui as afirmações de Lagazzi (2007, p. 17) que podemos relacionar também com os estudos sobre a Libras. Ela diz que ocorre “uma

estreita relação entre a produção de um saber e legitimação desse saber, o que se faz institucionalmente, por uma relação de autoria, com a circulação de nomes e autores, de disciplinas e áreas de pesquisa, ou seja, uma questão de representação”.

Estas reflexões sobre a produção dicionarística da Libras no Brasil possibilitaram-nos compreender que os instrumentos linguísticos marcam mesmo uma fundação dos estudos linguísticos sobre a língua de sinais no Brasil e a compreender o processo de gramatização pelo qual ela está atravessando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Lista de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, v. 20, n. 20, p. 09-23, jul./dez./2007.

BALDINI, Lauro. João Ribeiro e Mattoso Câmara entre os fatos da linguagem. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, E. (Orgs.) **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas, SP: Pontes, 2002, p. 31-39.

BERNARD, Yves. Langues en contact et représentations visuelles: entre gestualité, langue écrite et parole, des passerelles contre l'exclusion. **Connaissances surdité**, n. 26, p. 23-30, décembre 2008. Disponível em: http://www.acfos.org/sedocumenter/base_doc/culture_memoire/revue26_languesencontact_bernard.pdf. Acesso em 06 jun. 2012.

Bíblia Sagrada. Tradução Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin; José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Paulus, 1990.

BIBLIOTECA VIRTUAL DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerPagina.bv>> Acesso em: 25 jul. 2011.

BONET, Juan Pablo. **Reduction de las Letras y Arte de Enseñar à Ablar los Mudos**. Madrid: Espanha. 1620. Disponível em: <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/signos/12826516449063734198624/ind ex.htm>. Acesso em: 15 março.2011.

BONNAL-VERGÈS, Françoise. Langue des signes française: des lexiques des XVIII et XIX siècles à la dictionnaire du XXI siècle. **Glottopol: Revue de sociolinguistique en ligne**, n. 7, p. 160-190, janvier 2006. Disponível em: http://www.univrouen.fr/dyalang/glottopol/telecharger/numero_7/gpl7_09bonnalverges.pdf. Acesso: 05 jan.2012.

BRASIL. **Lei n. 10436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 10 dez. 2005.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em: 04 abril 2008.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro e UFRJ: Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

_____. **A língua brasileira de sinais**. Disponível em: http://www.ines.org.br/ines_livros/FASC7_PRINCIPAL. Acesso em 01 dez. 2007.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira**: integração, segregação do aluno diferente. São Paulo, SP: EDUC, 1993.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição histórica da língua de sinais brasileira: século XVIII ao XXI. **Mundo & Letras**, José Bonifácio/SP, v. 2, p. 8-25, Julho/2011. Disponível em: http://www.revistamundoeletras.com.br/artigos2011/2011_Artigo01.pdf. Acesso em: 20 jul. 2012.

CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkiria D.; LUZ, Renato D. Como usar este dicionário enciclopédico ilustrado trilingue. In: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. I: sinais de A a L e v. 11: sinais de M a Z. 2001

COLOMBAT, Bernard. Les “parties du discours” (partes orationis) et la reconstruction d'une syntaxe latine au XVI^e siècle. In: **Langages**, 23^e année, n°92, pp. 51-64, 1988. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1988_num_23_92_1999. Acesso em: 25 out. 2011.

COLLINOT, Andre e MAZIÈRE, Francine. **Un prêt a parler**: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de Ferance. 1997.

COURTINE, Jean Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, 15^e année, n°62, 1981. pp. 9-128. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458726X_1981_num_15_62_1873. Acesso em: 20 out. 2011.

CUXAC, Christian. Présentation. In: **Langue française**. N.137. pp. 3-11, 2003. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_2003_num_137_1_1053> Acesso em: 15 out. 2010.

DELAPORTE, Yves. La variation régionale em langue des signes française. **Marges linguistiques**. n° 10, pp.118-132, 2005. (Langues régionales, présenté par Claudine Moïse, Véronique Fillol e Thierry Bulot. Disponível em: www.revue-texto.net/Archives/Archives.html. Acesso em: 09 jan.2012.

_____. La trace des signes: de la photographie au dessin. **Ethnologie française**, XXXVII, 2007, p. 97-99. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/YVESDELAPORTE>. Acesso em: 09 jan.2012.

_____. Quando le pouce se fixe sur le corps: continuité et discontinuité dans l'histoire des

signes. **Patrimoine Sourd**, 23, pp. 18-24, 2008. Disponível em: < ["http://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00349638/fr/".](http://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00349638/fr/) Acesso em: 09 jan.2012.

DESLOGES, Pierre. **Observations d'un sourd et muèt, sur un cours élémentaire d'éducation des sourds et muèts**. L'église d'Orléans. 1779. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k749465.r=.langFR>. Acesso em: 10 nov.2010.

DIAS, Luiz Francisco e BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E. e ZOPPI-FONTANA, Mônica (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: A palavra e a frase. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p. 11-37.

DI RENZO, Ana Maria. **A constituição do Estado Brasileiro e a imposição do português como língua nacional**: uma história em Mato Grosso. 2005, 296 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DURAN, Magali Saches e XATARA, Cláudia Maria. As funções da definição nos dicionários bilíngües. **Alfa**, São Paulo, 50 (2): 145-154, 2006.

FELIPE, Tanya Amara. **O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na língua de sinais dos centros urbanos brasileiros** (LSCB). 1998. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

_____. Surgimento da Libras: de Flausino ao grupo de pesquisas da FENEIS – RJ. **Anais do V Seminário Nacional do INES**. Rio de Janeiro: INES. 2000: 87- 89.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Morfo-fonologia e sintaxe da língua de sinais das cidades brasileiras. **Anais do IX Encontro Nacional de Linguística**, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1984.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Nº 27, p. 39-46, Jul./Dez. 2003. Disponível em: w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r27/revista27_3.pdf. Acesso: 03 nov. 2010.

GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.) E. P. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização Brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.) E. P. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. Textualidade e enunciação. In: **Escritos 2**. Campinas: SP, Labeurb/Nudecri/IEL/Unicamp, 1998.

_____. **Semântica do acontecimento**. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**. Tradução José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p 23-47.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

HOUAISS, A. [et all]. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001, p.27-42.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 5ª ed. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 1971.

KARNOPP, Lodenir. **Aquisição do parâmetro configuração de mão na língua Brasileira de Sinais** (Libras): estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos. 1994. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

KOJIMA, Catarina Kiguti e SEGALA, Sueli Ramalho. **Língua brasileira de sinais: a imagem do pensamento**. São Paulo, SP: Editora Escala, 2008.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. Materialidade e memória. Aceito para publicação em: *Cadernos do CEAM, NECOIM*, UnB. ISSN 0103-510X, 2009.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na linguística: Processo de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E. P. **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, p. 11-18.

LEHMANN, Alise. Présentation. In: **Langue française**. N°106, 1995. pp. 3-7. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr>. Acesso dia 10.08.2011.

LEITE, Marli Quadros. Gramatização e normalização: a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato (1770). In: Congresso Internacional da Abralín. 7. 2011, Curitiba. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**, p. 3212-3221, 2011.

LEITE, Tobias. Atas e pareceres do Congresso de Instrução do rio de Janeiro, 26ª Questão, Educação dos surdos-mudos, 1884. Anotações da leitura realizada do

documento em visita a biblioteca do INES no dia 06/06/2011.

_____. Tobias. Relatório do Dr. Tobias Leite. 1869. Disponível no arquivo do INES. Anotações da leitura realizada do documento em visita a biblioteca do INES no dia 06/06/2011.

L'ÉPÉE, Abée Charles Michel de. Institution des sourds et muets par la voie des signes méthodiques, ouvrage qui contient le projet d'une langue universelle par l'entremise des signes naturels assujettis à une méthode. Première et Deuxième partie. Nyon l'Aîné, Paris, 1776. Disponível em: < (c) Bibliothèque interuniversitaire de médecine (Paris): <http://www.bium.univ-paris5.fr/histmed/medica/cote?38462>>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. La véritable manière d'instruire les sourds et muets, confirmée par une longue expérience. Nyon l'Aîné, Paris, 1776. (Réédition 1984, Librairie Arthème Fayard, Collection Corpus des oeuvres de philosophie em langue française.

_____. Collection ancienne et moderne d'otologie du Dr J. -A. -A. Rattel, volume IX. Dictionnaire des sourds-muets. Manuscrito de 1786, publicado em 1896. Éd. Dr. J.-A.A. Rattel, J.-B. Baillière et fils, libraires, Paris.

MARTINS, Maria Teresa. **Análise discursiva de dicionários infantis de língua portuguesa**. 2007. 150 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2007.

MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo. **História, sentido na linguagem**. 2.ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios na análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra DCLuzzatto, 1999, p. 271-277.

NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil**: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. 1996, 267 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. A gramática de Anchieta e as partes do discurso. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.) E. P. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 139-150.

_____. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J. H. e PETTER, Margarida. (Orgs.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP e Pontes Editores, 2002.

_____. Definição lexicográfica e discurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, v. 11, n. 11, p. 09-30, jan.jun/2003.

_____. Levantamento bibliográfico de dicionários brasileiros de Língua Portuguesa: uma

interpretação discursiva. **Estudos Linguísticos** XXXIII, p. 805-810, 2004. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2004/4publica-estudos2004-pdfs-comunicos/levantamento_bibliografico.pdf. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas, SP: Pontes Editores, São Paulo, SP: Fapesp, São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006a.

_____. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, Eduardo e ZOPPI-FONTANA, Mônica (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: A palavra e a frase. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006b, p. 147-172.

_____. Os dicionários portugueses e a descolonização linguística. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, v. 20, n. 20, p. 25-39, jul.dez./2007.

_____. O discurso documental na história das ideias lingüísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**, São Paulo, 52 (1), p. 81-100, 2008a.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v.18, n.2, p. 107-124, jul./dez.2008b.

_____. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**. Volume 3, Nº 1/2, Ano III, p. 6-21, dez/2010. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>. Acesso em: 20 jun.2011.

OATES, Eugênio. **No silêncio da fé**: catequese e oração na linguagem das mãos. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1990.

ORLANDI Eni Puccinelli. Exterioridade e ideologia. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, nº 30, Jan./Jun. p. 27-33, 1996. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1683/1266>. Acesso em: 04 fev.2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli e SOUZA, Tânia C. C. de. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. P. (Org.) **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes e Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001a.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

_____. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002a. Disponível em: cedae.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1598/1177. Acesso em: 01 março 2012.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias linguísticas. São Paulo: Cortez, 2002b.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003a.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003b.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003c. p.7-20.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005a.

_____. A língua brasileira. **Ciência e Cultura**. vol. 57 nº 2. São Paulo. Abr./Jun. 2005b. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200016&script=sci_arttext. Acesso em: 05 set. 2008.

_____. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2006a.

_____. Análise de discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S e ORLANDI, E. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: Discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006b.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. e GUIMARÃES, E. Apresentação e histórico do programa HIL. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>. Acesso em: 05 jul.2011.

OVIDO, Alejandro. El origen del alfabeto manual usado entre nosotros. 2006. Disponível em: http://www.cultura-sorda.eu/resources/Origen_nuestro_alfabeto_manual.pdf. Acesso em: 04 abril.2011.

PAYER, Onice. Entre a língua nacional e a língua materna. Seminário de Estudos em Análise do Discurso (2.: 2005: Porto Alegre, RS) Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>. ISSN 2237-8146.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Orlandi, E. et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania Mariani et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b.

PFEIFFER, Claudia R. C. **Institucionalização da língua portuguesa e de um saber**

sobre ela. Texto apresentado na mesa-redonda Língua e Instituição na Jornada Internacional Sujeito, Discurso e Sentidos, promovida pelo Labeurb/Unicamp em 13 de setembro de 2011.

QUADROS, Ronice Müller de e KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artme, 2004.

ROCHA, Solange. **Espaço:** Informativo técnico-científico do INES. Edição comemorativa 140 anos. Colaboração Solange Rocha. Belo Horizonte, MG: Editora Littera, 1997.

ROCHA, Solange. **Memória e história:** a indagação de Esmeralda. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) **A leitura e os leitores.** 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 47-58.

RODRIGUEZ-ALCALÁ, Carolina. L'exemple dans les grammaires jésuitiques du guarani. **Langages**, 2007/2 n° 166, p. 112-126. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-langages-2007-2-page-112.htm>. Acesso em: 15 out.2011.

_____. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas, SP, n° 53(2), p.197-217. Jul./Dez.2011.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 27ª ed. Org. por Ch. Bally e Sechehay, com a colaboração de A Reidlinger. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, SP: Cultrix, 1987.

SHAW, Emily e DELAPORTE, Yves. Les sources documentaires sur l'histoire de la langue des signes américaine. **Patrimoine Sourd.** n° 20, 2007, pp. 16-24. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00169358/fr/>. Acesso em: 20 jan.2012.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES. Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.) E. P. **Língua e cidadania:** o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 151-162.

_____. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **História das ideias linguísticas:** construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes e Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 139-165.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOFIATO, Cassia Geciauskas. Do desenho à litografia: a origem da língua brasileira de sinais. 2011. 265 p. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SOUZA, Luciano Ferreira de. Platão: Crátilo – Estudo e tradução. 2010. 200 p. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STOKOE, Willian. **Signe Language Structure**: an outline of the visual communication systems of the american deaf. Departament of Anthropology and Linguistics, University of Buffalo, 1960.

STUMPF, Mariane Rossi. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting**: línguas de sinais no papel e no computador. 2005, 330 p. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Lições sobre o SignWriting. Tradução de Mariane Rossi Stumpf. Tradução parcial e adaptação do Inglês/ASL para Português Libras do livro Lessons in SignWriting, de Valerie Sutton, publicado originalmente pelo Deaf Action Committe for SignWriting (DAC). Disponível em: < <http://www.signwriting.org/archive/docs5/sw0472-BR-Licoes-SignWriting.pdf>> . Acesso em: 09 fev. 2011.

VELOSO, Éden e FILHO, Valdeci Maia. Aprenda Libras com eficiência e rapidez. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.

VIEIRA, Menezes. Atas e pareceres do Congresso de Instrução do rio de Janeiro, 26ª Questão, Educação dos surdos-mudos, 1884. Anotações da leitura realizada do documento em visita a biblioteca do INES no dia 07/06/2011.

ZAVAGLIA, Cláudia. **Dicionários Infantis: uma análise de suas microestruturas Dicionários em estudo**. Estágio de pós-doutoramento: desenvolvimento/relatório. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. UNESP. São José do Rio Preto, 2010.

Dicionários em estudo

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2001.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. **Novo Deit-Libras**: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: EdUSP: Inep: CNPq: Capes, 2009.

ENSMINGER, Judy. **Comunicando com as mãos**. s/e. Igreja Batista, 1987.

GAMA, Flausino José da. **Iconographia dos signaes dos surdos-mudos**. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1875.

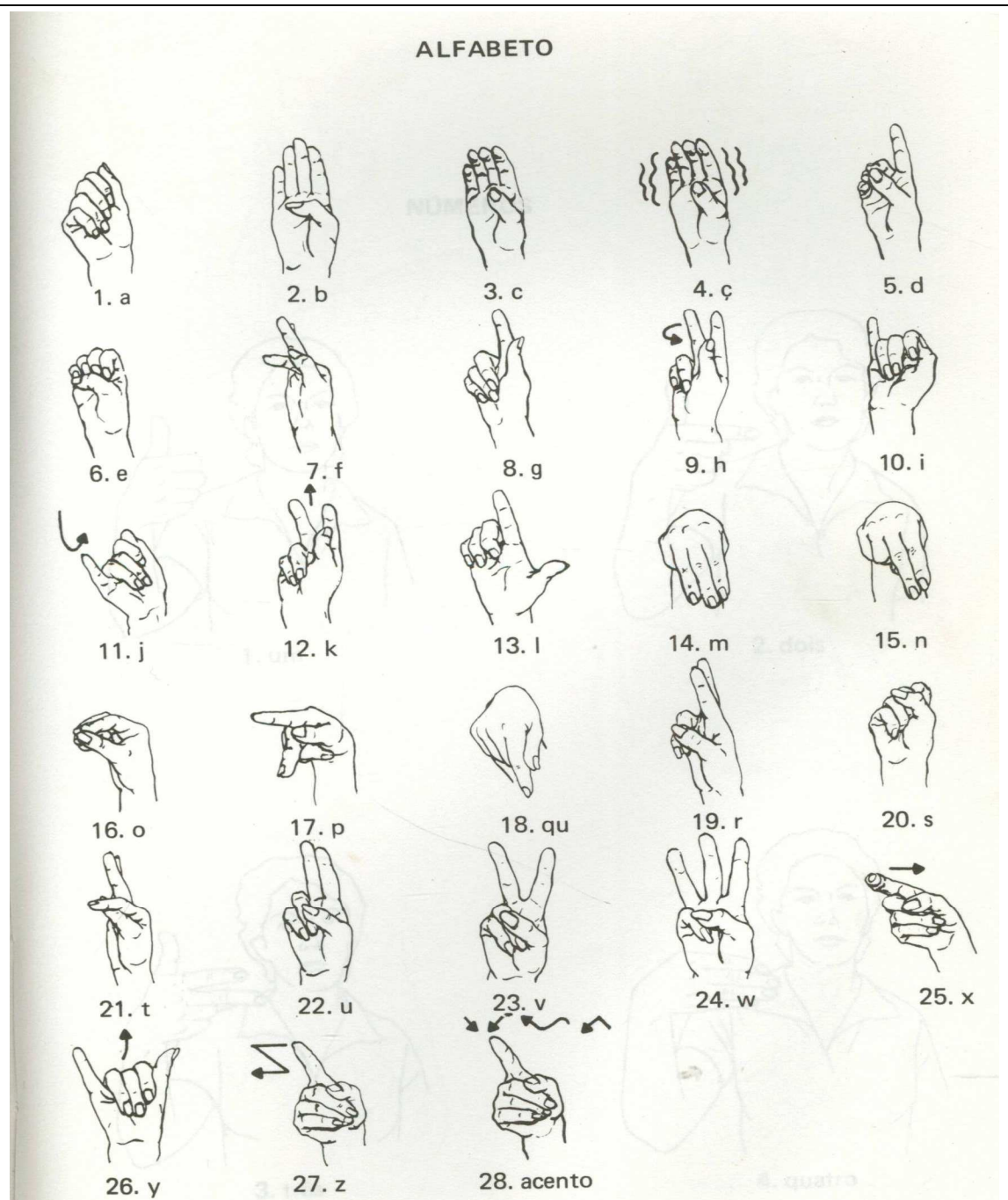
HOEMANN, Harry W.; OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley A. **Linguagem de Sinais do Brasil**. Porto Alegre, RS: 1983.

SOUZA, Tanya Amara Felipe; LIRA, Guilherme Azambuja. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais**. INES/MEC, 2006.

OATES, Eugênio. **Linguagem das mãos**. 20 ed. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1990.

Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. **Linguagem de Sinais**. São Paulo: Cesário Lage. 1992.

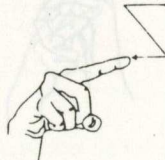
Anexo 1: Linguagem de Sinais do Brasil (1983)



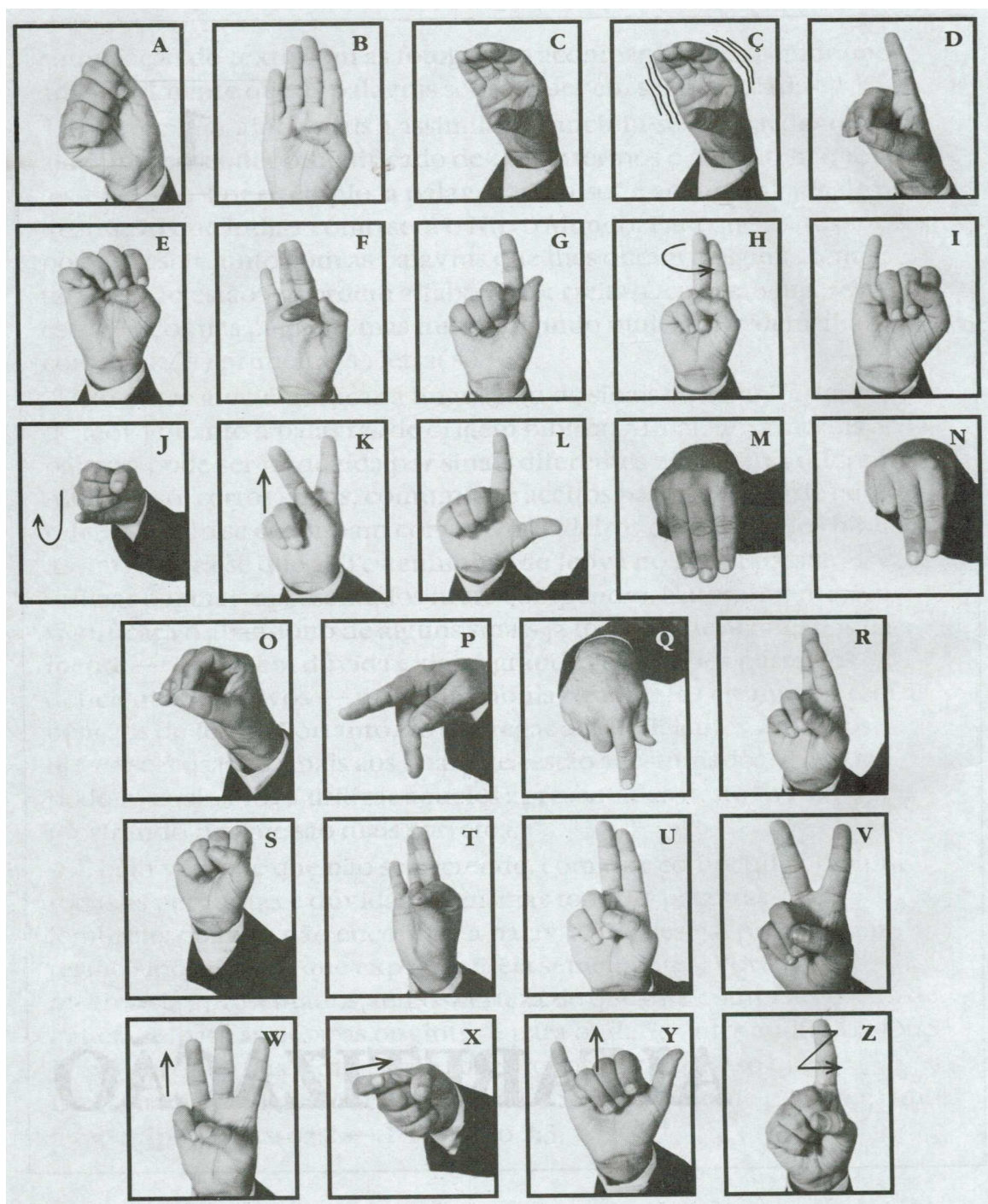
Anexo 2: Comunicando com as Mãos (1987)

O ALFABETO		
 Aa A a	 Bb B b	 Cc C c
 Dd D d	 Ee E e	 Ff F f
 Gg G g	 Hh H h	 Ii I i
 Jj J j	 Kk K k	 Ll L l
 Mm M m	 Nn N n	 Oo O o
 Pp P p	 Qq Q q	

Anexo 2a: Comunicando com as Mãos (1987)

 R r R r	 S s S s	 T t T t
 U u U u	 V v V v	 W w W w
 X x X x	 Y y Y y	 Z z Z z

Anexo 3: Linguagem de Sinais (1992)



Anexo 4: Novo Deit-Libras (2009)

Alfabeto manual de Libras, números em Libras, e formas de mão usadas em Libras

Fernando C. Capovilla e Walkiria D. Raphael

(Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo)

Alfabeto manual de Libras usado para soletração digital

